



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

WAGNER LEITE DE SOUZA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE
EX-PARTICIPANTES RESIDENTES EM ALAGOAS**

Maceió – AL

2020

WAGNER LEITE DE SOUZA

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS DE
EX-PARTICIPANTES RESIDENTES EM ALAGOAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Frederico Alves Costa

Maceió – AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 767

S729p Souza, Wagner Leite de.
Programa Bolsa Família (PBF) : construções discursivas de ex-participantes residentes em Alagoas / Wagner Leite de Souza. – 2020.
283 f. : il. color.

Orientador: Frederico Alves Costa.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 244-261.
Anexos: f. 272-283.

1. Programa Bolsa Família (Brasil) - Alagoas. 2. Análise do discurso. 3. Psicologia política. 4. Democracia. I. Título.

CDU: 159.9:81'42(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGP

TERMO DE APROVAÇÃO
WAGNER LEITE DE SOUZA

Título do Trabalho: **“Programa Bolsa Família (PBF): construções discursivas de ex-participantes residentes em Alagoas”**.

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Frederico Alves Costa

Prof. Dr. Frederico Alves Costa (PPGP/UFAL)

Comissão Examinadora:

Adolfo Pizzinato

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato (PPGP/UFRGS)

Kátia Maheirie

Profa. Dra. Kátia Maheirie (PPGP/UFSC)

Maceió-AL, 27 de outubro de 2020.

Dedico esta dissertação de mestrado à minha mãe – Maria Neuza Leite Silva (22 de maio de 1963 / 22 de maio de 2020) –, *in memoriam*, e a tantas outras Marias, nordestinas, que ao narrarem suas histórias e a partir de seus lugares, denunciam as injustiças sociais. Elas ecoam em minha escrita, visão de mundo e luta política por uma sociedade democrática.

AGRADECIMENTOS

Tem que acreditar.
Desde cedo a mãe da gente fala assim:
“Filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”.
Aí passado alguns anos eu pensei:
Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado
pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas
psicoses... por tudo que aconteceu? duas vezes melhor como?
[...] ser o melhor ou o pior de uma vez.
E sempre foi assim.
Você vai escolher o que tiver mais perto de você.
O que tiver dentro da sua realidade.
Você vai ser duas vezes melhor como?
Quem inventou isso aí?
Quem foi o pilantra que inventou isso aí?
Acorda pra vida rapaz
(*A vida é um desafio*, fala introdutória de Mano Brown do Racionais MC's na
gravação do DVD 1000 Tretas 1000 Trutas).

Desde que iniciei o mestrado, em 2018, o Brasil encontra-se imerso em uma conjuntura social e política atravessada por discursos conservadores e neoliberais, que tiveram ascensão significativa com o golpe de Estado, em 2016, marcado pela destituição de uma presidenta legitimamente eleita – Dilma Rousseff – o que levou um articulador golpista a tomar o poder – Michel Temer. De lá para cá, o país caminha a passos largos rumo a retrocessos abismais que ganham continuidade com a eleição de Jair Messias Bolsonaro. Em 2019, promoveu uma gestão pautada em cortes e desinvestimentos nas áreas da assistência social, educação, previdência e saúde. Isso resultou na intensificação do desemprego, no aumento da pobreza, na precarização das universidades públicas e na desfinancialização da ciência e da tecnologia brasileira.

No início de 2020, nos deparamos ainda com a maior crise sanitária dos últimos tempos (com mais de 28 milhões de casos e quase um milhão de mortes no mundo¹). Uma pandemia que diante da negligência da gestão negacionista do atual governo já vitimou 134 mil brasileiras(os) em sua maioria negras(os) e pobres². Dentre as vítimas está a

¹ **Mundo passa de 900 mil mortos pela Covid-19, diz universidade.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/09/09/mundo-passa-de-900-mil-mortos-pela-covid-19-diz-universidade>>. Acessado em: 10/09/2020.

² **Brasil registra 967 novas mortes por covid em 24h; total passa de 134 mil.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/09/16/coronavirus-governo-consorcio-atualizacao-16-setembro.htm>>. Acessado em: 16/09/2020.

minha querida mãe, que com um mês de internamento (abril-maio), veio a óbito, no dia do seu aniversário. Em março de 2020, demos o nosso último abraço.

Este cenário pandêmico reflete negativamente na saúde mental das pessoas. A estratégia de distanciamento social, ainda que necessária, nos afeta emocionalmente dado que nos impede de abraçar, de estar junto de familiares e amigas(os), e até mesmo de nos despedirmos de quem amamos, pois o velório como um ritual simbólico de despedida é algo também impossibilitado. Essas questões contribuem para uma baixa no rendimento cotidiano acadêmico, laboral e em tantas outras áreas das nossas vidas.

As questões acima, aliadas a uma realidade de um ambiente universitário pautado numa perspectiva intelectual branca e elitista, ou seja, um ambiente fundamentado em um racismo estrutural e um olhar produtivista e meritocrático, corroboram para que a experiência acadêmica não seja satisfatória em termos de um processo leve e prazeroso. Em toda minha trajetória acadêmica (graduação e pós-graduação) me deparei com questões que me confrontaram negativamente, sendo eu, um jovem negro vindo da favela no contexto universitário, o que implicou em inúmeras tentativas de fazer duvidar da minha capacidade intelectual e produtiva. O olhar produtivista presente no espaço acadêmico me taxava como alguém que não estava fazendo o necessário ou que não alcançava o “ideal”. Para além de argumentos amigáveis, na prática se desconsidera a pluralidade da comunidade universitária, rejeitando os esforços daquelas(es) que não refletem a elite (ou a classe média) branca que por muito tempo foi a maioria nesse espaço.

Em resumo, destaco que o cenário social e político, bem como, a vivência universitária marcada por experiências hostis, impactam a trajetória de pesquisadoras(es) que têm suas dificuldades e sofrimentos desconsiderados sob o olhar insensível cativado nas universidades e, por isso, adoecem e têm sua potência de escrita e paixão pela pesquisa abaladas.

Contudo, diante de todos os obstáculos, podemos contar com pessoas que nos fortalecem, que nos impulsionam a continuar firmes e motivadas(os) em nossa missão. É por essa razão, que gostaria de enfatizar que essa dissertação de mestrado é fruto de muitos atravessamentos que norteiam minha escrita, questões que dizem respeito a contribuições teóricas e afetivas imprescindíveis para o desenvolvimento final do trabalho, haja vista, os inúmeros percalços que surgiram durante a minha trajetória pessoal e acadêmica no período 2018-2020. Assim, reconheço que tenho muito a agradecer a pessoas que me ajudaram a tornar essa pesquisa possível.

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe e ao meu pai – Maria Neuza Leite Silva (*in memoriam*), uma pernambucana advinda de um município rural e Paulo Crescencio de Souza, homem negro alagoano que quando criança migrou com a família para Maceió/AL em busca de trabalho. Pessoas que mesmo diante do analfabetismo (no caso de minha mãe), da baixa escolaridade (devido a experiência de trabalho infantil e abandono escolar aos 13 anos de idade, experiência do meu pai), e face às circunstâncias das desigualdades, não mediram esforços na minha criação e na das minhas quatro irmãs. É por isso, que devo a ambos o reconhecimento de terem contribuído em meu desenvolvimento pessoal e em toda a minha formação (ensino básico, graduação e pós-graduação), além de sempre serem meu suporte emocional. Meus eternos amores: uma mãe que me amou, ensinou e cuidou. Uma mulher forte, brava, arretada, afetuosa, que mesmo analfabeta me transmitiu um saber que não se aprende em livros. Um pai que, submetido ao subemprego, nunca deixou de prover o alimento e investir em nossa formação, um homem que transparece afeto e delicadeza.

Ainda em se tratando do contexto familiar, sou grato às minhas irmãs Beatriz, Neila, Poliana e Sandra e a minha querida sobrinha Graziela. Mulheres presentes em minha vida e que muito me ensinam e confortam diante das adversidades da vida. Nos fortalecemos mutuamente! Sem clichês de uma família perfeita, repleta de conflitos, mas que no fim das contas, está lá para nos apoiar, mesmo diante das distâncias motivadas pela correria cotidiana que nos separa.

Sou grato também a todo apoio e parceria do meu companheiro, meu amor, Marcos Ribeiro Mesquita, por estar sempre junto, me ajudando a caminhar diante de obstáculos que surgiram em diversas áreas da minha vida. Independentemente de qualquer impasse estamos sempre nos ajudando, tornando as travessias mais leves. Sem contar que se trata de um profissional que admiro muito, sensível e comprometido com a luta democrática. Gratidão sempre, te amo!!!

Ao falar de família, de amizade e companheirismo, trago sempre na memória a minha querida amiga-irmã, a quem tive a honra de conhecer na graduação (com quem também ingressei junto no mestrado), Débora Cristina da Silva Alves. Mulher negra (afro-indígena), feminista, petista, psicóloga e futura mestra em psicologia, alguém que muito admiro e com que partilho de muitas semelhanças em termos de luta política e de uma experiência ancestral que nos une, e nos faz seguir se aquilombando. Gratidão por tudo irmã, por cada palavra, por cada gesto e abraço, por cada chamada de vídeo. UBUNTU (“Sou o que sou pelo que nós somos”)!!!

Em se tratando da trajetória acadêmica, sou grato a alguém que muito me influenciou a traçar a escolha por uma psicologia social comprometida com o antirracismo, antissexismo, antiLGBTTTQIA2+fobia e o anticapitalismo, falo aqui da minha amiga e companheira de profissão, Thalita Carla de Lima Melo, a única docente preta da minha graduação (em uma instituição privada com um olhar de uma psicologia positivista e biologicista). Ela com sua sensibilidade acreditou em mim e me convidou a participar de seu grupo de estudos (Práticas e Pesquisa em Psicologia Social) que foi o pontapé para uma mudança radical na minha visão de mundo e na minha formação pessoal e profissional. O encontro com Thalita foi essencial para as escolhas que eu tomaria em diante; os meus agradecimentos serão sempre que possível enunciados, a sua atuação como docente mudou minha vida, tomo-a como inspiração profissional.

Gratidão às(aos) minhas(meus) amigas(os) Telma Sasso, Marcela Moura, Jucélia Gonçalves, Jadielma Alves, Amanda Feitosa, Jéssica Ballesteros, Késia Anjos, Gabriela Bothrel, Jacyara Farias, Julie Santos, Andy Ussa e Nathonyo Henrique que foram apoio diante do momento de fragilidade emocional que ainda enfrento. Não vejo a hora de nos encontrarmos e nos confraternizarmos.

Agradeço aqui ao Núcleo de Psicologia Política da UFAL, representado na figura do coordenador e professor Dr. Frederico Alves Costa, meu orientador, que diante de todas as leituras propostas e discussões, além das orientações e debates coletivos acerca da minha pesquisa, muito contribuiu para o produto final desta dissertação. O que me faz também mencionar alguns membros como Deivson, Thamires, Anna e Milena, por mantermos uma relação que não se limita a laços acadêmicos, mas que se expressa como uma relação de amizade, um vínculo muito necessário para o compartilhamento de angústias e dúvidas, nos fortalecendo em coletivo.

Sou grato também por ter conhecido pessoas maravilhosas na minha turma de mestrado, amigas e companheiras como Eriane, Inácio, Rose, Karol, Bárbara e Julyanna Ribeiro. Agradeço ainda ao corpo docente, especialmente representado em meus agradecimentos à professora Dr^a. Érika Cecília Soares Oliveira, que em suas aulas possibilitou uma reflexão quanto à produção de uma pesquisa e uma escrita implicada, que dialogue com nossas experiências e que se propõe a tensionar os silenciamentos epistêmicos, diante de uma hegemonia científica que se ocupa por vezes de “especialistas” que desconsideram sujeitos historicamente subalternizados (pobres, negras/os, mulheres, LGBTTTQIA2+, povos originários). Trataram-se de reflexões que me permitiram questionar o meu lugar de pesquisador, e de não negar a posição implicada

de ex-participante do Programa Bolsa Família, hoje pós-graduando, que quer propor um debate sobre uma política pública que foi tão importante na minha trajetória de vida (mostrando como essa experiência atravessa a escolha do tema e o meu processo de análise dos dados). Isso me levou a um debate produzido no capítulo metodológico que se propõe a renunciar e questionar o paradigma positivista e seu princípio de neutralidade científica, além de se opor a um olhar objetificante/coisificante dos sujeitos da pesquisa, reconhecendo-os como participantes do estudo, como produtores de conhecimento. Gratidão Érika, também por sua amizade, por nosso encontro em terras nordestinas.

Aproveito para expressar meus agradecimentos à gestão do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL, no período 2018-2020. Faço menção assim, à professora Dr^a Maria Auxiliadora e à secretária Polyanna Azevedo, por toda atenção e assistência diante das dúvidas e dos trâmites burocráticos.

Meus agradecimentos também são para a professora Dr^a Maria Valéria Costa Correia, ex-reitora desta universidade, dada a sua gestão comprometida com uma educação pública, gratuita e de qualidade; e por sua parceria na luta antirracista ao instituir o Programa de Cotas para negras(os), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, ampliando o acesso, democratizando o ensino e possibilitando que mais negras(os) possam tornar-se pesquisadoras(es).

Agradeço ainda a contribuição do professor Dr. Adolfo Pizzinato da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da professora Dr^a Kátia Maheirie da Universidade Federal de Santa Catarina no desenvolvimento dessa pesquisa, dado pela participação no Seminário de Qualificação de pesquisas de mestrado e suas pontuações acerca do meu projeto de pesquisa, e pelos debates produtivos realizados durante o X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política e no XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social.

Sou grato também à Secretaria do Estado da Assistência e Desenvolvimento Social, representada aqui na parceria com a coordenadora estadual do Bolsa Família e Cadastro Único, Maria José Cardoso, uma articulação necessária para o desenvolvimento da pesquisa de campo e o contato com os municípios da pesquisa. Então, agradeço a contribuição das quatro gestões municipais em nome da coordenadora estadual, pela acolhida e disposição a participarem do estudo e medirem o contato com os sujeitos da pesquisa.

Assim, enfatizo minha gratidão também às(aos) participantes da pesquisa que se dispuseram de tempo para um diálogo satisfatório e muito enriquecedor. Foram encontros

potentes em termos das histórias de vida a que tive a oportunidade de ouvir e aprender com elas, diálogos que contribuem para refletir sobre os limites e potencialidades do PBF a partir de suas experiências, como também de refletir sobre as dinâmicas de gestões locais e de como elas podem reproduzir lógicas de dominação em seus municípios.

Em tempo, apresento minha gratidão ao melhor presidente e à melhor presidenta do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Vana Rousseff, por reconhecer que em suas gestões, o país pôde contemplar ares democráticos. Ademais, atribuo a ambos o fato de que minha trajetória de vida – da favela à pós-graduação – reflete o projeto político petista que possibilitou que muitas(os) jovens negras(os) da favela, assim como eu, pudessem transgredir uma lógica intergeracional de pobreza, trabalho infantil, subemprego e analfabetismo.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil), uma entidade de financiamento de pesquisas científicas muito relevante e que impulsiona o avanço da ciência e tecnologia no Brasil, em diversos âmbitos, como nas áreas das ciências humanas e sociais, campo frutífero para o desenvolvimento de debates e de projetos de ampliação de várias questões da dinâmica social, como o caso das políticas públicas. Por isso, a importância de se investir nessa área para que o país possa produzir o seu próprio conhecimento e tecnologia, seus saberes e práticas pautadas em suas demandas e especificidades, sem que esteja refém de um saber e tecnologia externa. Além do mais, se tratou de um rendimento necessário para que eu pudesse me dedicar a pesquisa de forma mais focal, sendo inclusive, um apoio financeiro para mim e minha família dado ao cenário de desemprego atual.

“Ajudou muito o Bolsa Família... Eu comprava minhas coisinhas, não faltava nada, todo mês tinha...” (Maria Neuza Leite Silva, minha mãe).

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado se situa no campo da Psicologia Política e debate o Programa Bolsa Família (PBF). Desde a sua implementação, o PBF foi significado de diversas formas (programa emancipatório, política assistencialista, programa eleitoral), sobretudo por políticas(os) de distintos partidos ou por pesquisadoras(es) de diversos campos teóricos, expressando concepções divergentes tanto de horizonte social quanto de estratégias de transformação social. Nesta dissertação, investigamos a construção discursiva do PBF por ex-participantes do Programa, focalizando a relação entre o discurso construído e o modo como se localizam nas relações de dominação nas quais se encontram. Assim, buscamos: a) entender como as(os) ex-participantes concebem o PBF, em termos: (1) das demandas dirigidas ao PBF; (2) do modo como constroem suas demandas; (3) de como concebem as estratégias das gestões locais do PBF; b) compreender como os sujeitos se reconhecem nas relações de dominação; c) discutir a relevância do PBF para a expansão da democracia. Foram entrevistadas(os) 20 ex-participantes residentes nos quatro municípios alagoanos que apresentam o maior número de desligamento voluntário: Campo Alegre, Santana do Mundaú, Água Branca e Coqueiro Seco. O método de produção de dados adotado foi o de História Oral, as entrevistas foram gravadas e transcritas e, posteriormente, analisadas a partir da perspectiva da Análise do Discurso, embasada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe. Sobre o primeiro objetivo, observou-se que as(os) ex-participantes declararam que a inserção no PBF se deu em razão da condição de desemprego e subemprego. No entanto, constroem a demanda por emprego/salário de formas diferentes: como um pedido, reproduzindo discursos que contribuem para naturalização e individualização dos problemas; ou como uma exigência, nomeando a realidade de desemprego, pobreza e fome como injustiças sociais, reivindicando a geração de emprego e renda. Quanto às lógicas de funcionamento do PBF, notamos: a) um olhar meritocrático e moralizante para os sujeitos cadastrados; b) o predomínio de uma lógica clientelista; c) lacunas na construção de portas de saída. Esses aspectos são naturalizados pelo primeiro grupo de pessoas (legitimando uma relação de troca de favores), e problematizado pelo segundo (questionando o caráter hostil e de dependência produzido). Quanto ao segundo objetivo, as(os) ex-participantes que concebem sua demanda como pedido não politizam a localização na ordem hierárquica da sociedade, atribuem a si a responsabilidade por suas condições de vida. As(Os) que constroem a demanda como exigência, concebem a condição de insatisfação como a negação de um direito; isto é, nomeiam a condição de desemprego e pobreza como uma opressão. Em relação ao terceiro objetivo, as(os) ex-participantes reconhecem os impactos produzidos pelo PBF em suas vidas através do aumento do consumo de alimentos, do investimento na educação e saúde das(os) filhas(os), do sentimento de liberdade econômica percebido entre as mulheres cadastradas. Investigar como as(os) ex-participantes concebem o PBF nos permitiu entender suas identificações discursivas e como concebem as relações de dominação em que vivem; bem como que o PBF contribui para o reconhecimento de maior pluralidade de demandas no espaço público, mas produz desafios para a radicalização da democracia. Este estudo contribui para o debate sobre políticas públicas, principalmente no campo da assistência social, e para a reflexão sobre impactos psicopolíticos do PBF na vida das pessoas e na democracia.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família (PBF); Ex-participantes; Teoria do Discurso; Psicologia Política; Democracia.

ABSTRACT

The present master's research is located in the field of Political Psychology and it debates the "Programa Bolsa Família" (PBF). Since its implementation, PBF was signified in most diverse ways (emancipatory program, assistance politics, electioneering program) overall, by politicians from diverse parties or by researchers from diverse theoretical fields, expressing conflicting conceptions both in the social aspect and regarding strategies of social transformation. In this paper, we research the discursive construction of PBF made by former participants of the Program, focusing on the relation between the discourse that was built and the way they locate in the domination relations of which they are part. This way, we aim to: a) understand how former participants conceive the PBF, in terms: (1) of the demands directed to PBF; (2) of the way they built their demands; (3) of the way they conceive the local management strategies of PBF; (b) understand how the individuals recognize themselves in the dominance relations; c) discuss the relevance of PBF to the expansion of democracy. Twenty former participants of PBF were interviewed, all of which are residents of the four counties of Alagoas that presented the higher number of voluntary withdraws, namely: Campo Alegre, Santana do Mundaú, Água Branco e Coqueiro Seco. The method of data production adopted was "Oral history", the interviews were recorded and transcribed and, subsequently, analyzed in the light of the discourse analysis perspective, based on Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Theory of Discourse. Regarding the first objective, it was possible to note that the former participants declared that their entry in PBF was due to unemployment or underemployment. However, the demand for employment/salary is built in different ways: as a solicitation, reproducing discourses that contribute to the naturalization or individualization of problems; or as a demand, naming the reality of unemployment, poverty and hunger as social injustices resulting of poor management and corruption in the government, demanding the creation of employment and income. As to the PBF logics of functioning, it was possible to notice: a) a meritocratic and moralizing view towards those who are registered; b) the prevalence of a pork-barrel politics; c) deficiencies in the construction of exit doors. These aspects were seen as natural by the first group of people (legitimizing a pork-barrel relation), whereas for the second group, these aspects were problematized (questioning the nature of hostility and dependence produced). As to the second objective, the former participants that conceive their demands as a request do not politicize the location in society's hierarchical order, attribute the responsibility for their living conditions to themselves. Those who build the demand as an exigence, conceive the condition of dissatisfaction as the denial of a right; so, name the condition of unemployment and poverty as oppression. Regarding the third objective, the former participants acknowledge the impacts produced by PBF in their lives through the increase of food consumption, the investment in the health and education of their kids and the feeling of economic freedom noticed among women who were registered. Researching how the former participants conceive PBF has allowed us to understand their discursive identifications and how they conceive the dominance relations in which they live; as well as the fact that PBF contributes to the acknowledgment of a greater plurality of demands in the public sphere, but produces challenges to the radicalization of democracy. This study contributes to the debate on public politics, mainly in the field of social welfare, and also to think of the psychosocial impacts of PBF in people's lives and democracy.

Key-words: Programa Bolsa Família (PBF); Former participants; Theory of discourse; Political Psychology; Democracy.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Descritores utilizados	264
TABELA 2 – Artigos selecionados	265
TABELA 3 – Total de famílias que solicitaram desligamento voluntário (DV), entre janeiro/2018 até abril/2019, nos municípios do estado de Alagoas.....	267
TABELA 4 – Caracterização dos contextos da pesquisa.....	268
TABELA 5 – Perfil das(os) ex-participantes entrevistadas(os)	269
TABELA 6 – Descrição das personalidades alagoanas históricas e contemporâneas..	270

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Roteiro semi-estruturado de entrevista usado com as(os) ex-participantes.....	273
ANEXO B – Roteiro semi-estruturado de entrevista usado com as(os) profissionais da gestão do PBF.....	278
ANEXO C – Tópicos de análise para os fichamentos das entrevistas.....	279

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABPP – Associação Brasileira de Psicologia Política

ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social

AD – Análise do Discurso

BPC – Benefício de Prestação Continuada

BSM – Brasil Sem Miséria

BSP – Benefício para a Superação da Extrema Pobreza

BVJ – Benefício Variável Vinculado ao Adolescente

CadÚnico – Cadastro Único

CAIXA – Caixa Econômica Federal

CAPES/Brasil – Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEP/UFAL – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas

CGU – Controladoria-Geral da União

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar

Covid-19 – Coronavirus Disease 2019 (Doença da Coronavírus 2019)

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DV – Desligamento Voluntário

EJA – Educação para Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIES – Financiamento Estudantil

HO – História Oral

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IES – Instituição de Ensino Superior

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LGBTQQIA2+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneras(os), Queer (não binárias/es), Intersexos, Assexuadas(os), Two Spirit, entre outras(os/es)

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MCMV – Minha Casa, Minha Vida

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEI – Microempreendedoras(es) Individuais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NPP – Núcleo de Psicologia Política

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PBF – Programa Bolsa Família

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDC – Partido Democrata Cristão

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PFL – Partido da Frente Liberal

PFZ – Programa Fome Zero

PGRFM – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PPGP/UFAL – Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL

PRN – Partido da Renovação Nacional

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

ProUni – Programa Universidade para Todos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

PTR – Programas de Transferência de Renda

SAGI – Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

SEADES/AL – Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social

SECULT/AL – Secretaria de Estado da Cultura

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SEPLAG/AL – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SIBEC – Sistema de Benefícios ao Cidadão

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SISUTEC – Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU – Tribunal de Contas da União

UBA – Universidade de Buenos Aires

UFAL – Universidade Federal de Alagoas

UNE – União Nacional dos Estudantes

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LEGENDA DAS TRANSCRIÇÕES

Na transcrição das entrevistas foram utilizados os seguintes sinais:

(...) = Três pontos para indicar uma breve pausa para continuação da ideia que está sendo expressa;

(....) = Quatro pontos para indicar continuação da palavras, por exemplo: ééééé;

(Sublinhado) = Para indicar dúvida quanto à palavra ou frase;

(rsrsrs) = Risos;

(?!) = Pergunta com ênfase;

(!?) = Uma afirmação;

([Colchete]) = Usado para colocar explicar alguns pontos, por exemplo, siglas ou o contexto da frase que se deu antes da gravação. Ou também para expressar algumas reflexões e observações;

([...]) = Três pontos entre colchetes, indica que o trecho selecionado possui continuação;

(‘Aspas Simples’) = Usada quando a participante utiliza uma palavra que é mais comum no seu cotidiano local e regional;

(“Aspas Duplas”) = Usada quando a(o) participante narra uma conversa, expondo a fala dos interlocutores;

(**Negrito**) = O negrito indica destaque que damos a uma certa palavra ou frase presente nos discursos dos sujeitos (grifo nosso).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS	41
1.1 Transferência de renda.....	45
1.2 Condicionalidades e o acesso aos serviços públicos de assistência social, educação e saúde.....	58
1.3 Portas de saídas: ações e programas complementares ao PBF	63
CAPÍTULO 2 – INTRODUÇÃO À TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE	68
2.1 Do marxismo ao pós-marxismo: trajetória teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.....	68
2.2 Uma perspectiva interdisciplinar: as articulações teóricas desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe	80
2.3 Um olhar sobre o problema da pesquisa: contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe	91
CAPÍTULO 3 – CAMINHOS DA PESQUISA: DAS EXPERIÊNCIAS À ESCOLHA TEÓRICA E METODOLÓGICA	97
3.1 Trajetória pessoal e acadêmica	97
3.2 Aspectos teórico-metodológicos.....	104
3.2.1 Localização da pesquisa no campo da Psicologia Política.....	104
3.2.2 Abordagem metodológica: a dimensão ética-política-epistemológica da pesquisa qualitativa pós-estruturalista.....	107
3.2.3 A História Oral como método de produção discursiva/de dados..	111
3.2.4 Análise do Discurso a partir da perspectiva teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: a Teoria do Discurso como ferramenta de análise dos dados/discursos.....	118
3.3 Aspectos Procedimentais	121
3.3.1 Pesquisa de Campo: possibilidades, obstáculos e limites na produção de dados.....	121
3.3.2 Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa	131
3.3.2.1 Campo Alegre	131
3.3.2.2 Santana do Mundaú.....	134
3.3.2.3 Água Branca	137
3.3.2.4 Coqueiro Seco	139
3.3.2.5 Visão geral.....	142
3.3.3 Procedimentos de análise dos dados produzidos.....	145
CAPÍTULO 4 – DEMANDAS SOCIAIS E LOCALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO	148

4.1 “Uma porta aberta”: o PBF como resposta à ausência e insuficiência de renda	149
4.1.1 “Só não estuda quem não quer” e “só passa fome quem não tiver coragem de trabalhar”: naturalização das relações de dominação e reprodução da ordem social sedimentada	155
4.1.2 “O Brasil é muito rico pra muita gente ter necessidade”: politização das relações de dominação e desconstrução da ordem social sedimentada.....	165
CAPÍTULO 5 – CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O PBF E LÓGICAS POLÍTICAS	177
5.1 Concepções das(os) ex-participantes sobre o PBF	179
5.1.1 “O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus né nada”: o papel do PBF frente à (in)satisfação das demandas.....	180
5.1.2 “Acho que precisa de mais oportunidade de emprego”: o papel do PBF frente à (in)satisfação das demandas.....	194
5.2 Lógicas políticas referentes às gestões municipais.....	210
5.2.1 “Aqui tem um assistencialismo muito bom”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída	211
5.2.2 “Vou lutar pra ela [prefeita] ganhar de novo, quem não sabe ela me dá outro trabalho?”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída	216
5.2.3 “Trabalho nessa [gestão], mas eu sou contra esse negócio de tá com politicagem, de tá indo atrás de um padrinho [político] pra tá pedindo”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída.....	223
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS.....	245
TABELAS	263
ANEXOS	272

INTRODUÇÃO

E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome (*Quarto do Despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus).

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo compreender como os discursos construídos sobre o Programa Bolsa Família (PBF) por ex-participantes³ do Programa, residentes no estado de Alagoas, permitem entender o modo como elas(es)⁴ se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira, ou seja, como os sentidos construídos acerca do PBF permitem entender o modo como elas(es) se colocam no mundo.

O debate aqui proposto se situa no interior dos compromissos firmados na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) de 1988, que marca o período da redemocratização do país após 21 anos sob o regime ditatorial civil-militar. A elaboração

³ Na dissertação adotamos o termo “participante” ou “ex-participante” por considerar que os termos “beneficiária(o)” e/ou “ex-beneficiária(o)” possuem uma carga simbólica que colabora com a ideia do PBF como uma “ajuda” ou um “favor”, e não como um direito, reforçando o estigma da condição de subcidadania vivida pelas pessoas das classes populares. A decisão segue a sugestão de Rego e Pinzani (2014), que destacam que o termo “beneficiário/a” deveria ser abandonado e substituído pelo termo “bolsista”: “A ideia é de que a bolsa remunera uma atividade (de estudo, pesquisa, estágio etc.) e não representa uma mera dádiva. O mesmo acontece com a Bolsa Família: a atividade remunerada consiste em sustentar um núcleo familiar em condições extremamente difíceis, cuidando em particular da educação e do bem-estar das crianças, futuros cidadãos e cidadãs brasileiras (este último aspecto é inclusive contemplado pelas duas únicas condições postas aos bolsistas)” (REGO; PINZANI, 2014, p. 16). A autora e o autor sugerem também que o termo “participante” é uma boa alternativa para a realização de uma mudança discursiva do PBF enquanto cumprimento de um direito constitucional. Em alguns casos utilizamos também o termo “cadastrada(o)” como sinônimo de “participante”, por acreditarmos que esta expressão cumpre uma função equivalente ao que propõe Rego e Pinzani (2014).

⁴ A escrita da dissertação destaca e privilegia o feminino em razão de três aspectos relevantemente considerados: a) as mulheres são maioria cadastrada nos municípios da pesquisa e foram a maioria entrevistada (18 de 20); b) elas representam mais ou menos 90% entre as pessoas titulares do PBF em todo o Brasil, por isso acabam sendo foco de muitos dos trabalhos utilizados para revisão de literatura; c) considerando a reflexão proposta por Franco e Cervera (2006), propomos uma escrita não sexista. Para as autoras: “Existe um uso sexista da língua na expressão oral e escrita (nas conversações informais e nos documentos oficiais) que transmite e reforça as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas que se dão entre [os gêneros] em cada sociedade e que é utilizado em todos os seus âmbitos” (p. 5). Desse modo, elas entendem que ao utilizar o masculino como linguagem universal e neutra (sob uma perspectiva sexista e androcentrista da língua) nega-se “a feminização da língua e ao fazê-lo estão tornando invisíveis as mulheres e rechaçando as mudanças sociais e culturais que estão ocorrendo na sociedade” (p. 5) no que diz respeito às conquistas e protagonismo delas, o que acaba reproduzindo injustiças de gênero. É por essa razão que Franco e Cervera (2006) acreditam ser urgente a necessidade de fomentar o uso de uma linguagem inclusiva quanto aos gêneros que torne “visível a presença, a situação e o papel das mulheres na sociedade em geral e no discurso [...] tal e como ocorre com os homens” (p. 6), para que se potencialize a equidade de gênero na sociedade.

da Constituição de 1988 foi resultado de disputas e lutas políticas travadas não apenas no âmbito das instituições políticas formais, como os parlamentos e tribunais, mas de embates impulsionados e desencadeados por mobilizações da sociedade civil que vinham ocupando as ruas desde os anos 1970⁵ (PERLATTO, 2019).

Desse modo, esta elaboração contou com representantes de partidos políticos de orientação ideológica de esquerda e de direita⁶; com a atuação de sindicatos e de movimentos sociais organizados – como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento pela Reforma Sanitária, entidades vinculadas à questão urbana⁷, além dos movimentos das mulheres, indígenas, negras(os), etc. –; entidades e associações de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI); alguns setores progressistas da Igreja Católica; e instituições científicas públicas e privadas, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Porém, é importante destacar que a pressão popular não veio apenas das alas progressistas da sociedade, houve ainda a ação de grupos conservadores, como entidades empresariais, associação de ruralistas e segmentos evangélicos (PERLATTO, 2019).

⁵ Mendonça (2007, p. 254) destaca que “[...] o período entre 1974 e 1984 foi o momento da constituição do que chamamos de ‘imaginário popular oposicionista’. O ‘imaginário popular oposicionista’ constituiu-se numa série de demonstrações de insatisfação política oriundas da população em relação ao governo autoritário, dispersas durante todo período de transição do autoritarismo para a democracia. Esse sentimento oposicionista manifestou-se principalmente sob duas formas: (1) pela via eleitoral, a partir da vitória do MDB [um partido de oposição ao regime à época] nas eleições de 1974 e do contínuo crescimento eleitoral da oposição partidária durante toda a fase de transição; (2) em razão da emergência de “novos movimentos sociais” [feministas, negras/os, indígenas, LGBTs, ambientalistas, sanitaristas, grupos culturais, etc.], no final da década de 1970, e dos seus inúmeros embates contra o regime [resultando na articulação desses distintos movimentos sociais e de outros grupos – trabalhista/sindicalista e estudantil – em torno da campanha das ‘diretas já’, em 1984]”.

⁶ “As lideranças do minoritário bloco progressista – constituído pelos partidos PCB (Partido Comunista Brasileiro), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PDT (Partido Democrático Trabalhista), PSB (Partido Socialista Brasileiro) e PT (Partido dos Trabalhadores), bem como pela “esquerda” do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, herdeiro do MDB) – se valeram de uma hábil mobilização das regras e procedimentos para fazer com que o majoritário bloco conservador – integrado pelo PDS (Partido Democrático Social), PFL (Partido da Frente Liberal), PL (Partido Liberal), PDC (Partido Democrata Cristão), PTB (Partido Trabalhista do Brasil) e pela fração ‘conservadora’ do PMDB – não tivesse sucesso em ditar os rumos do processo constituinte” (PERLATTO, 2019, p. 93).

⁷ A saber: Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), Federação Nacional dos Arquitetos (FNA), Movimento de Defesa do Favelado (MDF), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e a Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR) (PERLATTO, 2019).

Apesar da permanência de elementos conservadores em sua formulação⁸, a CRFB de 1988 propõe um modelo de democracia participativa pautada em um tipo de gestão horizontalizada construída como resultado de debates de distintos sujeitos. Isso repercutiu, por exemplo, na criação dos conselhos de participação popular (nas esferas municipal, estadual e federal), composto por representantes de distintos segmentos da sociedade e suas demandas, simbolizando a expressão da relação sociedade civil e Estado. Esses conselhos protagonizam debates e decisões quanto à (re)formulação e implementação de serviços e políticas públicas em várias áreas, como assistência social, educação, saúde, previdenciária e trabalhista (PERLATTO, 2019; SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

Segundo Perlatto (2019), a Constituição de 1988 marca os passos da democratização política e social do país ao abrir “possibilidades concretas para a efetivação de um Estado de Bem-Estar Social no Brasil” (p. 92). Esta nova CRFB assegurou a emergência de ações relativas ao enfrentamento de problemas sociais que há muito tempo se mostravam secundarizados ou negligenciados. De acordo com Carvalho (2008), a cidadania foi um dos fundamentos desta Constituição. O Estado e a sociedade civil organizada comprometeram-se com a construção de um país justo e igualitário, engajado no processo de erradicação da pobreza, da fome e da redução das demais desigualdades sociais a partir da construção e implementação de políticas públicas sociais⁹.

Nesse contexto, iniciou-se um movimento de construção de uma nova estrutura para a assistência social brasileira, que deixou de ser tratada como mera política complementar para integrar o tripé da política pública de Seguridade Social¹⁰ (BREVILHERI; PASTOR, 2013; CARVALHO, 2008; CORGOZINHO, 2015).

Assim, a assistência social passa a ser compreendida como um direito de toda(o) cidadã(o) que dela precisar, devendo o Estado se responsabilizar por sua implementação,

⁸ Por exemplo, em relação à reforma agrária, tendo em vista que o texto aprovado na CFRB de 1988 desconsiderou muitas das reivindicações colocadas pelo MST e pelos partidos de esquerda; além de assegurar “permissão de as Forças Armadas possuírem autonomia para a definição de assuntos de seu interesse e da não redução da jornada de trabalho para 40 horas” (PERLATTO, 2019, p. 94).

⁹ A CFRB de 1988 possibilitou novas saídas aos problemas sociais o que repercutiu na criação do Sistema Único de Saúde – SUS, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS entre outras políticas públicas sociais no campo da educação, trabalhista e previdenciário (CARVALHO, 2008; PEREIRA, 2016).

¹⁰ A noção de seguridade social supõe um conjunto de certezas e seguranças destinadas a garantir os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, com o objetivo de reduzir e prevenir situações de risco ou vulnerabilidade sociais às quais qualquer indivíduo pode ser submetido (CARVALHO, 2008).

e não tê-la como uma simples opção de governo. Isso reposiciona o papel da assistência social brasileira, possibilitando superar a característica assistencialista e clientelista que por muito tempo lhe foi associada; ou seja, a tradicional ideia de caridade e de troca de favor, em menção às ações prestadas por instituições filantrópicas de cunho religioso a pessoas em situação de vulnerabilidade social; ou até mesmo ações que se caracterizariam como uma troca de favores – uma ajuda em compensação ao apoio político/partidário¹¹ (BREVILHERI; PASTOR, 2013).

O debate sobre a assistência social continuou efervescendo no período pós-constitucional. A pobreza e a fome (grandes e antigos desafios da sociedade brasileira) passaram a ser fortemente debatidas na agenda política; configuraram-se como tema relevante na cena pública, marcada por mobilizações populares¹², bem como provocaram

¹¹ Até a promulgação da CRFB de 1988, a assistência social não era prevista constitucionalmente como um direito. As ações relacionadas ao enfrentamento da pobreza e da fome acabavam por serem realizadas de forma assistencialista e seletiva. Entre os anos de 1850 a 1930 – período de transição do regime escravocrata para à república dos coronéis – a operacionalização da pobreza passava pela articulação entre o Estado e as instituições privadas (Santas Casas de Misericórdia, orfanatos, asilos, albergues), sob a mediação da igreja católica que se caracterizava como uma das primeiras instituições a produzir ações voltada às(aos) pobres. Desse modo, a caridade se institucionalizava como o elemento central na promoção de assistência filantrópica frente a ausente ou insatisfatória intervenção estatal. Importante enfatizar que não se tratava de uma atuação pautada na perspectiva crítica da teologia da libertação, surgida nos anos de 1960-1970, eram ações elaboradas como benevolência cristã sem que se questionasse o *status quo* e a produção de desigualdades, podendo inclusive atuar em parceria com a lógica coronelista vigente. A introdução da política pública social no Brasil data entre os anos de 1930 e 1943 – período compreendido como a Era Vargas –, com a tecnização da assistência através da implantação do curso de Serviço Social, em 1936, em São Paulo. Em 1938, houve a instalação do Conselho Nacional de Serviço Social – CNSS, sendo portanto, a primeira forma de presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro (ainda que na função subsidiária de auxílio às organizações que prestavam amparo social). É nesse cenário que se consolidava a legislação trabalhista e previdenciária, aqui a carteira de trabalho era concebida como “documento de cidadania” garantindo às(aos) trabalhadoras(es) formais acesso aos serviços públicos (como saúde e previdência), enquanto as(os) demais ficavam a mercê da filantropia. Por sua vez, o contexto pós-64, manteve uma tendência de intervenção governamental pautada no assistencialismo, conduzida sob forma tecnocrática e conservadora em meio à restrição de direitos civis e políticos. Os programas governamentais muitas vezes foram usados como forma de legitimação e desmobilização de setores sociais organizados contra o regime ditatorial (CARVALHO, 2008; LONARDONI *et al.*, 2006; PEREIRA, 2016).

¹² O acesso à alimentação e a garantia de uma segurança alimentar como direito social é um dos avanços do processo de redemocratização do Brasil. Um resultado que teve como legado uma luta que envolvia a articulação entre distintos segmentos sociais (sindicatos, universidades, igrejas, organizações não governamentais, intelectuais, artistas, estudantes, empresárias/os, funcionárias/os públicas/os, políticas/os etc.) que, em 1992 (período de impedimento do ex-presidente Collor), se mobilizavam em favor da ética na política e em defesa da vida e contra a fome, partindo da constatação de que a pobreza e a democracia não eram conciliáveis. Isso repercutiu numa grande mobilização nacional com comitês espalhados por todo o país, envolvendo shows e doações de alimentos com o objetivo de sensibilizar a sociedade e convocar as(os) governantes a agirem frente ao problema da fome que afetava mais de 30 milhões de brasileiras(os) (MACHADO; ROCHA; CAMPOS, 2015; VASCONCELOS, 2004).

discussões diversas entre pesquisadoras(es) e gestoras(es) públicas(os)¹³ na intenção de encontrar possíveis alternativas de enfrentamento a esses problemas sociais (TRALDI; ALMEIDA, 2012).

Nesse sentido, a adoção de políticas públicas focalizadas nos mais pobres passa a ocupar lugar central na agenda governamental brasileira nos anos 90, evocando um forte debate sobre os Programas de Transferência de Renda (PTR). Em âmbito federal, a discussão foi iniciada em 1991, quando o Projeto de Lei nº 80/1991, que institui o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM)¹⁴, de autoria do senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi apresentado no Senado Federal¹⁵ (SANTOS *et al.*, 2014; SENNA, 2012; SILVA, 2013; SUPLICY; BUARQUE, 1997).

Importante frisar que é também nesse período que a assistência social passou a ser regulamentada através da sanção da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993)¹⁶, que tornou operacionais os princípios contidos na

¹³ Ver trabalhos de Traldi; Almeida (2012); Lopes (2014); Barros; Henrique; Mendonça (2000); Coutinho; Lucatelli (2006); Silva (2009); Suplicy; Buarque (1997).

¹⁴ Proposta aprovada em 2004 pela Lei nº 10.835, mas ainda não implantada.

¹⁵ Do período de 1930 até o final dos anos 1980, as ações do Estado para o combate à pobreza e à fome consistiam na distribuição, abastecimento, regulação dos preços e controle da oferta de alimentos, e em estratégias focadas na saúde nutricional dos sujeitos pobres (BELIK; SILVA; TAKAGI, 2001). De acordo com Silva (2017), no Brasil, a discussão a respeito da temática de transferência de renda “só foi iniciada em 1975 quando [o pesquisador] Antonio Maria da Silveira publicou, na Revista Brasileira de Economia, o texto intitulado “Redistribuição de renda”” (p. 49). Contudo, a implantação de políticas de transferência de renda é mais recente, tendo Eduardo Suplicy impulsionado esse debate no âmbito do legislativo. As primeiras experiências surgiram somente em meados dos anos 1990 em alguns municípios brasileiros. A saber, em 1995, no Distrito Federal (DF), o então governador na época, Cristovam Buarque (filiado ao PT nesse período), introduziu o programa Bolsa Escola. Em Campinas (SP), o prefeito José Roberto Magalhães, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), iniciou um Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM). Na cidade de Salvador (BA), em 1996, a prefeita Lídice da Mata (na época filiada ao PSDB) implementou um Programa de Garantia de Renda Familiar. Proposta semelhante foi implementada no município de Ribeirão Preto (SP), na gestão do prefeito Antônio Palocci (na época filiado ao PT). Apesar da introdução da ideia e das primeiras iniciativas terem sido tomadas pelo PT, tais programas foram lançados por parlamentares das mais divergentes correntes políticas. Entre 1997 e 1999, esses programas começaram a serem implementados em outros municípios – Santos (SP), São José dos Campos (SP), Santo André (SP), Vitória (ES), Boa Vista (RR), Londrina (PR), Belo Horizonte (MG) (SILVA, 2013; SILVA, 2017; SUPLICY; BUARQUE, 1997).

¹⁶ Ainda em 1993, por meio do Decreto nº 807, de 22 de abril, foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA. Trata-se de um órgão que tem por função assessorar e coordenar programas da Presidência da República, que integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) (COUTINHO; LUCATELLI, 2006). O CONSEA foi extinto em 1995, por FHC (ao criar o Conselho da Comunidade Solidária), sendo reativado, em 2003, no primeiro ano de governo do ex-presidente Lula.

Constituição Federal, estabelecendo-se como uma das políticas estratégicas de combate à pobreza (BREVILHERI; PASTOR, 2013; CORGOZINHO, 2015).

Tais iniciativas estão associadas ao processo de redemocratização do país, em que o resgate da chamada dívida social aparece como um princípio orientador das políticas públicas implantadas a partir de então (SENNÁ, 2012). Estas políticas são pensadas a partir de dados como os produzidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que, em 1993, destacava que cerca de 32 milhões de brasileiras(os) defrontavam-se, diariamente, com o problema da fome, o equivalente a nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garantiria, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos (IPEA, 1993).

Nos anos de 1995 e 1996, o Brasil ocupava a segunda colocação na posição de países com maior índice de desigualdade econômica e social (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000; SUPPLY; BUARQUE, 1997). Brevilheri e Pastor (2013) destacam que no início dos anos de 1990 (período da gestão presidencial de Fernando Collor e Itamar Franco¹⁷) as teses neoliberais ganharam força no Brasil e se intensificaram, especialmente a partir de 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). Este governo, sob a orientação do Banco Mundial, implementou reformas ancoradas na necessidade de limitação do Estado: práticas políticas que consistiam em privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego e desproteção social.

Em 1998, 50 milhões de brasileiras(os) podiam ser classificadas(os) como pobres e 21 milhões encontravam-se na extrema pobreza, situação que era apontada como moralmente inaceitável para a entrada do Brasil no próximo século (BARROS; HENRIQUE; MENDONÇA, 2000). De acordo com Suplicy e Buarque (1997, p. 97):

Muitos fatores contribuíram para essa severa desigualdade: três séculos de escravidão¹⁸ que terminou em 1888 e, mais recentemente, duas décadas – 1964-84 – de regime militar exacerbando o uso de instrumentos de desenvolvimento que, apesar de haverem promovido o crescimento com sucesso, se caracterizaram principalmente pela destinação de fundos públicos, por meio de incentivos fiscais e créditos subsidiados para donos de empresas.

¹⁷ Ambos na época eram filiados ao Partido da Renovação Nacional – PRN.

¹⁸ Em se tratando desse fenômeno, é importante considerar o ponderamento de Souza (2018, p. 438): “Ainda que a escravidão, sem dúvida, [tenha dificultado] enormemente as condições de entrada no mercado capitalista dos[as] ex-escravizados[as], o verdadeiro problema [foi] a inexistência de qualquer política ou consenso social no sentido de reverter esse quadro [...]. Assim, não é a escravidão, mas o abandono secular de ex-escravizados[as] [...] que é a verdadeira causa desse flagelo”. Pereira (2016), expõe que a tardia intervenção do Estado demonstra o legado da sociedade escravagista, que incidia na negação da condição de cidadã(ão) àquelas(es) que necessitavam de assistência estatal.

A maioria deles acumulou grande soma de riquezas. Ademais, a inflação tornou-se um problema cada vez mais agudo durante os anos 80 e início da década de 90, contribuindo evidentemente para a obstrução do crescimento e o aumento das desigualdades. Em junho de 1994 a taxa mensal de inflação alcançou o patamar de aproximadamente 47%.

Frente a esse contexto de intensa desigualdade social e econômica, existia o desafio histórico de enfrentar uma herança de injustiça social que excluiu parte significativa da população do acesso às condições mínimas de dignidade e cidadania (ROCHA, 2012). É nesse cenário que podemos localizar o PBF, foco desta dissertação, que foi constituído inicialmente como uma das estratégias do Programa Fome Zero (PFZ), elaborado em 2000, proposta do plano de governo do candidato à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O PFZ foi elaborado pela organização não governamental (ONG) Instituto Cidadania, presidida por Lula, junto a especialistas de diversas áreas. A discussão do programa deixava explícito o compromisso com a segurança alimentar no Brasil e o enfrentamento à erradicação da fome e da exclusão social, apontando isso como prioridade de sua agenda política (ANTONIO, 2014; CABRAL *et al.*, 2014). Com a vitória de Lula, o PFZ foi instituído em 2003, sendo considerada a principal política pública do início do seu primeiro mandato (ANTONIO, 2014; CABRAL *et al.*, 2014; COUTINHO; LUCATELLI, 2006).

O programa sustentava-se a partir de quatro eixos articuladores: acesso à alimentação; geração de renda; fortalecimento da agricultura familiar; e articulação, mobilização e controle social. Sendo assim, além de o programa se propor a garantir a distribuição de cestas básicas de forma emergencial, engajava-se, ainda, na construção de restaurantes populares, distribuição de cartão alimentação, construções de banco de alimentação, cisternas, etc. (ANTONIO, 2014; MARTINS, 2011). A promoção dos objetivos do programa estava diretamente alinhada a diversas políticas públicas, a saber:

[...] o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, os Centros de Referência de Assistência Social, o incentivo à Economia Solidária e à inclusão produtiva, a abertura de restaurantes populares, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, entre outras políticas, como o Programa Bolsa Família – principal fio condutor do programa. Em síntese, o Fome Zero fora pensado como uma política mãe na qual compreenderia todas as outras políticas, tanto as específicas quanto às ações estruturantes com o objetivo de combater a pobreza e as desigualdades brasileiras (MARTINS, 2011, p. 13).

No entanto, o PFZ apresentou alguns entraves que contribuíram para o seu insucesso. Antonio (2014) destaca a falta de logística para que os alimentos chegassem ao destino de forma rápida e a falta de articulação entre as esferas dos governos (federal,

estadual e municipal). Além disso, o PFZ recebeu críticas que o caracterizavam como um programa assistencialista por reforçar a ideia de um Estado que presta assistência, mas que não cria ferramentas para amenizar as desigualdades sociais.

De acordo com Silva (2009), pesquisadoras(es) e figuras políticas criticavam a adoção de estratégias de disponibilização de vales e cupons para as pessoas pobres, justificando ser preferível que as políticas públicas garantissem benefícios monetários e não a distribuição de cestas de bens, pois nunca se sabe se a cesta é desejada por cada uma das pessoas que a recebe. O repasse em dinheiro garantiria autonomia individual para o consumo daquilo que melhor conviesse às(aos) beneficiárias(os) enquanto necessidade. Essas(es) mesmas(os) pesquisadoras(es) e figuras políticas apontavam o PFZ como uma proposta de caráter emergencial, que buscava agir de forma imediata, sanando a necessidade alimentar das pessoas em situação de vulnerabilidade social, e não como uma estratégia definitiva.

Ainda que o PFZ não tenha conseguido alcançar todas as suas expectativas, foi capaz de viabilizar o sucesso do PBF, que adquiriu proporções significativas no cenário brasileiro, chegando a tornar-se a principal política da gestão Lula. O governo passou a investir maciçamente no PBF, principalmente, a partir da criação da Lei nº 10.836 de, 9 de janeiro de 2004, que o oficializou e o redefiniu (ANTONIO, 2014; COUTINHO; LUCATELLI, 2006; MARTINS, 2011; TRALDI; ALMEIDA, 2012). O PBF alcançou todos os municípios do Brasil e o Distrito Federal, atingindo um público de mais de 13 milhões de famílias brasileiras (SILVA, 2013).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda que busca enfrentar o problema da fome e da pobreza no Brasil. Para alcançar tal propósito definiu alguns objetivos sustentados na tríade transferência de renda-condicionalidades-complementaridades. Assim busca: a) promover o alívio imediato da situação de pobreza e fome, por meio da transferência direta de renda às famílias cadastradas; b) garantir a ruptura do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, através das condicionalidades, que reforçam o acesso aos serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas da assistência social, da educação e da saúde; c) possibilitar a superação da situação de pobreza e extrema pobreza das famílias participantes do PBF por meio de ações e programas complementares promovidos pelos governos (qualquer das três esferas), voltados à formação educacional e profissional de jovens e adultos(os) e ao fomento de estratégias de geração de emprego e renda (FRONZA, 2010; MENDES; BARBOSA;

RODRIGUES, 2009; SANTOS *et al.*, 2014; SEADES/AL, 2019; UCHIMURA *et al.*, 2012).

O PBF, desde sua criação, foi nomeado por diferentes atrizes e atores sociais (da esfera política, acadêmica e midiática) das mais diversas formas: programa emancipatório, política compensatória, assistencialista, esmola, programa eleitoral (SILVA, 2009). Essas nomeações encontram-se articuladas a concepções divergentes sobre o que a sociedade é ou deve ser, sobre ideais de horizonte social, sobre modos de se conceber estratégias de transformação social.

Muitas das análises sobre estas divergências, de acordo com Zimmermann e Espínola (2015), estão embasadas na construção discursiva de figuras políticas das mais distintas filiações partidárias, de pesquisadoras(es) de diversos campos teóricos e de canais midiáticos ideologicamente de direita ou esquerda, não abarcando, em muitos casos, os sentidos produzidos pelos sujeitos cadastrados no PBF. Na revisão de literatura realizada para a construção do projeto de qualificação, de um total de 151 artigos selecionados, apenas 35 abordavam narrativas de participantes do Programa; destes, somente um abarcava a experiência de ex-participantes do PBF (mas não especificava o motivo do desligamento).

Como destaca Ávila (2013, p. 121): “É preciso, pois, considerar, além dos números e das estatísticas, o ponto de vista das[os] beneficiárias[os], suas avaliações e percepções para monitoramento e aperfeiçoamento de uma política pública”. A fim de contribuir com este campo de investigação, a presente pesquisa se propôs a estudar a construção discursiva sobre o PBF em nível local, no território alagoano (mais especificamente em quatro municípios – Água Branca, Campo Alegre, Coqueiro Seco e Santana do Mundaú), a partir do seguinte problema de pesquisa: como os discursos construídos sobre o PBF por ex-participantes, moradoras(es) do estado de Alagoas, permitem entender o modo como elas(es) se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira?

Nesse sentido, o presente trabalho é um estudo sobre a construção discursiva do PBF por ex-participantes do Programa, focalizando a relação entre o discurso construído e o modo como elas(es) se localizam nas relações de dominação nas quais se encontram. Para tanto, buscamos: a) entender como concebem o PBF – (1) as demandas dirigidas ao PBF pelas(os) ex-participantes (inserção no PBF); (2) como as demandas são construídas pelas(os) ex-participantes (construção da demanda pelas/os ex-participantes como pedido ou como exigência – estabelecimento ou não de fronteira política); (3) quais as estratégias

das gestões locais do PBF para a satisfação das demandas concebidas pelas(os) ex-participantes (lógicas de sedimentação do social); b) considerando o modo como constroem as demandas (pedido ou exigência) e as estratégias de satisfação das demandas (dinâmica social), compreender as identificações discursivas dos sujeitos (como se colocam no mundo, como se reconhecem em termos das relações de dominação?); c) discutir a relevância do PBF para a expansão da democracia (pluralismo de formas de vida; ampliação da esfera pública).

Em se tratando da escolha do tema, ressalto que o interesse tem conexão direta com a minha trajetória de vida enquanto ex-participante do PBF. Ter ingressado na pós-graduação, enquanto jovem negro, de escola pública e que cresceu em uma favela alagoana, diz do papel dessa e de outras políticas públicas que atravessaram minha história e me possibilitaram novas alternativas de vida. Ao me distanciar de noções como neutralidade e imparcialidade, reconheço, assim, a implicação do(a) pesquisador(a) no campo de estudo, entendendo que a escolha por um dado tema, objeto e ferramentas de pesquisa está condicionada ao contexto social, histórico e político no qual os sujeitos estão inseridos, e a tomada de decisão se faz através de identificações afetivas.

A delimitação de Alagoas enquanto campo de pesquisa se deu pelo interesse em contribuir com reflexões críticas sobre a região em que se encontra a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e, sobretudo, por se tratar de um dos estados que mais abrange famílias participantes do PBF, apresentando um dos maiores índices de pessoas em situação de pobreza no país.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018)¹⁹ apontam que em 2017 a pobreza aumentou e atingiu 54,8 milhões de brasileiras(os) (que viviam com menos de R\$ 406 por mês), dois milhões a mais que em 2016. Nesse resultado, a região Nordeste aparece com o maior quantitativo de pessoas em situação de pobreza, 44,8%, equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Maranhão e Alagoas são os dois estados nordestinos que se destacaram com a maior proporção de pobres. No território alagoano, o resultado é de quase a metade da população em situação de pobreza (48,9%), o equivalente a mais de um milhão e meio de pessoas. Matérias

¹⁹ **Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017.** Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acessado em: 15/12/2018.

divulgadas em 2018 no jornal Gazeta de Alagoas²⁰, um dos principais veículos de comunicação do estado, reforçam os dados da desigualdade ao mostrar-nos que 26,1% da população alagoana (878 mil pessoas) têm renda inferior a R\$ 238. Em 2018, Alagoas ocupou a posição de sexto estado brasileiro com maior número de participantes do PBF²¹. Em novembro do mesmo ano, o Governo do Estado de Alagoas divulgou que o PBF assistia a 413.981 famílias²², número ainda insuficiente diante da proporção de pessoas em situação de pobreza no estado.

Importante destacar, também, que no levantamento bibliográfico realizado para a revisão de literatura apenas um trabalho discutia o PBF na realidade alagoana, o que aponta a necessidade de mais estudos sobre o impacto do PBF na vida das(os) alagoanas(os).

O foco nas(os) ex-participantes do PBF, isto é, nos sujeitos que se desligaram do Programa por não mais se enquadrarem no perfil de pobreza e extrema pobreza, compreendido no desenho do PBF (famílias com renda mensal de até R\$ 178,00 por pessoa²³), decorre de ao menos dois aspectos: a) da busca por ampliar estudos que abordem a construção discursiva sobre o PBF por aquelas(es) que participaram deste Programa, reconhecendo-as(os) como sujeitos cognoscentes e, assim, afastando-nos de perspectivas elitistas que reduzem a reflexão sobre a dinâmica social a especialistas (políticas/os, acadêmicas/os, mídia); b) da relevância de refletirmos sobre as trajetórias das(os) ex-participantes do PBF, ao considerar a experiência de inserção e o processo de participação até o Desligamento Voluntário (DV) do Programa.

A pesquisa fundamenta-se teoricamente na Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe desde meados da década de 1980. Essa teoria compreende o discurso como uma prática social, uma forma de construção de sentido e

²⁰ **Pobreza extrema aumenta 1,6%.** Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=332728>>. Acessado em: 26/12/2018.

²¹ **Saiba quais são os 15 estados que mais dependem do Bolsa Família no Brasil.** Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/saiba-quais-sao-os-15-estados-que-mais-dependem-do-bolsa-familia-no-brasil-6lwh6cto646hrt8dkrs506fuf/>>. Acessado em: 26/12/2018.

²² **Estado ultrapassa marca de 410 mil beneficiários no Programa Bolsa Família.** Disponível em: <<http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/27870-estado-ultrapassa-marca-de-410-mil-beneficiarios-no-programa-bolsa-familia>>. Acessado em: 26/12/2018.

²³ Esse valor não é fixo, ele se altera conforme leis e decretos presidenciais considerando indicadores sociais e econômicos do país que orientam o desenvolvimento de políticas públicas, como as de transferência de renda.

de atuação na realidade (ANDRADE, 2013; LACLAU; MOUFFE, 2015; LOPES; MENDONÇA, 2013). Cunha (2013, p. 270) aponta que:

Este processo de significação [de construção discursiva] é contingente, social, político e histórico. Desta forma, compreendemos que os sujeitos dão sentido ao mundo, o qual se constitui de forma contingente. Ao construir o mundo em sentido, os sujeitos fazem-no, imbricados nas práticas sociais, na linguagem e na própria ação exercida. Os sentidos são construídos nas relações que se estabelecem dentro de um campo discursivo. E não há um sentido único, fixo ou estável, mas sentidos que disputam o domínio do campo da discursividade.

Segundo Cunha (2013, p. 271), “estamos diante de uma teoria que, ao compreender e explicar, constrói a realidade e, longe de ver a realidade como forma objetiva, como ‘algo dado’, busca analisar a produção de sentidos, sua construção, ressignificação, conflito e antagonismos”.

Essa perspectiva teórica pós-estruturalista, ainda que pouco abordada no cenário de pesquisas brasileiras, vem ganhando cada vez mais espaço no debate acadêmico. Analisar a construção discursiva sobre o PBF a partir dessa vertente teórica nos permite entender: a) o modo como se dá a construção discursiva das(os) ex-participantes sobre o Programa; b) como se reconhecem nas relações de dominação em que se localizam; e c) os horizontes de sociedade que apontam.

Destacamos os quatro conceitos teóricos que nos dão o apoio necessário para refletir acerca das questões que constituem os objetivos da pesquisa:

- a) *Demanda*: considerada a matéria-prima de toda análise social (LACLAU, 2005; 2013; 2016), uma vez que o autor e a autora concebem os sujeitos como sujeitos de falta que estão em constante busca pela impossível plenitude ausente. Nesta medida, frente a insatisfações (ausências) na sociedade em que vivem, demandam respostas a tais insatisfações. Sendo assim, se trata de um conceito que nos permite compreender o modo como as(os) ex-participantes constroem discursivamente o PBF em termos das demandas que visam satisfazer ao se inserirem no Programa.
- b) *Antagonismo*: diz respeito à passagem da relação de subordinação para relação de opressão a partir da delimitação de uma fronteira política (nós x eles), ou seja, da politização de uma determinada relação social (LACLAU; MOUFFE, 2015). Na articulação com o conceito de demanda, o conceito de antagonismo possibilita-nos aprofundar o entendimento sobre a construção discursiva do PBF pelas(os) ex-participantes ao possibilitar-nos problematizar como elas(es) constroem suas demandas: como “pedidos” (sem a delimitação de uma fronteira política) ou como “exigências” (politizando a presença de uma ausência na ordem social

sedimentada). Trata-se de um conceito que nos permite pensar a quem ou ao que as(os) ex-participantes atribuem a responsabilidade por suas demandas.

- c) *Hegemonia*: diz de uma cadeia discursiva que se sedimentou em decorrência de um processo articulatório entre demandas e da invisibilidade da disputa antagônica (delimitação de fronteiras políticas) pela nomeação da ordem social. Isto é, o conceito de hegemonia expressa a relação entre objetividade e poder, a qual caracteriza a sedimentação de qualquer objetividade, na medida que a ordem hegemônica é sempre uma alternativa particular de nomeação da realidade que se instituiu como universal (LACLAU; MOUFFE, 2015). O conceito de hegemonia, em articulação com os conceitos demanda e antagonismo, auxilia-nos a entender as estratégias utilizadas pelas gestões do PBF para a satisfação das demandas das(os) participantes do Programa. Isso nos conduz a refletir acerca das artimanhas utilizadas pelas gestões locais para manterem a hegemonia sedimentada – expansão hegemônica ou expurgo à diferença.
- d) *Identificação*: essa noção tem relação direta com os conceitos de demanda, antagonismo e hegemonia na Teoria do Discurso, pois diz respeito ao processo de constituição da subjetividade, isto é, aos discursos aos quais as pessoas se vinculam no intuito de responderem as suas demandas e a partir dos quais compreendem a realidade em que vivem. A identificação com discursos hegemônicos serve à reprodução da ordem social sedimentada, localizando as pessoas em torno das posições diferenciais delimitadas no interior da ordem hegemônica (posições de sujeito). A identificação com discursos contra-hegemônicos possibilita a subversão das relações diferenciais instituídas pela hegemonia (emergência do antagonismo) e o estabelecimento de novas relações diferenciais em uma formação discursiva antagônica à hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015). O conceito de identificação ajuda-nos a refletir, em conjunto com as discussões construídas a partir das outras categorias conceituais, sobre com quais discursos, disponíveis no contexto brasileiro, as(os) ex-participantes se identificam e, desta forma, a responder ao aspecto chave dessa dissertação: como a construção sobre o PBF permite-nos entender o modo como as(os) ex-participantes se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira, como se colocam no mundo?

A perspectiva teórica que assumimos está interessada em pensar um projeto hegemônico democrático radical e plural, que se caracteriza pela expansão dos princípios democráticos de igualdade e liberdade para o maior número possível de relações sociais, reconhecendo a ampliação da esfera pública – de modo que demandas de grupos historicamente marginalizados sejam reconhecidas como legítimas no espaço público – e a pluralidade de modos de vida como condições essenciais à democracia (PRADO; COSTA, 2011). Desse modo, ela é um relevante aporte para os estudos no campo da Psicologia Política – campo teórico-prático no qual esta pesquisa se localiza – que se interessam em produzir reflexões sobre a dinâmica política da sociedade, contribuindo para reflexões sobre estratégias de expansão democrática.

A Psicologia Política agrega em suas produções científicas uma diversidade de achados advindos de vários campos disciplinares das ciências humanas e sociais que se ancoram em distintas tradições teórico-epistemológicas (estruturalismo, marxismo, pós-estruturalismo, etc.). Esse campo teórico-prático contempla pesquisas interessadas em fomentar reflexões sobre os múltiplos aspectos sociais e políticos da sociedade, como o debate em torno das políticas públicas; dos discursos e antagonismos políticos; e de valores democráticos e expansão da democracia (ROSA; SILVA, 2012; SILVA, 2012). Sendo assim, o presente estudo contribui para o campo da Psicologia Política por refletir a respeito de horizontes democráticos a partir da análise do discurso de ex-participantes do PBF.

Em tempo, acreditamos ainda que o tema discutido nesta dissertação é de extrema necessidade em se tratando da conjuntura política que o Brasil atravessa desde meados de 2016, caracterizada pelo ataque aos direitos humanos e pelo desinvestimento e desmonte de políticas públicas nas áreas da assistência social, educação, saúde, trabalhista e previdenciária; uma série de retrocessos democráticos que fortalecem relações de dominação.

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos. O Capítulo 1, *Construções discursivas sobre o Programa Bolsa Família (PBF): desenho, implementação e produção de sentidos*, refere-se a uma revisão de literatura sobre o PBF. Apresentamos as leis que criam e instituem o PBF e seus objetivos (que se sustentam na tríade “transferência de renda-condicionalidade-complementaridade”), bem como indicamos alguns aspectos acerca da disputa pela construção discursiva do Programa.

O Capítulo 2, intitulado *Introdução à Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe*, apresenta a perspectiva teórica que norteou o aporte metodológico de

produção e análise dos dados. Organizamos essa discussão em três tópicos: i) Do marxismo ao pós-marxismo: trajetória teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, onde apontamos o percurso de produção teórica de Laclau e Mouffe, evidenciando a virada que fizeram do marxismo para o pós-estruturalismo; ii) Uma perspectiva interdisciplinar: as articulações teóricas desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, em que destacamos o caráter interdisciplinar da teoria, que se constitui a partir da articulação do marxismo, da psicanálise, da fenomenologia e da análise existencial, da filosofia política, da linguística estruturalista e da filosofia desconstrucionista, o que resulta na variedade de nomeações que a produção de Laclau e Mouffe recebem – Teoria do Discurso, Teoria da Hegemonia, Teoria Pós-Marxista, Teoria Democrática Radical e Plural; iii) Um olhar sobre o problema da pesquisa: contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, onde apresentamos a contribuição da Teoria do Discurso para pensar o objeto da pesquisa, destacando os conceitos que nos foram úteis para o processo de análise dos dados produzidos em campo.

No Capítulo 3, *Caminhos da pesquisa: das experiências à escolha teórica e metodológica*, foi realizada uma discussão acerca da dimensão metodológica, epistemológica e ética do estudo em quatro tópicos: i) Trajetória pessoal e acadêmica, onde evocamos um debate que explicita a relação entre trajetória pessoal e acadêmica, a fim de mostrar como isso implica na seleção do objeto/tema de pesquisa; ii) Aspectos teórico-metodológicos, no qual situamos a pesquisa no campo da Psicologia Política e a descrevemos como um estudo orientado pela perspectiva qualitativa de viés pós-estruturalista. Apresentamos as estratégias metodológicas utilizadas para a produção e análise de dados, a saber, a História Oral e a Análise do Discurso ancoradas na perspectiva teórica de Laclau e Mouffe; iii) Aspectos Procedimentais, em que abordamos o passo a passo da pesquisa de campo; a caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa; e o percurso traçado para a análise dos dados produzidos.

O Capítulo 4, *Demandas sociais e localização nas relações de dominação*, se trata do primeiro capítulo de análise que se propõe a identificar as demandas que levaram as(os) ex-participantes a se vincularem ao PBF e discutir o modo como as constroem (pedido/solicitação ou reivindicação/exigência). Este segundo aspecto implica refletir sobre a que ou a quem atribuem a razão destas ausências na ordem social sedimentada. Assim, trabalharemos neste capítulo com dois conceitos centrais de Laclau e Mouffe: demanda e antagonismo. Ademais, o conceito de identificação também estará entrelaçado aos debates.

No capítulo 5, *Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas*, buscamos debater, a partir do conceito de hegemonia, as estratégias do PBF para a satisfação das demandas dos sujeitos a partir do discurso das(os) ex-participantes. Buscamos também compreender os modos de gestão do Programa presentes nos municípios (quais as estratégias de desligamento, portas de saída), recorrendo, de maneira complementar, aos discursos de gestores sobre o PBF. Ademais, discutiremos as identificações discursivas das(os) ex-participantes em termos da nomeação do PBF. Assim, trabalharemos neste capítulo com dois conceitos-chaves: hegemonia e identificação.

Por fim, nas *Considerações finais*, elaboramos uma síntese das discussões de modo a responder ao nosso problema de pesquisa. Também refletimos, a partir dos debates suscitados, sobre a relevância do PBF para a expansão da democracia brasileira. Ademais, apresentaremos a indicação de possíveis pesquisas futuras, visando ampliar a análise de aspectos que merecem ser mais bem desenvolvidos.

CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF): DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS

[...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida (Luiz Inácio Lula da Silva, discurso de posse em 1 de janeiro de 2003).

No contexto dos anos 2000 identificou-se na sociedade brasileira a existência de diversas políticas públicas e avanços no campo da assistência social que procuraram minimizar as diferenças sociais causadas pelo capitalismo e que buscaram contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária. Dentre os programas existentes, os de transferência de renda garantem uma renda mínima àquelas(es) que se encontram em situações de pobreza e extrema pobreza; é o caso do Programa Bolsa Família – PBF (FRONZA, 2010).

Criado em 2003, na gestão do ex-presidente Lula (PT), o PBF foi primeiramente instituído como medida provisória (nº 132/2003). Em 2004 se oficializou e foi regulamentado através da Lei nº 10.836 e do Decreto nº 5.209²⁴, sendo assim consolidado enquanto uma política de transferência de renda sob a gestão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)²⁵. O PBF nasce com a proposta de unificar e ampliar quatro programas federais de transferência de renda já existentes²⁶ – Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Escola (vinculado ao Ministério da Educação); Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão Alimentação) e Programa Nacional de Renda Mínima Bolsa Alimentação (vinculados ao Ministério da Saúde); e o Programa Auxílio-Gás (vinculado ao Ministério de Minas e Energia) – e o CadÚnico²⁷ (ÁVILA, 2013; PIRES; DIAS, 2014; SANTOS *et al.*, 2014; SILVA, 2013; TRALDI; ALMEIDA, 2012; UCHIMURA *et al.*, 2012).

²⁴ Atualizado pelo Decreto nº 7.332, de 19 de outubro de 2010, que dá nova redação e acresce artigos ao Decreto no 5.209/2004, que cria o Programa Bolsa Família.

²⁵ A partir de 1 de janeiro de 2019 o MDS passou a ser Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, integrando o Ministério da Cidadania (também criado em 2019).

²⁶ Três deles criados e ampliados durante o governo de FHC (PSDB), a saber: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e o Programa Auxílio-Gás.

²⁷ Criado em 2001, o Cadastro Único (CadÚnico) é um sistema operacionalizado pelos municípios e processado no âmbito federal que possibilita conhecer a realidade socioeconômica das famílias, e serve de porta de entrada para diversos programas sociais, incluindo o PBF. Utilizado também para o fomento de novas políticas públicas (BRASIL, 2017).

A unificação dos programas buscou evitar a variada sobreposição de pessoas atendidas pelas políticas existentes e a consequente exclusão de uma parcela de possíveis usuárias(os), ou seja, enquanto algumas famílias acessavam vários programas, outras não conseguiam participar de nenhum deles. Esse processo buscou, ainda, construir uma estratégia interministerial com foco no enfrentamento à pobreza e à fome através do fortalecimento da articulação das áreas da assistência social, educação, saúde, entre outras (BRASIL, 2017). Apesar de ser um Programa criado pelo governo federal, o PBF foi desenhado como uma política pública bastante descentralizada, e isso se reflete no funcionamento da sua gestão, que se dá de forma compartilhada entre as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal). Resumidamente, o governo federal coordena, financia a gestão e realiza a transferência dos pagamentos diretamente às famílias; os governos estaduais apoiam tecnicamente os municípios e estes, por sua vez, executam diretamente o Programa, por meio do cadastro das famílias, controle das condicionalidades, gestão de benefícios e acompanhamento das famílias (ÁVILA, 2013; BRASIL, 2017; LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009).

O financiamento do PBF vem, em grande parte, do orçamento da Seguridade Social e, ainda, de empréstimos do Banco Mundial ao governo brasileiro. Por se tratar de uma transferência de renda não contributiva, sua concessão se dá de forma oposta à da aposentadoria previdenciária e à do seguro-desemprego. Contudo, não é um direito adquirido, mas um benefício que tem caráter temporário, sendo revisto a cada dois anos e passível de desligamento em razão do aumento da renda do grupo familiar participante, da falta de atualização cadastral ou até mesmo devido ao descumprimento das condicionalidades exigidas (ÁVILA, 2013).

Como se trata de uma política focalizada, o PBF não está acessível a toda população brasileira, visto que foram definidos critérios de elegibilidade, baseados, exclusivamente, na renda familiar *per capita* mensal, sendo assim destinado às famílias pobres e extremamente pobres²⁸ (ÁVILA, 2013).

De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 5.209/2004, os objetivos básicos do Programa são:

²⁸ “As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. As famílias pobres são aquelas que têm renda mensal entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos”. **Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>>. Acessado em: 10/03/2020.

I – promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II – combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III – estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV – combater a pobreza; e V – promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004).

Com base nesses objetivos percebe-se que o PBF adota um conceito amplo de pobreza, compreendendo-a como um fenômeno multidimensional. Ou seja, diferentemente de uma perspectiva puramente economicista, muito presente em análises acadêmicas (SOUZA, 2018), a pobreza é compreendida não apenas como ausência/insuficiência de renda, mas refere-se também a carências diversas no âmbito da alimentação, educação, desenvolvimento infantil, água encanada, energia elétrica, habitação, higiene, lazer, medicamento, nutrição, saneamento, saúde, trabalho/emprego, qualificação profissional, transporte, vestuário, bens duráveis (como eletrodomésticos) etc²⁹. Resumidamente, a pobreza é apreendida aqui como a privação de necessidades materiais, de bem-estar e de negação de oportunidades. É devido a esse entendimento que o Programa não se restringe apenas a garantir um repasse mensal de valores em dinheiro para as famílias participantes, mas busca ainda possibilitar e ampliar o acesso da população pobre e extremamente pobre aos serviços públicos de assistência social, educação e saúde; além de impulsionar a criação de ações complementares ao PBF, como, por exemplo, formação educacional e profissional. A articulação dessas três dimensões foi pensada como necessária para se alcançar a finalidade do Programa em combater a pobreza e a fome no Brasil (ALVES; ESCOREL, 2013; BRASIL, 2017; DORNELLES, 2010; MAGALHÃES *et al.*, 2013; SENNA, 2012; TESTA *et al.*, 2013).

Assim, o PBF tornou-se o carro-chefe das políticas públicas formuladas no governo federal nas gestões do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009). A cobertura do Programa apresenta uma expansão gradual desde sua criação; no ano de 2005, ele já estava implementado em todos os municípios brasileiros e no Distrito Federal, incluindo aproximadamente oito milhões de famílias e com um orçamento de R\$ 6,5 bilhões ao ano. Em janeiro de 2012, já atendia a mais de 13 milhões de famílias no Brasil (o que corresponde à cobertura de mais ou

²⁹ Para além dos aspectos objetivos da condição de vida, a pobreza também abarca aspectos subjetivos que se referem à concepção que os sujeitos têm de si, de mundo e de futuro, que acaba sendo marcada por sentimentos de inferioridade, de vulnerabilidade, de medo, de insegurança, de preocupação, de desesperança (NASCIMENTO; SARUBBI; SOUZA, 2009). Ademais, é importante destacar que os atravessamentos subjetivos destes sujeitos podem contribuir tanto para a naturalização de suas condições de vida, quanto para politização delas.

menos 40,8 milhões de pessoas). O PBF tornou-se a maior política pública de combate à pobreza da história brasileira e o maior programa de transferência de renda do mundo (ÁVILA, 2013; SANTOS *et al.*, 2014; SILVA, 2013; TRALDI; ALMEIDA, 2012). Em 2019, o orçamento destinado ao PBF foi da ordem de R\$ 33,01 bilhões (percentual equivalente a 1,25% dos gastos públicos)³⁰. Esse orçamento variou ao longo dos 17 anos do Programa.

Observamos que mesmo com baixo custo para o cofre público, o PBF apresenta resultados bastante consideráveis. Como destaca Neri, Vaz e Souza (2013), ele é o programa de transferência de renda que ainda consegue o maior resultado em termos de redução da pobreza e de retorno à economia, com o menor custo para o governo, segundo padrões internacionais. Para cada R\$ 1 no PBF, o Produto Interno Bruto (PIB) cresce R\$ 1,78, ou seja, “se a oferta for perfeitamente elástica e os demais pressupostos forem respeitados, um gasto adicional de 1% do PIB no Programa se traduziria em aumento de 1,78% na atividade econômica” (NERI; VAZ; SOUZA, 2013, p. 201). Em muitos municípios brasileiros o PBF apresenta-se como o de maior eficácia na questão de transferência de renda, desencadeando na dinamização da economia local ao fornecer poder de compra aos sujeitos (ANTONIO, 2014; JANNUZZI; PINTO, 2013).

Desde sua criação, o PBF foi alvo de diversas disputas discursivas na tentativa de nomeação do seu conteúdo. Essas nomeações evidenciam posições antagônicas quanto às estratégias e aos impactos do Programa, além de proporem diferentes formas de se pensar a democracia e a construção da sociedade. A literatura analisada, resultado do levantamento e revisão bibliográfica produzida para essa dissertação, apresenta vários discursos construídos em torno do PBF, o que nos faz entendê-lo como um campo particular de sentidos, produzido em uma conjuntura social e histórica. Sua implementação encontra-se fundamentada em um discurso de combate à pobreza e à fome que se hegemonizou³¹. Entretanto, isso não exclui a possibilidade de o Programa ser

³⁰ **Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único.** Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/programas-e-aco/es/programa-orcamentario/2019?ano=2019>>. Acessado em: 25/02/2020.

³¹ Com o *slogan* de campanha eleitoral “Brasil, um país de todos”, a institucionalização do combate à pobreza e à fome foi tema central nos dois mandatos do ex-presidente Lula (PEREIRA, 2016). Em sua fala de posse, em primeiro de janeiro de 2003, ele declarou seu compromisso: “[...] se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida” (BRASIL, 2003). Como resposta, em 2003 foram criados o PFZ e o PBF. O governo Lula consistiu em articular a pauta do crescimento econômico e recuperação do setor industrial com o investimento na área social (como a ampliação de políticas públicas de transferência de renda). Pereira (2016) destaca que a sucessora petista – Dilma – seguiu passos semelhantes, apostando no *slogan* “País

ressignificado no decorrer de sua existência, podendo ter o seu desenho reformulado, seus mecanismos de implementação alterados, o que explicita os incessantes conflitos entre distintas forças políticas que disputam os sentidos acerca do PBF.

A seguir traremos alguns desses discursos antagônicos, divididos nos seguintes eixos: a) transferência de renda; b) condicionalidades e acesso aos serviços públicos; c) portas de saída.

1.1 Transferência de renda

Em seu desenho, a transferência direta de renda é retratada como a primeira dimensão do PBF. Ela consiste em auxiliar as famílias participantes do Programa a romperem de forma imediata a situação de pobreza e de fome em que se encontram (BRASIL, 2017). No entanto, o fato de o Programa transferir renda às famílias tem sido questionado desde sua origem a partir dos seguintes argumentos: 1) a transferência se trata de um meio legalizado e institucionalizado de compra de votos e uma estratégia eleitoral para manter um governo/legenda político-partidária no poder; 2) ele é um incentivo para o aumento da taxa de natalidade entre as famílias pobres cadastradas; 3) o fato do PBF priorizar as mulheres como responsáveis familiares para o saque federal acaba reforçando o processo de feminização dos cuidados³²; 4) o Programa produz um efeito negativo na experiência de trabalho e emprego das pessoas cadastradas, por desestimular a busca de meios alternativos de renda ou de inserção no mercado de trabalho; 5) por falta de fiscalização, as famílias fazem usos indevidos com o recurso recebido ao invés de investirem no consumo de gêneros alimentícios ou priorizarem as demandas das(os) filhas(os).

Sobre a primeira crítica, a que se refere ao PBF como um mecanismo institucionalizado de compra de votos e uma estratégia de marketing político construída pelo PT para se manter no poder, podemos apontar que se tratava de um discurso

rico é país sem pobreza”, e ao traçar uma meta de combate à extrema pobreza por meio da criação do plano Brasil Sem Miséria. Em ambas as gestões, o enfrentamento da pobreza e da fome consistia no repasse de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade, como também na potencialização do acesso aos serviços públicos (assistência social, educação e saúde) e na profissionalização para que conseguissem se desenvolver de modo mais independente.

³² A noção de “feminização dos cuidados” diz respeito ao processo de reprodução e naturalização quanto ao lugar das mulheres no âmbito familiar, atribuindo a elas a responsabilização nos cuidados com as(os) filhas(os) e o trabalho doméstico (MARIANO; CARLOTO, 2013; CORGOZINHO, 2015; TEBET, 2012).

concebido por partidos de oposição e outros segmentos sociais críticos aos governos petistas. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes chegou a declarar abertamente que considera o PBF uma forma de compra votos. Para ele: “Com o Bolsa Família, generalizado, querem um modelo de fidelização que pode levar à eternização no poder. A compra de voto agora é institucionalizada (com o Programa)” (FALCÃO, 2016, n.p.).

No tocante a essa ideia, Moura (2007) diz que o Programa se caracterizaria muito mais como um marketing político que um projeto social. Para o autor, o PBF transforma as(os) participantes em dependentes permanentes da transferência de renda governamental, o que, conseqüentemente, levaria as pessoas a apoiarem o governo, o que pode resultar em um impacto eleitoral.

Buscando justificar o possível impacto do PBF nos resultados das eleições presidenciais, pesquisadoras(es) avaliam dois aspectos: 1) a reeleição de Lula, mesmo diante de toda repercussão do esquema de corrupção conhecido como “o escândalo do mensalão”, que envolveu seu partido em 2005; 2) a vitória do ex-presidente e da ex-presidenta Dilma nas urnas de regiões e municípios de maior cobertura do Programa.

Segundo Licio, Rennó e Castro (2009), estudos que avaliam o desempenho eleitoral de Lula nas eleições de 2006 atestam que o ex-presidente teve maior êxito entre eleitoras(es) que pertencem a famílias cuja renda *per capita* é inferior a dois salários mínimos (o que significou cerca de 47% do eleitorado brasileiro). Esses estudos comumente partem da ideia que sujeitos com menor segurança econômica acabam priorizando a satisfação de necessidades básicas em detrimento de assuntos como ética e transparência na política. Ou seja, ainda que as denúncias de corrupção tenham sido graves, elas não afetaram os votos destinados ao petista nos estados e municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009).

De fato, percebe-se que o perfil do eleitorado do ex-presidente foi alterado. No ano de 2002 ele contou com a maior proporção de votos de municípios de melhor situação social e econômica, enquanto o segundo mandato (período pós-criação do PBF) foi garantido através dos votos que vieram predominantemente de municípios com indicadores altos de desigualdade, conseqüentemente os alvos de maior cobertura do Programa; aspecto que críticas(os) do governo e do PBF costumam expor para afirmar que a implementação do Programa impactou nos resultados das urnas favorecendo candidaturas petistas desde 2006 (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009). Em suma, Licio, Rennó e Castro (2009) defendem a hipótese de que as(os) eleitoras(es) participantes do

PBF teriam maior tendência de voto em Lula, além de avaliar a sua gestão de uma forma mais positiva em comparação às(aos) eleitoras(es) não participantes.

Em se tratando da candidatura da ex-presidenta Dilma, Junior e Souza (2015) apresentam análises semelhantes ao enfatizarem que ela alcançou os votos massivos em todos os estados nordestinos, região que comporta mais da metade das famílias cadastradas no PBF, o que leva o autor e a autora a especularem que o Programa teve uma influência positiva em relação ao percentual de votos da ex-presidenta nas eleições de 2010.

Entretanto, é importante destacar que o fato de o PBF ser gerido de forma descentralizada, ou seja, a partir de uma gestão compartilhada entre as três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o faz se diferenciar de uma estratégia clientelista, onde o recebimento de benefícios sociais se vincularia à defesa pela(o) participante de alguma ideologia política ou partidária, levando-a(o) a ser penalizada(o) caso não a fizesse, como, por exemplo, com um possível desligamento. Mas o PBF, em sua lógica de funcionamento, não prevê qualquer penalidade para a pessoa cadastrada que não vote no governo (no caso, nas candidaturas petistas), uma vez que, não é identificada em sua elaboração nenhum critério político para o cadastramento das famílias no Programa (LICIO; RENNÓ; CASTRO, 2009).

Cesar Zucco, cientista político que estuda o impacto eleitoral do PBF nas eleições presidenciais, em entrevista à revista Carta Capital, afirmou que: “Se Bolsa Família é compra de votos, qualquer outra política também seria. Chamariam uma redução da inflação, que melhora a vida das pessoas, de compra de votos? Não chamariam. Por essa lógica, o Bolsa Família não é muito diferente. Senão, quase qualquer coisa que o governo faça seria compra de votos”³³. De acordo com Zucco (2016), o PBF, ao apresentar resultados significativos na vida das pessoas cadastradas, acaba aumentando a chance de elas(es) votarem na(o) candidata(o) do governo responsável pela implementação. Sendo assim, para ele o PBF não se caracteriza como um programa eleitoreiro para captação de votos. Podemos entender que se trataria de uma identificação com uma dada candidatura política que reconhece a legitimidade de sua demanda e se propõe a satisfazê-la. Esse efeito também ocorreu em 2002, quando José Serra (PSDB) disputou a eleição. Naquele

³³ “Se Bolsa Família é compra de votos, qualquer outra política também seria”. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/se-bolsa-familia-e-compra-de-votos-qualquer-outra-politica-tambem-seria/>>. Acessado em: 29/02/2020.

ano, em comparação com as pessoas não cadastradas, as(os) participantes do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação apresentavam maior tendência em votar no candidato que representava o governo à época, no caso, um governo do PSDB (ZUCCO, 2016).

Ao entrevistar participantes do PBF, Rego e Pinzani (2013b) constataram que elas(es) reconheciam o governo Lula como o primeiro que se comprometeu com o combate à pobreza e à fome (face à criação de programas sociais como o PBF), e atribuem esse compromisso ao fato dele já ter sido pobre e ter tido um passado muito difícil, tendo vivido de perto a experiência da fome. A autora e o autor apontam que os sujeitos cadastrados no Programa votaram em Lula na reeleição presidencial de 2006 com a justificativa de que o seu governo representou uma mudança positiva em suas vidas (REGO; PINZANI, 2013a; 2013b).

De acordo com Corrêa (2015), a insistência de pessoas cadastradas no PBF em apostarem em candidaturas petistas nas eleições presidenciais se deu em razão das(os) principais presidenciáveis de oposição terem realizado declarações que apontavam o PBF como uma política assistencialista, caracterizando os sujeitos como dependentes, mesmo prometendo manter o Programa em suas plataformas de governo. Os votos cativados por Lula e Dilma entre as(os) mais pobres não se deram apenas pela implementação do PBF, a situação contou também com investimentos em outras estratégias e políticas públicas que beneficiaram esse eleitorado, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o aumento do salário mínimo, a expansão do crédito (CORRÊA, 2015).

Mas, ainda que seja defendida a tese de que o PBF corroborou com os resultados satisfatórios ao PT nas urnas, ainda assim não é possível ver evidências que tenham colaborado para a construção de um eleitorado cativo do PT, pois os efeitos não são tão visíveis quando se trata das candidaturas de deputadas(os), de prefeitas(os), de governadoras(es), o que fragiliza a hipótese do PBF enquanto um sistema institucionalizado de compra de votos (ZUCCO, 2016).

Assim, podemos observar nos discursos que concebem o PBF como um mecanismo de compra de votos e uma estratégia de marketing político, a construção de uma fronteira antagônica que constrói o PT como um inimigo a ser enfrentado. Em contrapartida, os discursos críticos àquelas(es) que afirmam que o Programa seja uma estratégia eleitoreira para manutenção do *status quo*; apontam que as(os) participantes tendiam a votar no PT nas eleições federais por um reconhecimento da identificação do partido como uma representação histórica de defesa de direitos sociais e de enfrentamento

à pobreza e à fome no país, que tem na implementação do PBF a marca com estes compromissos.

O segundo aspecto relacionado à dimensão da transferência de renda que caracteriza uma forte crítica ao PBF refere-se à compreensão de que as mulheres pobres cadastradas passam a ter mais filhas(os) para ingressar, permanecer ou aumentar o valor recebido no Programa. Discurso que é disseminado por canais midiáticos, por políticas(os) e por algumas(uns) gestoras(es) (QUADROS; SANTOS, 2017).

É importante frisar que o valor pago pelo PBF é calculado considerando a renda *per capita* e a composição do grupo familiar, isto é, se há e qual a quantidade de crianças, adolescentes, jovens, gestantes e nutrizes. De posse dessas informações, o PBF repassará um valor específico³⁴ para cada família cadastrada (BRASIL, 2017). Com essa dinâmica de pagamento adotada, é óbvio que uma família que possua mais filhas(os) receberá um auxílio maior. Contudo, ainda que no cadastramento da família no CadÚnico todos os membros precisem estar inseridos, há um número máximo de filhas(os) consideradas(os) que pode ser inserido no PBF (cinco crianças e dois/uas adolescentes). Em caso de famílias que excedam esse número, nem todas as crianças e adolescentes serão registradas (PIRES F., 2013; QUADROS; SANTOS, 2017).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) expõe que o discurso de incentivo à natalidade pelo PBF não é convergente com a realidade investigada. Em dez anos (2003-2013) houve queda no número de filhas(os) entre mulheres pobres cadastradas no PBF. Nesse período, houve um decréscimo de 10,7% no quantitativo de filhas(os) por famílias no Brasil; dentre as(os) 20% mais pobres essa queda foi de 15,7%, sendo ainda mais significativa a redução identificada entre as(os) 20% mais pobres da região Nordeste (região com maior número de pessoas cadastradas no PBF): 26,4%. Esse levantamento demonstra que, em 2003, a média de filhas(os) por família no país era de

³⁴ A lógica de funcionamento do Programa na realização de pagamentos é caracterizada por cinco benefícios, o que especifica a diferença de valores repassados às famílias: “**Benefício Básico:** é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza. Essas famílias recebem o Benefício Básico independente de sua composição familiar. **Benefício Variável:** é concedido às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes de até 15 anos em sua composição. Cada família pode receber até cinco Benefícios Variáveis. **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ):** também chamado de Benefício Variável Jovem, é concedido às famílias que tenham jovens entre 16 e 17 anos. Além dos cinco Benefícios Variáveis, cada família pode receber até dois Benefícios Variáveis Vinculados ao Adolescente. **Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP):** é concedido às famílias cuja renda familiar por pessoa se mantenha [inferior à linha que caracteriza a extrema pobreza], mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico, Variável e/ ou BVJ). Assim, o valor do BSP será o equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa da família supere a linha de extrema pobreza” (BRASIL, 2017, p. 17, grifo nosso).

1,78. Dez anos depois, o número passou para 1,59. Em se tratando das(os) 20% mais pobres, essa média passou de 2,55 para 2,15. No Nordeste, entre as(os) 20% mais pobres, os números passaram de 2,73 para 2,01 (BRASIL, 2015b; CARTA CAPITAL, 2015).

De acordo com Tereza Campello, economista e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no governo da ex-presidenta Dilma, essas informações da PNAD desconstruem a ideia de que Programa impactaria no aumento da taxa de natalidade entre as mulheres pobres e extremamente pobres. Para ela, não passa de um posicionamento preconceituoso e estigmatizante a visão de que as mães participantes do Programa buscam engravidar para receber mais dinheiro do governo (BRASIL, 2015b, n.p.). Para a ex-ministra:

Atribuem aos mais pobres um comportamento oportunista em relação à maternidade, como se essas mães fossem capazes de ter mais filhos[as] em troca de dinheiro. Isso é puro preconceito. [...] Quem diz isso não pensa quanto custa ter um[a] filho[a]. É óbvio que este valor não paga o leite da criança e as despesas que virão depois. Além disso, o preconceito parte do princípio de que o que move as pessoas para a maternidade ou a paternidade é apenas uma motivação financeira. [...] As mães do Bolsa Família têm de levar os[as] filhos[as] a cada seis meses para o acompanhamento nos postos de saúde, o que ajuda a ampliar o acesso à informação e aos contraceptivos (BRASIL, 2015b, n.p.).

No estudo de Quadros e Santos (2017) observamos que as mulheres participantes do PBF tecem críticas aos posicionamentos daquelas que supostamente estão tendo mais filhas(os) por conta do Programa. Elas ainda afirmam que fazem uso de pílulas anticoncepcionais, compradas com recursos do PBF, apresentam o desejo de não ter mais filhas(os) e frequentemente procuram pelo serviço de esterilização no Sistema Único de Saúde (SUS). Porém, apontam vários obstáculos e tentativas fracassadas no acesso à esterilização nos serviços públicos devido à restrição de ofertas e sua alta burocratização.

Na pesquisa em questão, a ligadura tubária “aparece como sinônimo de autonomia e possibilidade de controlar o número de filhos[as], para poder exercer a maternidade responsável. Sua efetivação, quando ocorre, aparece como decorrência de sorte ou benção divina e não da efetivação de um direito reprodutivo” (QUADROS; SANTOS, 2017, p. 8).

Quadros e Santos (2017) “sugerem que o aumento da prole não é resultante do ingresso no programa, e sim [da] falta de acesso a direitos reprodutivos” (p. 1). As autoras enfatizam que a contracepção entre as mulheres esbarra em dificuldades caracterizadas por desigualdades de gênero, raça e classe, quando elas têm o seu direito reprodutivo e de liberdade de escolha sobre o seu próprio corpo interferido pelo Estado. Tratando-se de mulheres negras e pobres a situação se intensifica, pois ficam completamente restritas a

essas determinações, já que não conseguem recorrer à iniciativa privada e são relegadas ao estigma de pessoas que gostam de procriar.

Nesse segundo aspecto, a construção antagônica em relação à concepção governamental se dá em termos do modo que se concebe a população pobre: a) o discurso disseminado por veículos midiáticos, gestoras(es) e partidos de oposição levanta a tese de que o PBF incentiva a fecundação entre as mulheres pobres; a gestação seria a forma de se inserirem ou se manterem por mais tempo no Programa. As mulheres cadastradas são, assim, concebidas como “aproveitadoras”, que almejam viver dependendo da ajuda do governo. Esses discursos são também de carácter machista e racista ao suporem que mulheres negras e pobres gostam de procriar e que esse fato estaria associado a um interesse financeiro, uma argumentação que se omite a criticar o problema da precariedade dos serviços públicos de esterilização feminina; b) por outro lado, o discurso que garantiu a implementação do PBF tem um fundamento pró-natalista no sentido de se ter uma preocupação com as gestantes, crianças e adolescentes de famílias pobres e extremamente pobres, por considerar que esse segmento apresenta demandas específicas, e também para garantir que a futura geração do grupo familiar consiga ter um desenvolvimento digno e saudável, ao contrário da experiência de seus pais, que é marcada pela fome e pelo trabalho infantil.

Em se tratando da terceira crítica a respeito da transferência de renda, observam-se posicionamentos que se antagonizam quanto às implicações do PBF em priorizar as mulheres como responsáveis familiares no processo de cadastramento, e os efeitos disso na dinâmica de vida delas, seja reforçando lógicas de dominação ou possibilitando superá-las.

Conforme artigo 2º da Lei nº 10.836/2004, o PBF orienta que a titularidade seja dada prioritariamente à mulher, repercutindo numa realidade concreta em que as mulheres acabam se responsabilizando pelo cadastro das famílias no Programa. De acordo com informações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), 91% das responsáveis familiares são mulheres – 69% delas são negras (pretas e pardas) (BRASIL, 2018).

Esta prioridade para as mulheres gera uma discussão antagônica. De um lado, algumas críticas feministas apontam que esta decisão reforça a lógica machista-sexista em razão da naturalização do lugar da mulher em torno da ideia de maternidade e do cuidado com as(os) filhas(os) (CARLOTO; MARIANO, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013). O desenho dessa política, segundo Tebet (2012), baseia-se no fato de que as

mulheres se dedicam mais às crianças do que os homens, em razão de terem sido socialmente educadas para tal direcionamento. Desse modo, o PBF acaba produzindo efeitos morais e simbólicos sobre a família e as relações de gênero.

Algumas pesquisas (AHLERT, 2013; ÁVILA, 2013; CAMPARA; VIEIRA, 2016; CORGOZINHO, 2015; MARIANO; CARLOTO, 2013; MORTON, 2013; PIRES, 2012; REGO; PINZANI, 2013a; TEBET, 2012; TRALDI; ALMEIDA, 2012), ao questionarem as mulheres cadastradas no PBF sobre o que acham da proposta em privilegiá-las como titulares, informam que elas consensualmente concordam com essa orientação do Programa. Essas mulheres justificam tal posicionamento com os seguintes argumentos: a) são mais aptas para gerenciarem o dinheiro do PBF, pois conhecem as necessidades das(os) filhas(os) e do âmbito doméstico de modo geral; b) são mais responsáveis quando o assunto é a gestão da economia doméstica por considerarem que seus companheiros não sabem fazer compras; c) gestam o dinheiro não pensando apenas nelas, priorizando as(os) filhas(os), ao contrário dos seus companheiros, que em certos casos priorizam o gasto com bebida e festa. Como vemos, os discursos consistem na reprodução de estereótipos quanto ao papel das mulheres nos cuidados do lar e das crianças.

Alguns desses discursos também são reproduzidos pelos companheiros das mulheres titulares. Nos trabalhos de Freire, Silva e Pontes (2012), Pires (2012), e Tebet (2012) observamos que os homens se colocam distantes quanto aos cuidados das(os) filhas(os), exercendo uma função parental menos direta, baseada na provisão de subsistência, enquanto atribuem às mulheres a responsabilidade pelos cuidados com as crianças e a casa. Por essa razão, concordam com a titularidade feminina no PBF, já que são elas que devem se responsabilizar pelo cumprimento das condicionalidades.

Essa falta de partilha das atividades acaba prejudicando as mulheres, de tal modo, que elas se veem na posição de terem que abrir mão de projetos individuais, tais como continuar estudando, se profissionalizar e trabalhar fora de casa, dado que se dedicam integralmente às atividades maternas e domésticas (FREIRE, SILVA; PONTES, 2012; PIRES, 2012).

Por outro lado, existe um debate que defende que a titularidade feminina seja garantida no desenho do PBF, pois o Programa tem proporcionado às mulheres condições de superação de relações de dominação não somente referente às questões relacionadas à pobreza e à fome, mas também à violência doméstica e às desigualdades de gênero.

Rocha (2013) destaca que a titularidade garantida às mulheres possibilita desconstruir a lógica de dominação masculina, no sentido de romper o modelo homem-provedor/mulher-cuidadora. “Sendo as mulheres as administradoras do dinheiro da família, elas passam gradativamente a abandonar a posição de submissão diante dos [companheiros], ganhando mais autonomia” (p. 204).

De acordo com Bartholo, Passos e Fontoura (2017) e Rego e Pinzani (2013b), o processo de distribuição de renda centrada na figura das mulheres possibilita a elas saírem de um ambiente de dominação como, por exemplo, o de dependência econômica em relação ao seu companheiro ou a sua família patriarcal. Como detentoras da renda, muitas relatam que passaram a ter voz ativa nas decisões de compras do lar e maior autonomia acerca dos seus direitos reprodutivos a partir do consumo de contraceptivos. O valor recebido permite ainda a flexibilização de jornadas de trabalho muito árduas, ou mesmo a não submissão a contextos de trabalho considerados mal remunerados e precarizados, bem como o fato de o desemprego feminino ser superior ao masculino.

Outro indício de um papel significativo do PBF consiste no fato de que ao colaborar com a ampliação da autonomia financeira das mulheres cadastradas, o Programa possibilita que elas enfrentem relações de dominação no que diz respeito ao rompimento com relacionamentos conjugais abusivos e indesejados, como podemos observar em relatos das participantes nas pesquisas de Quadros e Santos (2017), de Rego e Pinzani (2013a; 2013b) e de Tebet (2012).

É relevante destacar também a importância da titularidade dada às mulheres em virtude de que elas representam a maioria da população em situação de pobreza e extrema pobreza na sociedade brasileira (principalmente as mulheres negras, conforme indica o IBGE); além de, em muitos casos, serem mães solo e chefes de família (CARLOTO; MARIANO, 2012; MARIANO; CARLOTO, 2013; RENAUX, 2018).

Então, com base nos argumentos apresentados, se percebe que a fronteira antagônica expõe dois principais posicionamentos em torno da concepção da transferência de renda aliada à titularidade feminina: a) o primeiro posicionamento nega a concepção contida no desenho do PBF que prioriza as mulheres no processo de cadastramento; esse discurso se fundamenta em argumentos feministas que destacam que o Programa colabora com o fortalecimento de papéis de gênero ao identificá-las como cuidadoras dentro do contexto familiar e nas relações com as crianças, reforçando, assim, situações de dominação sexista; b) o segundo posicionamento diz respeito ao reconhecimento da importância da titularidade feminina; esse discurso enfatiza o papel

da mulher como responsável familiar, contribuindo para a garantia de seus direitos, sua autonomia financeira³⁵ e no enfrentamento a relações de dominação de gênero.

A quarta crítica relacionada à dimensão da transferência de renda do PBF alavanca um instigante debate a respeito da influência do Programa na experiência de trabalho e emprego das(os) participantes. O PBF é acusado de ser uma política pública que coopera com a geração do ócio de pessoas pobres, que, ao receberem a renda, acabam optando por largar seus empregos (principalmente atividades agrícolas) ou se conformam com o recebimento e desistem de procurar trabalho (LUI; MOLINA, 2013). O PBF é tratado neste discurso como uma fábrica de preguiçosas(os), porque as pessoas cadastradas se acomodam e passam a viver uma vida à mercê de contribuições do Estado, e influenciam suas(eus) filhas(os) a seguirem o mesmo caminho (CORRÊA, 2015). Lui e Molina (2013, p. 144) afirmam que esse tipo de posicionamento reflete “um discurso, de parte da mídia mais conservadora, de desqualificação dos programas e correlação entre os benefícios sociais e o afastamento do trabalho”.

Na contramão das críticas que afirmam que o PBF estimularia um “efeito preguiça”, os artigos de Carlotto e Mariano (2012), de Lacerda *et al.* (2010) e de Zimmermann e Espínola (2015) destacam um posicionamento antagônico ao demonstrar que as(os) participantes continuam trabalhando e apontam o Programa como um complemento da renda de suas famílias e não como a única. De acordo com dados da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI): “Entre as pessoas [participantes] do Bolsa Família que têm mais de 18 anos, cerca de 75% trabalham ou estão procurando trabalho” (BRASIL, 2015e, n.p.). Vale destacar ainda que o valor médio recebido pelas famílias cadastradas no PBF é de R\$ 191,08 (cento e noventa e um reais e oito centavos) (BRASIL, 2019d), renda insuficiente para suprir as demandas básicas do grupo familiar, o que reforçaria a necessidade das(os) participantes de manterem um vínculo empregatício ativo.

Costanzi e Fagundes (2010) afirmam que as(os) titulares do PBF apresentam um baixo nível educacional, 12,3% são analfabetas e 65,1% possuem ensino fundamental incompleto. O déficit na experiência educacional acaba por trazer implicações negativas do ponto de vista de inserção no mercado de trabalho formal; ficando assim, à mercê de

³⁵ **Bolsa Família garante direitos e autonomia às mulheres.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2016/marco/bolsa-familia-garante-direitos-e-autonomia-as-mulheres>>. Acessado em: 22/04/2020.

ocupações informais, desprotegidas e transitórias com uma renda mensal inferior a um salário mínimo, sendo necessário um complemento de renda (ALVES; ESCOREL, 2013; CAMPARA; VIEIRA, 2016; FERREIRA; MAGALHÃES, 2017; TRALDI; ALMEIDA, 2012).

Certos estudos apontam que as(os) participantes reconhecem um impacto positivo do PBF na dinâmica de trabalho/emprego. O artigo de Ahlert (2013) apresenta uma discussão acerca do impacto do Programa no alívio da rotina de trabalho de mulheres quebradeiras de coco da região de Codó/MA. A autora destaca que nenhuma das quebradeiras de coco parou de trabalhar após a inserção no PBF, mas o Programa possibilitou a elas reduzir o ritmo da rotina laboral. Antes trabalhavam exaustivamente de domingo a domingo, com o PBF passaram a tirar ao menos um dia de folga na semana.

O acesso ao PBF também possibilitou às mulheres que exercem a função de diaristas (na maioria negras) não se submeterem mais a qualquer tipo de trabalho, negando atuar em lugares nos quais sofram situações de assédio e constrangimento, que possuem condições insalubres, nos quais sejam mal remuneradas ou não tenham proteção trabalhista (CARLOTO; MARIANO, 2012).

Tratando-se dos sujeitos cadastrados que se encontram em situação de desemprego, participantes do estudo de Uchimura *et al.* (2012) declaram que preferiam não receber o benefício, mesmo reconhecendo ser uma grande ajuda. Queriam ter um emprego com um ótimo salário, porém afirmam encontrar dificuldades para consegui-lo.

Zimmermann e Espínola (2015) questionaram as(os) participantes de seu estudo (88 pessoas) sobre o motivo da falta de ocupação, quando 67,05% apontaram a escassez de vagas, 12,50% alegaram a baixa escolaridade, 11,36% disseram que a remuneração não era atrativa, 5,68% destacaram a falta de qualificação profissional, 2,27% atribuíram a desocupação à crise econômica e 1,14% recusaram responder. Em convergência com esses dados, Dornelles (2010) afirma que o PBF não produz desestímulo ao trabalho e tampouco à busca de emprego. A autora constata que a realidade brasileira apresenta oferta insuficiente de vagas de emprego voltadas ao público em situação de vulnerabilidade e que não há espaços de capacitação profissional voltados para essas pessoas.

Há ainda outras dificuldades para a conquista de emprego. O cuidado das(os) filhas(os) e o impedimento pelos companheiros são dificuldades para as mulheres realizarem trabalhos remunerados fora de casa (CARLOTO; MARIANO, 2012; TEBET, 2012). Carlotto e Mariano (2012) apresentam também o racismo como um obstáculo:

mulheres negras relatam que são excluídas do mercado de trabalho; percebem que as empresas preferem contratar pessoas brancas.

Novamente vemos um debate antagônico quanto à concepção do que é o pobre, em que temos: a) um discurso advindo da oposição política-partidária (ao PT e suas políticas públicas) e da mídia conservadora que enxergam as pessoas cadastradas como “preguiçosas”, acreditam que as(os) participantes se contentam e querem viver dependentes dessa transferência de renda. Nas entrelinhas esse discurso responsabiliza as pessoas pobres pela própria condição de desemprego; e numa compreensão meritocrática não aceita o acesso à renda se não através do trabalho/emprego; b) em contrapartida, o posicionamento do governo petista, ao instituir o PBF, entendia a relevância de uma política compensatória distributiva como forma de complementar a renda de famílias pobres que estão desempregadas ou na informalidade; c) por fim, o discurso das(os) participantes reafirma a importância do PBF como um complemento de renda e nega as críticas que as(os) taxam de preguiçosas(os), pois não deixam de trabalhar após a inserção no Programa, uma vez que não o veem como um fim. Apontam o emprego formal como uma demanda que desejam satisfazer.

A quinta crítica a respeito da transferência de renda consiste no questionamento acerca do gasto das(os) participantes e o suposto uso do dinheiro para a compra de bebidas alcoólicas, cigarros e para fazer festas, não priorizando a compra de gêneros alimentícios e as demandas das crianças e adolescentes. Este argumento, ao partir do princípio de que há um uso correto do dinheiro, legitima a existência de estratégias de fiscalização por parte de profissionais da assistência social como forma de monitorar a dinâmica da administração do recurso do Programa (ÁVILA, 2013; LUI; MOLINA, 2013; MARINS, 2018; PIRES, 2012; PIRES, A., 2013; TEBET, 2012).

O PBF, em sua formulação, busca garantir a autonomia das(os) participantes no modo como devem utilizar os recursos financeiros: “é deles[as] a decisão de como utilizar os recursos recebidos, conforme suas necessidades e sem a interferência de qualquer instância externa” (BRASIL, 2017, p. 12). Mas, como podemos notar no trabalho de Pinto (2013), há uma moralização quanto ao uso do recurso do PBF, presente inclusive nos discursos de profissionais da assistência que coordenam o Programa, de modo que a fiscalização realizada por elas(es) se consolida enquanto uma estratégia de controle e punição das famílias cadastradas. A autora apresenta relatos de participantes que caracterizam as visitas recebidas por profissionais como invasivas e discriminatórias, pois destacam que elas(es) vão até às casas e perguntam sobre a alimentação da família, abrem

os armários para olhar os alimentos e fazem críticas à compra de determinados gêneros alimentícios para as(os) filhas(os) (PINTO, 2013). Nesse mesmo texto, alguns dos relatos das(os) participantes expressam o sentimento de desistir do Programa dadas as intervenções de caráter invasivo e humilhante.

Diferente do que é defendido neste discurso moralizador, as famílias participantes tendem a concentrar o dinheiro do PBF com gastos em alimentação, principalmente nos casos em que o benefício é a única renda fixa do grupo familiar (AHLERT, 2013; FERREIRA; MAGALHÃES, 2017; MORTON, 2013; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015). De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2008)³⁶, a partir de uma pesquisa realizada com metodologia de múltipla escolha (com opção de até três respostas), 87% das(os) participantes utilizavam o dinheiro do PBF com gêneros alimentícios. Em seguida apareceram gastos com material escolar (46%), vestuário (37%), remédios (22%), gás (10%), luz (6%), tratamento médico (2%), água (1%) e outras opções que contabilizam menos de 1%.

A priorização das(os) filhas(os) também é uma realidade na forma como as(os) participantes gestam o recurso financeiro. Em alguns dos trabalhos consultados observamos que elas(es) relatam aplicar parte do dinheiro na compra de material escolar e em outros itens, como roupas, calçados, uniformes, acessórios, remédios e fraldas. Além disso, demonstram preocupação com a questão do transporte escolar e com cursos complementares para seus dependentes (AHLERT, 2013; BARBOSA *et al.*, 2016; CAMPARA; VIEIRA, 2016; MAGALHÃES *et al.*, 2013; PIRES, F., 2013; PIRES; JARDIM, 2014; QUADROS; SANTOS, 2017; SANTOS *et al.*, 2014; TRALDI; ALMEIDA, 2012; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015).

Segundo Pires A. (2013), ainda que o Estado não tenha determinado como o dinheiro do PBF deveria ser gasto, condicionou o recebimento à frequência escolar, nutricional e a vacinação das(os) filhas(os) numa determinada faixa etária, e à realização de exames para gestantes e nutrizas. Para Pires e Jardim (2014), isso levou as famílias cadastradas ao entendimento de que já que o Programa é assegurado pelo cumprimento das condicionalidades da frequência escolar das crianças e das(os) adolescentes, então o recurso deve ser administrado considerando prioritariamente as necessidades delas(es).

³⁶ Para esta pesquisa foram entrevistadas cinco mil pessoas titulares do PBF em 229 municípios das cinco regiões brasileiras.

A construção antagônica apresentada no quinto e último aspecto se dá a partir dos seguintes discursos: a) o primeiro, que nega a concepção governamental que estruturou o PBF, desconsiderando o reconhecimento dos sujeitos pobres como legítimos gestores dos seus recursos, atribuindo a eles a posição de serem tutelados e fiscalizados. Tal discurso é compartilhado por vários segmentos da sociedade como as(os) políticas(os), a mídia e profissionais da assistência social; b) esse discurso é semelhante ao que foi apresentado nas duas críticas anteriores, pois se observa uma concepção da(o) participante como “aproveitador(a)”, “irresponsável”. Sob um fundamento moral, as pessoas cadastradas são concebidas como más gestoras da renda repassada, o que produz uma compreensão sobre a “legítima participante”, aquela que se submete às determinações morais, sendo desprovidas desse *status* caso não cumpra com o investimento do dinheiro focado na alimentação ou nas necessidades das crianças e adolescentes; e c) como dito acima, a fronteira se constitui em negação à concepção de que as(os) participantes devem ter autonomia de gestão dos recursos recebidos.

1.2 Condicionalidades e o acesso aos serviços públicos de assistência social, educação e saúde

Como o PBF é um programa de transferência condicionada de renda, a manutenção da(o) participante no Programa encontra-se vinculada a algumas condicionalidades (o que caracteriza a segunda dimensão do Programa), entendidas como mecanismos de reforço para impulsionar o acesso aos serviços públicos de assistência social, educação e saúde; direitos constitucionais fundamentais para o rompimento da manutenção da pobreza (e extrema pobreza) de uma geração a outra. Assim, entende-se que as crianças e adolescentes, ao cumprirem as condicionalidades, conseguem desenvolver mais capital humano e social, melhorando suas condições de vida em comparação com suas(eus) responsáveis. Além disso, com o acompanhamento das condicionalidades, o poder público passa a ter acesso a informações úteis para criação de outros programas nas áreas da assistência, educação e saúde voltados às crianças e adolescentes mais vulneráveis (BRASIL, 2017). De acordo com Santos *et al.* (2014, p. 1387):

No campo da saúde, as famílias [participantes] acordam acompanhar o cartão de vacinação e o crescimento e desenvolvimento [peso e altura] das crianças menores de sete anos. As mulheres [...] em caso de gestantes ou nutrízes, devem realizar o pré-natal e o acompanhamento da sua saúde e do[a] recém-

nascido[a]. Do mesmo modo, na educação, todas as crianças e adolescentes entre seis e 15 anos devem estar matriculados[as] e com frequência escolar mensal mínima de 85%, bem como os[as] estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%. No âmbito da assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e obter frequência mínima de 85%.

Porém, na literatura estudada existem posicionamentos antagônicos quanto ao papel e à necessidade das condicionalidades vinculadas ao PBF. As críticas apontam que: a) as condicionalidades demarcam uma relação tutelar e meritocrática, na qual as pessoas pobres ficam sob a guarda do Estado, tendo que merecer sua ajuda através do cumprimento de uma série de obrigações; b) elas fomentam um processo de responsabilização e culpabilização das famílias; caso não cumpram as determinações exigidas, essas famílias são punidas; c) ao invés de concentrar esforços na fiscalização das famílias, deveria ser garantido o fortalecimento dos serviços públicos que acabam sendo ofertados de modo precário à população.

Segundo Pires A. (2013), a transferência de renda do PBF não é um direito universal, estando restrita e focalizada nas famílias com determinada renda *per capita*. Mas, o repasse encontra-se ainda condicionado a uma série de exigências que precisam ser cumpridas. Assim, as condicionalidades são reforçadoras de uma lógica meritocrática que fundamentaria o PBF, alimentando a ideia de que as(os) pobres devem se esforçar para merecer a ajuda do Estado, o que dificultaria a possibilidade de as pessoas cadastradas perceberem o Programa como uma política pública de equidade, concebendo-o como uma recompensa ou uma troca de favor. Para o autor, “a forma concreta de vivenciar a cidadania pelos[as] mais pobres vem a reforçar o viés excludente e hierárquico presente na sociabilidade entre as classes sociais no Brasil, na qual a efetivação de direitos é algo sempre dependente de favores e de relações pessoais” (PIRES A., 2013, p. 172).

O autor ainda nos mostra que para as(os) participantes, fazer parte do Programa implica estabelecer um compromisso em virtude das obrigações previstas nas condicionalidades. Tratar-se-ia de uma lógica semelhante a uma relação contratual, celebrada entre a pessoa cadastrada, como representante de sua família, e o Estado. E nesse processo o Estado é visto como um parceiro confiável: basta fazer a sua parte, que ele faz a dele (PIRES A., 2012, 2013).

Mas, apesar de concordarem com as condicionalidades, isso não significa que as(os) participantes mantenham uma relação inviolável das regras, ainda que de modo não intencional. Porém, quando se encontram em situação de descumprimento expressam

um profundo sentimento de medo e de vergonha. Isso é possível perceber nos relatos contidos nos estudos de Ranincheski e Silva (2013): os sujeitos apresentavam sentimento de medo porque precisavam do dinheiro para saciar as necessidades básicas da família; e de vergonha por estarem descumprindo o acordo estabelecido com o Estado para receberem o dinheiro. O descumprimento das condicionalidades advém em grande medida de dificuldades familiares e não necessariamente de uma insubordinação às normas do Estado. Algumas(uns) participantes admitem já terem tido problemas em cumprir as condicionalidades, chegando ao ponto de serem punidas(os), seja via advertência, bloqueio ou até suspensão do benefício (ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015). Uma dificuldade ressaltada para o cumprimento das condicionalidades, em especial em educação, é o controle das(os) adolescentes para fazer cumprir a frequência escolar exigida, de 85% (RANINCHESKI; SILVA, 2013).

Nesse sentido, a exigência das condicionalidades em certa medida cumpre um papel de vigilância e punição. Como destaca Senna (2012), o não cumprimento das condicionalidades pode ocasionar em: a) advertência (a família é comunicada que um integrante deixou de cumprir algumas das condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício); b) bloqueio (quando o benefício é bloqueado por um mês ou até que o problema seja resolvido); c) suspensão (o benefício fica suspenso por dois meses ou mais); e d) cancelamento (significa o desligamento da família do Programa). Tais medidas são gradativas e variam conforme o histórico de descumprimento da família. O retorno ao recebimento só é realizado quando o problema verificado for resolvido.

A literatura também questiona as condicionalidades sob a alegação de que o Estado estaria focando a fiscalização das famílias cadastradas no PBF e não o acesso aos serviços que por vezes não estão sendo ofertados ou estão funcionando de forma precária. No campo da educação, uma dificuldade apontada pelas(os) participantes do Programa é a ausência de professoras(es) na escola das(os) filhas(os) (ALVES; ESCOREL, 2013; CORGOZINHO, 2015; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015). Na área da saúde, uma dificuldade relatada pelas(os) participantes é que chegam à Unidade de Saúde e não encontram profissional disponível para atendê-las(os), além de falta de medicamentos, vacinas e de longa espera pelos serviços (ALVES; ESCOREL, 2013; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015).

Desse modo, Zimmermann e Espínola (2015) sugerem que, ao invés de se investir tempo no controle da frequência das(os) participantes na educação e na saúde, o Estado poderia criar mecanismos para monitorar a acessibilidade e a qualidade de seus serviços.

Pires e Dias (2014) destacam que as(os) participantes pontuam que mesmo que não fizessem parte do Programa encaminhariam suas(eus) filhas(os) para a escola e aos serviços de saúde por considerarem o acesso aos serviços públicos um direito das crianças e adolescentes, independente da condicionalidade prevista no Programa.

Por outro lado, há quem defenda a lógica das condicionalidades associadas ao PBF por entenderem que ela não tem finalidade punitiva. Concebem que as condicionalidades servem para estimular as famílias cadastradas a exercerem seu direito de acesso aos serviços públicos, promovendo melhoria das condições de vida das(os) participantes e de suas(eus) dependentes, garantindo, assim, o direito à cidadania (BRASIL, 2017; SANTOS *et al.*, 2014).

Quanto aos efeitos relativos às condicionalidades, alguns artigos (SANTOS *et al.*, 2014; SILVA, BRANDÃO; DALT, 2009; TESTA *et al.*, 2013) nos permitem perceber que as(os) participantes reconhecem que a situação educacional de suas(eus) filhas(os) melhorou após a inserção no PBF. Desse modo, os membros mais jovens do grupo familiar vem apresentando um maior nível de escolaridade.

Cacciamali, Tatei e Batista (2010) destacam que o PBF apresentou impacto no campo da educação e do combate ao trabalho infantil, de forma que a chance de uma criança somente estudar aumenta se ela participar do Programa, além de contribuir para a queda do analfabetismo e o aumento da escolaridade entre as(os) brasileiras(os) das classes populares. O PBF, a partir das condicionalidades na esfera da educação, tem garantido que as(os) mais de 13,8 milhões de estudantes (entre seis e 17 anos) acompanhadas(os) apresentem uma frequência escolar de 90,31%, ultrapassando a média nacional que é de 85%. Esse dado vem crescendo anualmente desde 2007 (BRASIL, 2019a). Esse aumento significativo na frequência escolar das crianças cadastradas no PBF pode ter contribuído para a redução do trabalho infantil (JANNUZZI; PINTO, 2013).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em seu Relatório Mundial sobre Proteção Social (2014/2015), apontou que o PBF, ao vincular o recebimento da renda à frequência escolar, garantiu resultados positivos quanto à inclusão social e ao combate ao trabalho infantil no Brasil³⁷. Isso foi um movimento bastante importante em virtude de que tal problema requer especial atenção pelos efeitos nocivos que pode causar às crianças

³⁷ **Programas sociais ajudam no combate ao trabalho infantil, diz relatório da OIT.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/programas-sociais-ajudam-no-combate-ao-trabalho-infantil-diz-relatorio-da-oit/>>. Acessado em: 29/11/2018.

e adolescentes, principalmente nas áreas da educação e saúde (ARAÚJO; GOMES; LIMA, 2014).

Há ainda impactos significativos na vida das pessoas cadastradas no PBF decorrente da condicionalidade em saúde. Um indicador importante é a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), a desnutrição crônica diminuiu 51,4% entre crianças cadastradas no PBF (BRASIL, 2014a). O Programa também estimulou a realização do pré-natal e o acompanhamento do calendário de vacinação de crianças, impactando na redução da taxa de mortalidade infantil (MARIANO; MARTA, 2018).

Em 2014, o Ministério da Saúde divulgou um estudo que destaca que a parceria entre o PBF e a Estratégia Saúde da Família contribuiu para a redução da mortalidade de crianças de zero a cinco anos em 19%. O Brasil vem se destacando por alcançar significativa redução na taxa de mortalidade infantil, que declinou de 61 mortes por mil nascidos vivos, em 1990, para 16 mortes em 2015, uma queda de 73% (BRASIL, 2014c; 2015f; MARIANO; MARTA, 2018).

Percebe-se também impacto do PBF na vida das mulheres gestantes cadastradas no Programa. Em 2009, elas apresentaram 1,6 visitas de pré-natal a mais do que as não cadastradas. Entre 2005 e 2009, o número de gestantes cadastradas que não receberam cuidados pré-natais caiu de 19% para 5%, queda significativamente maior que a observada entre as não cadastradas. Esses dados acabam repercutindo no fato de que, ao nascer, o peso das crianças de mães vinculadas ao PBF é superior ao das crianças de mães não vinculadas (JANNUZZI; PINTO, 2013).

As duas posições evidenciadas se antagonizam por conceberem de modo distinto o papel das condicionalidades vinculadas ao PBF: a) de um lado, as(os) estudiosas(os) questionam a relevância das condicionalidades criticando sua lógica meritocrática e punitivista, na qual as pessoas cadastradas devem se esforçar cumprindo determinadas exigências para se manter no Programa. Outra crítica relacionada às condicionalidades é que elas são uma estratégia do Estado para se desresponsabilizar da condição educacional e de saúde das crianças e adolescentes, culpabilizando as famílias pobres. Esses argumentos deslegitimam o papel das condicionalidades previsto no desenho do Programa; b) por sua vez, o governo petista estruturou o PBF como uma política de transferência de renda condicionada pautada no discurso do reconhecimento das condicionalidades como importante estratégia de estímulo à cidadania e à garantia de

direitos básicos às pessoas cadastradas, visando o rompimento do ciclo intergeracional de pobreza e fome.

1.3 Portas de saídas: ações e programas complementares ao PBF

Ao instituir o PBF, os governos petistas receberam diversas críticas que questionavam o papel do Programa no enfrentamento à pobreza e à fome no país. Tais críticas partiam da ideia de que o Estado, através desta política de transferência de renda, “dava o peixe, mas não ensinava a pescar”, afirmando seu caráter assistencialista. Esses discursos que antagonizam a concepção que estrutura o PBF pontuam ainda que o repasse financeiro é insuficiente para garantir que as famílias cadastradas consigam superar a condição de desigualdade que vivenciam.

Segundo Corrêa (2015), essas críticas são expressas especialmente por adversárias(os) políticas(os) que comumente mencionam que o Programa apresenta impactos pouco eficazes no enfrentamento das desigualdades sociais. Tasso Jereissati (PSDB), em 2010, chegou a afirmar que o Programa era uma grande enganação e que os governos Lula e Dilma estariam empreendendo esforços numa política de transferência de renda ao invés de criar estratégias para abertura de mais postos de trabalho (CORRÊA, 2015).

Para Dornelles (2010), o PBF, ao promover o acesso à renda para uma significativa parcela da população empobrecida, que não é assistida pelo sistema de previdência social e que se encontra à margem do mercado de trabalho (quando empregada é em condição de trabalho precário e mal remunerado), possibilita que as famílias aliviem a condição de pobreza, ainda que compreenda que não seja uma política suficiente para superá-la.

Moura (2007) destaca que o modo como foi implementado o PBF corroborou com uma espécie de indução das(os) participantes em tornarem-se dependentes do que algumas(uns) nomeiam como “esmola oficial”. O autor afirma que segundo as(os) “especialistas” o governo agiu como se o Programa fosse um fim e não um meio transitório para a superação das desigualdades das pessoas cadastradas, deixando de investir, assim, em alternativas de geração de renda e de ampliação e melhoria da oferta de serviços públicos de educação e saúde (MOURA, 2007).

Esses apontamentos fomentam uma reflexão sobre a terceira dimensão do PBF que diz respeito às ações e/ou programas complementares vinculados direta ou

indiretamente ao Programa. Elas são estratégias criadas com o objetivo de promover o acesso a outros serviços e direitos sociais que auxiliam as famílias cadastradas a enfrentarem a perpetuação da pobreza em longo prazo, de modo a não precisarem mais do auxílio do PBF para sobreviver. Por isso, as estratégias complementares são também compreendidas como portas de saída (BRASIL, 2017; SANTOS; MAGALHÃES, 2012; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015).

As ações complementares são as mais diversas, consistindo em oferta de cursos profissionalizantes e inserção profissional; apoio às iniciativas de economia solidária; formação de micro empreendimentos; concessão de microcrédito; programas para alfabetização e aumento de escolaridade; estratégias de apoio à aquisição, construção ou reforma de unidade habitacional; implementação e matrícula de crianças em creches; programas de educação em tempo integral; produção de oficinas culturais e esportivas; estratégias de emissão de documentação civil; etc. (BRASIL, 2017; MAGALHÃES *et al.*, 2013; SANTOS; MAGALHÃES, 2012; SENNA, 2012; TESTA *et al.*, 2013).

Os programas complementares podem ser implementados por qualquer uma das esferas do governo (federal, estadual ou municipal) (BRASIL, 2017). Mas deve-se levar em consideração que a gestão local deve mapear o público e o território, pois cabe a ela o papel fundamental de controle, acompanhamento, monitoramento, avaliação e fiscalização da execução do Programa no âmbito municipal (ÁVILA, 2013; SENNA, 2012). De acordo com a qualidade da gestão, os municípios recebem mensalmente um valor para ser investido em ações do PBF. Os recursos são repassados diretamente do Fundo Nacional para os Fundos Municipais de Assistência Social e devem ser utilizados para a realização de atividades como: gestão de benefícios; gestão de condicionalidades; acompanhamento das famílias cadastradas e cadastramento de novas, atualização e revisão dos dados cadastrais; implantação de programas complementares ao PBF; demanda de fiscalização do PBF e do CadÚnico; e estruturação das instâncias de controle social (BRASIL, 2012b).

Nesse sentido, a gestão local do PBF deve buscar gerenciar o Programa de forma articulada entre as áreas (assistência social, educação e saúde) e impulsionar a criação e implementação de programas complementares que dialoguem com a demanda local (ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015).

No entanto, Zimmermann e Espínola (2015) e Santos e Magalhães (2012) afirmam que em alguns municípios a experiência de programas complementares ainda não é uma realidade. Enfatizam a falta de apoio da gestão do PBF nos âmbitos local, estadual e

federal no incentivo ao fortalecimento de estratégias que busquem promover ações de superação das desigualdades, o que endossa a crítica ao PBF como uma política pública assistencialista.

Para algumas(uns) autoras(es), quando implementadas, essas ações apresentam limites em termos de sua eficácia no que diz respeito à instrumentalização das famílias para que alcancem uma vida mais digna. Santos e Magalhães (2012) apontam problemas referentes à má administração na implementação dos programas complementares, como a divulgação precária dos cursos de formação educacional e profissional, o limite no número de vagas ou, ainda, o caráter pouco dialógico dos programas que, via de regra, não expressam a necessidade/desejo do público-alvo local (SANTOS; MAGALHÃES, 2012).

De modo geral, os estudos sinalizam que o PBF contribui para minimizar a experiência de pobreza das pessoas cadastradas, porém apontam limitações na construção de estratégias que possibilitem aos sujeitos superarem as relações de dominação na qual estão submetidos. Nesse sentido, observa-se uma fragilidade do PBF, tendo em vista que as ações complementares têm como foco garantir a escolarização e profissionalização das pessoas cadastradas para que consigam ingressar no mercado de trabalho e, assim, romper com o ciclo de pobreza e fome (ZIMMERMANN; ESPÍNOLA, 2015).

Como visto até o momento, há uma construção discursiva em torno do PBF que o concebe como uma política pública de cunho assistencialista e que expõe as fragilidades de sua eficiência no combate à pobreza e à fome, principalmente pela existência de inúmeros obstáculos quanto à implementação de portas de saída, o que promove a dependência dos sujeitos ao Programa.

Contudo, outros discursos atestam o impacto significativo do PBF para a melhoria das condições de vida das(os) participantes, o que expressa seu caráter efetivo na minimização das vulnerabilidades. De acordo com dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (do Ministério da Cidadania), o PBF foi responsável pela queda de 15% a 20% na desigualdade de renda domiciliar por pessoa, entre 2001 e 2011. Como resultado, 36 milhões de brasileiras(os) saíram da extrema pobreza. Deste total, 22 milhões superaram a extrema pobreza após a implantação do plano Brasil Sem Miséria (BSM)³⁸, em 2011, na gestão da ex-presidenta Dilma (BRASIL, 2015a). Em 2014, com a

³⁸ O BSM foi lançado em junho de 2011 por meio do decreto nº 7.492, com a meta de retirar 16,2 milhões de brasileiras(os) da extrema pobreza até o final do ano de 2014. O plano se baseava em: transferir renda,

contribuição do PBF, o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre 1990 e 2014, o percentual de queda de brasileiras(os) em situação de subalimentação foi de 84,7%. Somente de 2002 a 2013 a queda foi de 82% (BRASIL, 2014b; 2015a). A ONU afirmou reconhecer o Programa como um exemplo para outros países no que diz respeito à erradicação da pobreza e para a melhoria das condições de vida das pessoas em situação de vulnerabilidade social³⁹.

Guerra *et al.* (2015) ressalta que esses números talvez ainda pareçam pouco aceitáveis para uma das maiores economias do mundo e a maior da América Latina. Entretanto, merecem alguma comemoração dada a velocidade com que esses resultados foram conseguidos em comparação com o histórico de exclusão social vivido no país.

Importante destacar que em 11 anos (2003-2014) um total de 3,1 milhões de famílias se desligaram voluntariamente do PBF (BRASIL, 2015c). Esse dado talvez possa nos indicar o efeito das ações complementares do Programa na superação da condição de desigualdade vivida por essas famílias, tendo em vista a mudança no perfil socioeconômico delas⁴⁰.

Um exemplo das portas de saída vinculadas ao PBF e que teve amplo alcance junto às(aos) participantes foi o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Ele tinha por finalidade a qualificação profissional de pessoas inscritas no CadÚnico com idade a partir de 16 anos e que estão em situação de pobreza (com renda familiar *per capita* de até R\$ 140). Essas capacitações técnico-profissionalizantes eram realizadas em instituições de ensino técnico e tecnológico, como as unidades do sistema nacional de aprendizagem (Serviço Nacional de Aprendizagem

para alívio imediato da situação de desigualdade econômica; acesso aos serviços públicos, visando melhorar as condições educacionais e de saúde das famílias; e inclusão produtiva, com o objetivo de aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres nos contextos rural e urbano. Por meio de uma metodologia de busca ativa, a proposta era encontrar os sujeitos, e não esperar que eles viessem até o Estado. **Plano Brasil Sem Miséria é lançado.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2011/06/plano-brasil-sem-miseria-e-lancado>. Acessado em: 06/06/2020.

³⁹ **Programa Bolsa Família é exemplo de erradicação de pobreza, afirma relatório da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/programa-bolsa-familia-e-exemplo-de-erradicacao-de-pobreza-afirma-relatorio-da-onu/>>. Acessado em: 13/02/2020.

⁴⁰ Porém, como veremos nos exemplos dos municípios da pesquisa, essa mudança da renda pode simplesmente representar a inserção em um emprego formal ou em um programa de transferência de renda como a aposentadoria ou BPC decorrente de alguma deficiência (como no caso da filha de Thalita), ou seja, devido a família ter alcançado a renda de um salário mínimo, um valor que muitas das vezes não é suficiente frente às necessidades (pagamentos de contas de energia elétrica e água encanada, feira mensal, aluguel, compra do gás de cozinha, etc.).

Comercial – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Social da Indústria – SESI; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT) e a rede federal e estadual de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2014d). Os objetivos do PRONATEC eram:

[...] [O] acesso ao emprego (via qualificação profissional e intermediação de mão de obra) e do empreendedorismo individual e do trabalho associativo (por meio do microempreendedor individual e da economia solidária, apoiados em serviços de formalização, assistência técnica e de fomento ao microcrédito produtivo orientado) [...] (BRASIL, 2014d, pp. 24-25).

Em 2014, o PRONATEC alcançou mais de um milhão de matrículas com inscrições em mais de 550 cursos⁴¹ diferentes em 3.631 municípios (PT SENADO, 2014). À época, o MDS reconheceu que o PRONATEC, aliado ao Microempreendedorismo Individual (MEI), colaborou para que participantes do PBF superassem o perfil de pobreza (BRASIL, 2015d).

Como podemos observar, essa terceira dimensão do PBF apresenta os seguintes elementos: a) aqui temos um debate que é histórico na assistência social, que seria a questão do assistencialismo x enfrentamento da desigualdade; b) críticas(os) ao PBF produzem discursos que deslegitimam a capacidade do Programa em enfrentar a pobreza e a fome; dizem se tratar de uma política assistencialista que age focada numa demanda imediata (o acesso à alimentação) e que deveria dar lugar a soluções de longo prazo que possibilitem romper o ciclo de pobreza; e c) o posicionamento anterior demarca uma fronteira antagonica com o discurso de combate à pobreza e à extrema pobreza no Brasil através da transferência de renda, das condicionalidades e de estratégias complementares que foram estruturadas como compromissos do PBF.

Neste capítulo, apresentamos os principais debates presentes na revisão de literatura sobre o PBF construída para a pesquisa, apontando para antagonismos discursivos a respeito das formas como se concebe o Programa. No próximo capítulo, abordaremos a perspectiva teórica que fundamentou as análises construídas nessa dissertação, a qual nos permitiu trabalhar o tema central deste estudo que diz respeito às construções discursivas das(os) ex-participantes sobre o PBF.

⁴¹ Auxiliar administrativo, operador de computador, eletricista instalador predial de baixa tensão, recepcionista e manicure, pedicure, entre outros.

CAPÍTULO 2 – INTRODUÇÃO À TEORIA DO DISCURSO DE ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo (A Educação na Cidade, Paulo Freire).

[...] o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (*Política e Educação*, Paulo Freire).

2.1 Do marxismo ao pós-marxismo: trajetória teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

As obras de Ernesto Laclau e de Chantal Mouffe possuem uma vasta visibilidade internacional e são importantes contribuições para as ciências humanas e sociais em diferentes campos (ciência política, educação, filosofia, sociologia, psicologia). Entretanto, os trabalhos do autor e da autora possuem uma inserção tímida⁴² no Brasil (LOPES; MENDONÇA, 2013).

Ernesto Laclau nasceu em Buenos Aires, na Argentina, em 6 de outubro de 1936. Licenciou-se em História na Universidade de Buenos Aires (UBA), onde se aproximou de debates políticos que tinham como base as teorizações de Theodor W. Adorno e Jean-Paul Sartre, de modo que conseguiu combinar militância política e pesquisa acadêmica. Chegou a fazer parte do Socialismo de Vanguarda, uma dissidência do Partido Socialista Argentino, mas se afastou por suas críticas ao leninismo. Nos anos 1960, se tornou diretor da revista *Lucha Obrera*, que se vinculava ao Partido Socialista da Esquerda Nacional (PERTOT, 2014).

⁴² Como nos mostra Lopes e Mendonça (2013), até o ano de 2013 havia apenas dois livros de Ernesto Laclau lançados no país: *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo* ([1977]/1978) e *Emancipação e diferença* ([1996]/2011). Somente em 2013 foi publicada uma terceira obra – *A razão populista* ([2005]/2013). Posteriormente, em 2015, foi traduzido e publicado *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical* ([1985]/2015) livro de Laclau em parceria com sua companheira Chantal Mouffe. No mesmo ano o livro *Sobre o político* ([2005]/2015), de Mouffe, foi lançado no Brasil. Em 2020, *Por um populismo de esquerda* ([2018]/2020), se torna a segunda obra da autora traduzida e publicada no país até o momento.

Nos anos 1970, Laclau foi para a Inglaterra, onde realizou seu doutorado na Universidade de Essex, e a partir de 1973 deu aulas de Teoria Política nessa universidade, onde, como professor, fundou, em 1982, a Escola Pós-Estruturalista de Análise do Discurso de Essex, em funcionamento até os dias de hoje. Além disso, foi diretor do Centro de Estudos Teóricos em Humanidades e Ciências Sociais (LOPES; MENDONÇA, 2013; NASCIMENTO, 2017). Ernesto Laclau, em seus estudos, dedicou-se a ressignificar o populismo⁴³ contra determinadas concepções do senso comum e da própria literatura da ciência política. Falecido em 2014, ele deixou um extenso e importante legado, sendo considerado um dos mais significativos estudiosos no campo da teoria política, com suas obras traduzidas em mais de 20 idiomas (PERTOT, 2014; NASCIMENTO, 2016).

Chantal Mouffe, nascida na Bélgica, em 1943, hoje com 77 anos, possui uma carreira semelhantemente produtiva. Ela é cientista política e professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, na Inglaterra, onde dirige o Centro de Estudo da Democracia. Já lecionou em diversas universidades da Europa, América do Norte e América Latina e é autora de mais de uma dezena de livros, principalmente voltados ao tema da democracia, nos quais trabalha conceitos como agonismo⁴⁴ e a diferença conceitual entre “a” política e “o” político⁴⁵. Uma das suas mais conhecidas obras é

⁴³ Diferentemente do uso pejorativo que se faz do populismo como sinônimo de manipulação, para Ernesto Laclau o populismo é uma lógica política de organização da sociedade e não uma forma de governo. Trata-se das mobilizações das massas, mobilização popular, não de um grupo específico ou uma demanda particular, mas de distintos grupos e pessoas, uma cadeia de equivalência com distintas demandas e uma demarcação de um inimigo em comum. Ou seja, a sua constituição requer a nomeação de um signo (significante vazio) que articule as distintas demandas em torno de si em prol de um horizonte político de sociedade (projeto de sociedade). Além disso, a demarcação de uma fronteira antagonica é uma condição para a construção desta lógica política, pois ela depende da identificação de um inimigo comum (nós x eles).

⁴⁴ Mouffe (2015) apresenta um princípio normativo para a política democrática: a transformação do antagonismo em agonismo. De acordo com a autora, ainda que a relação antagonística (amigo x inimigo) não possa ser eliminada, é essencial para a democracia a formação de uma comunidade política que preserve o pluralismo dos modos de vida, ao invés de se constituir na eliminação da existência do outro, que defende e representa projetos hegemônicos opostos. Para a autora, a tarefa da democracia deve ser transformar antagonismo em agonismo, ou seja, transformar inimigos em adversários (COSTA, 2019; MOUFFE, 2015). Importante destacar que, diferentemente de teóricas(os) liberais que enfatizam a superação da relação nós x eles, Mouffe reafirma a legitimidade do conflito e que somente uma ordem autoritária buscaria recusá-lo ou suprimi-lo. Para ela: “Embora o consenso seja necessário no que diz respeito às instituições constitutivas da democracia e aos valores “ético-políticos” que caracterizam a associação política – liberdade e igualdade para todos –, sempre haverá discordância quanto ao seu significado e quanto ao modo como devem ser implementados. Numa democracia pluralista, essas discordâncias não são apenas legítimas, mas também necessárias. Elas fornecem a matéria-prima da política democrática” (MOUFFE, 2015, p. 30).

⁴⁵ Segundo Mouffe (2015), “a” política (nível ôntico) tem a ver com as diferentes práticas da política convencional, enquanto “o” político (nível ontológico) refere-se precisamente à forma em que a sociedade

Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical, escrita junto com seu companheiro Ernesto Laclau⁴⁶. Atualmente é uma das principais influências teóricas de Pablo Iglesias e Íñigo Errejón, ambos dirigentes do Podemos, um partido político de esquerda na Espanha (FEBBRO, 2015; NASCIMENTO, 2017).

De acordo com Nascimento (2017), no que diz respeito às influências e localizações teóricas, Laclau e Mouffe, até a década de 1970, fizeram parte da escola marxista, incorporando em suas análises, principalmente, a perspectiva dos filósofos Antonio Gramsci e Louis Althusser, autores que marcam a inserção dele e dela no rol de estudos marxistas.

Um trabalho que exemplifica essa localização teórica é o livro de 1977 *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*⁴⁷. Nele Laclau recorre a importantes obras influenciadas por Gramsci e Althusser, fazendo uso de noções conceituais destes autores como hegemonia (Gramsci) e ideologia (Althusser) (MOTTA; SERRA, 2014). Ainda que Laclau e Mouffe integrassem o grupo de teóricos marxistas, demonstravam um afastamento de teorizações mais ortodoxas, por isso a aproximação dele e dela às perspectivas gramscianas e althusserianas. Para ambos, essas vertentes neomarxistas apresentavam uma (re)leitura científica do marxismo que contribuía para a superação da situação crítica que essa perspectiva teórica vinha enfrentando em razão dos desafios históricos que contingencialmente se desenhavam e escapavam das previsões teleológicas de Karl Marx (LACLAU, 1986; LACLAU; MOUFFE, 2015).

O que Laclau e Mouffe expõem como a “crise do marxismo” não se tratava de um fenômeno recente, era emergente desde a Segunda Internacional Socialista (1889-1916).

é fundada. Noutras palavras, a autora compreende “a” política como o conjunto de práticas e instituições (análises eleitorais, partidos políticos, os três poderes – executivo, legislativo e judiciário) por meio das quais uma ordem ou sentido são criados, organizando a coexistência humana no contexto conflituoso produzido pelo político: a institucionalização do conflito. Por sua vez, “o” político seria a dimensão de antagonismo que ela (por influência do pensamento de Carl Schmitt) considera constitutiva da sociedade, dos sujeitos e das suas identidades, e das relações sociais que estabelecem.

⁴⁶ Essa foi a obra basilar da Teoria do Discurso, após a publicação dela o autor e a autora propuseram-se a desenvolver trabalhos diferentes e independentes, “tendo Laclau se dedicado a desenvolver a teoria do discurso, enquanto Mouffe assumiu a tarefa de falar da democracia radical e agonística” (NASCIMENTO, 2016, p. 102).

⁴⁷ O livro é uma produção de Laclau, o qual ele dedica a sua companheira, Mouffe, declarando sua gratidão a ela por todo o debate que contribuiu para a produção do trabalho. Afirma que “de certa forma poderia ser vista como fruto de um trabalho colaborativo” (LACLAU, 1986, p. 9, tradução nossa). O que nos indica uma concordância teórica entre os dois desde esse período. A transição do marxismo para o pós-marxismo também ocorreu conjuntamente, sendo o livro *Hegemonia e estratégia socialista*, publicado por Laclau e por Mouffe em 1985, um marco desta transição.

A “crise” consistia em reflexões acerca das premissas de Marx e do papel do seu aporte teórico em prever os rumos da história. Nesta concepção, as sociedades caminhariam para um inevitável conflito de classe entre o proletariado e a burguesia. Isso se repercute na centralidade que o marxismo emprega ao proletariado, constituindo-o como um sujeito privilegiado e protagonista da missão histórica e universal de conduzir a construção para uma sociedade socialista através de uma revolução operária (ALVES, 2010; LACLAU; MOUFFE, 2015).

O fluxo da história se mostrou divergente das previsões marxistas. Pôde-se ver a queda do comunismo na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o descrédito do projeto socialista, a ascensão e fortalecimento do neoliberalismo que acabou influenciando a própria identidade da esquerda. As sociedades se tornaram mais complexas, diferente da tese da simplificação da sociedade entre capitalistas x proletários; observou-se a emergência de uma pluralidade de demandas que não necessariamente tinham a ver com o determinismo econômico. Sendo assim, passava-se a ser cada vez mais necessária a ruptura com os “últimos” rastros de reducionismo da teoria marxista (ALVES, 2011; 2019; LACLAU, MOUFFE, 2015). Por isso Laclau e Mouffe colocavam-se na posição de repensarem as categorias marxistas de modo a reativá-las à análise do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, as perspectivas gramscianas e althusserianas foram as articulações teóricas que inicialmente permitiam a ele e ela alcançarem tal objetivo.

Para Laclau e Mouffe (2015), Gramsci é um “teórico original e um estrategista político” (p. 130). O conceito de hegemonia⁴⁸ no pensamento dele foi formulado na tentativa de dar conta da contingência histórica com a qual a ortodoxia marxista se esbarrava, constituindo-se assim uma das tentativas mais eficazes de resposta à “crise do marxismo” (LACLAU; MOUFFE, 2015). De acordo com Laclau e Mouffe (2015), Gramsci, em sua teoria, demonstra um movimento de fuga do reducionismo de classe. Ele concebia o sujeito político não estritamente como aquele que representa apenas sua classe (sua demanda particular), mas como um sujeito coletivo articulador de uma unidade representativa de vontades coletivas complexas que atravessam diversos segmentos de classe. Tal vontade coletiva resultaria da articulação político-ideológica de

⁴⁸ De acordo com Alves (2010): “Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lenin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição [marxista]” (p. 71).

forças históricas dispersas com objetivos heterogêneos que “se funda num único objetivo, com base numa concepção de mundo igual e comum” (p. 132). É esse modo de pensar, que demarca uma posição antieconomicista do autor, que possibilita questionar a ideia que identifica “o sujeito revolucionário com a classe operária, [na qual] a hegemonia no sentido de articulação era estritamente impensável” (p. 133).

Althusser também foi um autor bastante influente nas obras de Laclau e Mouffe (mesmo depois da transição teórica que realizaram). A perspectiva althusseriana apresenta uma ligação com a psicanálise de Sigmund Freud e de Jacques Lacan para a formulação de conceitos como ideologia e sobredeterminação (MOTTA; SERRA, 2014). Segundo Motta e Serra (2014), o significado de ideologia é redefinido por Althusser, de modo que ele passa a distanciar-se da forma como o conceito era empregado no pensamento marxista que o entendia como falsa consciência ou como mera expressão de um contexto histórico. Com a aproximação à psicanálise freudo-lacanianiana foi possível um deslocamento do sentido negativo e limitante que se empregava. A definição por ele proposta evidenciava uma noção de ideologia como um sistema de representações das sociedades humanas. Nesse sentido, compreende-se que os “sujeitos assumem posições ideológicas que guiam suas condutas. [...] Somos seres ideológicos e simbólicos por natureza” (MENDONÇA, 2014, p. 145).

A definição de sujeito que Althusser assume também se distancia da defendida por outros teóricos marxistas que adotavam uma ideia de sujeito centrado. Em sua teorização, ele demarca uma compreensão de sujeito descentrado, ou seja, que está submetido a diversas (ou adversas) ideologias (as crenças políticas, culturais, religiosas) relativamente independentes. De acordo com a perspectiva althusseriana, “as interpelações discursivas constituem em cada “indivíduo”⁴⁹ uma pluralidade de sujeitos”, que por sua vez se reconhece e está sujeitado a outro Sujeito (com “S” maiúsculo, que vem a ser uma ideologia) (MOTTA; SERRA, 2014, p. 131).

Da psicanálise, Althusser também faz uso do conceito de sobredeterminação, o que lhe permite entender o social como uma ordem simbólica. Para Laclau e Mouffe (2015, p. 169): “O caráter simbólico – isto é, sobredeterminado – das relações sociais

⁴⁹ As aspas servem para designar a compreensão de “indivíduo” assumida por Althusser (sob influência da psicanálise lacanianiana). Segundo Motta e Serra (2014, pp. 130-131): “Não há, para Althusser, indivíduo, [...] mas sim sujeitos: o indivíduo é sempre um sujeito desde o seu nascimento quando lhe é conferido um significado (um nome), e não é dotado de uma consciência autônoma já que é sempre sujeitado a algo (um Sujeito) que o interpela cotidianamente, sem que perceba a existência desse mecanismo de sujeição que, em última instância, reproduz as relações de poder” (MOTTA; SERRA, 2014, pp. 130).

implica, portanto, que lhes falta uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente”. Isso foi uma forma de fugir do determinismo e essencialismo economicista presentes no marxismo.

A noção de sobredeterminação permite dar conta da multiplicidade possível de articulações discursivas. Isso tem mostrado uma pluralidade de antagonismos sociais que configuram as identidades sociais. Os sujeitos sociais não estão construídos de maneira prévia em sua inserção nas práticas sociais, mas, sim, constituem-se no resultado de uma relação diferencial com o outro⁵⁰ (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Contudo, ainda que Laclau, em sua obra de 1977, buscasse se desvincular dos essencialismos e reducionismos marxistas, ele apresentava um olhar que privilegiava o proletário como “força hegemônica às vastas massas que buscam uma reorientação política radical na etapa do declínio mundial do capitalismo” (LACLAU, 1986, p. 7, tradução nossa). Isso acontecia em razão do vínculo de Laclau e Mouffe com as perspectivas gramsciana e althusseriana, que, apesar de apresentarem grandes avanços no âmbito da teorização marxista, como mostramos, não conseguiram superar completamente a ideia da economia como fundamento último e a defesa da centralidade do proletário na luta política.

Gramsci, apesar de demonstrar grande avanço em relação a outros discursos marxistas, não consegue superar completamente o dualismo do marxismo clássico, estando preso à defesa do privilégio de classe na luta hegemônica (ALVES, 2010; LACLAU; MOUFFE, 2015). Segundo Laclau e Mouffe (2015), é possível detectar resquícios de uma determinação econômica em sua formulação teórica. Na teoria gramsciana, a hegemonia de classe é concebida como um fundamento ontológico último, pois a luta política continua sendo caracterizada como um jogo de soma zero entre as classes, ou seja, a possibilidade da construção hegemônica fica presa ao dualismo proletários x capitalistas. Há, assim, limites à lógica desconstrutiva da hegemonia, que se

⁵⁰ De acordo com Mouffe (2015): [...] a criação de uma identidade implica o estabelecimento de uma diferença, diferença essa que muitas vezes se constrói com base numa hierarquia: por exemplo, entre a forma e o conteúdo, preto e branco, homem e mulher, etc. [...] [Assim, compreendemos que] toda identidade é relacional e que a afirmação de uma diferença é a precondição para a existência de qualquer identidade – ou seja, a percepção de um “outro” que constitui seu “exterior” [...] (p. 14). Além do mais, devemos considerar que as identidades são constituídas por uma pluralidade de sujeitos sobredeterminada, de modo que uma mesma pessoa pode apresentar diversas posições de sujeitos (o estabelecimento de uma localização na ordem social) a partir da vinculação com um dado discurso: mulher, negra, pobre, lésbica, trabalhadora, umbandista, etc.

vê restrita a um conflito que resulta entre duas únicas possibilidades – a manutenção da hegemonia da burguesia ou a instituição de uma sociedade socialista.

Por sua vez, o discurso althusseriano se tornou incapaz de afirmar a totalidade dos efeitos desconstrutivos do conceito de sobredeterminação ao buscar aproximá-lo de outra noção incompatível: a economia como a determinação em última instância. O autor reaproxima seu posicionamento do marxismo ortodoxo ao se agarrar ao paradigma economicista, de modo que a sobredeterminação e a contingencialidade dão lugar ao essencialismo e à determinação (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Ao apresentar o conceito de ideologia, Althusser o pensa também restrito ao dualismo proletariado x burguesia. Segundo o autor, a ideologia proletária é compreendida como a ideologia das massas, capaz de unificar a vanguarda da classe operária em suas organizações de luta de classe. Para a perspectiva althusseriana, o objetivo da ideologia proletária seria constituir sujeitos de ação que rompam com o sistema capitalista e não se sujeitem às instituições modernas burguesas. Assim, propõe uma revolução que busque despossar a classe dominante do poder de Estado, estabelecendo novas relações de produção, cuja reprodução seja garantida pela destruição dos antigos aparelhos de Estado e a edificação de novos (MOTTA; SERRA, 2014).

Segundo Laclau e Mouffe (2015), muitas(os) teóricas(os) marxistas que buscaram romper com os reducionismos da teoria falharam ou caíram em alguma lógica contraditória⁵¹. Suas teorizações acabavam repercutindo em um processo de proletarização dos demais estratos sociais. A concepção de povo torna-se sinônimo de classe operária, de modo que empregava como insatisfatória qualquer possibilidade de articulação política que não privilegiasse a classe trabalhadora, uma vez que ela ganhava o *status* de “classe universal”. Por consequência, a noção de antagonismo era unicamente pensada na relação de disputa entre proletário e burguesia (LACLAU; MOUFFE, 2015).

No entanto, como aponta Alves (2010) e Burity (1997), apesar desse movimento de repensar e revisar o marxismo ter apresentado limitações em todas as tentativas de

⁵¹ Com Rosa Luxemburgo e Lenin foi possível pensar em estratégias de combate à fragmentação da classe trabalhadora. Ambos defendiam a possibilidade de articulação dessa classe com outros grupos para o enfrentamento do inimigo em comum a todas(os). No entanto, mantinham o foco no proletariado, centralizando-o como líder político de uma aliança de classes (LACLAU; MOUFFE, 2015). Por sua vez, Lukács, Gramsci e Althusser apresentaram uma tentativa de romper com o determinismo econômico e o reducionismo de classe presente na teoria. Entretanto, nenhum deles conseguiu superar totalmente o problema do economicismo, já que a economia é considerada por todos eles como determinante em última instância; ou tampouco escaparam da dicotomia burguesia x proletariado (ALVES, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015).

resposta à crise do marxismo, ele expressou a crescente sensibilidade com a contingência dos processos históricos e políticos, o que de alguma forma serviu para a desconstrução do marxismo e o surgimento de teorizações pós-marxistas como a formulada por Laclau e Mouffe.

Então, as produções de autoras(es) como Rosa Luxemburgo, Vladimir Lenin, Georg Lukács e principalmente de Gramsci e Althusser foram bastante importantes nas articulações teóricas realizadas por Laclau e Mouffe, pois foi a partir delas que o autor e a autora iniciaram suas críticas a noções do marxismo clássico (LACLAU; MOUFFE, 2015). Porém, como pontua Alves (2010), Laclau e Mouffe foram além, sendo mais radicais na desconstrução do paradigma político essencialista do marxismo, repensando a própria noção de classe social e a ideia da economia como fundante e determinante de toda lógica social (relações sociais e situações de opressão). Buscaram preencher as lacunas deixadas pelo marxismo, se agarrando a reflexões antecipadas conceitualmente por autores como Althusser e Gramsci e aproximando-as da corrente pós-estruturalista, principalmente da teoria lacaniana e do desconstrucionismo derridiano, passando a privilegiar a categoria discurso sob uma concepção antiessencialista.

Pinto (1999) destaca que alguns aspectos teóricos adotados por Laclau e Mouffe, como o reconhecimento e defesa do caráter radicalmente discursivo do social, a consequente negação de todo e qualquer essencialismo e a negação de qualquer posição privilegiada do proletariado, contribuíram para o deslocamento de ambos de suas origens marxistas. Assumiram em suas teses a centralidade do contingente, a implosão da noção da objetividade, do sujeito e do universal, aproximando-se da perspectiva pós-estruturalista.

O pós-estruturalismo se desenvolveu e ganhou força em meio à turbulência da década de 1960. Na América Latina, observamos a propagação de regimes/ditaduras militares em aproximadamente todos os países do continente, numa “guerra” anticomunista apoiada pelo imperialismo norte-americano (NASCIMENTO, 2016). Na Europa e nos Estados Unidos, intensificaram-se as manifestações dos “novos” movimentos sociais⁵², assim concebidos em razão de reivindicarem pautas que não se

⁵² “Novos” movimentos sociais ou movimentos sociais contemporâneos são termos que surgem para se referir aos sujeitos políticos que emergiam a partir da década de 1960 na luta contra diferentes formas de dominação, diferenciando-se do movimento operário-sindical. Enquanto este último era visto como legítimo pelo pensamento da esquerda marxista, os “novos” movimentos eram considerados marginais ou periféricos e tinham suas demandas negligenciadas (LACLAU; MOUFFE, 2015). Laclau e Mouffe são críticos ao termo “novos” movimentos sociais: para o autor e a autora, o que há de inovador nos “novos”

reduziam à demanda econômica: o surgimento das “novas” vertentes do feminismo; os movimentos de protesto de minorias étnicas, raciais, nacionais e sexuais; as lutas ecológicas anti-institucionais; o movimento antinuclear. Na França, em maio de 1968, instalou-se uma greve geral, que foi fundamental para o marco do pós-estruturalismo. Outro evento importante nesta época são as manifestações pacifistas contra a participação americana na guerra do Vietnã, que chegou a reunir mais de 100 mil pessoas no ano de 1967⁵³ e 60 mil em 1968⁵⁴. No continente africano, diversos países conquistaram suas independências nesse período (LACLAU; MOUFFE, 2015; NASCIMENTO, 2016).

Para Laclau e Mouffe (2015, pp. 51-52), “todas estas [circunstâncias e mobilizações sociais] implicam uma expansão da conflitividade social a um conjunto mais amplo de áreas, criando o potencial, e não mais do que isso, para um avanço rumo a sociedades mais livres, democráticas e igualitárias⁵⁵”. Esta série de acontecimentos demonstra uma fragmentação nos modos de vida e escancara ainda mais a segmentação da classe trabalhadora com distintas problemáticas decorrentes da exploração capitalista. Ou seja, essa situação histórica evidenciava a complexidade do social, pois a cena pública era tomada por uma difusão de particularidades/demandas que não tinham a ver com a determinação econômica; isso gerava tensões “quanto às bases teóricas e políticas sobre

movimentos sociais não é a sua oposição aos “velhos” movimentos sociais (movimento de classe), mas a expansão, propiciada por eles, do imaginário democrático a um conjunto de novas relações sociais características das sociedades industriais avançadas (PRADO; COSTA, 2011).

⁵³ **Manifestação contra a Guerra no Vietnã reúne 100 mil pessoas.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2017/10/1929046-manifestacao-contr-a-guerra-no-vietna-reune-100-mil-pessoas.shtml>>. Acessado em: 10/01/2020.

⁵⁴ **1968: Manifestação pelo fim da guerra no Vietnã reúne 60 mil no Central Park.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/banco-de-dados/2018/04/1968-manifestacao-pelo-fim-da-guerra-no-vietna-reune-60-mil-no-central-park.shtml>>. Acessado em: 10/01/2020.

⁵⁵ Obviamente, com exceção do contexto latino-americano que, sob ares autoritários, neste período, encontrava-se marcado pelo sufocamento da democracia e consequentemente dos direitos humanos individuais e coletivos, em razão da realização de perseguição e prisão política, exílio de pessoas, privação do direito de ir e vir e censura da liberdade de expressão, além de inúmeros casos de torturas e assassinatos de sujeitos que eram vistos como inimigos do governo (trabalhadoras/es, estudantes, indígenas, jornalistas, artistas, políticas/os e demais segmentos da sociedade que se organizavam em oposição ao regime militar). Somente com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, nos anos de 1980, o país pôde dar maior vazão à pluralidade de demandas democráticas desenhando um cenário que possibilitou questionar as categorias marxistas no Brasil: “A redemocratização do país nos anos de 1980 e a crise das utopias e do socialismo real nos anos de 1990, entre outros fatores, contribuíram para a emergência e o reconhecimento, no contexto nacional, de diversas novas identidades, demandas, movimentos e atores sociais (feministas, negros, gays, ambientalistas, jovens da periferia, grupos culturais, religiosos etc.) que escapavam, em grande medida, ao alcance das ferramentas de análise social oferecidas pelas perspectivas tradicionais, predominantemente economicistas, classistas, institucionalistas e/ou funcionalistas” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1328).

as quais o horizonte intelectual da esquerda tradicionalmente se constituía” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 51).

Segundo Mendonça e Rodrigues (2014a, p. 28), o pós-estruturalismo “desenvolve-se [...] principalmente com os escritos de Jacques Derrida, contaminando as ciências sociais como um todo em um projeto de desconstrução e desfundamentação”. Ainda para esses autores, esta perspectiva provocou um fazer científico que buscou superar a ideia de um centro ou de fundamentos últimos, se opondo a paradigmas como o humanismo, o marxismo e o estruturalismo (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014a).

[...] para o paradigma humanista, o homem substitui a centralidade de Deus. O sujeito autocentrado faz-se a si mesmo e constrói o mundo a partir de suas necessidades, tendo liberdade para criar. Ele é o próprio centro da existência humana. No marxismo, este sujeito não é um sujeito individual, mas o portador de um papel histórico universal, aquele que teria a missão de emancipar a classe operária da opressão do capitalismo, o que pressupunha o apagamento de todas as outras identidades sociais para fabricar um sujeito total. Já no estruturalismo, o sujeito está subjugado pelas estruturas que substituem a centralidade daquele e totalizam o social. Em todos os casos, buscava-se encontrar o elemento ou o conjunto de elementos (regras e códigos), que pudesse ser identificado como aquele que totaliza, conserva, estrutura e significa uma sociedade, seu centro organizador, seu fundamento [...] (NASCIMENTO, 2016, p. 96).

O pós-estruturalismo se caracteriza pela desconstrução dos paradigmas essencialistas acima citados. Embora não possa reduzir esta perspectiva de pensamento a um todo homogêneo, um ponto comum apresentado pelas(os) teóricas(os) dessa vertente é a rejeição ao fundamento último do social, entendido como centro organizador das relações humanas e a aceitação de sua contingência histórica. Porém, é importante frisar que não se nega a existência de estruturas que dão algum sentido de ordem ao campo do social, mas sim a crença do caráter fixo delas, como se existissem desde sempre, de tal modo que o social se apresentasse como mera repetição. Então, o que se procura sinalizar é que as estruturas sociais são sedimentações parciais e precárias, historicamente construídas (NASCIMENTO, 2016).

Definitivamente, a ruptura e transição paradigmática realizada por Laclau e Mouffe se dão em meados dos anos de 1980 em razão de se mostrarem empenhados em estudar a reconfiguração da esquerda em plena crise do pensamento marxista (PERTOT, 2014; NASCIMENTO, 2017). De acordo com Laclau e Mouffe (2015), depois de um período de significativa expansão e riqueza intelectual na década de 1960 – que teve seu epicentro no althusserianismo, mas também em um interesse renovado em Gramsci e nos teóricos da Escola de Frankfurt –, a teoria marxista havia estagnado e entrado em uma

crise a partir de meados de 1970, o que só viria a se intensificar a partir de então (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Sendo assim, Laclau e Mouffe (2015) se colocam na missão de produzir um arcabouço teórico capaz de dar conta das análises a respeito do capitalismo contemporâneo com a emergência dos “novos” antagonismos sociais. Isso se faz com o objetivo de propor reflexões que contribuam para a construção de um projeto político de esquerda frente aos novos desafios que o marxismo clássico não conseguia acompanhar.

Porém, é importante destacar que Laclau e Mouffe não defenderam que a teoria marxista devia ser esquecida, mas, ao contrário, evidenciaram o marxismo enquanto uma produção discursiva que permitia compreender a realidade de sua época. De acordo com Pinto (1999):

[...] Marx viveu em uma época em que os homens e mulheres pobres trabalhavam até 18 horas por dia, 7 dias por semana, desde mais tenra idade até uma precoce morte. As vidas destas pessoas se resumiam ao trabalho, este era o único espaço de construção de identidade dos indivíduos. Daí que este era o lócus privilegiado da construção das relações que expressavam opressão. Portanto, não parece estar aí a ruptura de Laclau com Marx, mas sim em este último ter transformado um antagonismo provável em um certo momento histórico, em uma lei histórica que essencialmente deve se cumprir. Ao findar o século XX, cada vez o trabalho é menos central na vida dos homens e das mulheres, quer pela complexidade das relações sociais, quer pela própria escassez de postos de trabalho, esta última situação coloca uma parcela importante de pessoas fora das relações formais de trabalho, na maior parte de sua vida. Frente a estas situações, parece difícil argumentar que os indivíduos se tornarão sujeitos políticos por vias das suas posições nas relações de produção. Há neste fim do século uma complexa rede de situações, onde os agentes sociais encontram condições para suas emergências como sujeitos: no mundo atual, principalmente, nos países de terceiro mundo, onde o desemprego é uma dura realidade, nada pode nos fazer pensar que se constituíra uma identidade de resistência a partir da relação comprador – vendedor da força de trabalho. Na medida, por exemplo, de que o fato de ser mulher ou ser negro torna-se uma dificuldade a mais para encontrar emprego, pode se afirmar que há mais possibilidade que estas identidades de resistência ocorram por estas duas posições e não pela condição de trabalhador (p. 37).

Pinto (1999) destaca ainda que Laclau e Mouffe, em sua obra, não negam a possibilidade de uma revolução e até mesmo do próprio proletariado liderá-la. Mas destacam que não existe nenhuma razão, *a priori*, que garanta ou indique que um processo revolucionário deva necessariamente acontecer e, que, fundamentalmente, o proletariado seja o ator político deste⁵⁶. Nesta teoria, o essencialismo e a determinação dão lugar à descentralidade e à contingência. Esta autora ainda enfatiza:

⁵⁶ O esquema teórico de Laclau e Mouffe (2015) não tem a pretensão de prever cenários finais – um fim da história. Ao partirem da noção do social como sobredeterminado, concebem a história das relações humanas como uma sequência infinita de fatos e interpretações possíveis (LACLAU; MOUFFE, 2015; MENDONÇA, 2009). Como destaca Mendonça (2009, p. 156): “[...] a partir [...] da análise *Stricto sensu*

Em uma sociedade primitiva podemos ter uma lógica simples de diferença, de um lado, os dominantes, de outro, os dominados. Em sociedades complexas os dominantes e dominados ganham um conjunto de conteúdos, não temos apenas um polo de dominação, mas múltiplos. [...] Se examinarmos os discursos libertários do século XX veremos com clareza uma trajetória que vai da construção de um único sujeito oprimido – o proletário – a uma complexa rede de sujeitos da opressão – negros, mulheres, índios, crianças, sem-terra, sem-teto, etc. (PINTO, 1999, p. 42).

E como bem pontua Mouffe (2018):

Dentro de qualquer sociedade, cada agente social está inscrito numa multiplicidade de relações sociais, não apenas relações sociais de produção mas também outros tipos de relações sociais, de raça, sexo, nacionalidade e vizinhança. Todas essas relações sociais determinam posicionamentos ou posições de sujeito, todo agente social é, por isso, o *locus* de várias posições de sujeito e não pode ser reduzido a apenas uma. Assim, alguém inscrito nas relações de produção como um trabalhador é também, homem ou mulher, católico ou protestante, francês ou alemão e por aí vai. A subjetividade de uma pessoa não é construída unicamente com base na sua relação de produção. Além do mais, cada posição social, cada posição de sujeito, é em si o *locus* de múltiplas construções possíveis de acordo com os diferentes discursos que podem construir tal posição. Assim, a subjetividade de um dado agente social é sempre precária e provisoriamente fixada [...] suturada na interseção de vários discursos [...]. Assim existe, portanto, na sociedade uma multiplicidade de antagonismos em potencial, sendo o antagonismo de classe apenas um entre vários. Não é possível reduzir todas as formas de subordinação e luta a expressão de uma única lógica localizada na economia. Nem é possível evitar tal redução propondo uma mediação complexa entre antagonismos sociais e a economia. Existem múltiplas formas de poder na sociedade que não podem ser reduzidas ou deduzidas de uma única origem ou fonte (pp. 178-179).

Com base no exposto, na compreensão de Laclau e Mouffe uma transformação radical da sociedade requer articulações equivalenciais entre demandas de diversos grupos que passem a conceber sua situação de subordinação como uma situação de opressão e, então, construam canais para uma mudança que resulte em um projeto hegemônico (SOUTHIER, 2017).

Apesar das críticas, não interessava ao autor e a autora simplesmente abandonar a tradição marxista, ambos reconheciam sua riqueza e importância, e acreditavam que através desta perspectiva teórica seria possível formular uma nova concepção política de esquerda através do legado de alguns de seus conceitos, desde que suas condições de possibilidade fossem revistas e seus pressupostos essencialistas fossem abandonados. Por isso, ao invés de romperem completamente com esta escola, resolveram tomar o caminho da desconstrução e da reativação da herança marxista a partir de dentro, fato que

de discursos em disputa, [...] podemos produzir inferências, mas mesmo assim, a infinitude do real pode nos pregar peças, tendo em vista que o sujeito, ou a classe universal, não são inexorabilidades, mas tão-somente resultados de contingências históricas”.

explicitaremos melhor no tópico seguinte (LACLAU; MOUFFE, 2015; NASCIMENTO, 2017).

A obra de Laclau e Mouffe que marca a transição e reconstrução teórica a partir do marxismo é *Hegemonia e estratégia socialista*, originalmente publicada em inglês, em 1985. Neste livro, o autor e a autora desconstruem a teoria marxista ao apresentar uma crítica ao determinismo econômico e à centralidade da classe operária. De acordo com Laclau e Mouffe (2015):

Nossa abordagem dos textos marxistas busca, ao contrário, recuperar sua pluralidade, apreender as inúmeras sequências discursivas – em grande parte heterogêneas e contraditórias – que constituem sua estrutura e riqueza internas, e garantem sua sobrevivência como ponto de referência para análise política. A superação de uma grande tradição intelectual nunca tem lugar sob a forma repentina de um colapso, mas assim como as águas do rio, tendo se originado numa fonte comum, se espraiam em várias direções e se juntam a correntes que fluem de outras fontes. É assim que os discursos que constituem o campo do marxismo clássico podem ajudar a formar o pensamento de uma nova esquerda: ao legarem alguns de seus conceitos, transformando ou abandonando outros, e diluindo-se naquela intertextualidade infinita dos discursos emancipatórios na qual a pluralidade social toma forma (pp. 55-56).

Desse modo, Laclau e Mouffe, a partir da reativação de alguns de seus conceitos, propõem uma Teoria do Discurso, que apresenta ferramentas teóricas mais adequadas para pensar o social e o político na contemporaneidade (NASCIMENTO, 2017).

2.2 Uma perspectiva interdisciplinar: as articulações teóricas desenvolvidas por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, no processo de construção teórica realizam um movimento interdisciplinar ao articularem uma série de conceitos e de noções provenientes de várias tradições teórico-epistemológicas, a saber: o marxismo gramsciano e althusseriano, a psicanálise (principalmente a lacaniana), a fenomenologia e análise existencial de Martin Heidegger, a filosofia analítica de Ludwig Wittgenstein, as filosofias políticas de Carl Schmitt e de Claude Lefort, a linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure, a filosofia desconstrucionista de Jacques Derrida (COSTA; COELHO, 2016; LACLAU; MOUFFE, 2015; MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b).

Em virtude dessas influências teóricas, o pensamento desenvolvido por Laclau e Mouffe tem sido nomeado de diversas maneiras: Teoria do Discurso; Teoria da Hegemonia; Teoria Pós-marxista; Marxismo Pós-moderno; Teoria Democrática Radical

e Plural. Cada uma dessas denominações dá conta de uma dimensão da reflexão proposta pelo autor e a autora (BURITY, 2014).

A produção de Laclau e Mouffe é nomeada como Teoria do Discurso em virtude de o “discurso” ser uma das categorias centrais em suas obras. Mendonça e Rodrigues (2014b) destacam que, para o autor e a autora, a concepção de discurso tem o potencial de ser “uma ferramenta de compreensão do social, uma vez que o seu próprio entendimento dá-se aqui a partir da construção de ordens discursivas” (p. 47). Essa ordem/estrutura discursiva “não é uma entidade meramente ‘cognitiva’ ou ‘contemplativa’; é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 167).

Discurso é prática. Por isso o autor e a autora adotam a noção de prática discursiva, visto que compreendem que qualquer ação desempenhada por sujeitos e/ou grupos sociais são ações dotadas de significado (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Assim, Laclau e Mouffe (2015) rejeitam a distinção entre práticas discursivas e não discursivas. E apontam, ainda, que qualquer distinção entre o que comumente se nomeia de aspectos linguísticos e comportamentais de uma prática social seria um entendimento incorreto.

Aqui, a categoria discurso não se limita apenas às áreas da fala e da escrita, atravessa toda a densidade material do social. Campo discursivo é sinônimo de campo social; dessa forma, discurso trata-se da soma entre o material e o simbólico. Por serem indissociáveis, não faz sentido se referir à dicotomia entre o ideal e o real, entre o que é dito e o que é feito (NASCIMENTO, 2016; 2017).

Laclau e Mouffe (2000) nos apresentam um exemplo que permite visualizar o discurso como resultado da soma entre elementos linguísticos (fala) e não linguísticos (ações):

Suponhamos que estou construindo um muro com outro pedreiro. Num certo momento, peço ao meu companheiro que me passe um tijolo e logo ponho este no muro. O primeiro ato – pedir o tijolo – é linguístico; o segundo – pôr o tijolo na parede – é extralinguístico. Ao estabelecer a distinção entre dois atos em termos da oposição linguístico/extralinguístico esgota a realidade de ambos? Evidentemente não, porque apesar da diferenciação nestes termos, ambas as ações compartilham algo que permite compará-las, que é o fato de que ambas são partes de uma operação total que é a construção da parede. Como caracterizamos então esta totalidade, a qual pedir o tijolo e pô-lo na parede são momentos parciais? Obviamente, se esta totalidade inclui elementos linguísticos e extralinguísticos, ela deve ser anterior a esta distinção. Esta totalidade que inclui o linguístico e o extralinguístico é o que chamamos de discurso (LACLAU; MOUFFE, 2000, p. 114, tradução nossa).

Esta natureza discursiva da realidade é compreendida na obra de Laclau e Mouffe na crítica a pressupostos essencialistas. Ao criticar a ideia de uma natureza pré-discursiva,

de algo definido *a priori* e, portanto, de uma essência das coisas, ele e ela afirmam que mesmo a ideia de natureza “não é algo que esteja dada, para ser lida na superfície das coisas, senão que é ela mesma o resultado de uma lenta e complexa construção histórica e social” (LACLAU; MOUFFE, 2000, p. 116, tradução nossa).

Para a perspectiva teórica do autor e da autora, toda a realidade é discursiva e não há nada fora do discurso. Ou seja, a constituição da realidade objetiva é mediada pelo sentido. Assim, a nomeação dos processos sociais depende dos modos de significação. Como nos diz Laclau e Mouffe, “que uma pedra seja um projétil ou um martelo ou ainda um objeto de contemplação estética depende de suas relações comigo – depende, em consequência, de formas precisas de articulação discursiva” (LACLAU; MOUFFE, 2000, p. 117, tradução nossa). Sobre esse ponto, Laclau e Mouffe (2015) enfatizam que todo objeto é constituído como um objeto de discurso, uma vez que nenhum objeto é dado fora de condições discursivas.

Entretanto, é importante destacar que:

O fato de que todo objeto é constituído como objeto de discurso não tem nada a ver com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo. Um terremoto ou a queda de um tijolo é um evento que certamente existe, no sentido de que ocorre aqui e agora, independente da minha vontade. Mas, se sua especificidade como objetos será constituída seja em termos de um “fenômeno natural” ou como “expressão da ira de Deus”, vai depender da estruturação de um campo discursivo. O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 181).

Sobre o exposto, Pinto (1999) destaca que: “Há uma diferença fundamental entre afirmar que nada tem sentido a não ser dentro de uma cadeia de significados, isto é, a não ser no interior de um discurso, e a afirmação distinta, de negar a existência do objeto fora do discurso” (p. 38). Nesta perspectiva, o social é reconceituado em termos de discursividade, e a identidade é o resultado de uma articulação discursiva (ARAÚJO K., 2018).

Para a Teoria do Discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe, o social:

[...] não possui um sentido finalístico, ou seja, as possibilidades de significação são infinitas, sempre permeadas por relações que têm essencialmente características precárias e contingentes. Assim, Laclau constrói a noção da “impossibilidade da sociedade”, no sentido de que a sociedade como objeto de conhecimento pleno é impossível, uma vez que os sentidos sociais são sempre mal fechados e incompletos. Em termos de estratégia política, não existe, portanto, para Laclau, a real possibilidade de se chegar ao “fim da história”, ou seja, à vitória de um projeto político definitivo, típico sonho de correntes políticas idealistas. [...] Os sentidos estão constantemente permeados pelas inconstâncias que as noções de contingência e precariedade carregam. A contingência é inimiga da concepção teleológica da história, presente em

metarrelatos e/ou tentativas universalizantes de predição social (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b, pp. 49-50).

Nessa mesma direção, tal perspectiva compreende que toda experiência e posição de sujeito é dependente de condições discursivas de possibilidades precisas. Aqui os sujeitos não seriam dotados de uma identidade fixa ou regidos por uma determinação última (LACLAU; MOUFFE, 2015). Em Laclau e Mouffe, os sujeitos são múltiplos, descentrados e suas identidades contingenciais. Por sua vez, as estruturas são definidas aqui como elementos ou conjunto de elementos (regras e códigos) parciais e precários, historicamente construídos (PRADO, 2001).

De acordo com Cunha (2013), os sujeitos dão sentido ao mundo, e esses sentidos são construídos nas relações que se estabelecem dentro de um campo discursivo. Não há um sentido único, fixo ou estável, mas sentidos que disputam o domínio do campo da discursividade, buscam se hegemonizar. Tal processo de significação é contingente, social, político e histórico. Desse modo, os sentidos são criados nas relações sociais históricas, de modo que os sujeitos significam as coisas, seu fazer e seu viver a partir de determinadas identificações discursivas.

Dessa forma, Laclau e Mouffe entendem o social como hermenêutico, como algo a ser compreendido “a partir de uma miríade de formas, de várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, note-se, sempre contingentes e precárias” (p. 49). Assim, a realidade pode ser significada de diversas maneiras, a partir de diferentes estruturas discursivas (MENDONÇA; RODRIGUES, 2014b). Como Laclau e Mouffe (2015) destacam, não existe algo como uma realidade dada ou uma identidade que possua sentidos fixos em si mesma. É através das disputas antagônicas que se dão no campo da discursividade que a realidade é construída, sedimentada e ressignificada discursivamente.

Nessa perspectiva teórica, Laclau e Mouffe apontam, ainda, o discurso como um objeto de luta pelo poder (pelo controle da enunciação), ou seja, pela hegemonização de uma determinada construção sobre a realidade, pelo controle da enunciação. Desse modo, a luta política se realiza pela tentativa de projetos antagônicos fixarem, ainda que parcialmente, seus significados. O discurso é tomado como prática política, que transforma ou mantém relações de poder (ANDRADE, 2013).

Para formular essa categoria analítica, Laclau e Mouffe dialogaram com diversos autores e suas formulações teóricas: Derrida e sua noção de descentramento; Heidegger e suas contribuições pós-fundacionalistas; Lacan e sua compreensão de simbólico;

Saussure para pensar o discurso como um sistema de relações diferenciais; e Wittgenstein a partir da noção de jogos de linguagem (LACLAU; MOUFFE, 2015).

Laclau e Mouffe (2015) ainda se opuseram a Michel Foucault, que ao contrário deles manteve em sua teoria uma distinção entre práticas discursivas e não discursivas. Em Foucault, as práticas propriamente discursivas seriam a linguagem, o enunciado; já as práticas não-discursivas seriam caracterizadas como práticas institucionais (exercícios, rituais, definição de lugares e posições, distribuição espacial dos sujeitos etc.), além de acontecimentos políticos e práticas e processos sociais e econômicos (ALVES; PIZZI, 2014; FISCHER, 2001).

Para Laclau e Mouffe (2015), elementos como linguagem, escrita, cultura, comportamentos, documentos, objetos físicos, arquiteturas, leis, instituições e mobilizações coletivas, ainda que se diferenciem em termos da sua característica linguística ou não linguística, “são componentes internos do próprio conceito de discurso. [...] [Isto é,] [...] são significantes diferentes de um discurso, pois suas identidades são determinadas por suas diferenças com e em oposição a outros significantes (HOWARTH, 2005, p. 339).

A noção de hegemonia é outro aspecto central para a perspectiva de Laclau e Mouffe, decorrendo disso a nomeação Teoria da Hegemonia. O conceito de hegemonia é construído e empregado como uma nova lógica de constituição do social a partir de uma leitura desconstrutiva da tradição marxista. Na obra intitulada *Hegemonia e Estratégia Socialista*, Laclau e Mouffe recuperam o conceito de hegemonia proposto por Gramsci, assinalando os limites do marxismo para pensar a configuração do social (ARAÚJO G., 2018; ARAÚJO K., 2018; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Por hegemonia, Laclau e Mouffe (2015) compreendem “um tipo de relação política, uma forma, por assim, dizer, de política, mas não um lugar determinável na topografia do social” (p. 219). Trata-se do estabelecimento de um fundamento parcial necessário para a instauração de uma relação de coesão e de ordem social. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador; um conteúdo ôntico que assume a função ontológica de fundamentar o vazio (LACLAU; MOUFFE, 2015; MENDONÇA, 2007; MENDONÇA; LINHARES; BARROS, 2016).

Sobre a constituição de uma ordem social hegemônica, Mendonça e Rodrigues (2014b, p. 54) destacam o seguinte:

[...] uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue suplementar [...], ou seja, representar discursos ou identidades até então dispersas. Esta organização ocorre a partir desse discurso centralizador,

de um ponto nodal⁵⁷ que consegue fixar seu sentido e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si. Tal fixação de sentidos, é sempre parcial, precária e contingente, ou seja, nada pode garantir que determinado discurso ou grupo social *a priori* consiga articular outros discursos ou grupos sociais, como atribui o marxismo clássico ao proletariado na sua luta política. A hegemonia discursiva para Laclau não é, dessa forma, uma necessidade, mas um lugar vazio, ou seja, foco de incessantes disputas entre os múltiplos discursos dispersos no campo da discursividade.

Nascimento (2016) nos apresenta o seguinte exemplo como forma de demonstrar o funcionamento dessa categoria:

Imaginemos uma situação de extrema desordem: a queda abrupta e radical de um governo, por exemplo. Em algum momento, algum tipo de ordem será requerida para que a administração do social seja possível. Várias propostas serão apresentadas como a melhor de todas para representar o espaço da ordem. Elas estão a princípio dispersas no que Laclau chama de campo da discursividade e são a rigor apenas particularidades. Em algum momento que não se pode determinar uma dessas propostas, que também é impossível prever *a priori*, emergirá e sem deixar de ser particular, tomará para si a tarefa de representar um universal compartilhado com as demais propostas iniciando uma operação de articulação equivalencial contra outras propostas a que lhes opõem. A proposta que conseguir agregar em torno de si mesma o maior número de outras propostas será considerada a mais hegemônica ou o discurso mais hegemônico. Ao representar a ordem (de forma precária e contingente) ela passará a ser considerada a própria ordem e irá estruturar o social e as identidades sociais (pp. 102-103).

Desse modo, a Teoria da Hegemonia concebe o social como o campo da sobredeterminação, havendo assim incessantes conflitos entre diferentes projetos políticos que disputam a nomeação do seu conteúdo ôntico; na tentativa de atribuir uma fixação de sentido (um sentido de ordem). Laclau e Mouffe (2015) concebem esta fixação de sentido como hegemônica, na medida em que ela é sempre parcial, pois sedimentada a partir de disputas antagônicas. O conflito (o antagonismo) se coloca como constitutivo das sociedades; sendo assim, a vontade política é alcançada sempre por meio da força, da disputa, consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos (COSTA, 2014; LACLAU; MOUFFE, 2015; MENDONÇA, 2007).

Nesse sentido, o conceito de antagonismo ocupa um lugar privilegiado na Teoria da Hegemonia, sendo indispensável para compreender o processo de constituição das sociedades humanas e a disputa pela hegemonia de sentidos, pela sedimentação de um discurso de ordem. A noção de antagonismo empregada pelo autor e a autora se aproxima do conceito de político de Carl Schmitt: “o” político enquanto a dimensão do conflito, onde se concebe a sociedade como dividida entre nós x eles, entre amigo x inimigo. Isso

⁵⁷ A noção de ponto nodal empregada por Laclau e Mouffe parte da influência lacaniana em suas teorizações. Esse conceito representa um discurso privilegiado que consegue articular em torno de si outros discursos, formando assim, uma cadeia de equivalência (MENDONÇA, 2007).

denota uma influência da filosofia política de Schmitt na teorização da lógica conflitiva nas obras do autor e da autora, especialmente devido ao diálogo teórico que Mouffe mantém com o filósofo.

Porém, como já enfatizamos em nota, ainda que Mouffe conceba o conflito/antagonismo como constitutivo da sociedade, ela reconhece ser necessário que a disputa no campo democrático se dê de forma a prezar pelo pluralismo de modos de vida ao não eliminar/destruir seu adversário. Ela propõe, assim, o paradigma agonista, que consiste em ressignificar o inimigo em um adversário legítimo dentro do campo democrático. Esse traço denota o afastamento de Mouffe às teorizações de Schmitt, que, como destaca Costa (2014), enfatizam que o confronto resultaria na eliminação do inimigo (do outro) em detrimento de um vencedor.

A respeito da produção teórica de Laclau e Mouffe ser compreendida como sendo uma Teoria Pós-marxista ou um Marxismo Pós-moderno, isso tem relação com o fato de terem realizado um movimento de desconstrução e reativação da teoria marxista, ao questionar e problematizar a adequação de suas principais categorias, como abordado no tópico 2.1. Ou seja, ele e ela tomaram o arcabouço teórico marxista e, em seguida, desconstruíram suas categorias a partir dos pressupostos pós-estruturalistas advindos da psicanálise, com a teoria lacaniana, do desconstrucionismo de Derrida, bem como as contribuições da filosofia analítica de Wittgenstein e da filosofia de Heidegger (ARAÚJO K., 2018; NASCIMENTO, 2016).

Nascimento (2016) aponta que, enquanto os reformistas da teoria marxista se comprometeram em salvar o legado de Marx ao adicionarem-lhe categorias, Laclau e Mouffe, por sua vez, desconstruíram a teoria marxista em suas bases ontológica e epistemológica e, em seguida, reativaram-na sob uma lógica não essencialista, a partir da compreensão de problemas contemporâneos.

Dessa forma, as produções teóricas laclauiana e mouffeana não se referem a um aperfeiçoamento da teoria de Marx, pois isso implicaria a manutenção de seus pilares, que foi precisamente o que Laclau e Mouffe desconstruíram em seu processo de teorização. Entretanto, essa produção também não pode ser vista como um movimento antimarxista de pura crítica, já que reativaram inúmeras categorias desta tradição teórica, ainda que com o intuito de ir além dela. Por isso, o termo pós-marxismo é utilizado para se referir às suas obras (LACLAU; MOUFFE, 2015; NASCIMENTO, 2016). Nascimento (2016) aponta alguns dos fundamentos do marxismo desconstruídos por Laclau e Mouffe em sua teoria:

Em primeiro lugar, o autor [e a autora] nega[m] que as relações sociais se constituam a partir da divisão social do trabalho. Ele [e ela] afirma[m] que embora se possa dizer que as relações econômicas exerçam grande influência sobre as relações sociais, elas, no entanto, não as determinam e muito menos as predeterminam. Como sabemos para a perspectiva pós-estruturalista em que ele [e ela] se apoia[m] a única necessidade é a própria contingência, logo, a indeterminação. Em segundo lugar, ele [e ela] rejeita[m] a ideia de que o antagonismo pode ser automaticamente deduzido das relações capitalistas. Isto por que as relações capitalistas, para ele[s], são relações entre categorias econômicas, apenas sustentadas por agentes sociais. Já o antagonismo é uma categoria política exterior à relação econômica e, por isso, só pode existir se a contradição entre o operário e o burguês ultrapasse a relação de simples compra e venda de trabalho. Ora, se um operário vende sua força de trabalho e ganha em troca um salário que o proporciona uma vida decente e acesso a bens de consumo ao qual ele se sente satisfeito, nenhum antagonismo pode ser extraído desta relação. Entretanto, se as condições sociais em que este trabalhador se encontra, (preços dos alimentos, moradia, segurança) são impossíveis de serem vividas devido aos níveis salariais que recebe, impedindo-o de viver dignamente e de se constituir enquanto trabalhador, então daí emerge a possibilidade do antagonismo. O que Laclau [e Mouffe] infere[m] é que o antagonismo não é interno às relações de produção ou ao capitalismo, mas se estabelece entre as relações de produção e uma identidade que é externa a elas. [...] Em suma, Laclau [e Mouffe] abandona[m] a ideia marxista de classe universal, sua ideia de sociedade, assim como o projeto emancipatório e a ideia de uma ditadura final do proletariado, todos incompatíveis com as ideias pós-estruturalistas. Isso não significa que ele[s] abandona[m] a tentativa de mudar radicalmente a ordem dominante do social, mas que aceita[m] que para ganhá-la é preciso empreender uma luta num campo não predeterminado, o nome dessa luta é hegemonia (NASCIMENTO, 2016, pp. 101-102).

Como se pode notar, Laclau e Mouffe centraram-se em reler o capitalismo a partir de uma perspectiva que articula a teoria marxista (sobretudo, o pensamento gramsciano e althusseriano) com outras teorias e conceitos pós-estruturalistas. Sendo assim, o pensamento laclauniano e mouffeano reconfigura as interpretações estruturadas sobre o marxismo. Em suas obras, o autor e a autora repensaram conceitos como identidade, hegemonia, ideologia e discurso (LOPES; MENDONÇA, 2013).

Nas palavras de Laclau e Mouffe (2015):

Nossa forma de lidar com a tradição marxista foi inteiramente diferente e poderia, talvez, ser expressa em termos da distinção husserliana entre “sedimentação” e “reativação”. Categorias teóricas sedimentadas são aquelas que ocultam os atos de sua instituição original, enquanto o momento reativamente torna aqueles atos novamente visíveis. Para nós – em contraste com Husserl – esta reativação tinha que mostrar a contingência original da síntese que as categorias marxistas tentaram estabelecer. Ao invés de lidar com noções como “classe”, a tríade de níveis (o econômico, o político e o ideológico), ou a contradição entre forças e relações de produção como fetiches sedimentados, nós tentamos reavivar as precondições que permitem seu funcionamento discursivo, e nos questionamos sobre sua continuidade ou descontinuidade no capitalismo contemporâneo. [...] Revisitar (reativar) as categorias marxistas à luz desta série de novos problemas e desdobramentos tinha que necessariamente levar a desconstruí-las – ou seja, deslocar algumas de suas condições de possibilidade e desenvolver novas possibilidades que transcendam tudo o que possa ser caracterizado como aplicação de uma categoria. [...] Reler a teoria marxista à luz dos problemas contemporâneos

envolve necessariamente desconstruir as categorias centrais daquela teoria [...] (pp. 34-36).

Por fim, apresentamos a perspectiva de Laclau e Mouffe enquanto uma Teoria Democrática Radical e Plural. Assim como Claude Lefort, o autor e a autora veem a emergência da democracia moderna como um marco na forma de se constituir a ordem social, caracterizado pela desincorporação do lugar do poder antes ocupado pelo príncipe/rei (representante de Deus). Com a queda do regime teológico-político, o poder torna-se simbolicamente vazio, permitindo que desigualdades e exclusões, até então justificadas como naturais, pudessem ser questionadas como formas de opressão. O conflito é institucionalizado; e a democracia se apresenta como um horizonte em constante construção (COSTA, 2010; 2019; LACLAU, 2013).

Em tempo, é importante apresentar a distinção que Laclau aponta em sua obra *A razão populista*, entre a sua noção de vazio e a noção de vazio em Lefort, o que conseqüentemente reverbera em formas distintas de se conceber a democracia: “[...] para Lefort o lugar do poder nas democracias é vazio. Para mim a questão se coloca diferentemente: trata-se de produzir o vazio a partir da operação da lógica hegemônica. Para mim o vazio é um tipo de identidade, não uma localização estrutural” (LACLAU, 2013, p. 242). Como destacam Mendonça, Linhares e Barros (2016):

O vazio, para Laclau, não é um lugar a ser ocupado – no sentido de lugar vazio em Lefort [...] – mas uma operação discursiva hegemônica: democracia é um significante vazio⁵⁸, um significante sem significado, um puro significante, que assume a tarefa ontológica de um vazio que promete a completude, a emancipação daquela sociedade que vive sob um regime político autoritário. O significante democracia é a distorção, a fixação parcial hegemônica, que representa/encarna a plenitude ausente: a emancipação – impossível, ainda que necessária – daquela sociedade que vive até então sob a égide de um regime autoritário. [...] A tarefa do povo é, novamente contra Lefort [...], não ocupar um lugar vazio, como um espaço específico em uma dada estrutura, mas produzir uma identidade coletiva popular que é em si vazia. Esse vazio é constituído a partir de uma lógica hegemônica, a qual será mais bem sucedida quanto mais ampla for a cadeia das demandas por ela articuladas. Além disso, o vazio não significa um “sem sentido”, mas ao contrário: é um significante que assume a condição de representação das mais diversas reivindicações inscritas nessa estrutura discursiva popular; ele tem de ser vazio para justamente poder representar uma plenitude ausente (pp. 188; 190).

Assim, segundo Laclau (2013), o vazio é uma construção política, não significa simplesmente vacuidade, pois, para o autor, o vazio aponta para uma completude ausente:

Vazio e completude são, na realidade, sinônimos. No entanto, essa completude/vacuidade somente pode existir encarnada numa força

⁵⁸ Laclau (2013) compreende significante vazio como um discurso/demanda capaz de articular distintos outros discursos/demandas em torno de si, isto é, uma unidade significativa que, apesar de não se esvaziar completamente de sua particularidade, é capaz de representar inúmeras particularidades.

hegemônica. Isso significa que o vazio circula entre o lugar e seus ocupantes [...]. [...] Assim, a lógica [do corpo do rei] não desapareceu na sociedade democrática. Simplesmente não é verdade que a pura vacuidade substitui o corpo imortal do Rei. Esse corpo imortal é encarnado pela força hegemônica. O que mudou na democracia, em comparação com os *anciens régimes*, é que nestes a encarnação ocorria em apenas um corpo, enquanto hoje ela transmigra através de uma variedade de corpos. No entanto, a lógica da encarnação continua a operar sob condições democráticas e, em certas circunstâncias, pode adquirir considerável estabilidade [...]. [...] a democracia só pode fundar-se na existência de um sujeito democrático, cuja emergência depende da articulação horizontal entre demandas de equivalência. Um conjunto de demandas de equivalência articulado por um significante vazio é o que constitui um “povo”. Assim, a possibilidade da democracia depende da constituição de um “povo” democrático [...] (LACLAU, 2013, p. 248).

A indeterminação e a contingência passam a ser características que representam essa nova lógica de formação da unidade política, marcada pela emergência de uma pluralidade de concepções de sociedade. Sendo assim, a democracia é uma forma de sociedade que depende da construção de articulações políticas contingentes entre distintos sujeitos e demandas presentes em um contexto histórico específico, constituindo um horizonte de sociedade que busca se tornar hegemônico (COSTA, 2014; 2019; LACLAU, 2013; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Então, o traço revolucionário da democracia moderna é que na ausência de um fundamento último que ordene o social, distintos projetos buscam disputar no campo da discursividade a possibilidade de fixação de um sentido de ordenamento da sociedade (COSTA, 2019).

No aporte teórico desenvolvido por Laclau e Mouffe (2015), nota-se uma análise sobre as estratégias construídas por projetos políticos de direita e de esquerda ao disputarem a hegemonia. Nesse processo, duas lógicas da construção dos seus discursos são centrais: a lógica da diferença, que faria parte da tática de projetos de direita para satisfação das demandas, e a lógica da equivalência, que caracteriza a estratégia da esquerda.

Por lógica da diferença compreende-se a satisfação de demandas democráticas em sua particularidade, sendo os únicos laços existentes entre essas demandas de natureza diferencial, não antagonicas. Sendo assim, a particularidade é agrupada a um sistema social em expansão. A lógica da diferença age de modo a satisfazer demandas particulares de alguns grupos a fim de evitar a visibilidade de fronteiras políticas, ou seja, o antagonismo que constitui a ordem social sedimentada, o que acaba impossibilitando a identificação e a subversão de situações de dominação que os sujeitos vivenciam. Assim, a lógica da diferença cria novas desigualdades e, conseqüentemente, aprofunda o abismo

social entre privilegiadas(os) e não privilegiadas(os). Isso significa que o populismo de direita pode alcançar a expansão da democracia, contudo, não é capaz de radicalizá-la, porquanto esse processo requer a subversão das relações de subordinação em opressão (COSTA; PRADO, 2017; MOUFFE, 2018; PRADO; COSTA, 2011).

Diferentemente, a lógica da equivalência caracteriza-se pelo estabelecimento do antagonismo entre “nós” e “eles”, permitindo construir, a partir da articulação entre diferentes demandas democráticas, uma nova positividade da sociedade que busca significar a plenitude ausente na objetividade hegemônica existente, garantindo a construção de estratégias de enfrentamento a um inimigo comum que nega a satisfação das diversas demandas sociais. Dito de outro modo, possibilita a radicalização do campo democrático a partir do pluralismo de formas de vida e da ampliação da esfera pública. A lógica da equivalência busca, assim, articular o maior número possível de demandas democráticas e lutar contra todas as formas de subordinação. Neste caso estaríamos falando do populismo de esquerda (COSTA; PRADO, 2017; MOUFFE, 2018; PRADO; COSTA, 2011).

Nesse contexto, Laclau e Mouffe (2015) não são nada neutros ao tomarem partido quanto à defesa de um projeto político democrático de esquerda que se propõe a ser radical e plural; decorre daí a nomeação da teoria.

O projeto político de esquerda defendido por ambos consiste na busca pela reorientação e reconstrução da estratégia de democratização da sociedade a partir da radicalização dos princípios de justiça, liberdade e igualdade, ou seja, a partir da ampliação dos valores democráticos que guiaram a construção da democracia moderna. O autor e a autora buscam, assim, qualificar o sentido da proposta socialista, agora como uma proposta política, e não mais meramente como modelo econômico, articulando, dessa forma, uma estratégia de enfrentamento às múltiplas relações de dominação presentes nas sociedades contemporâneas (COSTA; PRADO, 2017; LOPES; MENDONÇA; BURITY, 2015; PRADO; COSTA, 2011).

Laclau e Mouffe (2015) produziram sua teoria com o objetivo de desconstruir fundamentos essencialistas e deterministas no campo da reflexão e luta política ao proporem o aprofundamento da revolução democrática. Porquanto, defendem que a pluralidade de lutas políticas é fundamental “para o desenvolvimento de uma revolução democrática radical, [pois questionam e colocam] em pauta novas formas de subordinação, ou formas que durante muito tempo foram praticamente desconsideradas” (COSTA; COELHO, 2016, p. 03). Nesse processo de elaboração de um projeto de

esquerda, em termos da radicalização da democracia, não caberia privilegiar qualquer luta política em relação à outra, por exemplo: as lutas das(os) trabalhadoras(es) não são mais importantes que as lutas feministas, antirracistas ou de LGBTTTQIA2+ e vice-versa (COSTA; COELHO, 2016). Em suas palavras:

Um dos preceitos centrais de *Hegemonia e estratégia socialista* é a necessidade de se criar uma cadeia de equivalência entre as várias lutas democráticas contra diferentes formas de subordinação. Defendemos que as lutas contra o sexismo, o racismo, a discriminação sexual e em defesa do meio ambiente, precisam ser articuladas às dos[as] trabalhadores[as] num novo projeto hegemônico de esquerda. Numa terminologia recentemente em voga, insistimos que a esquerda precisa enfrentar questões tanto de “redistribuição” como de “reconhecimento”. É isto que queremos dizer por “democracia radical e plural” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 47).

Entretanto, é importante destacar que o que Laclau e Mouffe defendem não é a constituição de uma mera aliança entre determinados interesses de grupos, e sim modificar a própria identidade dessas forças. Para que a defesa dos interesses de um determinado grupo não se concretize às custas dos direitos de outros sujeitos e grupos, é necessário estabelecer uma equivalência entre as distintas lutas, de modo que elas se articulem em prol da constituição de um novo projeto hegemônico (ANDRADE, 2013).

Assim, a democracia é compreendida não como um produto acabado, mas como um projeto de sociedade que se constitui a partir de disputas discursivas no campo político. Cada uma das posições em disputa representa um horizonte distinto de sociedade. Nesse processo, a utopia da Teoria Democrática Radical e Plural é construir lógicas de equivalência entre demandas democráticas de distintos sujeitos políticos, a fim de consolidar uma contra-hegemonia que viabilize a desconstrução da lógica hegemônica vigente em favor da expansão e radicalização dos valores democráticos (COSTA, 2014).

2.3 Um olhar sobre o problema da pesquisa: contribuições da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe

Apresentadas as respectivas nomeações atribuídas à perspectiva teórica de Laclau e Mouffe, se faz necessário escolher por onde iremos caminhar. Dessa forma, adotamos a nomeação “Teoria do Discurso”, tendo em vista que a discussão da pesquisa se dará a partir da categoria discurso. A decisão também se justifica com base no entendimento apresentado por Burity (2014) de que o pensamento de Laclau e Mouffe, no campo da filosofia, da teoria política, das ciências humanas e das ciências sociais passou a ser

identificado como Teoria do Discurso, muito em virtude da compreensão específica que têm deste conceito.

A Teoria do Discurso proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe possibilita alcançar novos caminhos teóricos e metodológicos para (re)pensar o social ao fornecer “categorias analíticas apresentadas a partir da noção de discurso. Discurso, portanto, possui centralidade explicativa para esse projeto teórico” (MENDONÇA, 2012, p. 206).

Como discutido até o momento, a Teoria do Discurso parte da compreensão do discurso como uma prática social, ou seja, como um modo de ação dos sujeitos sobre o mundo. Os sujeitos significam o mundo a partir da identificação com discursos que estão disponíveis no contexto histórico e social no qual se localizam. Uma vez que a realidade social não possui um sentido *a priori*, tais discursos disputam a significação da realidade e apontam um horizonte político de sociedade que pode ser tanto de esquerda, quanto de direita⁵⁹.

Nessa dissertação, buscamos compreender como os discursos construídos sobre o PBF por ex-participantes permitem entender o modo como elas(es) se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade. Nesta medida, ao fundamentarmos na Teoria do Discurso de Laclau e de Mouffe, podemos considerar que essa dissertação busca entender a configuração da dinâmica social em um contexto social específico (algumas cidades do estado de Alagoas com maior índice de desligamento voluntário de pessoas do PBF), a partir de uma determinada construção discursiva (o PBF). Para tanto, consideramos as demandas que as(os) participantes da pesquisa vinculam ao Programa; ao que ou a quem atribuem a insatisfação destas demandas na ordem social hegemônica (as fronteiras antagônicas); e o entendimento delas(es) sobre as estratégias propostas pelas gestões do PBF para a satisfação das demandas.

Consideramos, assim, que a Teoria do Discurso nos fornece quatro conceitos-chave para o entendimento de uma construção discursiva: demanda (produção de sentido), antagonismo (delimitação de fronteira), identificação (posições de sujeito) e hegemonia (lógicas políticas de satisfação das demandas).

⁵⁹ A identificação dos sujeitos com determinados discursos e não outros é um processo contingente (não é controlável, previsível), ela depende de uma conjuntura histórica, política, econômica e social. Assim, não há como pressupor ou pensar estratégias que possam levar sujeitos a se identificarem com dados discursos e rejeitarem outros. Isso é também da ordem de um investimento afetivo (ou seja, trata-se de aspectos afetivos, das experiências dos sujeitos), afeto acontece, não é controlável (Laclau fundamenta a concepção de afeto a partir da noção de gozo da psicanálise; o gozo é justamente aquilo que não obedece a nenhuma lógica simbólica).

O conceito de demanda é apontado por Laclau (2005; 2013; 2016) como a unidade mínima de análise para se entender os fenômenos sociais e políticos, as relações sociais que se estuda. O autor, ao conceber o sujeito como um sujeito de falta, nos diz que a demanda é a busca de produção de sentido (ou a busca pela plenitude ausente), dado que ele se constitui à medida em que simboliza o que lhe falta. Em outras palavras, a demanda se apresenta como uma produção de sentido para aquilo que falta – só se demanda algo porque existe uma falta e na medida em que eu demando eu estou produzindo um sentido para isso que me falta. No entanto, ainda que a demanda venha a ser atendida, outro elemento virá a ser demandado, porque, como dissemos, a falta é constitutiva. Isto é, não há um fundamento último constitutivo, desse modo, os sujeitos sempre buscarão essa plenitude (ainda que impossível de se alcançar), o que os mantém em constante busca por identificações discursivas.

É a partir da falta que se produz desejo, e é mediante o desejo que os sujeitos constroem demandas, que por consequência vão resultar em acordos sociais, articulações políticas, construção de leis e políticas públicas para buscar sanar as demandas, mas nunca a falta (LACLAU, 2005; 2013).

Sendo assim, esta categoria nos permite compreender o modo como as(os) ex-participantes constituem discursivamente o PBF frente à satisfação ou não de suas demandas, bem como elas(es) constroem tais demandas (como “pedidos” ou como “exigências”). Laclau (2013) expõe que as demandas democráticas podem ser caracterizadas como pedidos/solicitações ou como exigências/reivindicações. No primeiro caso, as demandas são entendidas como um pedido, uma solicitação feita diretamente aos canais institucionais formais (por exemplo, o encaminhamento para a prefeitura da demanda pela construção de uma escola), e se atendidas via lógica da diferença, o problema se encerra já que a demanda foi satisfeita/resolvida em sua particularidade, o que inviabiliza a produção de antagonismo. Contudo, se a demanda não for atendida, os sujeitos podem nomear a insatisfação como uma injustiça. Há assim, a emergência de antagonismo, ou seja, a transformação da relação diferencial em uma relação antagônica a partir da nomeação do outro como aquele que nega meu direito, portanto aquele que produz injustiça/opressão. Nesse segundo caso, a demanda continua sendo particular, mas não é mais um pedido, trata-se de uma exigência (LACLAU, 2005; 2013; LOPES; MENDONÇA, 2013; MENDONÇA; JUNIOR, 2014).

Laclau (2013) ainda expõe que as demandas democráticas podem inclusive se tornarem demandas populares a depender da formação de uma cadeia de equivalência que

articule diversas demandas particulares insatisfeitas em torno de um inimigo comum que representa a negação delas. Assim, a demanda popular é uma demanda que passa a fazer parte de uma cadeia de equivalência que unifica várias demandas distintas insatisfeitas. Essa equivalência se institui decorrente de uma fronteira política face a um adversário comum (que pode ser a institucionalidade), aquele que nega a satisfação de todas as demandas que se articularam; em razão disso, ele deve ser destituído da posição hegemônica (ARAÚJO K., 2018; LACLAU, 2005; 2013; MENDONÇA; JUNIOR, 2014).

Laclau, no livro *A razão populista*, nos apresenta o seguinte exemplo:

Imagine uma grande massa de migrantes agrários que vão morar nas periferias de uma cidade industrial em desenvolvimento. Surgem problemas habitacionais, e as pessoas por eles afetadas solicitam algum tipo de solução às autoridades locais. Aqui temos uma *demanda* que inicialmente talvez seja apenas uma *solicitação*. Se ela for atendida o problema termina aí. Caso contrário, as pessoas podem começar a perceber que seus vizinhos têm outras demandas que também não foram atendidas: problemas com a água, a saúde, a escola etc. Caso a situação permaneça imutável durante algum tempo, ocorrerá um acúmulo de demandas não atendidas e uma crescente inabilidade do sistema institucional em absorvê-las de modo *diferenciado* (cada uma delas isolada das outras). Estabelece-se entre elas uma relação de equivalência. O resultado, caso a situação não seja contornada por fatores externos, poderia facilmente ser um abismo cada vez maior a separar o sistema institucional das pessoas. Assim, temos aqui a formação de uma fronteira interna [antagonismo], uma dicotomização do espectro político local através da emergência de uma cadeia equivalente de demandas não atendidas. As *solicitações* estão se transformando em *exigência*. Uma demanda que, satisfeita ou não, permanece isolada, será denominada por nós uma *demanda democrática*. Uma pluralidade de demandas que, através de sua articulação de equivalência constitui uma subjetividade social mais ampla, serão denominadas *demandas populares*. Em um nível muito incipiente, elas começam a constituir o “povo” como um ator histórico potencial. Temos, aqui, em embrião, uma configuração populista (LACLAU, 2013, pp. 123-124).

Na Teoria do Discurso podemos considerar, ao levarmos em conta o conceito de antagonismo, que a noção de solicitação está associada ao conceito de subordinação e a noção de exigência ao conceito de opressão. As noções de subordinação e opressão são importantes para pensar a localização dos sujeitos dessa pesquisa nas relações de dominação. De acordo com Laclau e Mouffe (2015):

Devemos entender por uma *relação de subordinação* aquela em que um agente é sujeito às decisões de outrem – um empregado face a um patrão, por exemplo, ou, em certas formas de organização familiar, a mulher face ao homem, e assim por diante. Chamaremos *relação de opressão*, por contraste às relações de subordinação que se transformaram em lugares de antagonismo. Finalmente, chamaremos de *relação de dominação* o conjunto das relações de subordinação que são consideradas ilegítimas desde a perspectiva, ou ao juízo de um agente social externo [cabe aqui pensar o lugar/papel do/a pesquisador/a] a elas, e que, em decorrência, coincidam ou não com as relações

de opressão realmente existentes numa formação social determinada (pp. 236-237).

Então, as categorias subordinação e opressão nos permitem, enquanto agente exterior perceber o modo como as(os) ex-participantes do PBF concebem o contexto de dominação no qual estão inseridas(os): se elas(es) concebem suas demandas como pedidos, isto é, passíveis de serem atendidas pela ordem social hegemônica como particularidade, naturalizando a lógica de dominação (relação de subordinação); ou concebem-nas como exigências ao passo que politizam as demandas, compreendendo-as como produtos de uma dinâmica social (hegemonia sedimentada) que se institui através da exclusão, sendo necessária a afirmação de outro projeto de sociedade (relação de opressão). Conceitos essenciais, visto que estamos interessados em compreender a articulação entre as construções discursivas sobre o PBF e a expansão e radicalização da democracia. Esta expansão e radicalidade dependem da transformação de relações de subordinação em relações de opressão.

Embora as lógicas da diferença também permitam a expansão da democracia, na medida em que criam um espaço de legitimidade para determinadas demandas e sujeitos no interior de uma ordem social sedimentada, o que ela não garante é a radicalidade da democracia, pois para tanto, é fundamental a lógica da equivalência, no sentido da transformação de todas as identidades particulares em torno de um horizonte político de sociedade antagônico às diferentes formas de dominação.

O conceito de antagonismo permite-nos entender as disputas discursivas e, assim, localizar o modo como as(os) ex-participantes se reconhecem nas relações de dominação em que vivem em termos do estabelecimento ou não de fronteiras políticas (nós x eles). Neste aspecto, ressaltamos novamente a diferenciação feita por Laclau e Mouffe (2015) entre os conceitos dominação, subordinação e opressão, na medida em que nos permitem considerar se as demandas construídas pelos sujeitos se localizam como pedidos ou como exigências. O conceito de antagonismo encontra-se diretamente atrelado às noções de opressão e de exigência, uma vez que transforma o que era diferença em desigualdade. Assim, trata-se de uma noção que nos permite pensar a quem ou ao que as(os) ex-participantes atribuem a responsabilidade pela ausência na ordem social sedimentada.

Uma outra categoria conceitual relevante é a noção de identificação, pois permite-nos refletir sobre as identificações discursivas dos sujeitos da pesquisa – por exemplo, como concebem o PBF na disputa por sua nomeação como um programa emancipatório ou uma política assistencialista – e sobre as estratégias que apontam para alcançarem a

satisfação de suas demandas. Em outras palavras, possibilita refletirmos sobre os modos de identificação das(os) ex-participantes no interior de uma ordem sedimentada (posições de sujeito) e na produção de antagonismos (identificação com discursos que permitam politizar a relação de subordinação).

O conceito de hegemonia nos conduz a um entendimento sobre o funcionamento das gestões do PBF nas cidades pesquisadas no que diz respeito às lógicas de satisfação das demandas apresentadas pelas pessoas cadastradas. Dessa forma, diz de uma noção conceitual que em articulação com as noções de demanda e antagonismo, possibilita uma reflexão quanto as artimanhas utilizadas pelas gestões municipais para manterem a hegemonia sedimentada: a) expansão hegemônica, que se caracteriza (1) pela satisfação de demandas democráticas em sua particularidade via lógica da diferença impossibilitando a formação de fronteiras antagônicas (contra-hegemônicas) na realidade local e/ou (2) pela construção de vínculos com demandas/discursos antagônicos à hegemonia, produzindo deslocamentos nas relações antagônicas que impossibilitam a consolidação de uma luta ampla pela democratização; b) expurgo à diferença, consistindo na invisibilidade ou deslegitimação dos sujeitos e suas demandas na ordem social sedimentada (COSTA; PRADO, 2017).

Apresentadas as bases ontológica e epistemológica da Teoria do Discurso e destacados os conceitos teóricos que nos pareceram relevantes para o processo de análise dos dados, mostraremos no capítulo metodológico como essa perspectiva atravessa a dimensão ética do estudo, evocando um debate no campo da pesquisa qualitativa sob viés pós-estruturalista. Além disso, discutiremos as estratégias utilizadas para a produção e análise de dados, a saber, a História Oral e a Análise do Discurso ancoradas na perspectiva discursiva desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

CAPÍTULO 3 – CAMINHOS DA PESQUISA: DAS EXPERIÊNCIAS À ESCOLHA TEÓRICA E METODOLÓGICA

Vou aprender a ler
Pra ensinar os meus camaradas!
(*Yá Yá Maseembá*, composição de José Carlos Capinam e Roberto Mendes).

3.1 Trajetória pessoal e acadêmica

A presente pesquisa teve por objetivo compreender como os discursos construídos sobre o Programa Bolsa Família (PBF) por ex-participantes, residentes no estado de Alagoas, permitem entender o modo como elas(es) se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade. Assim, pretendeu-se analisar como as construções discursivas desses sujeitos articulam-se à democratização da sociedade no cenário pós-constituição de 1988.

A realização de uma pesquisa requer, entre inúmeros outros elementos, um investimento substancial do(a) investigador(a) frente ao tema escolhido. Sobre os atravessamentos que o levam a eleger um tema e não outro, Goldemberg (2004, p. 79) realça:

[...] a escolha de um assunto não surge espontaneamente, mas decorre de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. Essa escolha é fruto de determinada inserção do[a] pesquisador[a] na sociedade. O olhar sobre o objeto está condicionado historicamente pela posição social do[a] cientista e pelas correntes de pensamento existentes.

Para fazer compreender os caminhos que, enquanto pesquisador, me levaram, me motivaram à escolha deste objeto/tema de pesquisa, e que resulta nessa dissertação de mestrado, torna-se imprescindível relatar parte da minha trajetória pessoal e acadêmica.

Eu, um jovem negro e nordestino, nascido na capital do estado de Alagoas, filho de pais também nordestinos, morei até os meus 24 anos numa grota⁶⁰. Aqui, recordo-me dos meus nove ou dez anos de idade (2003-2004), no início do governo Lula. Lembro que minha infância foi marcada por uma política pública que mobilizou toda a vizinhança com a expectativa de uma vida mais digna; falo do Programa Bolsa Família (PBF). Uma

⁶⁰ As grotas são comunidades/favelas características do espaço geográfico da cidade de Maceió-AL construídas no entorno de grandes barreiras (áreas de declive acentuado), localidades passíveis a deslizamentos em períodos de fortes chuvas.

renda importante para o complemento familiar, um dinheiro que minha mãe chamava de seu, mas que também investia na compra de material escolar, lanches, roupas, calçados e aparelhos eletrônicos (TV, DVD e celular). Nas palavras de minha mãe, Maria Neuza: “Ajudou muito o Bolsa Família... Eu comprava minhas coisinhas, não faltava nada, todo mês tinha...”.

Enquanto meus pais tiveram uma escassa experiência educacional – minha mãe analfabeta por não ter tido acesso à escola, e meu pai que aos 13 anos de idade teve que optar entre trabalhar ou estudar –, eu consegui ser um dos poucos do grupo familiar a concluir o ensino médio, com toda a formação feita em uma escola pública. Meu pai e minha mãe sempre me incentivaram e se esforçaram para manter eu e minhas quatro irmãs na escola, pois afirmavam querer uma vida mais digna para o filho e as filhas e apostavam na educação como uma possibilidade de ascensão social. Reconheço, ainda, a contribuição do Programa em produzir uma motivação no que diz respeito a um modo de manter as crianças na escola, principalmente devido ao fato de garantir, através do uso do recurso, o acesso ao material escolar, ao fardamento, aos acessórios e às passagens para o transporte. Aliado ao papel do PBF, consegui aos 16 anos o meu primeiro emprego através do Programa Jovem Aprendiz⁶¹. A minha experiência de trabalho se dá desde o ensino médio até todo o período da graduação, seja como jovem aprendiz, embalador de supermercado, garçom, vendedor, através do estágio remunerado em psicologia organizacional ou, ainda, como auxiliar de sala.

Em 2013, tornei-me o primeiro⁶² da família a iniciar uma formação de nível superior. O meu ingresso foi viabilizado por políticas públicas educacionais como o Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProuUni) e a Política de Cotas, que me possibilitaram a inserção numa Instituição de Ensino Superior (IES) privada. Durante a graduação em psicologia tive a oportunidade de me debruçar nas discussões do campo da Psicologia Social, através do Grupo de Estudos sobre Práticas e Pesquisa em Psicologia Social. Lá, me inseri nos debates e reflexões pós-estruturalistas a partir da leitura de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari. Como resultado da influência dessas discussões nos meus estudos, realizei atividades de extensão e estágio em escolas públicas, publiquei artigos e fiz minha pesquisa de

⁶¹ Um programa que qualifica jovens através de cursos profissionalizantes mas também as(os) inserem no mercado de trabalho formal em turno paralelo às atividades escolares.

⁶² Atualmente a minha irmã mais nova cursa pedagogia na UFAL.

conclusão de curso a partir dessa perspectiva. Nesse período, fui construindo, também, minha trajetória política como militante na juventude do PT, participando de manifestações, sendo delegado no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), levantando algumas bandeiras políticas na defesa da democratização da educação e da sociedade.

No meu percurso de formação universitária percebi um desejo de atuar no campo da pesquisa e da docência. Desse modo, resolvi me submeter ao processo seletivo de mestrado em psicologia da UFAL, logo após a conclusão da graduação em 2017. No projeto que submeti à seleção, pensei em estudar as políticas públicas criadas ou impulsionadas durante os governos petistas, por compreender o papel delas⁶³ na minha vida e na do meu grupo familiar no processo de geração de alternativas de vida possíveis. No entanto, refletindo sobre a amplitude do tema, terminei por focar na proposta de pesquisar o PBF, um significativo programa de transferência de renda que, aliado a outras políticas públicas, me possibilitou chegar até aqui, como explicitado no início do texto.

Reconheço, assim, que minha trajetória de vida tem total relação com a motivação em me debruçar sobre este tema, evidenciando aqui o conceito de implicação⁶⁴, que nos ajuda a romper com a lógica da neutralidade em pesquisa, que alimenta a necessidade de uma posição rígida de distanciamento do(a) pesquisador(a) frente aos seus interesses. Ao me contrapor a essa ideia, defendo a importância de se trabalhar com uma questão com a qual estejamos conectadas(os), em uma ação de afetamento mútuo, considerando a relação pesquisador(a)-campo, pesquisador(a)-tema, pesquisador(a)-participante da pesquisa. Como nos aponta Silva (2018, p. 70): “Pesquisa é encontro com o campo, com os sujeitos, é um conjunto de escolhas que somadas definem o percurso metodológico trilhado para alcançar o objetivo de (in)formar, conhecer”.

Dessa forma, produzimos “um saber que deriva do *sentir na pele*” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 117) dado que este trabalho perpassa o vivido, o experienciado, o sentido; falo aqui de dentro, ou seja, de um tema que diz de mim, de minha história, não como um estrangeiro que tem interesse em saber mais, mas como alguém que foi alvo de políticas que provocaram mudanças subjetivas e materiais e isso me mobiliza a atuar no

⁶³ Financiamento Estudantil (FIES); Minha Casa, Minha Vida (MCMV); Política de Cotas para Universidades; Programa Bolsa Família (PBF); Programa Jovem Aprendiz; Programa Universidade para Todos (ProUni); Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

⁶⁴ Sobre esta questão aprofundarei no tópico seguinte.

fortalecimento delas ou na construção de novas alternativas mais potentes no combate à pobreza e à fome. Não vejo isso como um problema ético em pesquisa, mas, sim, como algo que fortalece a ideia de uma produção científica que se faz engajada politicamente no processo de expansão da democracia, uma vez que acredito que essa deva ser a contribuição das produções acadêmicas no campo das ciências humanas e sociais.

É importante frisar que, ao contrário de uma posição essencialista, não evidencio a minha condição de ex-participante como forma de dizer de uma autorização legítima para tratar do tema em questão ou supor que devido a essa experiência possuo o compromisso para tal, e tampouco defendo que sou capaz de fazer reflexões mais críticas do que um(a) pesquisador(a) que vem de outra realidade de classe social.

Após a aprovação no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFAL (PPGP/UFAL), das orientações e discussões junto ao Núcleo de Psicologia Política (NPP) da UFAL, foi decidido que a pesquisa seria construída em três etapas articuladas entre si: revisão de literatura, pesquisa de campo e análise dos dados produzidos. A revisão de literatura foi realizada para o projeto de qualificação, apresentado no primeiro trimestre de 2019 como requisito prévio do PPGP/UFAL para a obtenção do título de mestre. Para a produção desta revisão seguimos as orientações de Creswell (2007), que a aponta como uma fase necessária no trabalho do(a) pesquisador(a), pois ajuda a delimitar o objeto de investigação e possibilita transmitir para as(os) leitoras(es) a importância de estudar o tema em questão. Dessa forma, ela foi uma etapa importante por nos permitir acessar o que vem sendo produzido academicamente acerca dos temas desigualdade social e PBF, além de permitir melhor definir o problema de pesquisa e construir os objetivos dessa dissertação.

Para a realização da revisão da literatura foi efetuado um levantamento bibliográfico, entre os meses de junho e agosto de 2018, no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Brasil) através do acesso CAFE (contato remoto ao conteúdo assinado do Portal disponível para IES participantes). No processo de busca do material foi utilizada a modalidade “busca

avançada”⁶⁵. Na busca foram utilizados 14 descritores⁶⁶, articulados entre si na maior parte dos casos (Tabela 1). Obtivemos como resultados um total de 477 trabalhos, todos situados nas áreas das ciências humanas, sociais e da saúde.

Para melhor delimitar os resultados, excluimos os artigos que apareciam repetidos em mais de um descritor, no caso 175 artigos. Descartamos ainda um texto que não foi possível acessar na íntegra, seis materiais científicos que não compunham a categoria artigos (resenhas de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado), e seis arquivos não disponíveis no idioma português; após estes recortes, permaneceram 289 artigos. Um segundo procedimento de seleção ocorreu a partir da leitura dos resumos, nessa etapa foram excluídos aqueles que, ainda que apontassem para debates sobre desigualdade social (pobreza e fome), não focalizavam o PBF. Nesta medida, foram selecionados 151 artigos, os quais tanto criticam o Programa como fazem apontamentos sobre suas potencialidades. Diante desta pluralidade de artigos, selecionamos apenas os que focavam numa discussão acerca dos discursos construídos sobre o PBF a partir das narrativas das(os) próprias(os) titulares do Programa. Esta decisão se deu por aproximar a discussão da revisão com nosso interesse em investigar as construções discursivas sobre o PBF a partir das narrativas das(os) ex-participantes.

Sendo assim, na revisão da literatura recorremos a 35 artigos (Tabela 2), que tinham como foco a discussão do PBF a partir das vozes de sujeitos cadastrados no Programa. Apenas um artigo abordava a experiência das(os) ex-participantes, porém não especificava a condição de desligamento, se de forma voluntária, por alguma pendência no processo cadastral, ou ainda pelo descumprimento das condicionalidades⁶⁷. Esse elemento reforça a necessidade e relevância em propor as(os) ex-participantes do PBF

⁶⁵ Essa modalidade nos permite acessar várias opções de filtragem na pesquisa. Fizemos uso dos seguintes filtros de busca: a) campo – “título”; b) tipo de material – “artigos científicos”; c) idioma – “português”. O filtro “título” foi utilizado como forma de selecionar os artigos que realmente enfocassem o debate acerca do PBF, no sentido de termos acesso apenas a produções que tratassem da temática em questão, evitando assim, uma série de achados que se distanciassem da proposta. Já o filtro “artigos científicos”, foi utilizado dada a facilidade de acesso desse material, em sua maioria disponível online e de acesso gratuito na plataforma CAPES/Brasil. Ainda que o debate sobre o PBF também se dê em nível internacional, nos concentramos em sua produção nacional, por isso o uso do filtro “português”.

⁶⁶ A saber: beneficiário (já que se trata do termo mais difundido/adotado entre as pesquisas publicadas); Bolsa Família; Brasil; desigualdade econômica; desigualdade social; desigualdade; distribuição de renda; fome; Nordeste; pobreza; política de renda mínima; Programa Bolsa Família; renda mínima; transferência de renda.

⁶⁷ Entretanto, devemos considerar que isso também diz respeito à escolha dos descritores utilizados, que não garantiram a obtenção de artigos que abarcassem o processo de desligamento e a condição de ex-participantes do PBF.

como público-alvo da pesquisa, já que a literatura evidenciada expressa uma escassez desse debate. Esse fato indica certo ineditismo da discussão produzida nesta dissertação, pois, embora a literatura acessada evidencie um acúmulo de discussões sobre o Programa, ela não tem contemplado as narrativas das pessoas cadastradas, principalmente daquelas(es) que se desligaram, o que aponta um limite no debate sobre as portas de saída do PBF. Além do mais, acreditamos que a escolha por ex-participantes contribui para o debate sobre o impacto do PBF na expansão da democracia brasileira, ao mostrar o modo como esses sujeitos, a partir da experiência no Programa, se reconhecem no contexto de dominação social (em termos das identificações discursivas com determinados projetos de sociedade).

A contribuição do debate na qualificação permitiu reforçar a importância de se analisar o papel das políticas públicas no processo de democratização da sociedade, além de colaborar com a (re)definição dos objetivos e problema da pesquisa, e a necessidade de situar o campo científico-profissional no qual me localizo; neste caso, a Psicologia Política, tendo a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe como o arcabouço teórico de análise dos dados produzidos.

Como se pode perceber a escrita desse tópico foi realizada predominantemente na primeira pessoa do singular, uma decisão que considero importante justificar. De acordo com Oliveira S. (2014), sob uma tradição positivista em prol do princípio de neutralidade se convencionou no âmbito da produção científica o uso de uma linguagem imparcial e impessoal. Assim, se padronizava a escrita em terceira pessoa, evitando pronomes da primeira pessoa tanto no plural como no singular. O(A) cientista não deveria falar, mas assumir a postura de um(a) observador(a) distante do objeto observado na etapa da investigação, o que provoca uma penumbra quanto ao compromisso do(a) pesquisador(a) face aos resultados do estudo, transferindo para os dados a responsabilidade pelos resultados. Tradição que ainda se expressa nos manuais técnicos de pesquisa acadêmica, como os elaborados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Contudo, Oliveira S. (2014) defende que a escrita não é neutra, as(os) pesquisadoras(es) se projetam em seus textos (manifestando ideologias, juízo de valor). Para o autor, a escrita em primeira pessoa (singular e plural) expressa a interação pesquisador(a)-sujeito da pesquisa-leitor(a), além de imprimir um grau de proximidade e de intimidade do(a) leitor(a) com as(os) autoras(es) e o texto, permitindo se afastar de uma escrita fria, distante e sem expressividade.

Desse modo, em algumas passagens da dissertação, a escrita foi realizada em primeira pessoa do singular, especificamente no capítulo metodológico (tópico 3.1 e subtópico 3.3.1), partes do texto em que são apresentados os caminhos que levaram a escolha do tema e quando é relatada a experiência no campo e o contato com os sujeitos da pesquisa, o que se justifica na tentativa de apresentar a trajetória/percalços do pesquisador.

Nas demais passagens a escrita foi realizada em primeira pessoa do plural, uma vez que consideramos o posicionamento de Gonçalves (2019, p. 13) que enfatiza que a “escrita de um texto sempre expressa uma polifonia”. Para a autora, o(a) pesquisador(a) é entendido(a) como um agente coletivo de enunciação que ecoa uma pluralidade de vozes. Assim, ao partirmos dessa posição epistemológica, concebemos essa dissertação como resultado da articulação de uma multiplicidade de mãos e vozes fruto dos encontros e atravessamentos que se dão face a contribuição enunciativa das(os) ex-participantes do PBF, das profissionais da gestão, das leituras de artigos e livros, do grupo de pesquisa, das reuniões de orientação, da avaliação da banca de qualificação de mestrado, das apresentações em eventos científicos (como o X Simpósio Brasileiro de Psicologia Política e o XX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO), das trocas com colegas no âmbito acadêmico e nas reuniões informais com amigas(os), no diálogo que mantive com minhas irmãs e minha mãe com a proposta de recordar detalhes no que se refere a experiência da nossa família com o PBF, o que reverbera numa heterogeneidade discursiva. Vale destacar, que não rejeitamos a escrita em terceira pessoa (inclusive fazemos uso em algumas passagens), mas não compactuamos da crença da possibilidade de uma escrita neutra, uma vez que a subjetividade do(a) pesquisador(a) atravessa todo processo de produção científica (escolha do tema, método, análise dos dados, opção de escrita).

Por fim, é de se reconhecer que esse texto diz da materialidade das experiências e histórias de todas(os) aquelas(es) que aceitaram participar como sujeitos da pesquisa – as(os) ex-participantes do PBF. Suas narrativas, compreensões de mundo e saberes ajudaram-me a tecer um trabalho dialogado, participativo, afetivo⁶⁸.

⁶⁸ Como mostraremos posteriormente, consideramos fundamental a participação dos sujeitos da pesquisa na construção das análises dos dados produzidos. No entanto, como veremos no tópico 3.3.2, a devolução não foi realizada em razão da pandemia da Covid-19, o que acabou impactando negativamente na proposta dialógica que defendemos.

3.2 Aspectos teórico-metodológicos

3.2.1 Localização da pesquisa no campo da Psicologia Política

A presente pesquisa situa-se no rol de estudos da Psicologia Política⁶⁹. Montero (2015), ao se referir a esta área, nos diz que não há uma definição totalmente estabelecida e que até mesmo as dúvidas e discussões em relação a ela estão inacabadas. Sendo assim, a autora salienta que se trata de um campo teórico-prático em desenvolvimento.

Almeida, Silva e Corrêa (2012) afirmam que a Psicologia Política pode ser compreendida como um campo de estudos interdisciplinar interessado em analisar e produzir reflexões sobre o comportamento político nas sociedades contemporâneas. De acordo com Rosa e Silva (2012), trata-se de uma disciplina acadêmica fruto da intersecção entre ciência política e psicologia, mais especificamente da contribuição dos estudos da psicologia social acerca de fenômenos políticos. Mas vale destacar que a Psicologia Política é uma área autônoma; sua interdisciplinaridade se dá por receber influência e ser utilizada por diferentes áreas das ciências humanas e sociais (antropologia, ciência política, comunicação, educação, história, psicologia, sociologia, etc.) (SILVA, 2012).

Costa (2018) nos aponta três definições de Psicologia Política construídas nas mensagens da Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP) e nos editoriais publicados na Revista Psicologia Política:

- a) Compreensão da Psicologia Política como uma relação entre “Psicologia” e “Política” e, portanto, como uma relação entre dois campos que se articulam e que podem, assim, produzir tanto uma psicologia da política (aplicação de conceitos psicológicos à compreensão da política) como uma politização da psicologia (psicologia engajada politicamente). [...]
 - b) Delimitação da psicologia política a partir da psicologia social. [...]
 - c) Afirmção da Psicologia Política como um modo de compreensão autônomo dos fenômenos políticos [...]
- (COSTA, 2018, p. 228).

Como vemos, não há um consenso na delimitação desse campo, mas, de todo modo, ele vem se construindo como um espaço de debates entre pesquisadoras(es) de distintas áreas do conhecimento e tradição teóricas, posicionando-se, assim, em torno de disputas hegemônicas referentes à sua significação e delimitação (COSTA, 2018). Em razão disso, a Psicologia Política não se caracteriza como um campo homogêneo, mas,

⁶⁹ No Brasil, a área se fortalece com a criação da ABPP, no ano 2000, ainda que anteriormente estudos nesse campo já vinham sendo realizados. O nascimento desse espaço institucional possibilitou a parceria de núcleos de pesquisas e a organização de eventos, potencializando assim, o número de produções científicas na área (SILVA, 2012).

ao contrário, como um campo extremamente diverso e plural, com multiplicidade temática, teórica e metodológica (ROSA; SILVA, 2012).

Rosa e Silva (2012) e Silva (2012) destacam que a Psicologia Política agrupa uma série de debates a partir de distintos objetos e temas, tais como: questões relativas ao preconceito e as diferentes formas de racismos, xenofobias e homofobias; ações coletivas e movimentos sociais; saúde pública; violência coletiva e social; memória coletiva; socialização política; comportamento político/eleitoral; marketing político/eleitoral; opinião pública; relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos; terrorismo de Estado e traumas psíquicos; participação social e políticas públicas; relações de trabalho; análise de discursos e ideologias, de universos simbólicos e de práticas institucionais.

Sobre a multiplicidade teórica presente nesse campo, pode-se apontar as seguintes perspectivas: psicossocial ou psicossociológica, psicanalítica, discursiva, behaviorista, cognitivista, marxista, estruturalista, pós-estruturalista etc. Quanto à multiplicidade metodológica, observa-se a utilização de diferentes estratégias relativas às abordagens quantitativas e/ou qualitativas (ROSA; SILVA, 2012).

Diante do exposto, ainda poderíamos nos perguntar: por que Psicologia Política? Para que fazer uso dela? Montero (2015) responde a tais questionamentos com a seguinte afirmação:

[...] para ser essa voz que faz questão de mostrar à sociedade seus múltiplos rostos, apontando o que não é uniforme, nem estável, nem quieto, nem perfeito; que, dentro dela, há forças que se debatem e que quando se pensa ter alcançado um limite, já há outros por vencer (p. 62).

Podemos então compreender que esse campo nos permite questionar os saberes e as práticas produzidas em um determinado contexto histórico e nos convida a uma reflexão quanto à importância de se construir um conhecimento científico comprometido politicamente com a expansão da democracia. Permite-nos reposicionar o lugar do(a) pesquisador(a), que numa lógica positivista de ciência seria o da neutralidade e o da imparcialidade, para o lugar do sujeito implicado, que se afeta e afeta o outro, que se engaja politicamente de modo que sua produção contribua com a construção de um horizonte democrático radical e plural para as sociedades, como propõe Laclau e Mouffe (2015).

A Teoria do Discurso proposta por Laclau e Mouffe nasce da necessidade de se pensar a construção de um projeto contra-hegemônico da esquerda em termos da radicalização da democracia, na conjuntura das sociedades contemporâneas,

caracterizada pela pluralidade de sujeitos políticos e pelo descentramento do espaço político (COSTA, 2010; LACLAU; MOUFFE, 2015). Uma perspectiva teórica que apresenta uma significativa contribuição para a Psicologia Política:

[...] na medida em que o modo que se concebe a constituição do sujeito político, a relação entre universal e particular e entre necessidade e contingência permite reconfigurar noções importantes para este campo de conhecimento, como emancipação, direitos, sujeito, político, política. Assim, auxilia-nos na análise da construção de estratégias políticas no contexto histórico contemporâneo [...] (COSTA, 2012, p. 588).

Resumidamente, podemos afirmar que o foco da Psicologia Política é a análise de fenômenos psicopolíticos. Nesse sentido, a democracia se apresenta como um objeto de estudo bastante requerido nesse campo, dado que muitas das pesquisas nele localizadas buscam tratar das disputas discursivas pela hegemonia, seja no nível ôntico (em termos da institucionalização do conflito) ou no nível ontológico (pensando o conflito como constitutivo da sociedade).

Sendo assim, o presente estudo se localiza no campo da Psicologia Política por estar interessado em refletir a respeito de horizontes democráticos a partir dos discursos de ex-participantes do PBF. Aqui, nos distanciamos de uma perspectiva psicológica caracterizada por pressupostos epistemológicos que não consideram na análise dos fenômenos estudados os atravessamentos históricos, sociais e políticos (MARTÍN-BARÓ, 2013).

Adotamos, assim, uma posição psicopolítica por considerar as construções discursivas das(os) ex-participantes do PBF no contexto social e histórico em que estão inseridas(os), uma vez que assumimos a subjetividade como uma construção que se dá através da intersecção de múltiplos discursos (da cultura, das instituições, da comunidade), o que resulta em uma pluralidade de possibilidades de posições de sujeito, sempre descentradas, precárias e parciais, pois são contingencialmente produzidas⁷⁰ (LACLAU, 2013; MOUFFE, 2018).

⁷⁰ Diante do caráter pós-estruturalista da Teoria do Discurso, sujeito e sociedade são concebidos a partir da compreensão da realidade como discursiva, o que lhes confere o caráter histórico, contingente e precário. Histórico porque sendo a realidade discursiva, a constituição dos sujeitos e da sociedade é dependente de processos de identificação e de articulações de demandas em torno de projetos políticos situados num contexto social e histórico específicos. Contingente, na medida em que, sob a perspectiva discursiva de Laclau e Mouffe, não há nenhum fundamento último que guia a história, que regule *a priori* o modo de constituição dos sujeitos e da sociedade. Precários, uma vez que sendo históricos e contingentes, as identificações discursivas que fundamentam a constituição dos sujeitos e as articulações de demandas em torno de projetos políticos que disputam a nomeação da sociedade são sempre passíveis a mudanças, ainda que as organizações discursivas hegemônicas criem modos de sua manutenção no tempo (COSTA, 2014).

Assim, por se tratar de uma perspectiva psicopolítica propomos uma articulação entre subjetividade e ordem social e, neste sentido, nem o indivíduo, nem o social são concebidos como coisas dadas, mas como fenômenos entendidos discursivamente. Nesse sentido, não concebemos os discursos dos sujeitos como se fossem produções de indivíduos autônomos às relações sociais. O ponto, portanto, é que os indivíduos são constituídos subjetivamente a partir de processos de identificações com discursos que os circundam, não existindo uma dicotomia indivíduo x sociedade.

Nossa posição psicopolítica também se expressa na proposta de elaboração de um conhecimento transdisciplinar que articule as contribuições de outros campos das ciências humanas e sociais e a produção de conhecimento dos sujeitos da pesquisa.

3.2.2 Abordagem metodológica: a dimensão ética-política-epistemológica da pesquisa qualitativa pós-estruturalista

Realizada a apresentação do campo teórico-prático no qual situamos o nosso estudo – a Psicologia Política –, se faz importante agora apontar a abordagem metodológica aqui adotada. Nesta pesquisa optamos trabalhar com uma abordagem qualitativa, tendo como base a perspectiva pós-estruturalista.

Segundo Godoy (1995, p. 59), “o que hoje denominamos estudos qualitativos começaram a aparecer no cenário da investigação social a partir da segunda metade do século XIX⁷¹”. Inicialmente, o seu desenvolvimento se deu através de estudos produzidos no campo da antropologia e sociologia; porém, sobretudo a partir dos anos 60, pode-se ver a incorporação da pesquisa qualitativa em outras áreas como a psicologia e a educação (GODOY, 1995).

Em tese, a preocupação das pesquisas qualitativas consiste em compreender os significados que os sujeitos dão às coisas, às suas ações e como constroem suas vidas e

⁷¹ O surgimento da pesquisa qualitativa se dá marcado por estudos como o do sociológico Frédéric Le Play (1806-1882) sobre os trabalhadores europeus franceses, publicado em 1855, que se empenharam em descrever as precárias condições do mundo da vida dos trabalhadores urbanos e rurais, na era da industrialização, seja através de observação direta, fazendo uso de registros/documentações e entrevistas. Esses estudos tinham um caráter descritivo e de denúncia da realidade de exploração que vinha sendo ignorada, além de recomendar a necessidade de ações resolutivas dos problemas apresentados. Na primeira metade do século XX, os estudos etnográficos como o do antropólogo Bronislaw Malinowski (1884-1942), em 1922, que tinham como objetivo compreender o significado que os povos nativos da Nova Guiné e das ilhas Trobriand na Melanésia, atribuíam aos ritos, normas e fatos cotidianos, também representam um marco para o desenvolvimento da abordagem qualitativa. Aqui, a pesquisa etnográfica se articulava a um discurso positivista, a lógica hegemônica no âmbito das ciências à época (CHIZZOTTI, 2003).

suas relações. Para isso, entende-se que é necessário situá-los em seu contexto histórico e social de modo a acessar os significados que somente são perceptíveis a uma atenção sensível. Ao fim, o(a) pesquisador(a) interpreta e expõe em um texto científico, cuidadosamente escrito, os sentidos que os sujeitos transmitem acerca do objeto/tema da pesquisa (CHIZZOTTI, 2003; 2009; GODOY, 1995).

A abordagem qualitativa é convergente com os objetivos desta pesquisa que se propõe a acessar o universo discursivo das(os) ex-participantes do PBF sobre o Programa e como se concebem no contexto de dominação social no qual estão localizadas(os). Tal abordagem é caracterizada como um campo interdisciplinar por abarcar uma pluralidade de tradições teóricas e epistemológicas (como, por exemplo, a fenomenologia, a hermenêutica, o marxismo, o estruturalismo e o pós-estruturalismo) (CHIZZOTTI, 2003). Dentro desse rol de possibilidades, assumimos a tradição pós-estruturalista, mais especificamente a Teoria do Discurso, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, como perspectiva norteadora da pesquisa.

Ao adotarmos essa perspectiva, nos distanciamos de uma postura essencialista em pesquisa, ou seja, nos agarramos ao questionamento da ciência enquanto um lugar de enunciação da verdade; então, não cabe aqui buscar a verdade dos fatos, os significados verdadeiros das coisas. Para a teoria pós-estruturalista não há um sentido ou um conhecimento natural original, todo sentido e conhecimento é uma construção discursiva histórica e socialmente localizada, mas que acaba sendo, muitas vezes, apreendido como natural (LOSEKANN, 2012; OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013).

De acordo com Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013, p. 1329), partindo da Teoria do Discurso proposto por Laclau e Mouffe, a pesquisa científica pode ser concebida como uma produção discursiva “inevitavelmente atravessada por condicionantes e mecanismos próprios do campo simbólico e político da linguagem”, o que nos permite criticar os pressupostos de neutralidade, objetividade, experimentação e generalização, característicos de uma perspectiva positivista de ciência. Os sujeitos (pesquisadoras/es e participantes) existem, agem, pensam, significam, entendem e explicam somente a partir da linguagem (COSTA, 2019; LOSEKANN, 2012). Toda a significação da realidade remete ao contexto (social, cultural e político) e às contingências históricas (OLIVEIRA, 2018).

Sendo assim, para a pesquisa qualitativa pós-estruturalista:

[...] indivíduo e sociedade são concebidos não como polos independentes e dicotômicos, mas como objetividades sociais e históricas que se co-constituem. O que implica que não há possibilidade de o pesquisador ser

neuro, e nem de o pesquisado ser imparcial. Como sujeitos históricos que constroem conhecimentos sobre o mundo nas relações sociais (junto com outros sujeitos), diferentemente de identificarem “fatos objetivos”, interpretam a realidade a partir de determinadas lentes epistemológicas, ontológicas, éticas e políticas disponíveis em um determinado contexto histórico (COSTA, 2019, p. 429).

Oliveira, Oliveira e Mesquita (2013) enfatizam que a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe apresenta-se como uma crítica epistemológica, ontológica, ética e política consistente frente “aos modelos positivistas clássicos de pesquisa que buscam extrair os dados da realidade e garantir sua validade através do uso estrito de uma metodologia reconhecida e supostamente neutra e universal” (p. 1331). Diferentemente, para a lógica qualitativa pós-estruturalista é reservado “o caráter precário, contingente e intrinsecamente comprometido do próprio discurso científico” (p. 1337).

De acordo com Martín-Baró (2013), duas características em especial qualificam a perspectiva positivista: objetividade e neutralidade. Elas orientam o(a) pesquisador(a) a manter uma postura de afastamento e a inibir seus valores a fim de alcançar a plena objetividade dos fenômenos que estuda. Devido a essas características a pesquisa de viés positivista assume uma postura de coisificação e objetificação dos sujeitos, ou seja, em sua prática profissional, as(os) pesquisadoras(es), sobretudo em suas produções científicas, acabam incorporando o dualismo sujeito-objeto. Sendo assim:

[...] eles [as/os pesquisadoras/es] são os sujeitos da atividade e o outro ou os outros [que participaram da pesquisa] são os objetos do estudo, da análise ou da experimentação; em todos os casos, são objetos passivos, sem possibilidade de definir ou determinar a interação. Esta relação assimétrica tende a despojar a pessoa que ocupa o lugar de objeto de algumas de suas características mais singulares e, frequentemente, ela é convertida em uma coisa que é examinada e estimulada, observada e questionada, mas que não tem a possibilidade de ação recíproca ou, pelo menos, de participar na direção do processo. Desta forma, o saber ou o efeito produzido resultam da ação unilateral [do/a pesquisador/a] [...], mas não propriamente da interação entre o[a] pesquisador[a] e o[a] pesquisado[a] (MARTÍN-BARÓ, 2013, p. 583).

Distintamente, a partir da abordagem qualitativa que assumimos, lançamos mão de alguns questionamentos que por vezes circulam no âmbito universitário: “que ciência queremos?” “A quem e pra que serve o nosso saber/fazer?”. Nesse trabalho nos distanciamos da compreensão positivista que limita e verticaliza as relações, na qual o(a) pesquisador(a) é compreendido(a) como um sujeito ativo e racional e a(o) participante da pesquisa como um objeto de estudo, passivo e alienado. Negamos, ainda, a condição de neutralidade e imparcialidade imposta a pesquisadoras(es) no processo de produção de conhecimento e na relação que estabelecem com as(os) participantes do estudo. A nossa posição se afina com o entendimento de Costa (2010):

[...] [Trata-se de] uma relação entre sujeito e sujeito em torno da reflexão sobre um determinado objeto: o problema de pesquisa a ser investigado. Portanto, a relação pesquisador[a] e pesquisado[a] é entendida como uma relação entre sujeitos que podem apresentar saberes distintos sobre a realidade, mas que de maneira alguma a simples adjetivação de um dos saberes como “científico” o faz, *a priori*, uma forma superior de compreensão da realidade e de outro como “popular”, “militante” inferior na reflexão sobre o objeto analisado. Assim, o conhecimento é entendido como um conhecimento co-construído, sendo pesquisador[a] e pesquisado[a] sujeitos na interpretação sobre aquele objeto pesquisado. [...] o[a] pesquisador[a] não se encontra [...] no lugar de produção de um conhecimento neutro, no sentido de uma neutralidade significada como afastamento completo de seus valores, de sua empatia, afeto, amizade estabelecida com os[as] pesquisados[as]. Deve-se ressaltar que diante da consideração do[a] pesquisado[a] como um[a] co-construtor[a] do conhecimento, e não como um objeto a se pesquisar, como se fosse um[a] informante que deva estar a nosso serviço, a realização da pesquisa depende que o[a] pesquisado[a] aceite o[a] pesquisador[a] e que se estabeleça uma relação de confiança e empatia entre eles[as] (pp. 68-69).

As formulações teóricas são discursos opacos interessados em traduzir, compreender a realidade, mas não podem representá-la de forma neutra ou imparcial. Suas análises são atravessadas pelas crenças, posições subjetivas e opções éticas e políticas das(os) pesquisadoras(es) (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013). O(A) pesquisador(a) está marcado(a) pela realidade social, e até mesmo a perspectiva teórica-metodológica adotada não se esquivava do seu posicionamento social e pessoal, que acaba por condicionar aquilo que ele(a) pode apreender do tema (MARTIN-BARÓ, 2013). Os próprios métodos de produção de dados empregados nas pesquisas “são discursos [...] que propõem/produzem o estabelecimento de um conjunto de relações entre elementos da realidade de acordo com uma lógica ou um conjunto de regras/critérios próprios” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1333).

Como ainda enfatizam os autores e a autora:

[...] os métodos não são – ao contrário do que se costuma postular – mediadores neutros e universais. Mesmo os métodos aparentemente mais *duros* e impessoais, como os quantitativos, trazem em sua bagagem uma série de pressupostos tácitos sobre o que é um *dado* científico, que tipos de dados devem ser considerados relevantes, como se constituem as relações e processos sociais, qual o papel do pesquisador na produção do conhecimento etc. As escolhas metodológicas, portanto, baseiam-se em propostas discursivas que devem ser reconhecidas e postas *em jogo* no processo de pesquisa [...] (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, pp. 1333-1334).

Então, ao partirmos de uma posição pós-estruturalista propomos uma lógica de pesquisa mais horizontalizada nas relações pesquisador(a)-participantes, saberes acadêmicos/científicos-saberes populares/tradicionais, de modo que a produção discursiva da pesquisa se dê na articulação desses elementos. E por via da proposta de Laclau e Mouffe somos convidadas(os) a nos aproximar de uma noção ética e política

que se proponha a produzir saberes e práticas comprometidos com a expansão democrática.

3.2.3 A História Oral como método de produção discursiva/de dados

A abordagem qualitativa abarca uma amplitude de estratégias metodológicas (entrevista, observação participante, história oral, estudo de caso, pesquisa-ação, etnografia, etc.) capazes de analisar e compreender a realidade em sua complexidade social e histórica. Com base em nossos objetivos e problema de pesquisa, a estratégia utilizada para a produção de dados foi a História Oral (HO). Esta estratégia metodológica emergiu no contexto acadêmico em 1920, na Escola de Chicago, que criou um método interpretativo baseado nas narrativas orais da vida das pessoas, buscando evidenciar a linguagem, as percepções, os sentimentos e o ponto de vista dos sujeitos entrevistados. Nos anos de 1950, a partir do advento de novas tecnologias, como o gravador, a HO ganhou maior popularidade e difusão nas pesquisas acadêmicas (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004; CHIZZOTTI, 2003; MATOS; SENNA, 2011; SPINDOLA; SANTOS, 2003).

Em se tratando dos processos que compõem a HO:

A base da história oral é o depoimento gravado; portanto, os três elementos que constituem a condição mínima da história oral são: o entrevistador (que pode ser mais de um), o entrevistado (que podem ser vários), e a aparelhagem de gravação (que pode ser apenas de som, como também de imagem, com filmagens, envolvendo outros participantes, além do entrevistador, e com outras implicações). A história oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e continua com a definição de pessoas a serem entrevistadas, com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição, com a conferência do depoimento, com a autorização para o uso, arquivamento e com a publicação dos resultados os quais, regra geral, devem, *a priori*, voltar aos entrevistados para revisão (ICHIKAWA; SANTOS, 2003, p. 02).

Como vemos, a principal técnica que caracteriza a HO é a entrevista. A literatura expõe que existem três tipos de História Oral – a tradição oral, a história oral de vida e a história oral temática (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010; ICHIKAWA; SANTOS, 2003).

Na tradição oral, os estudos realizados se centram na compreensão das visões de mundo de comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, ribeirinhas), seus valores e costumes, suas formas de organização e resistência, seus saberes e ritos ancestralmente transmitidos através da oralidade. O sujeito neste tipo de pesquisa não é o indivíduo, mas

sim o coletivo. Por sua vez, a história oral de vida é definida como um relato de um sujeito acerca da sua existência através do tempo, a fim de reconstruir os acontecimentos por ele vividos. É conferida a ele maior autonomia para narrar livremente suas experiências; a verdade aqui consiste na versão por ele narrada, pois a ideia é compreender como ele significa a realidade experimentada. As perguntas acabam sendo amplas, mas tentando captar uma sequência cronológica dos fatos (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010; ICHIKAWA; SANTOS, 2003).

Por último, a história oral temática tem um caráter de maior objetividade, pois parte de um assunto específico e pré-estabelecido; busca-se o esclarecimento ou opinião da(o) entrevistada(o) sobre algum fenômeno definido. Ela tem características bem diferentes da história oral de vida, pois detalhes da vida pessoal do(a) narrador(a) apenas interessam na medida em que revelam aspectos úteis à informação temática central. Ela acaba sendo a estratégia que mais se aproxima das soluções comuns e tradicionais de apresentação de trabalhos analíticos em diferentes áreas do conhecimento acadêmico. O uso de um roteiro com questões é indicado como forma de guiar a narrativa em torno dos objetivos previamente estabelecidos (CAPPELLE; BORGES; MIRANDA, 2010; ICHIKAWA; SANTOS, 2003; MEIHY, 2002).

Esta última estratégia, a história oral temática, foi a que selecionamos para a nossa produção de dados, uma vez que tratamos com os sujeitos de um tema específico previamente estabelecido, no caso, o PBF. Nas entrevistas organizamos um roteiro com questões semi-estruturadas (ver Anexo A) que nos permitia compreender um pouco da história de vida das(os) participantes da pesquisa, no intuito de saber sobre a forma como elas(es) significavam o PBF, como o avaliavam no sentido de satisfazer ou não suas demandas, quem (ou o que) identificavam como responsáveis por suas demandas, como concebiam o modo de funcionamento das gestões locais do Programa, como se reconheciam no contexto de dominação e analisavam a relevância do Programa para o fortalecimento ou não da democracia.

Mas qual a relevância da HO nesta pesquisa? Por que a adoção desse método em meu estudo? Os motivos que nos levaram à escolha desse método de produção de dados perpassa quatro de suas características que considero marcantes: a) permite acessar a dimensão discursiva; b) apresenta uma proposta de enfrentamento a uma lógica de silenciamento epistêmico; c) renuncia a uma concepção estática de verdade; d) fornece contribuições que permitem (re)pensar a condução das entrevistas.

Neste método, a narrativa dos sujeitos ganha centralidade na pesquisa. Para Cassab e Ruscheinsky (2004, p. 14), “a narrativa constitui a matéria-prima para a História Oral. O narrador que conta sua história ou dá seu relato de vida não se constitui, ele próprio, no objeto de estudo, mas sim seus relatos de vida, sua realidade vivida”.

A HO, ao colocar a oralidade como aspecto central, possibilita-nos o contato com o mundo subjetivo dos sujeitos: suas memórias; seus afetos; seu modo de significação da realidade. Possibilita acessar o campo dos sentidos, ou seja, a forma como o sujeito significa a sua vida e o contexto em que está situado. Interessante destacar que a HO compreende que os relatos orais não são produtos individuais ou neutros, os sujeitos significam a realidade a partir de discursos disponíveis em seu período histórico e no contexto cultural-social-político em que vivem. Desse modo, é possível afirmar que os sujeitos nunca narram sozinhos, seus discursos dizem das instituições, da cultura, dos grupos e das comunidades que fazem parte e dos laços sociais que estabelecem.

Sobre isso, Laclau e Mouffe (2015) enfatizam que construir sentidos sobre o mundo, é uma prática social que faz parte da condição ontológica dos sujeitos. Sendo assim, a realidade é uma construção discursiva, ela é continuamente significada e ressignificada pelos sujeitos. Esse processo se dá a partir da identificação e localização dos sujeitos em um dado sistema simbólico que articula uma multiplicidade de discursos que estão presentes no contexto histórico e social no qual se localizam, sendo atravessados por crenças e valores da família, da escola, da comunidade, do meio profissional, da mídia, da religião, da ciência, do partido político que é filiado, etc. (ANDRADE, 2013; LACLAU; MOUFFE, 2015; SPINK; MENEGON, 2013). Assim, esta construção pode servir tanto para reproduzir práticas hegemônicas presentes em um determinado contexto histórico ou para problematizar este contexto.

Outro aspecto que nos conduz à escolha desse método é o fato de ele nos convidar a uma reflexão da importância de se produzir uma pesquisa que se proponha antagônica a uma lógica de silenciamento epistêmico (o que reverbera em epistemicídios). Em contraponto aos processos de dominação reforçados por essa lógica, a HO se inscreve na produção de um conhecimento politicamente comprometido com a democratização da sociedade ao elaborar uma ferramenta de denúncia dos processos de dominação, além de colaborar com a construção de um espaço de enunciação que evidencia a pluralidade de vozes, principalmente de sujeitos excluídos, reconhecendo-os como necessários no processo de produção de conhecimento.

A HO é, assim, uma ferramenta democrática⁷² que objetiva construir um espaço pluralista ao buscar ouvir aquelas(es) que não foram ouvidas(os), grupos historicamente subalternizados – negras(os), quilombolas, indígenas, mulheres, LGBTQIA2+, pobres, trabalhadoras(es) – que são submetidos aos discursos e às ações de ódio ou que enfrentam os desafios diversos diante do recrudescimento político. Com base na perspectiva teórica e metodológica que assumimos, a voz de todos esses sujeitos silenciados é igualmente importante e necessária para o fortalecimento da democracia porque a experiência da HO brasileira não está dissociada da luta pela palavra democratizada (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019; PORTELLI, 1997b).

Uma motivação para essa escolha foi que no processo de levantamento bibliográfico para a pesquisa observamos que a maioria das produções que discutem o PBF não evidenciam as narrativas dos sujeitos cadastrados no Programa (de 151 artigos selecionados, apenas 35 evidenciavam). Os estudos concentram suas análises nos discursos de figuras políticas, gestoras(es) ou pesquisadoras(es). Por que isso ocorre? Quem pode falar sobre o PBF? Seria decorrente do fato de pessoas pobres e/ou de baixa escolaridade não serem consideradas instruídas o suficiente e, logo, não terem nada de relevante para falar? Segundo Rego e Pinzani (2014),

[...] a maioria das medidas que visam combater a pobreza é tomada com base em dados estatísticos, quantitativos ou macroeconômicos. O pobre é, em suma, considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, sujeito político propriamente dito – e isso representa uma forma de perda de autonomia (pp. 35-36).

As(Os) críticas(os) sociais acabam facilmente assumindo uma posição paternalista e/ou assistencialista, na medida em que acreditam que a baixa escolaridade e a urgência de satisfazer necessidades básicas levariam as pessoas pobres a uma visão distorcida de seus problemas e das eventuais soluções. Sendo assim, se reconhecem mais capacitadas(os) para descrever a situação dos sujeitos alvo das políticas públicas. Outra

⁷² Segundo Meihy (2002; 2011), o desenvolvimento da HO necessita de um contexto social e político democrático. Durante o período da ditadura civil militar na América Latina, inclusive no Brasil de 1964 a 1985, entrevistas livres se viam diante de grandes limites, pois foram reprimidas as formas de registros que gravassem experiências, opiniões ou depoimentos. De acordo com Gattaz, Meihy e Seawright (2019, p. 11) “as violações de direitos humanos [reprimiram] a palavra com base não somente na violência da censura, mas no silenciamento levado às últimas consequências [a morte]”. Somente a partir dos anos 1980, com o fim da repressão militar, pesquisadoras(es) de países latinos-americanos puderam ampliar seus estudos através da HO, inclusive interessadas(os) em ouvir as histórias daquelas(es) que foram censuradas(os), presas(os), torturadas(os) e/ou exiladas(os) pelo regime ditatorial (MEIHY, 2002; 2011). Sendo assim, podemos perceber que a democracia é terreno fértil para o desenvolvimento da HO, em razão [de esse] método ser “uma experiência decorrente da memória de expressão oral que visa e versa sobre [...] a livre manifestação da palavra, a livre enunciação mnêmica” (GATTAZ; MEIHY; SEAWRIGHT, 2019, p. 10).

razão consiste na crença de que as pessoas pobres devem ser ajudadas; assim, colocam-nas numa posição de passividade até mesmo por reconhecerem que não são bons juízes de sua própria situação de vida (REGO, PINZANI, 2014). Esse processo acaba produzindo uma dupla humilhação: “por um lado, o indivíduo é silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito à sua” (REGO; PINZANI, 2014, p. 39).

Ao contrário da maioria desses estudos do levantamento bibliográfico e diferente da lógica de silenciamento epistêmico, lançamo-nos em campo a fim de ouvir estes sujeitos. Defendemos uma posição ética e política na pesquisa que consiste na compreensão de que os sujeitos podem falar por si, porque, como as(os) especialistas, eles também produzem visões de mundo, conhecimento. Essa postura ética acaba ainda por conferir dignidade aos sujeitos da pesquisa, uma vez que lhes garante o direito de reconhecimento enquanto sujeito cognoscente e provido de liberdade de comunicação.

Entendemos que ouvir o que o sujeito fala sobre si mesmo e como concebe o PBF resulta em um rico material que nos permite compreender qual o papel do Programa para a superação de relações de dominação, além de possibilitar refletir sobre alternativas de horizontes de democracia. Sendo assim, buscamos nos afastar de uma perspectiva elitista que restringe o debate acerca do Programa a especialistas, colocando os sujeitos cadastrados como passivos e incapazes de refletirem sobre sua própria realidade e analisar a política da qual participa(ra)m. Reconhecemos, assim, os sujeitos como protagonistas de suas histórias, possuidores de legitimidade para falar de si e por si.

No entanto, reconhecer a importância de ouvir os sujeitos cadastrados não significa isentar o requerimento a uma análise crítica ao que eles irão expor, porque podem reproduzir discursos que naturalizam relações de dominação (LACLAU; MOUFFE, 2015). Haraway (1995) e Santos (1995) nos alertam que há um sério perigo em romantizar e/ou apropriar a visão das(os) menos poderosas(os), pois os posicionamentos das(os) subjugadas(os) não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação. Os pontos de vista das(os) subjugadas(os) não são posições “inocentes”, ou seja, as(os) subjugadas(os) não podem escapar das relações de poder e estão também sujeitas(os) a desejar, ou mesmo cair na posição de dominação. Segundo Laclau e Mouffe (2015, p. 236) a tarefa do(a) pesquisador(a) deve ser a de “identificar as condições em que uma relação de subordinação se torna relação de opressão, constituindo-se, portanto, no lugar de um antagonismo”. A politização das

relações de subordinação (construção de uma fronteira antagônica) permite aos sujeitos se mobilizar para o enfrentamento do contexto de dominação social em que se localizam.

Um terceiro ponto bastante relevante e característico da HO é a renúncia de uma concepção estática de verdade. Cada ser histórico singulariza a sociedade na qual está inserido e a percebe de uma forma específica. Dessa forma, concebemos as narrativas enquanto compreensões particulares do real, emitida pelas(os) entrevistadas(os), que dizem do modo como entendem e se apropriam do mundo ao seu redor (MATOS; SENNA, 2011).

De acordo com Portelli (1997a, p. 31), as fontes orais são “únicas e necessárias por causa do seu enredo – o caminho no qual os materiais da história são organizados pelos narradores de forma a contá-la”. A HO possibilita revelar aspectos desconhecidos de determinados eventos ao focar sobre áreas inexploradas da vida das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997a).

Então, pensando na veracidade do conteúdo, diferentemente de uma lógica científica positivista que ampara sua validade na revelação dos “fatos” e na produção de leis gerais sobre os fenômenos pesquisados (COSTA, 2019), a HO enquanto estratégia qualitativa compreende as fontes orais como legítimas. A importância delas não se dá em sua aderência ao fato, mas em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. A diversidade da HO consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda subjetivamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros documentais “confiáveis”. Fontes orais revelam-nos não só sobre o que o sujeito social fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que no presente pensa que fez (PORTELLI, 1997b). Isso nos mostra que as fontes orais não são objetivas, mas, sim, artificiais, variáveis e parciais (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004). Porém, como pontua Costa (2019):

[...] não se trata de defendermos que “tudo vale”, pois toda discursividade se constitui no interior de limitações normativas específicas, contingentes a determinados contextos históricos. O que queremos enfatizar é que a “idolatria do factual” presente na tradição positivista é “cega” a outras possibilidades de compreensão do mundo, construindo discursivamente a ordem existente como natural (p. 431).

Assim, o mais importante seria evidenciar as distintas formas como cada sujeito ou grupo significa a realidade e buscar decifrá-la e contextualizá-la no espaço e no tempo. De modo que o interesse deve consistir não em julgar/validar ser verdadeiro ou não o discurso dos sujeitos, mas de buscar compreender o modo como os discursos (as histórias narradas) são construídos em termos da delimitação de fronteiras políticas entre “nós” e

“eles” – a quem ele é dirigido? Em qual cadeia discursiva ele se ancora? –, para assim pensarmos a implicação dele no processo de democratização social (COSTA, 2019; LACLAU; MOUFFE, 2015).

Por último, um quarto aspecto que nos fez querer trabalhar com HO, diz respeito às contribuições desse método para (re)pensar uma “nova” proposta de conduzir entrevistas. O método em destaque possibilita às(aos) pesquisadoras(es) romperem um modelo acadêmico que transformava a entrevista em simples suporte documental. Ela agora é pensada como pesquisa social e histórica, que nos permite desvelar a riqueza inesgotável do depoimento. A entrevista não mais como fonte apenas informativa, mas, sobretudo, como instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana, de suas relações com a sociedade organizada, com o poder e o contrapoder existentes (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004).

Enquanto estratégia metodológica, a HO indica algumas ferramentas como bastante necessárias para a realização das entrevistas, como o gravador, o roteiro flexível e o diário de campo. O gravador é necessário, pois possibilita arquivar as narrativas para que depois possam ser transcritas, o que facilita no processo de análise dos dados produzidos. Além do mais, não precisamos ficar presos na escrita do que é narrado e podemos nos atentar para gestos, expressões e manter contato visual. Por sua vez, o roteiro flexível nos oportuniza a inclusão de outras questões durante a realização da entrevista. Como nos orienta Matos e Senna (2011), o roteiro flexível deve ser construído com perguntas semiestruturadas que serve para nortear a narrativa das(os) participantes da pesquisa de modo a trazer um diálogo aproximado com os objetivos do estudo. A flexibilidade do roteiro realça a participação das(os) entrevistadas(os) que interferem no processo, na medida em que podem introduzir elementos pertinentes aos objetivos da pesquisa e que não estavam previstos inicialmente. O roteiro também pode se apresentar como uma estratégia bastante eficaz diante de sujeitos mais tímidos e pouco falantes.

Em relação ao diário de campo, trata-se de uma ferramenta importante, inclusive para o processo de análise dos dados produzidos, pois nos serve como “um dispositivo de registro e interlocuções da/na pesquisa” (OLIVEIRA R., 2014, p. 71). Sendo assim, ele se apresenta enquanto uma ferramenta que complementa as transcrições, ao servir de registro de aspectos não linguísticos (ações, gestos, expressões) que não podem ser captados pelo uso do gravador. Além de servir como um dispositivo produtor de reflexões pessoais e teóricas acerca do tema, dos sujeitos e do campo da pesquisa, ou seja, anotações de *insights* que vão emergindo no desenvolver da pesquisa.

3.2.4 Análise do Discurso a partir da perspectiva teórica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe: a Teoria do Discurso como ferramenta de análise dos dados/discursos

Apresentada a HO como uma estratégia de construção de dados que possibilita trabalhar aspectos de produção e identificação discursiva dos sujeitos e o modo como significam a realidade, abordaremos agora o método de análise eleito nesta pesquisa, a saber, a Análise do Discurso (AD).

De modo geral, pode-se dizer que a AD trata-se de uma ciência interessada no estudo do discurso. Ela busca compreender os sentidos que os sujeitos dão a um dado fenômeno, objeto ou tema e o analisa a partir de uma perspectiva teórica discursiva. A AD se propõe e permite compreender o modo de constituição dos sujeitos e de suas produções de sentidos (ORLANDI, 2005). No campo da produção científica ela tem sido muito relevante para o estudo de diversas temáticas, tais como interações cotidianas, memória, exclusão social, questões relativas ao gênero ou à raça (NOGUEIRA, 2008).

A AD se propõe a identificar as semelhanças, as conexões, as interseções, as convergências, bem como as contradições, os distanciamentos, as dúvidas, os equívocos ou lacunas entre as narrativas de diferentes sujeitos. A ideia é a construção de um dispositivo da interpretação (ORLANDI, 2005). De acordo com Orlandi (2005), o processo de interpretação dos discursos se dá em duas etapas:

a) em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto de análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise; b) em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir um dispositivo teórico que possa intervir na relação do analista com os objetivos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação (ORLANDI, 2005, pp. 60-61).

Como dissemos acima, a AD visa compreender os sentidos produzidos a respeito de um dado objeto. O caminho da análise se dá pela descrição e sistematização dos discursos, no delineamento e seleção de aspectos narrados, bem como na interpretação teórica sobre o texto produzido. É um processo de ir e vir que mescla uma leitura atenta e reflexiva deste mesmo texto a uma análise que se dá a partir de noções conceituais (ORLANDI, 2005). Todavia, a interpretação que realizamos não esgota as possibilidades de significação de um dado objeto, mas, ao contrário, abre-se espaço para novas interpretações do fenômeno sob outras perspectivas (ORLANDI, 2005).

Como destaca Orlandi (2005, p. 62), “não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista”. Nossa proposta de análise baseia-se na compreensão de Howarth e Stavrakakis (2000) que

[...] defendem a necessidade de não se cair na armadilha nem do empiricismo nem do teoricismo: enquanto teóricos do discurso reconhecem o papel central de modelos teóricos para delimitar seus objetos e métodos de pesquisa, dessa forma rejeitando abordagens puramente empiricistas e positivistas, eles se preocupam em prevenir a subsunção de cada um dos casos empíricos aos conceitos e lógicas teóricas abstratas. Em outras palavras, ao invés de aplicar uma teoria pré-existente a um conjunto de objetos empíricos, teóricos do discurso buscam articular seus conceitos em cada caso particular da pesquisa concreta. A condição para esta concepção de pesquisa é que os conceitos e lógicas do modelo teórico devem ser suficientemente ‘abertos’ e flexíveis para serem adaptados, deformados e transformados no processo de aplicação (p. 5, tradução nossa).

Sendo assim, a AD que realizamos teve como embasamento teórico a Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe⁷³. Uma teoria que visa entender a construção de sentidos; discurso é construção de sentidos (de significação, de nomeação) da realidade. Dessa forma, o conceito de discurso adotado decorre da produção desse autor e autora:

O discurso constitui o território primário da construção da objetividade enquanto tal. Por discurso, como tentei esclarecer várias vezes, não tenho em mente algo que é essencialmente relativo às áreas da fala e da escrita, mais quaisquer conjuntos de elementos nos quais as relações desempenham o papel constitutivo. Isso significa que os elementos não preexistem ao complexo relacional, mas se constituem através dele. Assim, “relação” e “objetividade” são sinônimos (LACLAU, 2013, p. 116).

De acordo com Andrade (2013), na compreensão laclauiana e mouffeana o “[...] discurso nada mais é que uma prática social, uma forma de construção social, cuja condição ontológica é o político, o que implica em considerá-lo como uma forma de ação das pessoas sobre o mundo” (p. 82). Nesse sentido, o discurso é uma prática social que constrói significação sobre a realidade e que busca fixar, na disputa com outros discursos, configurações significativas particulares, possibilitando a construção, reprodução ou transformação de relações de dominação. Assim, a perspectiva discursiva de Laclau e Mouffe auxilia-nos, metodologicamente, a compreender as construções discursivas, a relação entre discursos concorrentes e, conseqüentemente, a transformação das(os)

⁷³ Howarth (2005) faz uma distinção entre Análise do Discurso e Teoria do Discurso, segundo o autor, “[...] a primeira consiste em uma série de técnicas para analisar “fala e texto em contexto”, enquanto a última fornece as premissas subjacentes para seu adequado emprego” (p. 340).

agentes e das práticas sociais, ou seja, a dinâmica do social (demanda, antagonismo, hegemonia) (ANDRADE, 2013).

Dito de outra forma, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, ao enfatizar a discursividade como “uma condição ontológica de constituição de todo o objeto e de toda a realidade experienciada pelos sujeitos” (OLIVEIRA, OLIVEIRA, MESQUITA, 2013, p. 1329), nos permite compreender o tema deste estudo, as construções discursivas sobre o PBF, como uma prática discursiva alvo de disputas hegemônicas de significação. Com isso, consideramos a Teoria do Discurso uma perspectiva teórica e metodológica suficientemente relevante para o desenvolvimento de uma estratégia de investigação que possibilitou alcançar possíveis respostas ao nosso problema de pesquisa: como os discursos produzidos sobre o PBF por ex-participantes, residentes em Alagoas, permitem entender o modo como elas(es) se localizam nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade?

Com base no problema de pesquisa, elaboramos três objetivos específicos como forma de responder a nossa problemática: a) compreender o modo como as(os) participantes da pesquisa concebem o PBF; b) considerando as identificações discursivas das(os) ex-participantes em relação ao PBF, identificar o modo como se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira, como se colocam no mundo; c) discutir a relevância do PBF para a expansão da democracia. Esses objetivos fundamentaram a produção do nosso roteiro semiestruturado de entrevista; logo, os dados produzidos são consequência disso.

No processo de análise, articulamos aos objetivos alguns conceitos selecionados a partir da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, discutidos no capítulo teórico, a saber: demanda, antagonismo, hegemonia e identificação.

A articulação entre os objetivos específicos e os conceitos selecionados a partir da Teoria do Discurso, possibilitou a construção de duas categorias de análise que nos possibilitaram organizar, discutir e interpretar os dados produzidos:

- a) *Demandas sociais e localização nas relações de dominação*: aqui se quis identificar, as demandas que levaram as(os) ex-participantes a se inserirem no PBF, e também o modo como elas(es) constroem tais demandas (como “pedido” ou como “exigência”), o que implica refletir sobre a que ou a quem atribuem as razões destas ausências na ordem social sedimentada (antagonismo). Assim,

trabalhamos com dois conceitos centrais: demanda e antagonismo. Ademais, o conceito de identificação também estará entrelaçado aos debates.

- b) *Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas*: considerando as reflexões produzidas no capítulo anterior acerca do modo como as demandas são construídas, nessa categoria refletimos, a partir dos discursos dos sujeitos da pesquisa, sobre dois aspectos: (1) às identificações discursivas que fundamentam o modo como as(os) ex-participantes concebem/nomeiam o PBF; (2) as estratégias das gestões locais do PBF para a satisfação das demandas que as(os) motivaram a participar do Programa. Buscamos também compreender quais as estratégias de desligamento utilizadas pelas(os) ex-participantes (portas de saída). Neste debate, recorreremos de maneira complementar aos discursos de gestores sobre o PBF. Na análise desta categoria, os conceitos de identificação e de hegemonia são essenciais.

Nesta medida, os dois capítulos nos conduzem a uma discussão que possibilita respondermos ao problema da pesquisa.

A partir destes debates, nas considerações finais, trataremos sobre a relevância do PBF para a expansão da democracia brasileira considerando as duas condições definidoras da concepção de democracia na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe: a afirmação da pluralidade de modos de vida; e a inserção de sujeitos marginalizados na esfera pública.

3.3 Aspectos Procedimentais

3.3.1 Pesquisa de Campo: possibilidades, obstáculos e limites na produção de dados

A pesquisa de campo iniciou posteriormente à apreciação e deferimento do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas (CEP/UFAL)⁷⁴. Os dados foram construídos a partir da realização de entrevistas de HO com ex-participantes do PBF residentes do estado de Alagoas, mais especificamente de quatro municípios, os quais expressaram o maior número de DV no período compreendido entre janeiro/2018 a abril/2019 em comparação a todos os 102 que compõem o estado, na sequência de maior

⁷⁴ Para fins de consulta da pesquisa na Plataforma Brasil ver: Certificado de Apresentação de Apreciação Ética – CAAE (nº 09807619.2.0000.5013) e Parecer Consubstanciado do CEP/UFAL (nº 3.375.692).

proporção: Campo Alegre: 182 (leste alagoano); Santana do Mundaú: 102 (leste alagoano); Água Branca: 89 (sertão alagoano); Coqueiro Seco: 42 (leste alagoano)⁷⁵ (ver Tabela 3).

Para identificação e seleção das(os) participantes da pesquisa, encaminhamos um ofício, com o consentimento do PPGP/UFAL, para a Secretaria de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social (SEADES/AL), na representação de Maria José Cardoso da Silva, Coordenadora Estadual do PBF. A relação com a coordenadora estadual foi muito satisfatória, o que facilitou a entrada no campo e a recepção das coordenações municipais, que se mostraram bastante ágeis e prestativas a fornecerem quaisquer informações necessárias.

No contato com as coordenadoras municipais eram apresentados os objetivos da pesquisa e sua relevância. Também foi um momento em que pude sanar algumas de suas dúvidas acerca do processo das entrevistas (local, duração, quantas pessoas): a) quanto ao local, expus que seria negociado com os sujeitos da pesquisa a fim de definir a partir daquilo que avaliassem como mais viável, seja na sua residência ou em alguma sala reservada das coordenações do PBF; b) sobre o tempo de duração destinado para cada entrevista, expliquei que não dava para definir *a priori*. Contudo, destaquei que cabia considerar, antes de tudo, a logística de tempo disponível de cada pessoa; c) em se tratando do número de pessoas a serem entrevistadas, afirmei que consideraria a quantidade de pessoas dentro do perfil que concordassem em participar da pesquisa e a saturação das informações. Entretanto, estimei um número simbólico de cinco participantes por município, deixando, assim, explícita a necessidade de conhecer o campo antes da delimitação exata.

Durante o período da pesquisa fui acolhido pelas coordenações do PBF, onde pude acompanhar um pouco da dinâmica do local de trabalho⁷⁶. Nesse período foi possível,

⁷⁵ Inicialmente, o projeto de pesquisa foi construído focalizando Maceió como campo de análise, pois acreditávamos que a capital alagoana seria um dos lugares com maior índice, tendo em vista que é a cidade que concentra o maior PIB alagoano. No site da SEADES/AL tínhamos a informação de que no ano de 2018 um total de 664 famílias no estado havia solicitado o DV do Programa. No entanto, não se detalhava a porcentagem de pessoas por municípios. Ao me encaminhar até a SEADES/AL fiquei ciente que a quantidade de DV é bem maior nos municípios interioranos do que na capital, de modo que Maceió registrou apenas 10 casos no período entre janeiro/2018 a abril/2019. Então, resolvemos selecionar os quatros municípios que se destacaram com o maior quantitativo.

⁷⁶ Sobre a quantidade de encontros em cada município: Água Branca – dois dias (12/08/2019; 13/08/2019); Campo Alegre – três dias (30/07/2019; 02/08/2019; 08/08/2019); Coqueiro Seco – cinco dias (22/07/2019; 24/07/2019; 25/07/2019; 26/07/2019; 07/08/2019); Santana do Mundaú – dois dias (05/08/2019; 06/08/2019). As diferenças consideráveis expressam a distância de deslocamento até o local da pesquisa,

inclusive, entrevistar as coordenadoras ou assistentes sociais responsáveis pelo Programa em cada município sobre o modo como se dava o DV na região. Inicialmente, a proposta era entrevistar apenas ex-participantes do PBF, mas no decorrer da pesquisa de campo surgiu a necessidade de realizar entrevistas semiestruturadas com as profissionais da gestão. Isso se fez importante para aprofundar questões que auxiliaram no entendimento dos aspectos concernentes ao contexto social e histórico específico de cada cidade. Assim, essas entrevistas semiestruturadas, serviram como apoio à HO realizada junto às(aos) ex-participantes, conteúdo que nos ajudou a compreender as lógicas de funcionamento das gestões locais, como suas ações complementares ao PBF.

De acordo com Manzini (2004),

[...] a entrevista semi-estruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, [...] a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um[a] pesquisador[a], que tem um objetivo previamente definido, e um[a] entrevistado[a] que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem. Essa definição encampa diferentes tipos de entrevista, como a semi-estruturada, estruturada ou não estruturada (MANZINI, 2004, p. 09).

Dentro de sua amplitude, as entrevistas semiestruturadas possibilitam a descrição e a explicação de fenômenos históricos e sociopolíticos. A diferenciação desse método de produção de dados para outros tipos de entrevistas, como a entrevista estruturada (totalmente diretiva e fechada) e a entrevista aberta (conhecida também como não diretiva), consiste no fato de que a entrevista semiestruturada (semidiretiva ou semiaberta) se caracteriza pela utilização de um roteiro previamente elaborado (Anexo B) de questões básicas que giram em torno do tema a ser investigado e sua flexibilidade na incorporação de outras questões suscitadas no decorrer da entrevista (MANZINI, 2004).

A realização das entrevistas ocorreu posteriormente ao diálogo de apresentação dos objetivos da pesquisa e a formalização da parceria. Cada momento foi gravado sob o consentimento de cada profissional convidada (coordenadoras ou assistentes sociais que compõem a equipe local do PBF). As questões suscitadas giraram em torno do interesse em conhecer o olhar delas acerca do papel do PBF na realidade local, como concebem as

de modo que Água Branca são quatro horas de distância da capital, e Santana do Mundaú mais ou menos duas horas. Enquanto, Coqueiro Seco são 40 minutos e Campo Alegre uma hora e meia, o que implicou na facilidade quanto a frequência de idas.

demandas dos sujeitos e quais as estratégias adotadas para a sua satisfação, bem como o modo como avaliam os números de DV nos municípios. Os discursos das profissionais e coordenadoras do PBF foram imprescindíveis para a compreensão das lógicas locais sedimentadas, ou seja, abarcar a perspectiva delas implicou em conhecer as articulações hegemônicas que buscam construir enquanto gestoras da assistência social municipal.

O contato com as(os) ex-participantes do PBF se deu através da mediação das coordenações municipais do Programa. Na experiência de contato com os sujeitos da pesquisa, surgiram muitas dificuldades no que concerne à sua adesão em participar das entrevistas. Das várias tentativas realizadas, apenas uma pessoa concordou em participar. Na abordagem inicial por telefone, eu me apresentava como pesquisador e ex-participante do PBF, destacava que se tratava de um estudo que não tinha ligação com qualquer gestão do PBF, e que meu vínculo institucional era com o PPGP/UFAL. Também pontuava os objetivos da pesquisa e a relevância de suas experiências para a construção do trabalho. Porém, os sujeitos demonstravam-se receosos com o contato de alguém que julgavam estranho e, preocupados com o modo pelo qual consegui o seu contato, ainda que eu indicasse que havia conseguido através das coordenações do Programa. Em praticamente todos os casos a resposta final foi negativa⁷⁷.

O interesse inicial em entrar em contato com os sujeitos da pesquisa partia do entendimento de que a relação deles com a gestão do PBF se dá em um plano institucional, possivelmente atravessados por conflitos, e por uma ideia de que as profissionais da assistência estão em um patamar superior na hierarquia social, ainda que se tratem de agentes do serviço público. Assim, compreendemos que a participação das coordenações municipais na mediação do contato implica a possibilidade de certo silenciamento por parte dos sujeitos no que diz respeito às críticas que poderiam surgir direcionadas às gestões locais. Isso foi percebido no desenvolver das entrevistas. Mesmo que tenham surgido alguns pontos referentes à gestão, houve certa resistência em aprofundar questões, provavelmente devido à associação feita entre a minha imagem e a da gestão.

Por outro lado, o fato de o primeiro contato com os sujeitos da pesquisa ter partido das coordenações foi relevante na medida em que transpareceu segurança, dado que se tratava de um estudo sério e que a ligação não era de uma possível fraude (como algumas

⁷⁷ Essas experiências de contato foram realizadas com as(os) ex-participantes da cidade de Maceió/AL, no período em que ainda mantínhamos a ideia da pesquisa de campo nesse contexto. Em outro momento, considerando essa experiência inicial, resolvemos articular com as coordenações municipais a possibilidade de contato mediado para evitar os riscos de recusa na participação.

peças cogitaram no contato que realizei por telefone). Havia uma relação de confiança estabelecida com as profissionais do PBF. Apenas uma ex-participante se recusou a ser entrevistada, pois disse que não se sentia confortável já que não concordava com o DV (o desligamento ocorreu porque o seu companheiro conseguiu um emprego formal).

A mediação do contato foi importante, uma vez que os municípios eram distantes e que havia um prazo limitado para realizar as entrevistas. Então, se fazia necessário ter um levantamento prévio dos sujeitos, para que pudéssemos avançar nas etapas seguintes⁷⁸. Considerando os riscos, os limites e as implicações dessa mediação, assumimos essa estratégia como uma possibilidade viável de acessar os sujeitos da pesquisa.

Para as coordenações municipais do PBF foram repassados os critérios de seleção dos sujeitos da pesquisa: 1) ter realizado o DV: neste critério consideramos as pessoas que se desligaram do PBF por não mais se enquadrarem no perfil de pobreza e extrema pobreza adotado pelo Programa. Incluímos também aqueles sujeitos que mesmo tendo se desvinculado do Programa, retornaram por terem voltado à condição de vulnerabilidade (situação de três pessoas entrevistadas – Neuza, Sandra e Virgínia). A ideia em trabalhar com ex-participantes consistiu em analisar o modo como elas(es) concebem o PBF em termos da contribuição para a expansão da democracia, tendo elas(es) experienciado todo o ciclo no Programa (inserção, manutenção, desligamento voluntário. Em alguns casos, reinserção); 2) pessoas com maior tempo de participação no PBF, a fim de evidenciar histórias de vida que foram bastante atravessadas pelo Programa; 3) homens e mulheres, para captar as possíveis diferenças de gênero na relação com o PBF e produzidas a partir dele, na medida em que existe a indicação para que a(o) responsável familiar seja uma mulher.

Um quarto critério, contudo, teve que ser considerado na escolha das(os) participantes em razão de uma limitação do campo: a proximidade da residência das pessoas em relação às coordenações municipais do PBF. A razão disso foi que os municípios são compostos por povoados afastados do centro da cidade, os quais são de difícil acesso: as estradas não são asfaltadas e a pesquisa foi realizada no período de chuva; esses lugares não contam com transporte público, como ônibus, que facilite a locomoção das pessoas.

⁷⁸ Mesmo com o contato mediado, cheguei a telefonar para algumas(uns) participantes de Coqueiro Seco para realizar um segundo encontro para complementação, em razão de algumas lacunas, como foi o caso de Neuza e Neila. Liguei também para o Paulo para marcar a entrevista, que já havia sido combinada pessoalmente.

Diante destes critérios, todas as pessoas que participaram da pesquisa são ou foram ex-participantes do PBF. A maioria das(os) entrevistadas(os) têm um tempo de participação de mais de dez anos (o tempo máximo foi de 16 anos, com início de cadastro em 2002, período anterior à criação do PBF). Para esse estudo, entrevistamos dois homens e 18 mulheres. De modo global, as mulheres representam a maioria dos cadastros dos respectivos municípios, e a nível nacional constituem mais de 90%. Consequentemente, essa desproporção se reflete na diferença de DV realizada entre homens e mulheres nos municípios. Havia o interesse em entrevistar mais alguns homens, porém as coordenações informaram que, além de serem poucos, a condição de trabalho dificultava o comparecimento na entrevista.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi orientada pela seleção de participantes presentes nos dados de cada coordenação municipal. Busquei escolher uma maior diversidade de participantes em termos de características consideradas importantes para o debate (tempo de participação, gênero), tendo realizado 20 entrevistas. A proposta inicial era avaliarmos as entrevistas de modo a verificarmos se consideraríamos todas no processo de análise. Mesmo observando limites em algumas entrevistas, decidimos, contudo, incluir as 20 entrevistas na análise.

A realização das entrevistas ocorreu no terceiro trimestre de 2019, tendo sido iniciada em 24 de julho e finalizada em 13 de agosto. Como informamos, ao todo foram entrevistadas 20 pessoas – cinco em Água Branca, quatro em Campo Alegre, cinco em Coqueiro Seco e seis em Santana do Mundaú⁷⁹. É importante registrar que, diante da abordagem metodológica da pesquisa, fez-se menos relevante a consideração numérica de participantes e mais a escolha destas(es) em termos qualitativos, para assim compreender a construção discursiva sobre um dado fenômeno a partir de suas experiências. Dito de outro modo, estamos mais interessados em evidenciar uma análise que apresente as distintas experiências dos sujeitos (os pontos em comum e as contradições) ao invés de tentar generalizá-las.

Predominantemente, as entrevistas ocorreram em salas reservadas das respectivas coordenações do PBF (14 entrevistas), visando prezar pelo anonimato dos sujeitos, o sigilo das informações e, principalmente, para a consolidação de um *setting* tranquilo e sem interferências que conduzisse a um satisfatório *rapport*, numa relação acolhedora

⁷⁹ No tópico 3.3.2, deste capítulo, consta a caracterização dos municípios selecionados e dos sujeitos da pesquisa.

que gerasse confiança para as(os) entrevistadas(os). Três entrevistas aconteceram nas residências das pessoas (Acotirene, Enaura e Vera) e três no local de trabalho delas (Graziela, Valéria e Zeza). Nesses casos, foi imprescindível o apoio da Coordenação para o deslocamento até estes lugares.

No entanto, a questão do ambiente foi um fator que conduziu a uma reflexão sobre as condições de realização das entrevistas. O espaço reservado pelas coordenações, por representar a instituição e a gestão local, certamente trouxe implicações quanto à associação da minha imagem e do trabalho em questão à sua lógica de funcionamento; implicações também quanto a um temor a fazer avaliações ou críticas mais livres à gestão do PBF, como já referido acima. Além disso, em um nível prático, algumas das entrevistas sofreram interferências de profissionais que, vez ou outra, ao entrarem na sala, atrapalharam o processo de livre conversação, interrompendo algumas falas e sugerindo respostas – a exemplo de uma assistente social, que ao ver a participante se autodeclarando parda, questionou sua resposta e insinuou que ela era branca.

Apesar das implicações referidas, esse espaço foi importante no sentido de garantir à(ao) entrevistada(o) a estrutura e segurança necessárias, já que algumas(uns) delas(es) optaram por esse ambiente público-institucional para a realização do encontro. Além disso, a entrevista serviu como um meio de escuta, um canal de denúncia, por meio do qual os sujeitos expuseram questões que as(os) incomodavam.

Foi possível perceber que mesmo as entrevistas realizadas nas residências dos sujeitos e em seus locais de trabalho também apresentaram percalços, devido a uma série de fatores ambientais, como o preparo do almoço, o cuidado com o bebê (que passou boa parte da entrevista chorando), entre outros. Por sua vez, no ambiente de trabalho, a entrevista se deu em um tempo limitado devido às ocupações da(o) participante da pesquisa. Então, mesmo considerando que as implicações e os obstáculos são distintos, o fato de a entrevista ocorrer na residência, no local de trabalho ou numa sala da coordenação do PBF, não caracteriza *a priori* a qualidade do encontro.

Diante do interesse das(os) participantes, foram negociados os dias, horários e locais dos encontros, de modo que as entrevistas foram marcadas considerando a preferência e disponibilidade delas(es). No contato com cada ex-participante, iniciava o diálogo me apresentando. Informava que sou formado em psicologia e que estava realizando uma pesquisa de mestrado pela UFAL, que objetivava discutir o PBF. Apresentava-me como ex-participante do Programa e dizia que tinha interesse em estudar o papel do PBF no enfrentamento à pobreza e à fome. A ideia em compartilhar a minha

história me pareceu necessária como forma de gerar uma identificação entre as(os) participantes da pesquisa e eu, amenizando os possíveis impactos negativos na dinâmica da entrevista que, por vezes, é intimidadora, principalmente porque a figura do(a) pesquisador(a) pode ser vista como a de um sujeito distante e hierarquicamente superior, o que interfere numa entrevista fluída e no estabelecimento do *rapport*. Além do mais, esse processo serviu como um movimento de me distanciar de uma possível associação como um agente da prefeitura, o que implicaria em muitos entraves. Nesse momento, apresentava, ainda, a importância da minha pesquisa no sentido de proporcionar reflexões sobre as potencialidades e limites do PBF e evidenciava a relevância da participação delas(es), uma vez que viveram a experiência do Programa, sendo, portanto, pessoas imprescindíveis de serem ouvidas.

No desenvolver das entrevistas, a identificação das(os) participantes da pesquisa com a minha história foi visível, a ponto de se sentirem confortáveis para relatarem suas experiências de vida. Virgínia, por exemplo, se emocionou a ponto de chorar ao narrar uma história marcada por desigualdades, e por reconhecer como o PBF contribuiu com o enfrentamento delas. Uma das entrevistadas, Neuza, ao contar sua história, se dirigia a mim com expressões como: “você sabe como é”; “você entende”; “sei que para você foi difícil chegar até aí”; reconhecendo em mim, alguém que viveu de “perto”, as experiências de desigualdade que ela expunha.

Após me apresentar, detalhar os objetivos da entrevista, elucidar as dúvidas das(os) participantes e explicitar como poderiam colaborar, comumente demonstravam uma adesão imediata. Ainda que, por vezes, algumas apresentassem receio (porque nunca haviam sido entrevistadas/os), timidez e vergonha (por achar que não sabiam falar direito), e questionavam-se sobre ter uma história relevante para narrar. Por outro lado, pareciam felizes ao tratar do PBF, pois rememoravam a importância dele em suas vidas. Percebia-se, ainda, certo grau de contentamento em estarem sendo ouvidas(os), e acabavam fazendo sugestões para melhorias no PBF.

Tendo em vista o interesse delas(es) em participar, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme orienta a resolução 510/2016⁸⁰. Nesse caso, ao apresentar o TCLE informávamos aos sujeitos a garantia de respeito a sua integridade, a sua decisão em se manter em anonimato e ao seu direito de desligamento

⁸⁰ Resolução do Ministério da Saúde que regulamenta pesquisas no campo das ciências humanas e sociais que se propõem a trabalhar com seres humanos.

da pesquisa a qualquer momento, caso viesse a sentir-se desconfortável. O TCLE foi apresentado em duas vias para que a(o) participante assinasse o documento. Apenas duas pessoas não sabiam assinar, nesses casos gravamos seu consentimento.

Sobre os nomes das(os) ex-participantes descritos na pesquisa, informamos que não se tratam de seus nomes reais; foram adotados outros nomes como forma de assegurar o sigilo e o anonimato das identidades dos sujeitos, fazendo cumprir o acordo feito no processo de convite e convencimento delas(es) para a participação na pesquisa. A escolha dos nomes “fictícios” seria realizada junto aos sujeitos da pesquisa no momento da devolução. No entanto, essa etapa não aconteceu em função da pandemia decorrente da infecção por Coronavírus 2019 (Covid-19), impossibilitando que esse processo resultasse de uma participação coletiva.

Os nomes escolhidos são de personalidades alagoanas históricas e contemporâneas que fazem parte da representação política e cultural de Alagoas (Tabela 6), mas também de pessoas do meu ciclo familiar, de amizade e de militância que me inspiram e que representam a luta democrática em prol de um horizonte de sociedade mais plural⁸¹. Trata-se de um gesto de homenagem a mulheres e homens que simbolizam a luta antirracista; o enfrentamento à intolerância religiosa; o direito à demarcação de terras para os povos originários e do campo; a defesa da educação pública, de uma universidade gratuita, de qualidade e socialmente referenciada; a reivindicação por moradia; a defesa da cultura popular; o enfrentamento à transfobia; a luta antimanicomial e em defesa da saúde pública. Além disso, aquelas(es) que de perto marcam a minha história pessoal, familiar, profissional e política.

As entrevistas foram gravadas sob autorização das(os) participantes entrevistadas(os) e o uso do gravador foi necessário, pois nos serviu para manter as narrativas na íntegra, o que colaborou para o processo de transcrição, organização e análise dos dados produzidos. Além do gravador, outras ferramentas também foram bastante úteis para a realização das entrevistas, como o roteiro de perguntas semiestruturadas, elemento que ajudou a estruturar questões em torno dos objetivos da pesquisa. Ainda que tratemos de uma entrevista semidiretiva, nos casos das(os) participantes menos interativas(os), foram realizadas perguntas mais diretivas, na tentativa de suscitar questões que instigasse a fala.

⁸¹ Em se tratando de Beatriz, Débora, Graziela, Marcos, Neila, Neuza, Paulo, Sandra e Thalita, pessoas do meu convívio familiar e de amizade, estão descritas nos agradecimentos desta dissertação de mestrado.

Outra ferramenta foi o diário de campo, que serviu como um auxílio de anotações de contatos, horários, descrições das pessoas, anotação de determinadas posturas e comportamentos, servindo como um apoio para as transcrições, mas também como um espaço de reflexões pessoais e teóricas acerca dos momentos das entrevistas.

No processo das entrevistas os sujeitos eram convidados a falar das suas experiências de vida com o PBF, perpassando um pouco de sua infância e adolescência; como significavam o Programa e como concebiam o papel dele diante de suas dificuldades; o que achavam e como entendiam a relação gênero-renda contida no desenho do PBF; sobre os efeitos das condicionalidades na vida de suas filhas e filhos; quais os mecanismos de portas de saída conhecem e/ou tiveram acesso; como avaliam a situação de suas vidas atualmente; o que pensam do contexto de desigualdade do Brasil e que alternativas sugerem para expansão da democracia. As falas eram carregadas de muita emoção, por retratarem uma realidade de muita desigualdade, e reconheceram os efeitos do PBF em amenizá-las.

A HO consiste numa modalidade de entrevista que garante o prolongamento do espaço de conversação a fim de provocar a imersão do máximo possível de conteúdo. Sendo assim, deve ser um momento sem pressa, um processo de diálogo similar aos informais que estabelecemos cotidianamente. Porém, tendo objetivos precisos em torno do tema e garantindo que os sujeitos participantes se consolidem como figuras centrais no diálogo, como propõe a HO temática.

No campo, contudo, nos deparamos com obstáculos dos mais variados, como em relação ao processo de conversação fluida proposto na HO. Com aquelas(es) participantes mais comunicativas foi mais fácil fazer cumprir essa fluidez e ter uma riqueza de conteúdo; já as pessoas mais tímidas, logo se apresentavam contidas no desenrolar das questões, o que demandava provocar questões para estimular a narrativa. Houve, ainda, situações em que as entrevistas tiveram que ser rápidas devido às pessoas terem que ir trabalhar, porque iriam buscar sua filha(o) na escola ou tinham que preparar o almoço.

O tempo de duração das entrevistas concentrou predominantemente entre 20 a 40 minutos, tempo que se mostrou insuficiente para abarcar uma riqueza de detalhes, deixando muitas lacunas. Apenas seis entrevistas ultrapassaram 50 minutos e/ou atingiram uma hora; estas mostraram uma maior riqueza de elementos. Devido ao curto tempo para realização da pesquisa de campo, dedicamos apenas um único encontro para as entrevistas individuais, com exceção de duas que precisaram ser realizadas em dois encontros (nos casos de Neila e Neuza), pois ficaram incompletas: uma que teve que ser

finalizada e reagendada, pois a presença da assistente social estava interferindo (exemplo acima); e a outra porque chegou no horário final de expediente e o setor estava fechando.

Outra dificuldade foi decorrente do manejo diante das entrevistas o que reverberou em situações que produziram algumas lacunas. O método de HO exige uma escuta atenta do(a) pesquisador(a) e a realização de intervenções com a finalidade de apenas provocar reflexões que visem aprofundar um dado tema. Mas, diante das(os) participantes mais contidas(os) na fala, ocorreu uma maior intervenção minha e uma menor participação delas(es). Nessas situações eu acabei me mantendo preso ao roteiro de questões, o que acabou produzindo uma entrevista em formato de questionário (perguntas-respostas). Como se trata de uma entrevista de HO, que busca garantir a autonomia da fala aos sujeitos, o roteiro deve ser apresentado como um guia e não empregado como uma ferramenta rígida no processo da pesquisa.

Outro problema observado está relacionado ao roteiro. Os tópicos conduziram à realização de perguntas mais diretivas, que suscitavam respostas descritivas, ao invés de um aprofundamento analítico em termos de captar reflexões mais elaboradas dos sujeitos, o que ocasionou algumas lacunas. No entanto, mesmo considerando essas limitações, as entrevistas nos possibilitaram a produção de um rico material que evocou múltiplas reflexões em torno dos objetivos do estudo.

3.3.2 Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada nos quatro municípios alagoanos onde houve o maior quantitativo de solicitações de DV do PBF por famílias cadastradas – Campo Alegre (182); Santana do Mundaú (102); Água Branca (89); Coqueiro Seco (42), que juntas somam mais da metade do total de 820 DV realizados no território alagoano entre janeiro/2018 a abril/2019 (boa parte dos municípios chega a no máximo dez DV). A seguir, caracterizaremos cada um dos contextos da pesquisa (ver Tabela 4) e as(os) ex-participantes entrevistadas(os) (ver Tabela 5).

3.3.2.1 Campo Alegre

O município de Campo Alegre faz parte do leste alagoano, com uma população estimada em 56.579 pessoas em 2018. O cultivo da cana-de-açúcar tem centralidade na

realidade econômica do município. A quantidade de pessoas em ocupações formais era de 5.070 em 2017, numa variedade de atividades exercidas na agropecuária, no comércio, na construção civil, na indústria e em serviços; com um salário médio mensal na faixa de um pouco mais de um salário mínimo e meio. Além disso, no mesmo ano o município possuía 680 Microempendedoras(es) Individuais (MEI). A economia local repercutiu em um PIB *per capita* de R\$ 7.627,57, e o município apresenta um IDH⁸² de 0,570 (IBGE, 2019b⁸³; PREFEITURA DE CAMPO ALEGRE, S.d.; SEPLAG/AL, 2018c). No período compreendido entre 2015-2016, o município ocupava a 16ª colocação no ranking entre os 102 municípios alagoanos (SEPLAG/AL, 2018a).

O município conta com dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). O número de famílias inscritas no Cadastro Único até dezembro de 2019 era de 9.783: “6.163 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 315 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 1.307 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 1.998 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo” (BRASIL, 2019e, p. 01).

O PBF contabilizava, no mês de novembro de 2019, 5.661 famílias contempladas, recebendo um valor médio de R\$ 157,56; e o valor total transferido pelo governo federal alcançou R\$ 891.954,00 no mês (BRASIL, 2019e). A quantidade de DV em Campo Alegre foi de 182 pessoas, sendo o município alagoano com maior quantidade de desligamentos. As entrevistas foram realizadas com quatro ex-participantes – Enaura, Marcos, Marta e Natasha – e aconteceram nos dias 30 de julho e 2 e 8 de agosto de 2019.

Pernambucana, natural do município de Moreno, **Enaura** é uma mulher negra de 28 anos, casada e mãe de um filho de sete anos de idade. Sobre sua experiência escolar, Enaura desistiu de estudar quando estava no segundo ano do ensino médio, decisão tomada logo após ter casado. A respeito da vivência de trabalho, ela diz que na adolescência ajudava a mãe, que trabalhava como faxineira diarista. Mas, quando adulta, ficou desempregada, contando apenas com ajuda do PBF como sua renda fixa. O seu

⁸² O IDH envolve um cálculo que não considera apenas a dimensão econômica de uma respectiva localidade (país, estado, município), mas abarca também variáveis como educação e saúde. O resultado pode ser no mínimo 0 e no máximo 1: quanto mais perto do valor máximo, maior o índice de desenvolvimento humano dos habitantes da cidade; quanto mais distante de 1, mais altos são os índices de desigualdade e vulnerabilidade da população local.

⁸³ As informações obtidas a respeito da realidade dos municípios (quantitativo populacional, número de pessoas em ocupações formais, IDH, PIB) foram acessadas no site do IBGE entre 05 de agosto de 2019 e 09 de abril de 2020. Ressaltamos isso, pois o site vem atualizando as informações, podendo alterá-las com dados mais recentes.

companheiro sempre foi provedor da renda familiar. Mas, recentemente, ela havia conseguido um emprego temporário como copeira numa construtora de obras. Atualmente está desempregada, e o companheiro se encontra com um contrato formal na construção de habitação e faz ‘bico’ consertando moto. O rendimento familiar é de pouco mais de um salário mínimo. Enaura conta que quando criança chegou a fazer parte do cadastro do PBF de sua mãe (que de acordo com ela a inserção foi em 2003, sua mãe mantém vínculo no Programa até hoje); ao engravidar, ela fez o seu próprio cadastro em 2012. Seu DV ocorreu em 11 de julho de 2019, decorrente do salário do seu companheiro.

Marcos é um homem negro de 23 anos de idade, casado e pai de uma menina recém-nascida. Seu nível de escolaridade consiste no ensino médio completo, ele conta que pretende fazer algum curso superior (provavelmente de educação física), um plano que foi interrompido por ter casado cedo, aos 18 anos. Então, ele teve que começar a trabalhar para sustentar a família. Sua experiência de trabalho iniciou-se na adolescência, quando ele ajudava sua mãe a vender produtos na feira. Ele está trabalhando e vai assinar a carteira de trabalho, por isso realizou o DV. Sua companheira também está empregada exercendo a função de repositora em um supermercado. A renda familiar soma um salário mínimo e meio, pois no momento ele recebe menos que um salário mínimo. A inserção dele no PBF ocorreu através do cadastro de sua mãe, quando ele tinha por volta de dez anos. Quando adulto e casado, por enfrentar dificuldades econômicas, em 2017, realizou seu próprio cadastro no Programa. O seu desligamento se deu em 5 de junho de 2019, por motivo já descrito.

Outra entrevistada foi **Marta**, uma mulher negra de 49 anos, nascida em Palmares, município de Pernambuco. É solteira e reside com sua filha de 20 anos e seu filho de 18. Na questão da escolaridade, ela terminou apenas o ensino fundamental, por precisar trabalhar na adolescência para conseguir ter acesso a itens como roupas e calçados, que seus pais não conseguiam custear. O casamento e os filhos contribuíram também com a dificuldade de retomar os estudos. Marta conta que mantém o desejo de fazer um curso para seguir a profissão do pai, torneiro mecânico. Mesmo recebendo o PBF, ela continuava exercendo atividades na informalidade para complementar a renda familiar. Atualmente atua como diarista, recebendo R\$ 400,00, que é a renda fixa da família. Sua entrada no PBF ocorreu em 2006, e o ano de desligamento foi 2019, por um motivo que considerou injusto: ela se tornou procuradora de um ex-namorado que se encontra encarcerado para receber o auxílio-reclusão e repassá-lo para a família do beneficiário, que não reside no estado.

Natasha, nascida em São José da Laje, Alagoas, é uma mulher negra de 38 anos, solteira e que mora com seu filho de 16 anos. Sua experiência escolar foi em escolas públicas, mas realizou uma graduação em serviço social em instituição privada, paga por seu pai. Ela conta que chegou a trabalhar como assistente social em Campo Alegre e em Atalaia, na modalidade de contratação temporária. No momento, tem contrato com a prefeitura, atuando como auxiliar administrativa no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do município. Ela recebe um salário mínimo. Entrou no PBF em 2009 e o DV foi em abril de 2019, decorrente do contrato com a prefeitura.

3.3.2.2 Santana do Mundaú

Conhecida como “a terra da laranja-lima” por ser o maior produtor e importador da fruta em Alagoas, Santana do Mundaú é mais um dos municípios que fazem parte da mesorregião do leste alagoano. O seu quantitativo populacional era estimado em 10.740 pessoas em 2019. A possibilidade de vínculo empregatício formal no município envolve as seguintes áreas: agropecuária, comércio, construção civil, indústria e serviços, totalizando 798 sujeitos empregados em situação de formalidade contratual no ano de 2017, com uma média salarial que ultrapassa um salário mínimo e meio (1,7). No mesmo ano, o município contava também com 239 MEI. O PIB municipal *per capita* no ano em questão foi de R\$ 74.047,20. O IDH que vinha se apresentando desde 2015 foi de 0,519 (IBGE, 2020; PREFEITURA DE SANTANA DO MUNDAÚ, S.d.; SEPLAG/AL, 2018e).

De acordo com a Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio – SEPLAG/AL (2018a) Santana do Mundaú foi um dos cinco municípios que mais se destacaram em crescimento econômico no período compreendido entre 2011-2016 (saltando da 20ª posição para a 9ª, somente entre 2015-2016).

O município conta com um CRAS para atender as famílias. Até 2019 haviam 3.287 pessoas inseridas no CadÚnico: “1.789 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 178 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 595 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 725 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo” (BRASIL, 2019g, p. 01).

O PBF alcançou no mês de novembro de 2019 1.748 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 168,73. O valor total transferido pelo governo federal para destinar às famílias atendidas foi de R\$ 294.946,00 no mês (BRASIL, 2019g).

Santana do Mundaú foi o segundo município alagoano com maior quantidade de DV, com um número de 102 desligamentos. Lá, realizamos as entrevistas nos dias 5 e 6 de agosto de 2019, onde participaram seis pessoas – Sandra, Thalita, Valéria, Vera, Virgínia e Zeza.

Sandra é uma mulher negra de 27 anos, solteira e mãe de um filho de cinco anos. Em seu discurso recorda de uma infância difícil, pois seus pais enfrentavam muita dificuldade financeira, a fome é uma lembrança. Ela não concluiu o ensino médio, desistiu no primeiro ano, por duas razões: a) ter ido trabalhar na capital aos 18 anos; b) o casamento e a gravidez. Mas, ela diz que pretende concluir e ingressar numa graduação de medicina veterinária. Sobre as atividades desenvolvidas, Sandra conta que trabalhou numa loja de óculos e como babá, ambas as oportunidades foram em Maceió. No momento, ela se encontra desempregada, contando apenas com R\$ 100,00 da pensão alimentícia do filho, a ajuda financeira que recebe da sua mãe e o PBF. Ela conta que no período da adolescência integrava o cadastro de sua mãe no PBF. Ela realizou o próprio cadastro como titular em 2013, pelo fato de seu companheiro estar desempregado. Em 2018, quando ele conseguiu formalizar um contrato de trabalho, ela pediu o desligamento. Mas, por não ter renda fixa, ela acabou retornando após se divorciar dele.

A ex-participante **Thalita** é solteira e mãe de uma menina de 12 anos e um menino de três; ela não conta com qualquer contribuição do ex-companheiro para auxiliar nos cuidados com os filhos. Thalita, relata uma infância marcada pela escassez de alimentos, precisava ajudar os pais na roça para garantir o sustento familiar. Seu nível de escolaridade vai até a sexta série do ensino fundamental; sua desistência foi decorrente do casamento. Quanto a sua experiência de trabalho, ela diz ainda que chegou a executar a função de doméstica, mas ao casar se concentrou nos cuidados do lar. A sua inserção no PBF foi em 2007, realizando o DV em 2018, quando sua filha, por ser deficiente visual, passou a receber o BPC/LOAS. Ela questiona o procedimento porque não está empregada, e que o benefício da filha não garante o sustento familiar, o que a faz depender da ajuda de sua família.

Mulher de descendência indígena, 44 anos, casada e mãe de um jovem de 22 anos e uma jovem de 18 anos é a ex-participante **Valéria**. Sua infância também é marcada por muita desigualdade. Ela recorda da sua adolescência trabalhando na agricultura, para conseguir comprar suas roupas, pois seus pais não tinham condições. Aos 13 anos foi para Maceió trabalhar como doméstica. Isso comprometeu a experiência escolar, de modo que não concluiu o ensino fundamental. Ao casar, chegou a ir para o estado de São Paulo com

seu companheiro em busca de emprego, lá exerceu a função de faxineira. Há três anos ela mantém contrato com a prefeitura, trabalhando na cozinha do CRAS. Seu companheiro está na agricultura, envolvido com a plantação e venda de laranja, macaxeira e banana. Assim, nos diz que apenas o salário dela é a renda fixa da família, no caso, um salário mínimo. A entrada dela no PBF se dá no ano da criação do Programa, 2003, e por conseguir um emprego formal realizou o DV em 2017.

Vera é mulher negra, tem 34 anos e é natural de Murici, Alagoas, casada e mãe de duas crianças (uma menina e um menino). Deixou de estudar aos 15 anos, pois diz que a escola era distante, com um trajeto muito difícil e não havia transporte. Ela está com um contrato de trabalho com a prefeitura, lotada na Secretaria de Educação (esse é o seu primeiro emprego). Seu companheiro trabalha como mototaxista; assim, o rendimento da família fica em torno de um salário mínimo e meio. A participação dela no PBF se iniciou em 2014 e se estendeu até 2018. No momento de sua entrevista o seu companheiro estava presente, então algumas de suas falas foram consideradas no capítulo de análise como notas do diário de campo.

A entrevistada **Virgínia** é uma mulher branca de quarenta anos, casada e mãe de um filho de 19 anos e uma filha de 17 anos. Possui uma infância marcada por experiência de trabalho; iniciou aos 11 anos de idade, o que explica o fato de ela ser analfabeta (mas ela acredita que não foi apenas o trabalho infantil que inviabilizou o acesso à escola, mas também a sua própria falta de interesse). Ela foi para a capital trabalhar como doméstica, e relata a experiência como ruim, pois além do baixo salário, era alvo de situações de constrangimento e violência moral. O seu companheiro é agricultor, e sua ocupação não garante um rendimento mensal fixo; mas viaja para desenvolver atividades formais em outros estados. Ela aponta o PBF como a renda fixa da família. Inseriu-se no Programa em 2006, e realizou o DV em janeiro de 2018. Retornando em junho de 2019 devido a condição de desemprego do seu companheiro.

Natural do município de Chã Preta, Alagoas, **Zeza** tem vinte e oito anos, é casada e mãe de um menino de nove anos. Sua experiência escolar se deu até o primeiro ano do ensino médio, interrompida devido à gravidez, e posteriormente à busca por emprego. Mas ela conta que tem o sonho de fazer um curso superior, quer ser professora. Sua experiência de trabalho se inicia aos 13 anos, inicialmente como doméstica e depois de forma autônoma vendendo frutas na feira; ela diz que nunca deixou de trabalhar. Atualmente tem contrato temporário com a prefeitura, onde exerce a função de serviços gerais no CRAS, além de vender cosméticos para complementar o rendimento familiar,

pois seu companheiro não tem renda fixa, faz alguns ‘bicos’ na roça. O dinheiro mensal que recebe na prefeitura é um salário mínimo. Zeza conta que fez parte do PBF de sua mãe quando tinha oito anos; sua mãe ainda apresenta cadastro ativo. O seu cadastro como titular foi após o casamento, em 2010. O DV foi realizado em 2019.

3.3.2.3 Água Branca

Emancipado em 24 de abril de 1875, o município de Água Branca integra o sertão alagoano. O quantitativo populacional estimado até 2018 era de 20.162 habitantes. Sobre a realidade de trabalho e rendimento, de acordo com dados do IBGE (2019a), em 2017, o número de pessoas ocupadas era de 1.420 com vínculo empregatício, em segmentos como a agropecuária, o comércio, a construção civil, a indústria e os serviços, e o salário médio mensal das(os) trabalhadoras(es) formais foi um pouco mais de um salário mínimo e meio (1,7). Segundo a SEPLAG/AL (2018b), o município apresenta, ainda, 134 MEI. No ano de 2016, o PIB *per capita* foi de R\$ 6.180,97 (o município ocupou a 59ª posição no ranking do PIB dos municípios alagoanos, em 2016); e o IDH na faixa de 0,549 (IBGE, 2019a; PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA, S.d.; SEPLAG/AL, 2018a; 2018b).

Em Água Branca, há apenas um CRAS (SEPLAG/AL, 2018b). O total de famílias inscritas no Cadastro Único até dezembro de 2019 era de 4.334, dentre as quais: “2.902 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 167 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 651 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 614 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo” (BRASIL, 2019b, p. 01).

Até novembro de 2019, o total de famílias cadastradas no PBF foi de 2.828. O valor médio por elas recebido é de R\$ 301,07, e o valor total do repasse vindo do governo federal alcançou R\$ 851.437,00 no mês (BRASIL, 2020). Em Água Branca, 89 pessoas se desligaram do PBF, sendo o terceiro município com maior quantidade de famílias desligadas em Alagoas. As entrevistas em Água Branca ocorreram nos dias 12 e 13 de julho de 2019, onde participaram da pesquisa cinco ex-participantes. São elas: Acotirene, Beatriz, Dandara, Débora e Graziela.

Acotirene, uma mulher de 38 anos de idade, autodeclarada parda e natural de Água Branca, vem de uma família de oito filhas(os). Ela conta que durante sua infância residiu em Serra das Viúvas, povoado quilombola do município. Seu pai frequentemente

viajava para a região Sul do país em busca de emprego e sua mãe cortava cana e fazia vassoura de palha para sustentar a família. A experiência de trabalho dela se inicia aos 14 anos, onde passa a exercer a função de ajudante de farmácia, sem vínculo formal. Aos 18 anos, em outra farmácia, ela assina a carteira de trabalho e se mantém lá por dez anos. Acotirene casou-se aos 23 anos, mas atualmente é solteira e mora apenas com o seu único filho de 16 anos. Ela possui graduação em pedagogia, formada por instituição privada, mas vem de uma educação básica pública. Encontra-se exercendo a função de professora de educação especial, a partir de contrato temporário. A renda familiar soma em média mil e quinhentos reais por mês. Ela declara que o motivo que a levou a se cadastrar no PBF foi o desemprego. Ela tem uma experiência de participação bastante extensa, que foi de abril de 2006 até setembro de 2018, quando conseguiu um emprego e realizou o DV.

Beatriz é uma mulher negra de 23 anos, casada e mãe de uma menina de sete anos de idade. Nascida em Água Branca, Beatriz narra uma infância sofrida devido às desigualdades enfrentadas; a família era composta por cinco pessoas: ela, dois irmãos, sua mãe e seu pai. Diante das dificuldades, todos trabalhavam na roça plantando para consumo próprio e para vender; os rendimentos eram baixos e se restringiam à compra de alimentos. Mesmo tendo que ajudar os pais no sustento do lar durante a infância e a adolescência, isso não foi um impeditivo para que conseguisse concluir o ensino básico. Ela diz que seus pais sempre incentivaram ela e seus irmãos a estudar. Beatriz conta, ainda, que tem vontade de cursar uma graduação em enfermagem ou em pedagogia, mas que ainda não vê como algo possível. Ela se encontra trabalhando como agente de endemias, fazendo visitas em casas para o controle de dengue (contratada pela prefeitura) recebendo um salário mínimo, seu primeiro emprego formal. Esse emprego é o que garante o rendimento fixo da família, pois seu companheiro faz apenas 'bico' de motorista. A sua inserção no PBF foi em 2009, e o DV foi realizado em 2018 em função de sua contratação pela prefeitura.

A ex-participante **Dandara** é uma mulher negra de 32 anos, assentada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ela é casada e tem três filhos, duas meninas e um menino. Em seu discurso fica evidenciado que ter casado na adolescência (aos 15 anos), aliado ao fato de ter tido que trabalhar no mesmo período, foram acontecimentos que contribuíram para o seu abandono escolar. Ela possui apenas o ensino fundamental incompleto. No momento da pesquisa, ela estava exercendo função temporária na recepção da Coordenação do PBF em Água Branca. O salário mínimo que recebe é a renda da família, já que seu companheiro não tem emprego fixo; vez ou outra tem atuado

como ajudante de pedreiro. A inserção dela no PBF ocorreu em 2006 e se estendeu até abril de 2019, um pouco antes da realização da pesquisa. Também no caso dela, o DV foi decorrente da contratação pela prefeitura.

Débora tem 34 anos, se declara parda e é natural de um município do interior do estado de São Paulo. Casada desde os 15 anos de idade, sua família é composta por ela, seu companheiro, uma filha e um filho. Ela declara ter uma experiência escolar satisfatória, conseguiu concluir o ensino médio (magistério) e atualmente está no terceiro ano da graduação de pedagogia (em uma instituição privada). Débora conta com uma experiência profissional bem vasta, já tendo exercido as funções de zeladora, manicure, faxineira e lavadeira. Também exerceu a função de professora por contrato com a prefeitura, e hoje, igualmente por contrato, ocupa o cargo de chefe de divisão na Coordenação do PBF. A renda do grupo familiar é de um salário mínimo e meio. Esporadicamente, seu companheiro faz lotação e viagens, e sua filha, para ter uma renda própria, dá aulas de reforço particular. O seu ingresso no CadÚnico foi em 3 de janeiro de 2002, período anterior à criação do PBF, quando participava do programa Vale Gás. Automaticamente ela migrou para o PBF em 2003. O seu DV foi em 11 de junho de 2018, em razão da mudança da renda familiar ao ser empregada pela prefeitura.

De uma família de nove irmãs(ãos), **Graziela** atualmente reside apenas com suas duas filhas: uma de 18 e outra de dez anos. Ela se declara parda e possui 38 anos. Conta-nos que seus estudos foram interrompidos quando engravidou da primeira filha, concluindo apenas o ensino fundamental. Mas, conseguiu retornar à escola; no momento, está no último ano do ensino médio. A renda familiar é de um salário mínimo, advindo do emprego temporário de recepcionista na Secretaria de Cultura do município. Sua entrada no PBF foi em 11 de abril de 2006 e se estendeu até 21 de fevereiro de 2018, quando se desligou após ser empregada.

3.3.2.4 Coqueiro Seco

Situada às margens da Lagoa Mundaú, Coqueiro Seco é uma microrregião metropolitana que em 2018 apresentava uma população estimada de 5.826 pessoas. A fonte de renda das pessoas advém principalmente dos seguintes segmentos: agropecuária; comércio; construção civil; indústria e serviços; totalizando 619 pessoas com vínculo empregatício formal em 2017, contando ainda 120 pessoas MEI. O rendimento mensal médio de trabalhadoras(es) formais se encontra na faixa de quase dois salários mínimos

(1,8). Necessário destacar que a lagoa é uma importante fonte de subsistência da população, a pesca e a extração do sururu e camarão ajuda a movimentar a economia local. O PIB *per capita* do município em 2016 foi de R\$ 10.296,80; e o IDH era de 0,586 em 2010 (IBGE, 2019c; SEPLAG/AL, 2018d). De acordo com a SEPLAG/AL (2018a), Coqueiro Seco representou a quarta maior evolução no cenário 2011-2016, saltando da 91ª para a 89ª posição entre 2015-2016.

Em Coqueiro Seco há apenas um CRAS. O município abarcou até dezembro de 2019 o total de 1.446 famílias registradas no CadÚnico: “636 com renda *per capita* familiar de até R\$ 89,00; 205 com renda *per capita* familiar entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00; 291 com renda *per capita* familiar entre R\$ 178,01 e meio salário mínimo; e 314 com renda *per capita* acima de meio salário mínimo” (BRASIL, 2020, p. 01).

Aqui o PBF contemplou, até novembro de 2019, 687 famílias, no valor médio repassado de R\$ 166,20 totalizando a transferência feita pelo governo federal em R\$ 114.179,00 no mês (BRASIL, 2019f). Coqueiro Seco foi o quarto município que realizou mais DV, com a quantidade de 42 desligamentos. Foram realizadas cinco entrevistas nos dias 22, 24, 25, 26 de julho e 7 de agosto de 2019. As(Os) entrevistadas(os) foram Neila, Neuza, Katökinn, Nise e Paulo.

Natural de Atalaia, Alagoas, **Neila** é uma mulher negra de 33 anos, evangélica, casada e mãe de um menino de sete anos e de uma menina de dois anos. Sobre sua história de vida, declara experiência de fome durante a infância. Narra, ainda, que quando criança/adolescente teve que trabalhar, ajudando os pais na extração de sururu na lagoa e como cuidadora de idosos e crianças. Isso a levou a ter que abandonar a escola, cursando até a sexta série do ensino fundamental. Já cogitou retomar os estudos, mas considera que a responsabilidade pelo cuidado das crianças é mais um empecilho. Ela brinca afirmando: “Minha faculdade, que eu falo, que eu terminei minha faculdade foi os menino (sic)”. Ela se inseriu no PBF através do cadastro da mãe, que era a titular (e que mantinha o cadastro até recentemente). Sua família, pais e irmãos (13) migraram para São Paulo à procura de emprego, devido às dificuldades que passavam em Coqueiro Seco, onde diz que a única fonte de renda é a pesca ou o contrato pela prefeitura. Quando adulta, encontrou dificuldades de emprego, chegou a fazer rede, mas parou devido a ter desenvolvido um problema no braço. Em 2011, Neila realizou o cadastro no PBF como titular; a busca pelo Programa se deu devido à situação de desemprego do companheiro. O DV foi solicitado em 2019, quando seu companheiro conseguiu um emprego formal de motorista. A renda familiar é um pouco maior que um salário mínimo.

Neuza é uma mulher branca de 51 anos, natural de União dos Palmares, Alagoas, casada e com um casal de filhos adultos; no momento, apenas o rapaz reside com ela. Ela retrata sua história como marcada por muitas dificuldades; seu único sustento era a roça, plantavam para comer. Para ter acesso a um consumo pessoal, teve que começar a trabalhar aos 13 anos de idade como babá, e isso foi um impeditivo para concluir os estudos, parando na quarta série do fundamental. Ela narra que chegou a trabalhar para ter onde morar, diz que já teve pensamentos de suicídio diante das desigualdades enfrentadas. Quando adulta, trabalhava como marisqueira ou rendeira, mas devido a um problema de hérnia de disco teve que se afastar das atividades. Neuza possui vínculo no CadÚnico desde 2002 e migrou para o PBF, mas não consegue recordar de qual programa de transferência de renda chegou a participar antes. Ela realizou o DV em 16 de agosto de 2018, devido ao fato de seu companheiro, que trabalha com pesca, ter sofrido um acidente (queimaduras com o motor do barco). Desde então, ele passou a receber benefício por alguns meses, retirando a família do perfil de participante do Programa, tendo que realizar o desligamento. Em 2019, retornou, pois se encontra desempregada, e o seu companheiro, como pescador, não possui garantia de uma renda fixa. Assim, o PBF passa a ser a única renda mensal da família.

A ex-participante **Katökinn** é uma jovem negra de 21 anos, casada e com uma filha. Na época da entrevista, estava concluindo o último ano do ensino médio, pois havia parado seus estudos devido à gravidez. Atualmente está desempregada, mas já desempenhou na adolescência funções informais como atendente de lanchonete e babá. A renda da família é um salário mínimo, advindo do companheiro, que exerce a função de repositor no Polo Industrial de Marechal Deodoro, Alagoas. Katökinn conta-nos que, durante a adolescência, fez parte do PBF através do cadastro de sua mãe; ao casar, diante da realidade de desemprego para ela e seu companheiro, realizou o cadastro em 2017. Ela declara que solicitou o DV em abril de 2019, período em que seu companheiro conseguiu emprego. A renda de um salário mínimo foi suficiente para desenquadrar a família do perfil do Programa.

A senhora **Nise** tem 55 anos, nasceu na capital alagoana, mas construiu toda sua história em Coqueiro Seco. Conta que teve cinco filhas(os), duas morreram ainda criança, criou os três (todos casados), e atualmente cuida do neto de 16 anos. Sobre sua história de vida, ela declara não ter tido infância, tendo que trabalhar desde os dez anos. Em decorrência disso, não conseguiu estudar, não sabe ler nem escrever. Diz que não gosta nem de lembrar-se de seu passado, pois foi muito sofrimento. Hoje, é contratada pela

prefeitura com o rendimento de um salário mínimo, exerce a função de profissional da limpeza urbana. Para complementar a renda, vende material reciclável. A sua inserção no CadÚnico foi em 2002, e a realização do DV ocorreu em 2019.

Paulo é um homem na faixa dos 50 anos de idade, solteiro, pai de cinco filhos e porteiro contratado pela prefeitura (não é concursado). Sobre sua história pessoal, ele mencionou uma vida de bastante dificuldade e diz que começou a trabalhar ainda na infância ajudando seu pai. Não teve muita oportunidade de estudar, mas sabe ler e assinar o próprio nome. Mora em Coqueiro Seco com apenas dois filhos; o restante de sua família, pais e irmãos, migraram para São Paulo em busca de trabalho. Paulo expressa bastante gratidão pelo emprego na prefeitura, porém, ao mesmo tempo, fala que o PBF faz falta. Declara que, mesmo com emprego (recebendo um salário mínimo), passa por alguns apertos, tendo que comprar ‘fiado’ nos mercados e fazer alguns ‘bicos’ para conseguir arcar com as despesas da casa. A entrada no PBF ocorreu em janeiro de 2010 e o desligamento em dezembro de 2018.

3.3.2.5 Visão geral

Entre os quatro municípios que compõem esta pesquisa, observa-se que o número de pessoas exercendo empregos formais não chega a somar 10% do total da população local – Água Branca (6,9%), Campo Alegre (8,8%) e Santana do Mundaú (7,3%) –, com exceção de Coqueiro Seco (10,5%)⁸⁴, entre as pessoas que estão formalmente empregadas nesses municípios a média salarial é inferior a dois salários mínimos. Dados que chamam a atenção especialmente se tratando da realidade de Campo Alegre e Santana do Mundaú, pois são municípios bem posicionados no ranking da economia alagoana.

Outro fator que merece atenção é a insuficiente cobertura do PBF nos municípios, o que demonstra um descompasso com o total existente de famílias pobres e extremamente pobres: a) Água Branca – até novembro de 2019 apresentava 2.902 grupos de famílias extremamente pobres e 167 de pobres (somadas são 3.069 famílias), ou seja, pessoas com perfil elegível ao Programa. Contudo, em dezembro do mesmo ano, apenas

⁸⁴ Não compreendemos o porquê de os dados oficiais, em nenhuma das cidades pesquisadas, não incluírem ou especificarem as atividades ligadas ao funcionalismo público nos números divulgados sobre contratos formais, uma vez que essas atividades foram bastante evidenciadas tanto por parte das profissionais da gestão do PBF, quanto pelas(os) ex-participantes como uma das principais garantias de emprego formal nas realidades locais (mesmo que temporário).

2.828 famílias foram contempladas; b) Campo Alegre – a cobertura é de 5.661 famílias, porém o total de famílias elegíveis seria de 6.478 (soma de famílias pobres e extremamente pobres); c) Coqueiro Seco – por sua vez, alcançou 687 famílias, mas a demanda local é de 841; d) Santana do Mundaú – foram contempladas 1.748 famílias; no entanto, deveriam ter sido 1.967.

É importante observar que, em nível estadual e nacional, o total de famílias contempladas não reflete a realidade total daquelas que deveriam ser alcançadas. Em Alagoas, o total de famílias participando do PBF é de 387.236, mas a demanda é de 453.650 (em nível federal são 13.189.567 de famílias contempladas; 16.374.115 de famílias elegíveis⁸⁵). Esses dados expõem que o Programa acaba deixando uma parcela significativa da população de fora, submetida a situações de desigualdade e relações de dominação que poderiam ser amenizadas com o PBF. Ao contrário, a posição de vulnerabilidade se intensifica, estando reféns da informalidade e da fome.

A respeito do perfil das 20 pessoas entrevistadas, 18 são mulheres e apenas dois são homens, tendo em vista a realidade local dos municípios, em que majoritariamente as(os) participantes do PBF são mulheres. Como podemos notar, de modo geral, há um perfil um tanto semelhante entre os sujeitos entrevistados. A idade varia entre 21 e 55 anos, em sua maioria, são mulheres jovens na faixa dos 20 aos 30 anos. Em sua maioria, elas(es) se autodeclararam negras(os) (pretas/os e pardas/os)⁸⁶; o nível escolar concentra-se no fundamental incompleto ou médio também incompleto, decorrente da experiência de trabalho infantil ou da dinâmica do casamento (principalmente para as mulheres) que inviabilizou a conciliação com a escola.

A maioria é casada(o) e possui de um a duas filhas(os) – no caso das mulheres, a experiência matrimonial e materna contribuiu para a impossibilidade de continuar estudando e poder trabalhar fora de casa. Quanto à situação ocupacional, encontram-se exercendo atividade remunerada e a renda mensal familiar é de até no máximo um salário mínimo e meio. Para as pessoas que retornaram ao PBF (situação de Neuza, Sandra e

⁸⁵ Esses dados apenas refletem/contabilizam as pessoas inscritas no CadÚnico, o que pode significar que a realidade pode ser ainda maior.

⁸⁶ Isso é um dado que reflete uma realidade nacional em que a população negra é a maioria entre as participantes do PBF, e no SUAS de modo geral. **População negra é maior beneficiária dos programas sociais.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/populacao-negra-e-maior-beneficiaria-dos-programas-sociais/>>. Acessado em: 12/07/2020.

Virgínia), ele passa a ser a única renda mensal fixa declarada, pois se encontram desempregadas.

Na pesquisa observamos, ainda, a existência de uma segunda geração do PBF, ou seja, sete pessoas – Beatriz, Enaura, Katökinn, Neila, Marcos, Sandra e Zeza – que outrora fizeram parte do cadastro de suas mães no Programa; quando adultas, ao constituírem suas próprias famílias, fazem o seu próprio cadastro, o que pode indicar a perpetuação da pobreza. Interessante notar que essas mantêm um perfil de maior escolaridade quando comparadas aos seus pais; mesmo que não tenham concluído o ensino básico, ainda superam a experiência escolar da geração anterior, provavelmente um efeito das condicionalidades e também das ações do PETI, uma estratégia importante vinculada ao PBF para o combate ao trabalho infantil, ao ocupar as crianças e adolescentes em atividades complementares em paralelo ao horário escolar (experiência vivida pelos filhos de Virgínia e os irmãos de Beatriz e Neila).

A respeito do tempo de participação no Programa, o mínimo apresentado foi de dois anos e o período máximo de 16 anos (em três casos: Débora, Neuza e Nise). A maioria das pessoas entrevistadas manteve um vínculo de dez anos ou mais no Programa⁸⁷. Destacamos que as pessoas que representam a segunda geração no Programa se mantiveram entre dois a nove anos. As(Os) ex-participantes realizaram o DV entre os anos de 2017 e 2019. Isso se trata de um fenômeno recente e as profissionais da gestão têm justificado como uma medida tomada pelos governos para enxugar o PBF (um processo que se intensificou nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro), sob a justificativa de evitar fraudes e movimentar a fila do Programa⁸⁸.

Quanto aos motivos que levaram ao DV, em sua maioria, foi em razão de terem conseguido um contrato de trabalho temporário com a prefeitura local (Acotirene, Beatriz, Dandara, Débora, Graziela, Natasha, Nise, Valéria, Paulo, Vera e Zeza), em funções que não necessariamente requerem qualificação profissional técnica, tampouco exigem o ensino básico completo, reverberando na condição salarial do mínimo vigente. Foi observado também que, em se tratando da experiência de seis das mulheres

⁸⁷ Situação de onze das entrevistadas: 10 anos – Natasha; 11 anos – Thalita; 12 anos – Virgínia; Acotirene; Graziela; 13 anos – Marta; Dandara; 14 anos – Valéria; 16 anos – Neuza; Nise; Débora;

⁸⁸ Contudo, a fila de pessoas que solicitam o PBF vem crescendo consideravelmente, por exemplo, o ano de 2019 representou uma queda de 74,5% no número de reingressos em comparação a 2018 (SAKAMOTO, 2020). Somado a isso, o número de pessoas na extrema pobreza vem aumentando desde 2015 (JIMÉNEZ, 2019).

entrevistadas (Enaura, Katökinn, Neila, Neuza, Sandra e Virgínia), o desligamento ocorreu em função do aumento da renda de seus companheiros, por motivo de emprego formal ou porque passou a receber um benefício previdenciário. O caso de Marcos, foi também por conseguir um emprego formal, mas em uma usina. Além dos casos de Thalita, devido ao BPC/LOAS da filha decorrente de deficiência visual, e Marta por ter se tornado procuradora de um ex-companheiro.

3.3.3 Procedimentos de análise dos dados produzidos

Como destaca Spindola e Santos (2003), a análise das narrativas tem início no processo de transcrição das gravações. As autoras apontam que o ideal é que as entrevistas sejam transcritas pelo(a) próprio(a) pesquisador(a), mas reconhecem que devido à escassez de tempo, é compreensível o fato de designarem essa função a um(a) terceiro(a); esse foi o meu caso.

Após o contato com o material transcrito foram realizadas leituras em paralelo à escuta dos áudios das gravações, como forma de corrigir determinados erros e tentar expressar ali a rememoração do momento da entrevista, destacando alguns gestos, expressões e momentos de choro e demonstração de felicidade, coisas que só são possíveis de expor no material por quem vivenciou o processo; isso também aconteceu através da leitura do diário de campo, que nos permitiu recordar certas situações ocorridas.

Em um segundo momento, a partir do material transcrito, foram realizadas leituras atentas. Posteriormente, foram produzidos fichamentos detalhados das narrativas obtidas, que consistiam em selecionar e evidenciar algumas partes das falas de cada sujeito, tendo em vista os objetivos da pesquisa. Esses fichamentos serviram também para explicitar pontos de encontro e distanciamento entre as narrativas dos sujeitos e a própria literatura sobre o PBF, momento em que foram produzidos alguns *insights* sobre a relação entre as entrevistas e os conceitos teóricos que fundamentam a análise, bem como as possíveis categorias analíticas à luz dos objetivos da pesquisa e da Teoria do Discurso.

Com os fichamentos em mãos, produzimos tópicos (ver Anexo C) que permitiram evidenciar semelhanças e diferenças nos discursos das(os) ex-participantes. Isso ajudou bastante a organização da discussão, dado que foi possível separar todo o conteúdo em torno de pontos específicos. Por exemplo, todas as falas que tratam de DV foram identificadas pelo nome da(o) entrevistada(o) e diferenciadas para cada município.

Inicialmente, foi produzido um texto descritivo contendo apenas as falas dos sujeitos, evidenciando esses pontos de aproximação e distanciamento. Posteriormente, tecemos comentários e articulamos as falas aos conceitos da Teoria do Discurso (demanda, antagonismo, identificação e hegemonia). O passo seguinte foi partir para a etapa do texto em seu caráter mais analítico.

Em termos do texto produzido, o debate girou em torno de duas categorias de análise, construídas com base na articulação entre os conceitos selecionados a partir da Teoria do Discurso, os objetivos da pesquisa e as falas dos sujeitos. Como já apresentadas no subtópico 3.2.4 deste capítulo, as categorias de análise foram: *a) Demandas sociais e localização nas relações de dominação; b) Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas.*

Importante destacar que os trechos das transcrições das falas utilizadas na pesquisa foram mantidos na íntegra respeitando fielmente a linguagem dos sujeitos participantes, que muitas vezes contraria a lógica gramatical formal. Esse movimento se faz necessário, pois acreditamos que preservar o modo como os sujeitos falam permite transmitir/apresentar a forma particular que enxergam e traduzem o mundo a sua volta⁸⁹.

O modo como comunicam caracteriza também a dinâmica do regionalismo linguístico. Então, corrigir suas palavras é endossar uma forma de dominação da língua, nomeado por Bagno (2007) como “preconceito linguístico”. Este consiste em um ato de discriminação a partir do estabelecimento de uma hierarquia entre os que sabem e os que não sabem falar o português “culto”; existiria, assim, uma crença quanto a um modo certo ou errado de se expressar linguisticamente. Nesse processo, o autor enfatiza que a lógica de opressão linguística possui facetas classista, racista e xenofóbica em sua estruturação. Para ele, respeitar a escrita e a fala do outro, principalmente de grupos marginalizados na sociedade, é praticar um ato de subversão contra a lógica dominante de escrita/fala que ele compreende como uma doutrina gramatical contraditória e incoerente (BAGNO, 2007). De acordo com o autor:

[...] [Devemos] aceitar a ideia de que não existe erro de português. Existem diferenças de uso ou alternativas de uso em relação à regra única proposta pela gramática normativa. [...] A ortografia é artificial, ao contrário da língua, que é natural. A ortografia é uma decisão política, é imposta por decreto, por isso ela pode mudar, e muda, de uma época para outra. [...] **a língua permeia tudo, ela nos constitui enquanto seres humanos. Nós somos a língua que falamos. A**

⁸⁹ Uma decisão assumida por nós e amparada no debate teórico sobre preconceito linguístico. Contudo, acreditamos que esse seria mais um aspecto que poderia ser debatido com os sujeitos da pesquisa, deixando assim, que eles decidissem como gostariam que as suas falas fossem apresentadas neste trabalho: mantendo-as na íntegra ou submetendo-as a uma revisão gramatical formal.

língua que falamos molda nosso modo de ver o mundo e nosso modo de ver o mundo molda a língua que falamos [...] (BAGNO, 2007, pp. 142-143, grifo nosso).

Essa decisão é coerente com a dimensão ética da pesquisa e está alinhada à proposta orientada pelo método de produção de dados que adotamos, neste caso, a HO. Sobre isso, Cassab e Ruscheinsky (2004) nos dizem que o sujeito, ao narrar, apresenta uma memória social e histórica que também se expressa pelo modo em como expõe o conteúdo através da oralidade. Então, preservar isso significa buscar combater o silenciamento epistêmico que ocorre em determinadas pesquisas acadêmicas que corrigem a fala de participantes adequando à lógica hegemônica da escrita/fala.

A memória social como processo e não apenas como um depósito de dados, assim como a linguagem, está carregada de representações e denota o meio social dinâmico em que o indivíduo e grupo social está inserido. Como instrumentos socialmente construídos e compartilhados, a memória e a representação podem traduzir recordações semelhantes, contraditórias ou sobrepostas, mas nunca iguais, pois os indivíduos em sua identidade consolidam um olhar peculiar. A versão do indivíduo tem um conteúdo marcado pelo coletivo, ao lado certamente de aspectos decorrentes de peculiaridades individuais (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 18, grifo nosso).

Com a primeira versão do texto em mãos, o objetivo era retornar ao campo para debater os resultados parciais com os sujeitos da pesquisa. Isso ocorreria com a finalidade de preencher lacunas diante dos desafios já apontados no campo, como também de fortalecer a perspectiva ética e política que assumi de realizar uma pesquisa de forma dialógica e horizontalizada, comprometida com o enfrentamento ao silenciamento epistêmico, como propõem os estudos de HO e o embasamento epistemológico pós-estruturalista adotados. Assim, a nossa proposta era realizar a devolutiva construindo a análise dos dados de modo coletivo, para os sujeitos da pesquisa não serem vistos apenas como meros informantes, mas como produtores de conhecimento, parceiros na produção final da dissertação. Contudo, infelizmente, esta etapa planejada para acontecer entre os meses de março e abril de 2020 não foi realizada em razão da pandemia da Covid-19. Sendo assim, esse contexto político e sanitário impossibilitou a condução de uma pesquisa dialógica nos moldes em que me propus considerando tanto o referencial teórico aqui adotado quanto a perspectiva ética e política que assumo.

CAPÍTULO 4 – DEMANDAS SOCIAIS E LOCALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO

... O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. É preciso conhecer a fome para saber descrevê-la (*Quarto do Despejo: diário de uma favelada*, Carolina Maria de Jesus).

Ao partirmos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, compreendemos a realidade enquanto uma produção discursiva. Concebemos, assim, o discurso como uma ação dos sujeitos sobre o mundo, ou seja, os sujeitos atribuem sentido à realidade a sua volta a partir da identificação com uma dada cadeia discursiva presente no contexto histórico e social no qual se localizam, de modo que os sentidos atribuídos dizem da localização destes sujeitos (de como se constituem subjetivamente) no contexto em que vivem.

Assim, reconhecemos a importância dessa teoria para compreendermos a construção de discursos sobre o PBF por ex-participantes do Programa, a fim de interpelar esta construção em termos da expansão da democracia. Esta interpelação se faz possível na medida em que o PBF, apesar da disputa discursiva sobre ele apontada no capítulo de revisão da literatura, encontra-se discursivamente articulado na sociedade brasileira ao enfrentamento das relações de dominação (pobreza, fome, ausência/insuficiência de renda, trabalho infantil, falta de assistência no campo das políticas públicas). Dessa forma, investigar o modo como as(os) ex-participantes concebem o PBF (as demandas que os sujeitos visam satisfazer a partir do PBF; a que ou a quem atribuem essas ausências na ordem social sedimentada – fronteira política; como as demandas são construídas – como “pedido” ou como “exigência”) permite-nos entender suas identificações discursivas e, deste modo, como concebem as relações de dominação em que vivem: reproduzindo a hegemonia existente ou transformando-as em relações de opressão.

Como discutido no capítulo teórico, a categoria demanda é entendida por Laclau (2013; 2016) como a unidade mínima de análise para se estudar a dinâmica política, uma vez que os sujeitos são sujeitos de falta e as demandas representam a insatisfação e a busca pela (impossível) plenitude. A construção das demandas se dá a partir da localização histórica, social e política dos sujeitos. Laclau (2013) aponta que esta categoria pode significar tanto uma solicitação, um simples pedido – caracterizando a ausência de construção de uma fronteira política –, como uma exigência, uma

reivindicação, caracterizada pela nomeação de um inimigo responsável pela ausência da demanda na ordem social sedimentada e, portanto, pela construção de uma relação antagonica. Caso a solicitação seja atendida via lógica da diferença (expansão da ordem social sedimentada), a demanda deixa de existir. Entretanto, caso não seja atendida, pode se transformar em uma exigência na medida em que os sujeitos se percebam como detentores de direitos e que a insatisfação de sua demanda seja reconhecida como uma injustiça (LACLAU, 2016). Deste modo, a demanda não é mais apenas a afirmação de uma diferença (homem-mulher, branca/o-negra/o, patroa/ão-empregada/o, rica/o-pobre, Estado-cidadã/ão), mas um modo de nomear o caráter opressivo e contingente da ordem social sedimentada (sexismo, racismo, classismo, autoritarismo) e, ao mesmo tempo, de construir outra possibilidade de horizonte de sociedade. Trata-se, aqui, do momento de desconstrução do social e de reativação do político, bem como de reconstrução do social. Neste processo, outras demandas particulares (“demandas democráticas”) também não atendidas naquele contexto social poderão tornar-se equivalentes a partir da nomeação de um mesmo inimigo comum, sendo possível a construção de uma cadeia equivalencial, de um “povo” antagonico à ordem social sedimentada, tornando-se “demandas populares”.

Neste capítulo, referente à primeira categoria analítica da dissertação, buscaremos identificar as demandas que levaram as(os) ex-participantes a se vincularem ao PBF e discutir o modo como as constroem (pedido/solicitação ou reivindicação/exigência) – a quem ou ao que atribuem a responsabilidade pela insatisfação dessas respectivas demandas? Deste modo, os conceitos demanda e antagonismo serão centrais aqui, mas o conceito de identificação também atravessa o debate na medida em que estamos buscando compreender o modo de construção das demandas.

4.1 “Uma porta aberta”: o PBF como resposta à ausência e insuficiência de renda

Demonstramos no capítulo de revisão que, por se tratar de uma política pública focalizada, o PBF possui alguns critérios de inclusão, sendo o principal deles o critério socioeconômico, de modo que é destinado às famílias pobres ou extremamente pobres; isto é, famílias com renda *per capita* de até R\$ 178,00 mensais. Trata-se de pessoas que são vitimadas pelo cenário de desemprego e subemprego, então a transferência monetária se constitui numa ferramenta para o enfrentamento das vulnerabilidades acometidas pela pobreza, como a fome.

Embora essas questões nos permitam conhecer um pouco do perfil do público-alvo do PBF e as possíveis adversidades enfrentadas, é necessário se distanciar desse olhar generalizante e avançar em termos das construções discursivas dos sujeitos da pesquisa para conseguirmos alcançar os objetivos do estudo: a) pensar o modo como os sujeitos constroem suas demandas em torno do PBF; e no capítulo posterior, b) refletir sobre como percebem a satisfação dessas demandas através do Programa.

As(Os) vinte participantes da pesquisa expuseram a partir de seus diferentes lugares e experiências a ausência de uma renda fixa (demanda por emprego/salário) como o motivo para justificar sua inserção no PBF. Essa demanda expressa uma compreensão de que o trabalho que desempenhavam (no meio rural, na pesca, ‘bico’, subemprego), não lhes retirava de uma condição de ausência de renda (inclusive, para a alimentação) e/ou insuficiência de renda (para outras demandas que não a alimentação), já que se tratavam de atividades esporádicas e sem a garantia de rendimento mensal⁹⁰.

Diante desse cenário de desemprego e subemprego, elas(es) recorrem ao PBF uma vez que o concebem como uma resposta, como enfatiza Neuza, uma “porta aberta” diante da ausência de emprego fixo; ou como destaca Thalita⁹¹, “uma renda, tipo um salário”, haja vista a garantia mensal de um dinheiro que possibilita satisfazer as necessidades mais básicas, aliviando a situação de vulnerabilidade em que se encontravam.

[...] a gente veve em um mundo onde [...], assim... enfrenta muita dificuldade e... principalmente em sentido financeiro, né!? E o que eu posso dizer, assim, que... o Bolsa Família ele foi... [...] **uma porta aberta**, que foi... de grande ajuda, né!? Porque na época que ele surgiu eu morava com o meu sogro, né,

⁹⁰ Nas narrativas dos sujeitos observa-se construções discursivas que diferenciam os significantes trabalho e emprego. O trabalho é concebido de duas formas: a) a primeira engloba atividades para a própria subsistência seja no âmbito rural (plantio e colheita), pesqueiro, da produção artesanal, etc.; e b) a segunda envolve ocupações informais/subemprego (sem a necessidade de qualificação profissional), sem compromisso contratual (logo, sem concessão de direitos trabalhistas), de vínculo temporário ou até mesmo ocasional (um ‘bico’), que garante baixo salário (muitas vezes consideravelmente inferior ao salário mínimo vigente) e que, devido ao forte esforço físico requerido e à condição de insalubridade, pode repercutir na exposição de alto risco à saúde física e mental das(os) trabalhadoras(es). Assim, essas pessoas se consideram desempregadas mesmo exercendo atividades profissionais informais. Por sua vez, o emprego significa a garantia de um salário fixo que permite uma segurança mensal. Então, considerando as construções discursivas dos sujeitos da pesquisa, ao tratarmos desta segunda categoria adotaremos a expressão “emprego/salário”.

⁹¹ A entrevista com a ex-participante Thalita não pôde ser finalizada, decorrente de que ela chegou com atraso ao horário combinado e eu tive que ir embora, pois precisava pegar carona com o carro da Secretaria Municipal de Assistência Social. Então, ainda que tenha dado início ao processo de diálogo, os vinte minutos foram insuficientes para abarcar questões que permitissem conceber o modo que ela produz suas demandas em termos da atribuição de responsabilidade. Dessa forma, selecionamos algumas de suas falas para abarcar questões mais específicas como no caso acima, uma vez que não conseguimos articulá-la na divisão de grupos de sujeitos da pesquisa (os que produziram sua demanda como pedido e os que o fizeram como exigência). Importante também salientar que em razão da emergência da pandemia da Covid-19 não foi possível retornar mais ao campo de pesquisa.

então eu tinha dois filhos e meu marido ele não tem emprego, porque ele é pescador. Pescador ele ganha hoje e amanhã não, não é verdade? [...] **eu nunca tive emprego fixo**. E até então eu tava trabalhando de... marisqueira, né?! Mas aí, então, eu parei por causa da coluna, né?! Tenho problema de hérnia de disco, e daí então não pude mais trabalhar com sururu, né, que eu trabalhava com sururu, então... aí no caso eu fiquei sem renda, né?! **E a renda que eu sempre tive foi a do Bolsa Família** [...] (Neuza, Coqueiro Seco).

[...] era muita dificuldade em casa. Aí eu vim pra cá, fiz o cadastro e melhorou, né, mais, né, porque **é uma ajuda pra gente, porque o meu esposo não tinha salário** [ele fazia ‘bicos’ se envolvendo com atividades rurais], aí já era... foi uma ajuda muito grande. [...] **Pra mim foi uma renda, porque todo mês eu tinha aquele dinheirinho** [...]. Pra mim foi tipo uma renda, **tipo um salário**, né? (Thalita, Santana do Mundaú).

Em suas histórias de vida, as(os) participantes da pesquisa afirmam a demanda por emprego/salário construída tendo em vista as experiências e trajetórias individuais e familiares que retratam a realidade local em que estão situadas(os). Conforme já enfatizamos no capítulo teórico, para Laclau e Mouffe (2015) as demandas consistem na nomeação daquilo que falta ao sujeito, uma vez que só se demanda algo porque existe uma falta. Logo, a demanda seria a busca por uma plenitude ausente. A construção das demandas se dá a partir da realidade experienciada pelos sujeitos. Nesse caso, a demanda por uma renda fixa (um salário) simboliza a condição precária da vida desses sujeitos, marcada pelo desemprego e subemprego nos municípios em que residem. De acordo com os dados do IBGE (2019a; 2019b; 2019c; 2020), nos quatro municípios estudados, a taxa de desemprego alcança em média 90% da população local, o que conseqüentemente faz subir o número de pessoas subempregadas (ver subtópico 3.3.2.5). Uma realidade que produz desigualdades que atravessam gerações.

De acordo com os discursos das(os) ex-participantes, o desemprego é uma problemática forte nos municípios em que residem (uma queixa presente nos quatro contextos da pesquisa – Água Branca, Campo Alegre, Coqueiro Seco e Santana do Mundaú), de modo que para muitas(os), a estratégia é migrar para a capital alagoana, ou até mesmo para estados da região Centro-Oeste e Sudeste, como pontuam Neila, Paulo, Valéria e Virgínia. Em seus municípios, enfatizam que a procura por emprego é alta, e mesmo as pessoas mais escolarizadas encontram dificuldades para se empregar, como afirmam Natasha e Virgínia; além disso, informam que as possibilidades de ocupação informal são insuficientes diante do cenário de desemprego. Marta e Sandra destacam que o comércio local é pequeno e Graziela indica a falta de empresas ou fábricas, o que acarreta em limitada oferta de emprego; Neila, Marcos e Graziela, em suas diferentes cidades, ainda apontam a possibilidade de contrato temporário pela prefeitura, que se dá

sob forte viés político-partidário (aspecto problematizado por alguns dos sujeitos da pesquisa). Como alternativa, algumas(uns) trabalham para a própria subsistência em atividades específicas do território, como a pesca e a agricultura (em alguns casos, conseguem uma pequena renda ao comercializar sua produção na feira); em Coqueiro Seco, algumas mulheres desempenham a função de artesãs (como rendeiras) atuando de modo autônomo.

Muitas(os) das(os) ex-participantes⁹² contam que sua experiência de trabalho se deu ainda no período da infância ou adolescência decorrente da condição econômica familiar. Por essa razão, o abandono escolar foi vivenciado pela maioria desses sujeitos, de modo que o nível de escolaridade delas(es) se concentra no ensino fundamental ou médio, ambos incompletos. É importante destacar que, na maioria dos casos, elas(es) indicam que o envolvimento com o trabalho nesse período da vida partiu de um desejo pessoal com o objetivo de ter o seu próprio dinheiro, algo necessário para satisfazerem determinadas demandas que seus pais não podiam arcar, como o acesso a roupas e a calçados, além de somarem esforços na contribuição com as despesas da casa com a compra de alimentos⁹³.

Elas(es) compreendem que a exclusão do mercado de trabalho formal decorre da baixa escolaridade e também da falta de qualificação profissional, o que acaba resultando em sua condição de subemprego. Todas(os) as(os) ex-participantes declararam ter exercido alguma atividade profissional remunerada que, via de regra, não garantiu registro em carteira de trabalho, sendo de baixa remuneração, temporária e sob condições bastante precárias, pois evoca forte esforço físico e não garante qualquer tipo de proteção, corroborando com o seu adoecimento. Em alguns desses casos, são desenvolvidos ou agravados problemas de saúde que as(os) impedem de continuar trabalhando. Como exemplo, Neuza deixou de trabalhar com sururu devido à hérnia de disco e tendinite; e Neila, que trabalhava como rendeira, parou devido à formação de um cisto nas mãos e a um inchaço nos braços ocasionados por esforço repetitivo. Essas atividades também repercutem em situações de humilhação. Virgínia nos conta que, por ter se recusado a

⁹² Mais especificamente 15 das(os) entrevistadas(os), a saber: Acotirene, Beatriz, Dandara, Enaura, Graziela, Marcos, Marta, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Thalita, Valéria, Virgínia e Zeza.

⁹³ Essas atividades exercidas durante a infância repercutiram ainda em adoecimento, como no caso de Nise, que chegou a ficar internada no hospital aos 11 anos de idade, diagnosticada com tuberculose por trabalhar carregando lata d'água. Ou ainda Paulo, que, durante a entrevista, apresentou as cicatrizes da infância, decorrentes do trabalho com a pesca, ajudando seu pai.

trocar de roupa com a porta do quarto aberta na casa em que estava realizando faxina, foi chamada de ladra pela mulher que a contratou.

Na fala da ex-participante Nise, trabalho vira sinônimo de luta: “Toda a vida trabalhei. E hoje eu luto também, né, trabalho”; associação que ocorre devido ao esforço que é exigido no desempenho das funções. O trabalho é, assim, uma luta diária. Sobre as atividades exercidas na informalidade, a maioria se localiza no contexto rural, o que envolve o plantio e a colheita, e o corte de cana; ou é de âmbito doméstico (exclusivamente para as mulheres), caracterizada pela função de cuidadora (babá), faxineira diarista e lavadeira. Importante destacar que todas(os) declararam que, mesmo com vínculo ativo no PBF, elas(es) ou algum membro da família se mantiveram desempenhando alguma atividade para garantir renda, tendo em vista o baixo valor do Programa.

Ademais, os sujeitos, ao tratarem da ausência de emprego/salário, mostram que a situação se desdobra em várias outras ausências, como alimentação, roupas, calçados, bens duráveis, remédios, dificuldades para pagar o aluguel, etc., como se pode ver em algumas das falas abaixo:

A gente já passou necessidade, bastante. De olhar assim e não ter nada. Dormir com a barriga vazia, né?! No outro dia tinha. Era assim. Nossa vida não foi muito fácil, não pra dizer... Aí eu olho assim e não quero que meus filhos passem de jeito nenhum. Eu já passei... não quero, não. [...] era muito difícil mesmo. Os vizinho ajudar. Naquele tempo era muito ruim (Neila, Coqueiro Seco).

Ôxe! Muitas coisas, porque tinha... tinha dia que não tinha as coisas pra comer. Tinha vezes da gente se alimentar... só tipo, feijão e farinha, porque não tinha arroz, não tinha carne. Era muito difícil, muita dificuldade, muita mesmo. Eu não tive assim, tipo, uma infância boa, não [...] (Thalita, Santana do Mundaú).

Antigamente... era mais dificuldade pra pagar aluguel, essas coisas. [...] Sempre morei de aluguel, menos quando eu fui pra casa da minha avó, mas sempre morei de aluguel. Tipo, eu e minha mãe era... ralava muito às vezes pra dar uma roupa a gente e tal (Katökinn, Coqueiro Seco).

[...] meu pai, a gente era tipo nômades, vivia de lugar em lugar, fazenda em fazenda morando. A gente passava muita dificuldade, porque, tipo, meu pai chegava em uma fazenda, naquela época, o quê?! Trabalhava uma semana pra ganhar o quê? No tempo acho que era uns quinze reais, né?! Pra sustentar, pra botar comida na mesa, pra botar remédio, calçado, roupa, tudo [...] (Zeza, Santana do Mundaú).

A gente não passou por isso [situação de fome], mas também não foi, assim, de luxar. De não poder comprar uma bicicleta nova, de não poder comprar uma moto, de não poder comprar um carro. É aquele negócio, não tem dificuldade de comida, mas também não tinha como luxar. Eu gostaria de ter colocado aparelho [bucal] muito cedo, mas as condições financeiras não tinha [...] (Marcos, Campo Alegre).

Como se pode perceber, as(os) ex-participantes apresentam uma trajetória de vida semelhante no que diz respeito às experiências de trabalho infantil, desemprego e subemprego, situações de ausência ou insuficiência de alimentos, bens materiais, entre outros. Porém, isso não significa que o modo que concebem essas experiências se dê da mesma forma. Além do mais, notamos concepções distintas e antagônicas – tanto interna quanto externa aos discursos – que dizem respeito a identificações discursivas que problematizam ou naturalizam a demanda que as(os) levou a se vincularem ao PBF: a ausência de emprego/salário na ordem social sedimentada. Esse processo denota a relevância da HO e da AD no que se refere à produção de pesquisas empíricas, permitindo uma imersão na dinâmica simbólica dos discursos e das histórias com a qual nos deparamos em campo (evidenciando suas aproximações e distanciamentos; suas problematizações e contradições).

Partindo de Laclau e Mouffe (2015), entendemos que diante da ausência de emprego/salário, a qual se vincula a várias outras ausências, poderíamos apresentar duas saídas hipotéticas: 1) as pessoas, ao sentirem-se afetadas por este problema, fazem uma solicitação para alguém que, ainda que numa relação diferencial, acreditam poder resolver o problema: as autoridades locais, por exemplo. Caso resolvam o problema, a demanda é satisfeita e se encerra. Trata-se aqui da demanda apenas como um pedido, sem que haja a emergência de antagonismo (a passagem da relação de subordinação para opressão); 2) as pessoas, ao não conseguirem satisfazer a demanda de emprego/salário, mediante a identificação com um discurso presente em seu contexto social e histórico, constroem discursivamente a relação de dominação vivida como uma negação a sua identidade (por exemplo, diante da identificação com o discurso de que todos são iguais, concebe-se que a relação vivida por elas/es nega a identidade de cidadãs/ãos com direitos iguais aos outros). Dessa maneira, questionam aquela relação como uma relação de opressão; passam a conceber a ausência (demanda) como uma injustiça social, como uma exigência, delimitando um “eles” como responsável pela produção da demanda, reivindicando o emprego como um direito. Trata-se aqui da demanda como uma reivindicação.

Então, podemos afirmar que o antagonismo não existirá obrigatoriamente diante da relação de dominação. Sua emergência depende da identificação da pessoa em condição de subordinação com um discurso externo a esta relação, e que signifique aquela realidade como ilegítima/injusta, havendo assim uma passagem da relação de subordinação para a relação de opressão. Elas passam a nomear um inimigo que deve ser

enfrentado para que possam alcançar a satisfação de sua demanda por emprego/salário, por uma condição digna de vida.

As concepções observadas nos discursos das(os) ex-participantes investigadas(os) podem ser agrupadas em duas lógicas discursivas: a) ainda que solicitem o PBF como forma de alcançarem uma vida melhor e, precariamente, apontem os governos como responsáveis pelo contexto de pobreza e fome, apresentam ambiguidades discursivas, no sentido de que concebem a realidade a partir da identificação com discursos (religiosidade, meritocracia, distanciamento em relação ao sistema político) que não desconstróem a ordem social sedimentada. Justificam a ausência de emprego/salário e, assim, naturalizam a relação de dominação vivida, responsabilizando o indivíduo que experiencia a ausência; em alguns casos, ele mesmo: “só não trabalha quem não quer”. Isso expressa inclusive que a construção da demanda como pedido por parte destes participantes da pesquisa permite-nos questionar a própria ideia de pedido (solicitar algo a alguém) tendo em vista a naturalização e a individualização do problema; e b) refere-se à segunda saída hipotética apresentada acima. Concebe-se que a situação de pobreza e fome no Brasil decorre da ausência de emprego, que por sua vez é retratada como uma injustiça social, responsabilizando a má gestão ou a corrupção dos governos por esta situação. Neste caso, podemos entender a construção da demanda (emprego) como uma exigência.

4.1.1 “*Só não estuda quem não quer*” e “*só passa fome quem não tiver coragem de trabalhar*”: naturalização das relações de dominação e reprodução da ordem social sedimentada

Nesse subtópico abordaremos a primeira lógica discursiva que se refere à construção da demanda por emprego/salário sem a ocorrência da passagem da relação de subordinação para a relação de opressão. Trata-se, assim, de concepções discursivas que individualizam e naturalizam os problemas sociais enfrentados. Podemos observar esta lógica nas narrativas das seguintes entrevistadas(os): Débora, Natasha, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Vera e Virgínia.

Todas as pessoas mencionadas acima afirmam que solicitaram a entrada no PBF em razão da situação de ausência de emprego/salário, porquanto, mesmo que desempenhassem atividades de modo autônomo ou na informalidade, sentiam a

necessidade de uma renda fixa para o complemento do rendimento familiar diante das despesas mensais. Nesse sentido, Neuza, como bem mostramos no início do capítulo, nomeia o Programa como uma “porta aberta” diante da realidade de ausência de emprego formal (de salário fixo) que tanto ela quanto o companheiro enfrentam⁹⁴. Desse modo, o PBF possibilita um sentimento de segurança mensal e a sensação de alívio frente à condição de insuficiência de renda. Ideia semelhante vemos nas falas abaixo:

Foi muito importante, porque assim, **por mais que a gente faça ‘bicos’, como eu não tinha emprego fixo**, e a gente fazia ‘bicos’ a gente sempre, **só de você saber que tem aquele x naquele dia tal**, [...] às vezes chegava o mês que não tinha como a gente pagar o leite, mas já sabia que no dia 22 ia receber **aquele dinheiro pra poder não deixar faltar o leite da criança**, aí foi muito importante [...] (Débora, Água Branca).

[...] **foi uma renda, né, sempre lá pra casa**. [...] Eu comecei, assim... **meu esposo não estava trabalhando, aí eu vim aqui, fiz o Bolsa Família** [...]. **O Bolsa Família me ajudou bastante, né?! [...] Me ajudou bastante com as crianças, né?! [...] me ajudou bastante [...]** (Neila, Coqueiro Seco).

Aí eu fui, saí do emprego e fui pra casa da minha família que mora em São Paulo, Vila Prudente. Lá passei quatro meses aí o [filho] mais velho, [...] começou a reclamar que tava passando fome, aí eu vim pra cá, vim cuidar dele. Até hoje tá mais eu, mas foi ‘tropé’. Eu ‘comi arrojado’, meu irmão. Desempregado essa época, na lagoa. Lagoa é por fase, né?! Lagoa é com verão, tempo quente. Aí no inverno assim é meio complicado, sabe?! Meio sofrido, é aquela água fria, né?! Água fria, tudo cheio, aí é mais difícil o cara arrumar um negócio pra dentro de casa. Ele [o PBF] é muito... **É uma ajuda demais, o Bolsa Família**. [...] Mas esse Bolsa é... Foi um negócio da ‘pêga’! **Foi bom demais esse Bolsa Família. [...] o Bolsa pra mim é um – e pra todo mundo que recebe – é um alívio bem muito [...]** (Paulo, Coqueiro Seco).

Ajudou muito. Ajudou a... na renda, quando eu não tinha dinheiro, tinha aquela rendinha pra comprar alguma coisa pros meus filhos, alimentação quando meu marido não trabalhava. Trabalhar não, sempre ele trabalha, quando não tinha serviço [emprego formal], né!? Sempre foi uma ajuda essa Bolsa Família, pra mim. [...] **um dinheirinho a mais, né, pra sobreviver [...]** (Virgínia, Santana do Mundaú).

Como vemos, os sujeitos demandam o PBF como um pedido diante da necessidade de melhoria de vida devido à condição de desemprego. Então, observamos que em certa medida os sujeitos reconhecem a prefeitura como “alguém” a quem solicitam/pedem algo para resolver um problema; inclusive, em alguns casos, responsabilizam os governos pelo cenário de pobreza e fome (ver falas abaixo de Neuza e Vera).

Entretanto, iremos mostrar que os oito sujeitos da pesquisa aqui destacados – Débora, Natasha, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Vera e Virgínia –, ainda que demandem/solicitem a entrada no PBF como um auxílio para satisfazer a demanda por

⁹⁴ Realidade ainda vigente tendo em vista que ela se reinseriu no Programa.

emprego/salário, a forma como compreendem esta ausência se organiza em torno de identificações discursivas que naturalizam a relação com o outro no contexto de dominação social, resultando, assim, numa construção precária da demanda até mesmo como pedido. Em sua estruturação argumentativa, apresentam uma lógica discursiva que se fundamenta em torno de três modos, são eles: (1) colocam a expectativa em sua fé no que diz respeito à possibilidade de alcançar a satisfação de suas demandas (“é Deus que dá”, declara Nise); (2) apresentam uma concepção individualista e meritocrática (Vera enfatiza: “só não estuda quem não quer”); (3) é evidenciada uma concepção naturalizadora das relações de dominação sob a justificativa de impossibilidade de ação (“não há o que fazer”; “é assim mesmo” – ideias compartilhadas por Neuza e Vera) que se diferencia, contudo, do primeiro modo. Neste caso, a construção discursiva é marcada por um distanciamento entre os indivíduos comuns e o sistema político e pela redução da mudança social a este sistema.

Sobre o primeiro modo, observamos algumas construções discursivas em que as(os) ex-participantes (Neila, Paulo e Nise) compreendem as relações nas quais se encontram ou se encontravam a partir do discurso da fé que professam. No caso de Neila, ela agradece a Deus por ter conseguido o PBF e, ao apontar as dificuldades vivenciadas durante a infância e a adolescência (condições precárias de vida marcada pela experiência de trabalho infantil e de fome), considera ter sido Deus o responsável por intervir na vida de sua família e ajudá-la a superar os problemas. Nas narrativas abaixo, Deus é identificado como o outro responsável pela satisfação de suas demandas, inclusive a fala de Paulo expõe uma naturalização quanto a sua condição de vida.

[...] [O PBF] me ajudou bastante, **graças a Deus**. Sou muito grata, né?! [...] [Sobre sua experiência na infância e adolescência] Não foi muito boa, não, viu?! Aí **Deus abençoou a gente**, minha mãe também, tirou a gente... Tirou eles [seus familiares]... Levaram logo meus irmão, o mais velho, foram pra São Paulo. Ficou um tempo, aí minha mãe ficou, aí eles arrumaram lá um carro e vieram buscar todo mundo, só ficou eu porque... ficou eu e minha irmã porque a gente casou, aí não tinha como ir ‘simbora’ porque os esposo era daqui. [...] **Graças a Deus** que meu esposo tá ganhando bem agora (Neila, Coqueiro Seco).

É dificuldade... Mas sempre, como todo dia, eu agradeço a Deus, sabe?! [...] [...] E assim vamos levando, né?! Até quando Deus quiser, sabe?! E assim continua a vida [...] (Paulo, Coqueiro Seco).

[...] eu não tenho estudo. Não sou cursada nem nada. [...] Tá difícil, né, na minha idade, né? Casa de família não vou mais, assim, casa de família. Não tem... a única coisa é fazer rede, pegar sururu [...]. Não tem nem o que dizer, **só é Deus mesmo, né, Deus que dá...** Eu não tenho recurso nenhum nem quem me dê. É assim. Tenho não... tudo o que eu tive, assim... vaidade, como os outros tem, de curtir a vida, eu não, nunca tive... Toda vida eu fui assim (Nise, Coqueiro Seco).

Temos acima uma construção discursiva que não politiza as relações de dominação vividas, entendendo-as a partir da identificação discursiva da fé. Aquelas relações são concebidas como aspectos que não dizem respeito a uma injustiça social, mas a algo em que, para os indivíduos, não há possibilidade de intervenção, cabendo à graça e aos desígnios de Deus.

Quanto ao segundo modo, observamos uma construção discursiva que considera que a pobreza e a fome resultam da ausência de emprego/salário, a exemplo dos posicionamentos de Natasha e Virgínia.

É uma tristeza, né, muitos... **muitas pessoas se formam, estudam pra conseguir um emprego e não tem oportunidade, né?! E...** muitos jovens aí desempregados, né?! É complicado. É falta de... de... eu acho falta de estrutura mesmo. Falta de oportunidade de emprego, de empresas (Natasha, Campo Alegre).

Tem muita gente que passa muita dificuldade aqui. Por causa que... **A questão é trabalho**, porque não tem oportunidade de ter um trabalho pra... pra ter uma renda dentro de casa [...] (Virgínia, Santana do Mundaú).

Contudo, as entrevistadas evocam justificativas que responsabilizam o indivíduo pela relação de dominação que vive, sendo esta articulada a um discurso meritocrático. De acordo com Souza (2018), a meritocracia é uma produção discursiva que fundamenta o imaginário social com a ideia da crença da igualdade de oportunidades na sociedade moderna, ou seja, consiste na legitimação do mundo moderno como “ordem justa”, que superou as barreiras entre todas as classes sociais. O “talento inato” e “mérito individual” passam a ser justificativas de todo tipo de privilégio, principalmente no que diz respeito ao sucesso escolar e depois no mercado de trabalho. As classes privilegiadas desfrutam dos seus privilégios como coisa “justa” e “devida”. Então, naturalizam-se as desigualdades sociais em todas as suas dimensões, de modo que a exclusão e a pobreza passam a ser apontadas como culpa da preguiça e burrice dos indivíduos das classes não privilegiadas, sendo estigmatizados como fracassados ou até mesmo como azarados por terem nascido em famílias erradas, as quais só reproduzem, em sua imensa maioria, a própria precariedade (SOUZA, 2018).

A identificação com essa lógica discursiva leva as(os) ex-participantes a associarem o analfabetismo, a desocupação profissional e a situação de pobreza e de fome também como fruto da falta de esforço ou interesse pessoal. Noutras palavras, a identificação dos sujeitos com o discurso meritocrático faz com que, por exemplo, compreendam que é possível estudar e trabalhar independente das circunstâncias (sem considerar questões como o trabalho infantil, por exemplo). Podem, inclusive, se reportar

às suas próprias trajetórias de vida para evidenciar o fato de terem conseguido, na maioria das vezes, driblar a fome, apesar das dificuldades cotidianas, atribuindo essa conquista a um esforço pessoal. Expressões como “sempre corri atrás” e “tem que ir à luta” surgiram em algumas das falas, o que faz com que se entenda que, caso não se empenhem, não conseguirão alcançar a satisfação de suas demandas.

É notório em alguns dos discursos das(os) ex-participantes a autorresponsabilização acerca da satisfação ou não de suas demandas. Natasha, por exemplo, concebe a satisfação de suas demandas pela via do seu mérito. Esse discurso individualista é articulado na fala de Natasha com um discurso de rejeição ou desilusão com a atuação do sistema político, em razão, por exemplo, da “roubalheira”. Virgínia diz que o fato de ser analfabeta não seria apenas decorrente da experiência de trabalho infantil, mas também da sua falta de motivação; uma compreensão que também projeta nos outros.

Eu nem me ligo muito nessas coisas de política. Porque é tanta coisa, tanta besteira, **tanta roubalheira**, tanta coisa que você não... perde aquela paixão por... política. De tanto... tanto roubo, né!? [...] **Se eu não trabalhar, não como, se eu não buscar os objetivos, eu não vou conseguir. Minha faculdade foi meu pai que pagou.** Né!? E... É isso (Natasha, Campo Alegre).

Por que... as pessoas mais pobres não... não tem oportunidade de estudar?! Algumas porque não querem. Porque foi meu caso. Eu acho que foi... não foi tanto pelo trabalho [trabalho infantil, aos 11 anos de idade], porque eu poderia... que a minha patroa, que eu trabalhava era professora, **eu também podia estudar... trabalhar de manhã e estudar a tarde. Uma parte foi que eu não me forcei, nem tanto oportunidade**, porque a minha patroa era professora da minha escola no sítio, e algumas pessoas... alguns... Hoje, tem a oportunidade de estudar e não quer estudar. Alguns filhos, né, algumas pessoas. Não estuda, não quer estudar. É... **Eu acho não que só porque a pessoa é pobre, [...] não tem direito de estudar. Tem.** Os direitos que o pobre tem, o rico também tem. Se o rico tem dinheiro pra pagar uma escola particular, tem no município, tem sem ser particular, é a mesma coisa, **só é ter interesse de estudar.** Ter interesse. Se não tiver... Questão de ser... uma pessoa ter mais condição, ser mais rico, ser mais pobre, não. Um pouco, né?! Porque, assim: “Ah, o filho de fulano tem mais do que você... Aí você vai fazer... Não! **Você tem que fazer a sua parte. Se você quer... quer alguma coisa na vida, você tem que ir lutar.** Somente que você é pobre que você tem que dizer que fulano é rico, fulano tem alguma coisa, não. É por você que você vai fazer, não é por fulano que tem mais dinheiro, que tem menos. Não. Você tem que fazer a sua parte. **Estudo é tudo.** Né?! (Virgínia, Santana do Mundaú).

Em alguns momentos há uma culpabilização do outro pela situação de desemprego, analfabetismo, vulnerabilidade econômica que vive. Acredita-se que esses problemas decorrem da falta de administração familiar e do número de filhas(os); que é a falta de interesse que faz com que as pessoas não queiram estudar; associam a condição de fome à preguiça daquele que vive esta situação (“quem não tiver coragem de

trabalhar”). A ex-participante Débora – ainda que em certo momento da entrevista apresente um posicionamento de rejeição aos cortes de verbas e à precarização das universidades públicas produzida pelo governo federal, pois para ela isso inviabiliza a inserção de pessoas pobres no ensino superior⁹⁵ – afirma, em outro momento, que o cenário de pobreza e fome é culpa das pessoas que votam errado e acabam legitimando uma gestão governamental descomprometida.

Porque hoje, **no mundo de hoje só passa fome quem não tiver coragem de trabalhar**. A gente sabe que é difícil mas sempre aparece uma faxina, sempre aparece um serviço. [Em outro momento do seu discurso, abre uma exceção:] [...] **Quer queira quer não, nós ainda temos pessoas que passam necessidades. Tem gente que só tem o Bolsa porque realmente não arruma outro serviço, tem vontade, tem vontade de querer arrumar outra coisa mas infelizmente não. Às vezes a questão da saúde não deixa**, não está bem. Aí eu acho muito triste. [...] [Sobre o responsável pelo cenário de pobreza e fome] Eu acho que é a gente mesmo, nós. Porque **a gente coloca um presidente querendo que ele faça melhorias**. [...] **É culpa da gente porque é a gente coloca lá, né!?** Mas é assim, essa culpa eu não tenho, mas [se justificando quanto ao seu voto não ter sido em Bolsonaro]... A gente sofre do mesmo jeito, infelizmente todo mundo sofre. [...] Eu sinto muito, porque eu vejo dizer eu não sei se é verdade que **ele quer acabar com as faculdades federais**. Né!? Só quem pode estudar é o filho do rico. Né!? E onde é que chega o filho do pobre? O filho do rico é melhor do que o do pobre? Não é [...] (Débora, Água Branca).

Estas construções discursivas servem à reprodução da ordem social sedimentada por conceber as relações de dominação como relações diferenciais e não como antagônicas, invisibilizando as relações de poder que fundamentam a constituição da ordem social. No entanto, é importante ressaltar que são contingentes: construídas a partir da articulação, pelas(os) ex-participantes, entre a relação de dominação e o discurso da meritocracia, que serve para a reprodução da ordem social sedimentada.

Cabe agora introduzir o terceiro modo discursivo, que diz respeito a um processo de naturalização caracterizada pela identificação com um discurso que estabelece um distanciamento entre os indivíduos comuns e o sistema político e reduz a este a possibilidade de mudança social. Ainda que culpabilizem os governantes pelos problemas sociais, salientam que práticas corruptas afetam os investimentos públicos – quando questionadas sobre que soluções apresentariam para o combate do cenário de pobreza e

⁹⁵ Debate que estava efervescente durante o período da pesquisa, que ecoava tanto nas ruas, quanto nas mídias sociais e televisivas. Para saber mais ver: **Os primeiros efeitos da asfixia financeira de Bolsonaro sobre as ciências do Brasil** (https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/02/politica/1556819618_348570.html); **Contra cortes e em defesa das federais, estudantes vão às ruas pela 3ª vez** (<https://educacao.uol.com.br/noticias/2019/08/13/contra-cortes-e-em-defesa-das-federais-estudantes-vaao-as-ruas-pela-3-vez.htm>).

fome no Brasil, Vera e Neuza concebem que “não há o que fazer”, “as(os) governantes estão fazendo o que podem”, e, assim, não devem estar opinando e reclamando.

A maioria disso [do cenário de pobreza/fome] **é culpa dos políticos, né?! Isso é. Que é de mal a pior [...]. Sei nem o que dizer.** É um negócio tão sério... Que se eles [as/os governantes] **que é os grandão não resolve, imagine a gente** (Vera, Santana do Mundaú).

Os governos. Que... **não é que o país, ele falte**, mas a administração, a ambição, tá entendendo? Se você for olhar, se você analisar... De vez em quando eu vejo aí as pesquisas, **quantos alimento vão pro lixo...** E quantas pessoas tá... passando fome. Então **é falta, assim, de uma boa administração, né!?** [...] Mas é aquela coisa, assim, por mais que... que os governos eles tentem solucionar o problema... da fome, da pobreza... não vai conseguir, porque **a ambição é grande.** É, eu acho que é cada um, assim, **deixa eles** [as/os governantes] **fazer o que eles... o que eles acham que tá ao alcance deles e o que eles podem, o que eles acham que tá bom pra... pra comunidade... pras pessoas...** eu acho assim, né?! [...] **Porque não adianta eu... eu... eu questionar algo se eu não resolver o algo.** Então... [...] o que eu sinto... assim, o que eu quero dizer é assim... que... é... os... o que **eles tão fazendo o que eles podem. E assim tá dando pra levar, né?! É... Eles... Porque o que... o que mais... até... o que é mais falado pelas pessoas, melhoria da saúde e da educação.** É os dois pontos fundamentais, mas é o que a pessoa ouve é reclamando, né verdade? É sobre a saúde... se você for pesquisar, não só é aqui em Alagoas, não, é em vários lugares. A saúde tá isso, tá aquilo... no hospital não... tem gente no corredor, tem não sei naonde, aquela ‘bagaceira’ toda... Até que aqui melhorou mais, não foi, aqui em Alagoas? Não é, não? Os fatos. Fatos que a gente não pode deixar de... de observar. Entendeu? É o que com... Hum... **eu acho que se eles quiser, melhora bastante. Se parasse de ter tanta...** [faz gesto em referência a roubo com as mãos] [rsrsrs] [...]. Aí melhoraria, né? Porque de verbas... chegam muitas, né?! **Verbas, chegam muitas. Agora a questão: pra onde as verbas vai...** Porque, assim... É... questão assim, de governo, dessas coisas assim, éééé... **eu não gosto, assim, de tá questionando, né?! Até porque eu não vou dar jeito em nada** (Neuza, Coqueiro Seco).

Ao mesmo tempo, contudo, as mesmas entrevistadas, em outro momento da entrevista, responsabilizam os indivíduos pela precariedade de suas condições sociais, podendo seus discursos também serem localizados no modo discursivo salientado anteriormente (discurso do mérito).

Hoje tem ônibus que vai buscar em todo lugar. Todo lugar. Aonde não tem ônibus, tem um caminhão que traz até o ponto do ônibus e... todo mundo é rico. Todo mundo. **Só não estuda quem não quer.** Hoje em dia a facilidade... melhorou cem por cento toda situação [ao comparar com sua experiência no percurso até a escola⁹⁶] (Vera, Santana do Mundaú).

⁹⁶ Que como a gente morava no sítio, aí era muito ruim. Hoje em dia é muito bom porque os ônibus vão buscar praticamente na porta, mas na época que a gente estudava, não. Descia uma grota muito grande, esquisito, muito grande, uma ladeira danada, pra vir de pé e ir de pé. No verão ainda era bom, né, mas no inverno era cada queda. A gente descia com as bolsa, os caderno tudo dentro de uma bolsa e botava outra... uma roupa, outra roupa da escola, a farda, atravessava o rio quando dava pra atravessar, quando não dava, arroteava a rua todinha pra ir pra COHAB, chegava lá aí tirava aquela roupa cheia de barro no banheiro, aí ia se lavar no banheiro, vestia a farda. Quando largava vestia a mesma roupa suja de barro pra poder ir pra casa. No inverno era topado. Hoje em dia não, que o ônibus vai buscar na porta praticamente. Hoje em dia

Meu Deus! **Eu fico imaginando assim, meu Deus! Como é que você é uma pessoa tão pobre, só tem filho, filho, filho, filho. [...] É a ignorância. A ignorância que... que eles têm, né, de não ter... um conhecimento de nada, né, de... viver naquela... pra eles ali... só é ter filho mesmo e acabou-se ali, entendeu? A vida é essa. Aí pronto! Como eu falei pra você, aí a pobreza não acaba. Porque se eu não tenho condições, eu vou ter cinco, seis filho, né?** Eu não vou ter... eu não vou ter condições... É a po... A pobreza geral, que é isso que tá acontecendo. É... sabe por quê? Olhe, a miséria não vai terminar por quê? Porque... **eu vejo muitos casos, por exemplo, a família... muitas famílias não têm condições, né, de ter nem um feijão pra comer, mas tem cinco, seis, sete filhos. Então essa família, ela não vai ter condições de criar aqueles filho como tem que ter. Dar educação... vai pra escola, tudo bem, mas de dar educação, de dar uma boa estrutura pra essa... pra'queles filhos, não vai ter. E o que acontece? Aqueles filhos vão crescer. Quando eles crescem, aí vira 'maloqueiro'... né?! Fica... Vai pra rua, vai fazer o que não deve, tá entendendo? Ou vai... ou vai trabalhar na roça como eles [os pais]. Aí a história vai se repetindo e a pobreza não acaba** (Neuza, Coqueiro Seco).

Sobre as construções discursivas em tornos dos três modos presentes nas lógicas argumentativas evidenciadas neste primeiro subtópico, é necessário enfatizar que a Teoria do Discurso compreende que a realidade é uma construção social, de modo que só apreendemos o mundo a partir da identificação com uma configuração simbólica específica, sendo as práticas sociais também discursivas. Desse modo, as identidades (posição de sujeito) não são anteriores à sociedade, uma vez que para Laclau e Mouffe (2015) os indivíduos constituem suas identidades a partir da identificação com discursos presentes no contexto social e histórico em que vivem. Por isso, falamos na Teoria do Discursos em processo de identificação e não em identidades essencialistas ou determinadas *a priori*.

Dessa forma, as falas expostas pelas(os) ex-participantes não são entendidas na dissertação a partir da ideia de alienação (no sentido de uma falsa consciência sobre um fundamento último das relações nas quais se encontram, como defendido nas teses marxistas) que requereria uma tomada de consciência do indivíduo. Trata-se de produções discursivas identificadas com discursos que contribuem para reprodução do social: discurso religioso, discurso do mérito, discurso da existência de uma distância entre pessoas comuns e o sistema político. Assim, a perspectiva da Teoria do Discurso nos permite compreender os processos identificatórios e as posições de sujeito que se sedimentam diante disso.

eles posso dizer que estão ricos, que naquele tempo era roxo. [...] Hoje em dia tá tudo mais fácil pra eles (Vera, Santana do Mundaú).

Reitera-se aqui a concepção de que as pessoas “agem e se definem de acordo com redes ou jogos de sentido que ordenam a realidade” (OLIVEIRA; OLIVEIRA; MESQUITA, 2013, p. 1339). Sendo o processo de identificação uma construção contingente, não se anula a possibilidade de deslocamentos discursivos e, assim, das(os) ex-participantes tratadas(os) neste tópico virem a se identificar em outro momento com um discurso antagônico à cadeia discursiva sedimentada, de modo a ressignificarem sua interpretação sobre o mundo.

As(Os) ex-participantes em geral enfatizaram que não há movimento social organizado em seus municípios (com exceção de Dandara, que faz parte da CPT), e se há elas(es) declaram desconhecer. Essa compreensão a respeito da ausência de movimentos sociais que estão reivindicando direitos expõe a falta de um discurso externo democrático a partir do qual elas(es) possam se identificar e talvez se articular na luta política. Contudo, ainda que fossem presentes, não significaria necessariamente que manteriam uma identificação discursiva com eles (poderiam também se opor), a exemplo de Virgínia, que deslegitima a luta pela demarcação de terras, enfatizando: “Eu acho errado a pessoa tá brigando pelas coisas dos outros. Esse negócio de sem-terra, esse negócio não é certo, não”.

Nessa primeira lógica discursiva, conclui-se que ainda que compreendam o desemprego como fruto da má gestão dos governos, percebe-se que não há uma articulação entre a relação de dominação que vivenciam e um discurso que implicasse uma problematização da ordem social sedimentada, da posição de sujeito que ocupam nesta ordem.

Identificar os governos como o “outro” não é suficiente para a emergência do antagonismo. Conforme destacam Laclau e Mouffe (2015), as relações diferenciais (ou relações de subordinação: homem-mulher, branca/o-negra/o, patroa/ão-empregada/o, rica/o-pobre, Estado-cidadã/ão, etc.), tomadas por si mesmas, não podem ser antagônicas. Não necessariamente estabelecem o conflito, apenas expõem um conjunto de posições diferenciais entre agentes sociais. Somente a subversão da diferença em antagonismo faz com que a relação de subordinação se torne uma relação de opressão, o que demarca a identificação com um discurso que demonstre a contingencialidade da relação sedimentada e a delimitação de algo ou alguém como um inimigo (aquilo ou aquele que representa a manutenção das relações de opressão). Ainda sobre essa questão, Mouffe (2015) destaca o seguinte:

[...] estamos sempre lidando com a criação de um “nós” que só pode existir pela demarcação de um “eles”. Isso não quer dizer, naturalmente, que tal relação seja necessariamente uma relação amigo/inimigo, ou seja, uma relação antagonística. Mas devemos reconhecer que, em determinadas situações, existe sempre a possibilidade de que essa relação nós/eles possa se tornar antagonística, isto é, que ela possa se tornar uma relação de amigo/inimigo. Isso acontece quando se acredita que o “eles” está questionando a identidade do “nós” e ameaçando sua existência [...] (pp. 14-15).

O grupo de pessoas que aqui foram retratadas se posiciona de modo diferencial na estrutura hierárquica da sociedade, constroem suas demandas como pedidos e não como exigências, não confrontando a ordem social sedimentada, ou seja, não politizam as relações de subordinação que vivenciam no contexto social em que se localizam. A identificação com o discurso do mérito não permite politizarem a ausência na ordem social (a falta de emprego), ou seja, subverterem a diferença em desigualdade através da construção de um antagonismo, porque o “outro” seria o próprio “eu”.

A identificação com o discurso da fé e com o discurso do distanciamento entre as pessoas comuns e o sistema político também não possibilita a construção de um antagonismo na medida em que retira de si (do sujeito) a possibilidade de qualquer mudança social. Neste caso, podemos lembrar o conceito de fatalismo discutido por Martín-Baró (2017), o qual, ainda que construído sobre uma matriz epistemológica e ontológica distinta da trabalhada nesta dissertação, foi uma importante contribuição para a compreensão da dinâmica política na América Latina. Segundo Martín-Baró, o fatalismo pode ser descrito como um sistema de ideologias que se origina nas estruturas sociopolíticas e se internaliza a partir das experiências cotidianas com o mundo social. Mais especificamente, se trata de uma maneira de dar sentido à própria condição de vida, na qual a realidade é descaracterizada enquanto fato histórico e contingente, sendo concebida como um dado natural, vista como algo predeterminado e inevitável (regido por forças superiores). Desse modo, os indivíduos mantêm uma crença de impossibilidade de mudança social (devendo a existência ser aceita tal como foi imposta), o que se traduz em comportamentos de conformismo e resignação diante de qualquer circunstância, inclusive as mais adversas, pois acredita-se que não leva a nada manter uma postura de rejeição ou oposição, não restando alternativa senão se conformar (o sofrimento é visto como algo natural). O fatalismo, portanto, se configura em um processo de naturalização da dominação social e reprodução da ordem social sedimentada (ANSARA; DANTAS, 2010; MARTÍN-BARÓ, 2017).

4.1.2 “*O Brasil é muito rico pra muita gente ter necessidade*”: politização das relações de dominação e desconstrução da ordem social sedimentada

Nesse subtópico apresentaremos a segunda lógica discursiva. As(Os) onze ex-participantes localizadas(os) nesta segunda lógica também buscaram o PBF em razão da condição de ausência de emprego formal e como uma forma de complementar a renda familiar devido à insuficiência de renda advinda das atividades que desempenhavam. A distinção em relação à lógica discursiva anterior é que os sujeitos aqui constroem a demanda por emprego/salário como uma exigência, é o caso de: Acotirene, Beatriz, Dandara, Enaura, Graziela, Katökinn, Marcos, Marta, Sandra, Valéria e Zeza.

Com base em suas experiências, algumas(uns) ex-participantes nomeiam o desemprego como uma injustiça social que produz o cenário de pobreza e fome no Brasil, na medida em que o avaliam como um dos elementos que causam a condição de ausência e/ou insuficiência de renda entre as pessoas pobres e extremamente pobres. A posição de desempregada(o) é enfatizada aqui não como fruto de desmotivação e preguiça (como enfatizado em alguns discursos anteriores, que consistem em uma identificação moralizante e meritocrática), mas como decorrência da ausência de oportunidades de emprego no mercado de trabalho.

Desemprego. Porque tem muita gente que tem vontade de trabalhar, mas não consegue trabalho [...]. [...] A minha vizinha do lado, nós duas bota currículo como tá botando panfleto na rua (Katökinn, Coqueiro Seco).

Falta de emprego. É falta de emprego. Se tivesse emprego pra o povo trabalhar, não existia [pobreza e fome]... É falta de emprego, de oportunidade também (Dandara, Água Branca).

O Brasil tá assim por falta de emprego, muita falta. Tiro por mim mesmo. Vim arrumar um emprego depois... Um emprego fichadinha depois de vinte e oito anos eu arrumei uma coisa pra mim, que eu nunca arrumei [...] (Enaura, Campo Alegre).

As narrativas de Katökinn e Sandra relacionam a realidade de pobreza e fome aos problemas decorrentes da corrupção, da má gestão ou, ainda, da falta de compromisso dos governos na geração de emprego e renda. A seu tempo, Acotirene, Beatriz, Dandara, Enaura, Graziela, Marcos, Marta, Valéria e Zeza demonstraram sentimentos de insatisfação quanto à realidade de desigualdade (a fome, a precariedade dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento, a concentração de renda, o desemprego e o subemprego) a partir da identificação com um discurso de que o Brasil tem potencial econômico para combatê-la, indicando que a desigualdade seria uma injustiça. Inclusive,

alguns discursos pontuam que o contexto brasileiro de corrupção e de desigualdade é incompatível com o fato de estarem vivendo em uma sociedade democrática.

Que os governantes devem olhar mais, que na hora de... nas eleições todo mundo chega, ajuda e tal, e tal. Quando passa parece que esquece [...]. [...] **na hora de pedir voto todo mundo chega sorrindo, abraçando.** Eles podiam olhar pra quem realmente precisa. **No lugar de roubar, ajudar o mercado de trabalho, a saúde...** (Katökinn, Coqueiro Seco).

Eu acho que é o governo [responsável pela situação de pobreza e fome no Brasil]. [...] Porque **se gerassem mais... mais empregos, desse assistência** aos menores... Aos menores que eu digo é sem estudos ainda, né!? Eu acho que seria um pouco melhor (Sandra, Santana do Mundaú).

É... Porque assim, **os políticos sempre só pensam em si, não pensam nos mais pobres,** e... cada vez, assim, **rico querendo ser mais rico, não quer saber se pobre tá passando fome ou não,** tão nem aí. Complicado (Graziela, Água Branca).

Uma vergonha. **Nosso Brasil é um Brasil rico,** ele é rico, e... nós, seres humanos, não sabemos disso, mas que ele é rico, é! Agora, pobreza?! Ela continua sendo descartada, igual copo e prato descartável. **A pobreza ela só é lembrada na época da política.** Infelizmente! (Marta, Campo Alegre).

Uma desordem, né!? O Brasil tão rico... tão rico... e ainda tem muita gente passando necessidade. Isso é uma... Assim, uma coisa que não é pra acontecer, né!? **O Brasil é muito rico pra muita gente ter necessidade.** [...] O Brasil... só de ver aquele povo na rua... aqui você não vê, mas chegar em São Paulo, você... Eu nunca fui, mas aquele repórter vê. Tá em tempo de frio mesmo, meu Deus do céu. Fome, tudo... Não é pro Brasil existir isso. Não é. **E tem possibilidade de ajeitar isso, né!? De melhorar. Tem, o Brasil tem possibilidade de melhorar isso.** [...] **O desemprego é muito no Brasil.** [...] O governo. [...] **A administração deles lá. Não pensa muito no povo** mais, assim, modo de falar mais pobre. Não pensa. [...] Pensa que... Sei nem dizer, mas **eles poderiam pensar nessa falta de... de emprego,** assim... nessa falta de emprego que tem no Brasil. [...] Deve ter muita gente, pelo menos assim, que pensasse, né, passando fome, necessidade, criança, no hospital. Às vezes até falta de remédio, às vezes não tem, que a gente passou aí uns tempos, outro dia, a falta de remédio, tudo. **Pra mim é o governo. Se o governo melhorar, o Brasil melhora.** Meu ver é assim. E tem possibilidade pra isso, pro Brasil melhorar. **Pra mim é o governo** [...] (Enaura, Campo Alegre).

Um absurdo, um país tão rico. Eu acho que **o governo... que não sabe administrar** porra nenhuma, **só roubar.** [Democracia é] Uma coisa que **não tá existindo. Teriam que saber governar, né?! Teriam que saber dividir, tipo, teriam que saber dividir bem a laranja. Ter educação, ter saúde, saneamento básico, ter tudo de forma igual.** Essa palavra, democracia, eu acho que ela... Só que, infelizmente, ela tá vagando, tá... Aliás, ela não sabe nem onde é o lugar dela mais (Zeza, Santana do Mundaú).

[Democracia] Só tá na boca dos políticos. **A democracia pra nós no... sítio, pra nós do interior... pra mim ela nem existe.** A democracia nós não sabe o que é. Sabe sim, um termo de pronúncia de palavra, mas saber **viver uma democracia, nós não vive, porque nós vive num país de corrupção, então nós não temos democracia.** [...] **Os políticos de hoje tão assim. Noventa por**

cento nós não confia mais, de jeito nenhum (Companheiro de Vera⁹⁷, Santana do Mundaú / diário de campo).

Considerando as falas acima, a constituição de uma relação antagônica (nós x eles) se expressaria a partir de uma compreensão de que os problemas relativos à desigualdade são decorrentes da falta de compromisso das(os) políticas(os) e dos governos (sistema político), simbolizados aqui como o “outro”, aquele que impede a satisfação de suas demandas (LACLAU; MOUFFE, 2015). As demandas aqui não estão sendo articuladas ao discurso de mérito, ao discurso divino ou ao discurso de que “não há o que fazer” – como vimos no tópico anterior –, mas, ao contrário, estão sendo problematizadas como injustiças sociais. A compreensão é de que a maioria das figuras políticas são corruptas e operam de modo utilitarista o tema da pobreza e da fome em suas campanhas políticas. Observamos também que nas falas acima – de Enaura, Graziela, Katökinn e Zeza – há uma equivalência de distintas demandas que são atribuídas aos governos, como o combate à corrupção, à concentração de renda, à fome; investimento em saúde, geração de emprego; o que, em certa medida, pode explicitar um indício da construção da exigência como uma demanda popular.

Entretanto, essa concepção acerca das(os) políticas(os) e dos governos não é generalizada, os sujeitos fazem uma diferenciação na nomeação entre aquelas(es) que satisfazem e os que não satisfazem suas demandas, como pontuaram Dandara, Enaura, Graziela e Sandra. Em se tratando do governo federal, elas(es) se identificam com a figura do ex-presidente Lula (PT), reconhecendo-o enquanto um presidente que se comprometeu com o combate à pobreza e à fome, tendo promovido a primeira gestão que atuou em favor das(os) mais pobres e do Nordeste. Desse modo, a gestão lulopetista é construída como um horizonte de sociedade que representou um período de melhoria nas condições de vida, por ter possibilitado a satisfação de muitas demandas; dizem recordar de um Brasil com mais empregos inclusive para pessoas pobres e de baixa escolaridade. Apontam ainda ações como o Programa Minha Casa, Minha Vida; o Luz para Todos; o auxílio financeiro Garantia-Safra; a transposição do Rio São Francisco para o sertão nordestino; e o PBF; ações que, segundo elas(es), cooperaram com a redução da pobreza.

Noventa por cento da melhora do pobre foi Lula. ... porque... Noventa por cento das coisas foi Lula quem melhorou. **Ele criou programa de energia “Luz para todos”, tá!? Criou programa de... essa “Bolsa Família” mesmo.**

⁹⁷ Como destacado no subtópico 3.3.2.2, o companheiro de Vera estava presente no momento da entrevista e acabou participando do processo, por esta razão consideramos alguns dos seus apontamentos como anotações do diário de campo.

Programa de “Minha Casa, Minha Vida”. Ele melhorou muita... **Noventa e nove por cento da vida do... brasileiro pobre, pobre, quem melhorou foi Lula [...]** (Companheiro de Vera, Santana do Mundaú / diário de campo).

Ei Lula véi... Ave Maria! **Tirou muita gente da pobreza, viu!?** Muita mesmo. **Hoje eu tenho uma casa boa por causa de Lula.** Que tem as casas que a gente ganhou no assentamento, é uma casa! **Grande, enorme as casas, tudo boa, tudo na cerâmica, tudo casa boa. Governo Lula [...]. [...]** **Lula deu muita oportunidade. Lula tirou muitas pessoas da... da pobreza.** Tem gente que diz que a gente tava muito empolgado com PT, com o PT, porque o PT fazia muita coisa pros pobres. Lula deu muita, muita... **Tirou muita gente da miséria, casa, tudo, tudo [...]** (Dandara, Água Branca).

O Brasil... **O Brasil necessita mais que olhe pras os mais necessitado.** O rico, olhar pra ele pra que mais? [...] **Olhar mais pros necessitados, pra quem passa fome, pra quem tá na rua. E era quem ele [Lula] olhava.** Ele não tinha medo de pisar em lama, de... de... de... enfrentar [...] era em lama, em todo canto apertava a mão de todo mundo, e abraçava [...] (Enaura, Campo Alegre).

O Lula, pra dizer a verdade, eu achei que ele fez muito, também, por nós. É... Eu creio que ele ajudou muito também a... **as partes de sertão, interior, que faltava água, ele troxe água** [se referindo à transposição do Rio São Francisco]. Ééé... criou alguns projetos. Eu gostei muito dele. Não vou... negar, né!? Eu gostei muito do trabalho dele. E... **Eu tenho pra mim que é ele... [rsrsrs] que pensa mais nos pobres [...]** (Sandra, Santana do Mundaú).

Na época de Lula eu creio que foi onde o Brasil deu uma melhorada em relação ao Nordeste (Graziela, Água Branca).

Foi possível notar, ainda, em alguns discursos que a identificação com o ex-presidente Lula produz uma minimização do possível envolvimento dele em casos de corrupção⁹⁸, pois, independente de práticas ilícitas, o que importa é que ele atendeu às demandas das(os) mais pobres. O caso de Zeza explicita esta construção discursiva: como destacamos anteriormente, ela concebe a corrupção dos governos como produtora da pobreza, mas, no caso de Lula, ela enfatiza que “ele pode ter roubado muito, mas ele fez foi muito pra classe pobre”. O que denota que a construção discursiva é dependente do contexto histórico e que a satisfação de algumas demandas via lógica da diferença (por exemplo, o acesso à renda, à moradia, à energia elétrica, etc. através de programas focalizados) pode enfraquecer a construção de antagonismos.

Meu filho, ainda lembro quando o Lula ganhou. Diga o que disser, ele pode ter roubado muito, mas ele fez foi muito pra classe pobre. Foi ele que... esse negócio do Bolsa Família que ajudou a melhorar a vida de muita gente [...] (Zeza, Santana do Mundaú).

Ah... **Eu gosto do Lula,** eu. Ah, eu gosto dele. Se quiser falar de mim que fale... **Se eu pudesse ia lá e soltava ele,** porque ele foi... ele foi... um presidente pra todo mundo. Olhe, se ele coisou ou não, né!? Roub... Mas... **ele foi um presidente muito bom pra todo mundo. [...]** **Quando ele foi preso eu chorei. O bichinho. Tanta pena.** Se fez ou não fez!? Hômi! **Eu acredito que se**

⁹⁸ No período da realização da pesquisa o ex-presidente Lula se encontrava preso em Curitiba (PR).

tivesse lá também fizesse. Mas eu olho assim: “Meu Deus do céu, bichinho!” [...] (Enaura, Campo Alegre).

A insatisfação e as críticas aos governos do PT se concentram na gestão da ex-presidenta Dilma: enfatizam, por exemplo, o fechamento de empresas e indústrias e avaliam que, a despeito de ter ocorrido uma ampliação do consumo, houve um aumento do endividamento das pessoas mais pobres. Pontuam, ainda, o aumento do preço de produtos consumidos.

[...] tinham as desvantagens, que **as portas das empresas tavam fechando, as indústrias tavam fechando.** Aqui mesmo é o que mais tem, indústrias... A Sinimbu, a Guaxuma, se eu não tô enganada, tem muitas usinas por aí que fechou [...] (Marta, Campo Alegre).

Pessoal se ilude muito porque... dizem, né!? Que **naquele tempo pobre podia comprar carro, podia comprar casa e no final tava devendo casa, tava devendo moto, não tinha condições de como pagar.** Muito bem comprava, mas não tinha condições de pagar [...] (Marcos, Campo Alegre).

É... A Dilma eu achei um pouco bom, né!? Mas... **teve algumas coisas, alguns aumentos que exagerou,** mas... eu creio que era melhor com... com o Lula. [rsrsrs] [...] (Sandra, Santana do Mundaú).

O primeiro ano [do governo Dilma] foi bom, mas do segundo já não prestou. Aí terminou os caras tirando ela porque... ela deixava muito acontecer. Ela deixava muito a oportunidade pros outros entrar, invadir, fazer o que queria e ela não, sabe? **No segundo governo dela não foi bom, não. Já começou a ‘entronchar’. Já com a Dilma. Já começou com a Dilma, e depois dela só, depois dela... Acabou de falir o nosso Brasil** (Companheiro de Vera, Santana do Mundaú / diário de campo).

Observamos, assim, que os governos petistas se localizam no interior dos discursos das(os) ex-participantes de formas distintas. Enquanto no primeiro momento o governo Lula é reconhecido como um aliado por satisfazer suas demandas e reconhecer as(os) pobres como cidadãs(ãos); no segundo momento, sobretudo a gestão de Dilma, o governo é identificado como responsável por ausências na ordem social sedimentada⁹⁹.

Ao passo que se identificam com Lula (especialmente por ter implementado o PBF), demonstram hostilidade às gestões de Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB) e de Jair Bolsonaro¹⁰⁰ (eleito pelo Partido Social Liberal – PSL).

⁹⁹ Um dado que, de certa forma, questiona a afirmativa de que o PBF representaria uma fidelização cega aos governos petistas (o PBF como compra de voto), haja vista que, mesmo tendo participado do Programa, isso não as(os) impedia de tecer críticas e expor insatisfação (no caso de Sandra, o cadastro estava ativo; Marcos e Marta estavam no processo de transição para o desligamento).

¹⁰⁰ Importante destacar que a pesquisa de campo foi realizada entre o sétimo e o oitavo mês do governo Bolsonaro.

Concebem estas gestões como responsáveis pela insatisfação de algumas de suas demandas no âmbito da educação, da aposentadoria, da segurança e do combate à fome.

Os sujeitos avaliam os projetos políticos de Temer e Bolsonaro como de desmonte ao que foi conquistado sob o legado petista. Quando comparam, tendem a dizer que o Brasil estava numa situação melhor que a atual. A gestão de Bolsonaro é apontada como um possível risco para a continuidade do PBF, como disse Zeza em outra ocasião: “[...] medo, [...] com essa história do Bolsonaro, né, de cortar”. Na opinião de Dandara, Enaura e Zeza, trata-se de um governo que negligencia a pobreza, foca nos mais ricos e que não privilegia o Nordeste, apresentando descontentamento com o modo como ele se refere à problemática da pobreza e fome no país, por exemplo, “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”¹⁰¹. Algumas(uns) ainda tecem críticas à reforma previdenciária do governo, são contrárias ao corte de investimentos na educação (se tratando especialmente das universidades públicas) e discordam da flexibilização do acesso às armas, uma estratégia que, acreditam, fomenta a violência e não a segurança. Sandra atesta que as armas podem simbolizar maior risco mediante os conflitos familiares (podendo resultar em casos de feminicídio); ou o fato de que guardar armas em casa pode até mesmo reverberar em acidentes com crianças.

[...] **acabou tudo. Não tem nada bom mais com esses daí** [se referindo aos governos Temer e Bolsonaro]. [...] Nesse governo... nesse governo agora, ave Maria! Pudessem morar debaixo dum barraco, acho que ele passava e nem olhava (Dandara, Água Branca).

Hoje a mídia, não sei se ela tenta distorcer alguns fatos, mas **a gente via um certo investimento...** [...] Mas **tinha uma valorização, principalmente do homem do campo**. A gente via, **eram muitos cursos que vinham pra cá. Hoje as meninas** [profissionais da assistência social] **mesmo acham uma dificuldade muito grande trazer praqui pra Serra das Viúvas, que é uma comunidade quilombola, trazer cursos voltados para o campo**, pra associação. E... Eu não sei se isso tem a ver ou se é, assim, é um fato que já tá, né, decorrente do problema geral do Brasil, mas eu não sei se é apenas uma coincidência, sei que **a gente começa a perceber algumas coisas que mudou e mudou pra pior**. Nesse sentido. A educação, **os cortes na universidade**. Tudo isso a gente vai analisando e... porque não se teve antes e porque tá tendo agora, né!? Aí... (Acotirene, Água Branca).

Vixe! Esse não posso nem falar. [rsrsrs] **Temer... Eu não gostei muito do governo dele, né!? Subia muito as... Os preços das coisas foi muito alto**, na época **eu tinha uma moto também, é... Eu achei muito... muito alto os preços da gasolina na época**. É... Teve até aquela... aquela paralisação pra baixar mais a gasolina, os carros sem funcionar e tudo, no Brasil inteiro aliás, foi isso, não foi? Não gostei muito, não, do governo dele. [...] [Ao se referir ao governo Bolsonaro] **Eu não gostei muito desse tema das armas, eu acho que**

¹⁰¹ ‘Falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira’, diz Bolsonaro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/19/falar-que-se-passa-fome-no-brasil-e-uma-grande-mentira-diz-bolsonaro.ghtml>>. Acessado em: 20/03/2020.

gera mais violência. Violência gera violência e... Se ele tá dando um cidadão de bem, certo, pode andar com a arma, tudo bem. Mas aí ele guarda, pode ter crianças em casa, às vezes o companheiro... companheira pode brigar, na hora da raiva pode procurar essa arma, fazer uma ‘arte’ pior. Eu achei errado dar armas a todo mundo [...] (Sandra, Santana do Mundaú).

A mudança da aposentadoria, porque uma mulher... Um exemplo, a mulher. A mulher que trabalha na roça, que trabalha no campo, quando ela completar sessenta anos, ela não... ela não... ela vai ter pouco tempo pra ela, é... [...] Pra ela curtir aquele dinheirinho que ela conseguiu pra se aposentar. Entendeu? Pouco tempo. Então, essa mudança, **eu acharia que a mulher deveria se aposentar mais cedo**, a que trabalha no campo. No campo. Tem a doméstica, não é isso!? Tem a... a esposa doméstica, a mulher doméstica, é um trabalho vinte e quatro horas, porque a mulher se... né!? [...] Se você for olhar a tua mãe, ela trabalha, ela não para. Aí também era uma mudança também da aposentadoria pra mulher. O homem... eu tô de acordo o homem se aposentar com sessenta, sessenta e dois. Também depende da profissão. Aquele que trabalha na roça, que tá ali no sol, levando chuva, sol e sereno, é diferente daquele que trabalha por trás de um computador, feito um [...] um secretário [...] (Marta, Campo Alegre).

Rapaz... [...] **Eu não votaria hoje é nesse bendito Bolsonaro.** Porque... **Não votaria e nem votei.** Não votei porque... como se diz... [...] **ele é presidente de todo mundo, mas ele é melhor presidente dos ricos**, porque... **não pensa**, [...] **no Nordeste, no povo** [...] (Enaura, Campo Alegre).

[...] **tá uma tristeza.** Como foi que ele [Bolsonaro] disse!? “Que o Brasil não tem fome, no Brasil”. Se eu pegar ele, deixar ele amarrado debaixo de uma ponte pra ele aprender naqueles viaduto. [rsrsrs] (Zeza, Santana do Mundaú).

Com esse governo [Bolsonaro] aí, meu filho, **estamos lascados. E o pobre é quem se lasca mais ainda** (Beatriz, Água Branca).

Se no âmbito federal observamos a construção de políticas(os) e governos como antagonicos, em poucos casos notamos tensionamentos em relação às gestões locais (abordaremos essa discussão sobre as gestões locais de maneira mais pormenorizada no capítulo 5). A ex-participante Acotirene afirma que as lideranças políticas de Água Branca conhecem a realidade local e as demandas da população, mas as negligenciam. Por sua vez, Marcos cogita que a ausência de emprego em Campo Alegre se trata de uma estratégia da gestão para manter sua cota eleitoral. Para ele, a prefeitura estaria intencionalmente negligenciando a realidade do pequeno comércio, para assim manter as pessoas dependentes da “ajuda” da gestão local. Então, não haveria a mobilização de esforços por parte de gestores que viabilizasse a ampliação do mercado de trabalho local. A fala de Marcos explicita a estratégia da prefeitura para o enfraquecimento da politização das demandas via um modo de atuação da lógica da diferença, que nomearemos na dissertação como lógica clientelista, definida como uma dinâmica que se baseia basicamente pela “troca de favores motivada por interesses pessoais tanto de quem beneficia como de quem é beneficiado” (FIUZA; COSTA, 2015, p. 65). Nesse processo,

a(o) política(o) faz uso do aparato do Estado (bens e serviços) em troca de apoio político (de voto).

Eu acho que permanece, assim, porque... A gente discute, vê que durante a campanha eleitoral é uma realidade diferente, e depois eles começam a inverter algumas coisas, as promessas, eles andam... Eu tenho certeza que **todos os políticos aqui conhecem a realidade de todos os povoados, sabem onde tem a maior carência**, mas quando ganha, eles não levam as políticas públicas pra onde deve, mas eles sabem. Não sei se são acordos, não sei. Sei que tem muitos casos que não chegam lá (Acotirene, Água Branca).

Justamente aqui em Campo Alegre, muita gente tem reclamado aqui em Campo Alegre porque só a prefeitura [que emprega através de contratos temporários], só a prefeitura, quando não é a prefeitura é a usina. A usina só de seis em seis meses. O pessoal vai fazer o que? Não tem uma empresa, não chega uma empresa, não gera emprego. Aí é complicado. [...] Éééé... eu não sei se é verdade, não sei se não é... Disseram que vinha uma empresa pra cá, mas nunca chegou, nunca... Por conta que... **Dizem que o governo daqui não quer**, que quem já é da cidade não quer, **eu acredito que seja por conta do pessoal tá na mão** [se referindo que se trataria de uma estratégia da prefeitura para a manutenção de uma lógica clientelista no município] [...] (Marcos, Campo Alegre).

Concebido o desemprego como produtor do cenário de pobreza e fome no país e as(os) políticas(os) e os governos como responsáveis pela insatisfação de suas demandas (por emprego e por outras insatisfações, outras demandas) na ordem social sedimentada, é interessante pontuar que, como abordaremos no capítulo 5, as(os) ex-participantes abordadas(os) nesta segunda lógica discursiva não reconhecem nem o PBF nem a lógica clientelista das gestões locais como estratégias de satisfação da demanda por emprego/salário. Em relação ao PBF, consideram o repasse insuficiente diante das necessidades familiares, como enfatizado por Valéria e Zeza. Quanto à relação clientelista, via contratação temporária, compreendem que gera sentimento de insegurança e requer uma vinculação político-partidária com a gestão local, aspecto incômodo para algumas pessoas, a exemplo de Acotirene e Marcos.

O emprego/salário é representado como uma demanda central para as(os) ex-participantes, pois ter um emprego significa acesso à renda e, conseqüentemente, alcançar uma mudança de vida frente à situação de pobreza e extrema pobreza, o que implica na satisfação de outras demandas como o acesso à alimentação, a roupas e a calçados, à habitação (alugada ou própria), ao investimento em educação e saúde. Como vemos na fala de Enaura: “A pessoa empregada paga uma energia, a pessoa empregada tem condições de... de... alugar nem que seja um quartinho, tem condição de ter sua veste, tem condição de ter sua comida, se adoecer, remédio, e até de ajudar, a pessoa empregada [...]”.

Acreditamos que a fala acima resume bem a concepção das(os) ex-participantes citadas(os) nesse segundo subtópico, especialmente as de Acotirene, Enaura, Graziela, Katökinn e Zeza, que articulam equivalencialmente a demanda por emprego/salário a outras demandas através da identificação de um inimigo comum responsável por todas elas (as/os políticas/os, os governos). No discurso destas entrevistadas poderíamos conceber que a demanda emprego/salário ocupa o lugar de um significante vazio, ou seja, um significante que representa todas as outras demandas articuladas equivalencialmente e que nomeia um projeto alternativo de sociedade, a construção de uma sociedade menos desigual: estar empregada(o) significa acesso à renda, à alimentação, à água encanada, à energia elétrica, a roupas, à possibilidade de investimento na educação e na saúde das(os) filhas(os).

Nesse sentido, é interessante ressaltar que a busca pela satisfação da ausência de emprego formal como resposta às ausências experienciadas no cotidiano denota a desconstrução da ordem social sedimentada na medida em que visibiliza que esta ordem se encontra fundada sob a sedimentação do discurso do alcance do bem-estar através da relação de trabalho entre empregador(a) e empregada(o), mas não garante emprego a todas(os). Assim, é negado a algumas pessoas o direito de existir nesta ordem social. A emergência do antagonismo em seus discursos possibilita subverter a posição subalterna em que se encontram ao nomear a sua condição de vida (de desemprego, de pobreza) como uma opressão. Deste modo, reivindicar que todas(os) possam ter emprego/salário possibilita apontar para outra alternativa de sociedade.

Cabe-nos lembrar o distanciamento de Laclau e de Mouffe de uma noção de emancipação como revolução, como ruptura total da sociedade. Freitas (2019) resume bem a concepção desenvolvida na Teoria do Discurso quanto à possibilidade de desconstrução da ordem social sedimentada:

Laclau desconstrói o entendimento de emancipação segundo a teoria marxista e desenvolve uma perspectiva de liberdade mais complexa e menos restritiva em termos de teoria política. Segundo a visão clássica do marxismo, em linhas gerais liberdade seria o momento da emancipação do proletariado em relação a sua condição de existência imposta pela burguesia que era a detentora dos meios materiais de produção, bem como produtora da compreensão da realidade social/política. Ou seja, liberdade, neste sentido, seria a emancipação do proletariado em relação à dominação material e ideológica da burguesia¹⁰². Deste modo, o entendimento de liberdade proposto pela teoria do discurso

¹⁰² “Neste sentido, emancipação assumiria um caráter de libertação total das estruturas sociais instituídas e ‘controladas’ de forma ideológica e material pela burguesia. Emancipação, deste modo, seria a liberdade estrutural atingida pela classe trabalhadora. Portanto, emancipação e liberdade são tomadas como sinônimos” (FREITAS, 2019, p. 245).

laclauiana parte de uma crítica realizada ao reducionismo identitário contido na teoria marxista, bem como aponta novos caminhos interpretativos quanto ao conceito e seus desdobramentos em relação à teoria política e sociológica. Duas contribuições podem ser destacadas. A primeira é a forma de compreender o social como um espaço simbolicamente construído por discursos concorrentes e, por consequência, estabelecido a partir de relações políticas. A segunda é a forma como o autor (e Mouffe) trabalha o “movimento” entre a desestruturação de uma estrutura (ou ordem) e sua reestruturação. Essas duas contribuições estão relacionadas diretamente com o sentido de liberdade desenvolvido pelo autor, uma liberdade que emerge a partir de relações políticas em seus processos contínuos de estruturação, desestruturação e reestruturação, evocando um caráter libertador e escravizante nesse movimento. [A Teoria do Discurso propõe assim,] [...] uma ampliada e renovada percepção de liberdade, bem como não fundacional e não estruturante em relação às formações de identidades (processos de identificação política), [...] a interpretação sobre liberdade desenvolvida por Laclau abre novas possibilidades teóricas em relação aos modelos de democracia, pois compreende novas possibilidades de processos de formações de identidades/identificações (pp. 237-238).

Dessa forma, enquanto para o marxismo clássico a emancipação consistiria na revolução, em que o proletariado se unificaria e se constituiria como uma classe universal que desconstruiria o sistema capitalista e instauraria outro modelo de sociedade livre das opressões produzidas pela classe burguesa, para Laclau e Mouffe toda subversão de uma relação diferencial em uma relação antagonica é uma forma de desconstrução da ordem sedimentada (seja o antirracismo, o antissexismo, o anticapitalismo), pois, ainda que relacionada a uma relação particular, visibiliza a contingencialidade e a precariedade da ordem social (FREITAS, 2019; LACLAU, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015). Ademais, mesmo a construção de um “povo”¹⁰³ – articulação entre demandas sociais em torno de um inimigo comum – não significa um ato de fundação inteiramente revolucionário, pois a construção do povo, na ausência de qualquer fundamento último da sociedade, só é possível pela negatividade e, assim, requer a presença daquele que, ao mesmo tempo, rejeita.

Apesar da busca pela satisfação da ausência de emprego formal nos discursos, é importante considerar a ponderação de Marcos que reconhece que o salário advindo do emprego pode ser insuficiente e injusto diante da desigualdade de renda no país e de diferenças salariais existentes entre as profissões.

Ele [o país] faz tanto do dinheiro e o Brasil é tão pobre desse jeito. E... **tem uns que tem muito e tem uns que tem pouco.** Eu gosto muito de esporte, e acho que uma coisa leva a outra, acho que uma coisa leva a outra. Tem gente... **É um absurdo um jogador ganhar dez milhões por mês, enquanto eu**

¹⁰³ Em Laclau (2015), “povo” se trata de uma categoria conceitual que se refere a uma construção discursiva, um projeto contra-hegemônico, ou seja, povo é uma formação discursiva contrária à hegemonia vigente em virtude de não terem suas demandas estabelecidas. Refere-se assim, a um sujeito político (ator político) da história que representa uma articulação de demandas numa luta política.

trabalho duro, você trabalha duro, pra ganhar um salário, mil, dois mil reais (Marcos, Campo Alegre).

Diante de todo o exposto, observa-se que as(os) ex-participantes identificam a má administração dos governos, da(o) política(o), como responsável por impossibilitar a satisfação da demanda por emprego/salário. Esse “outro” é nomeado como aquele que negligencia ou produz um contexto de opressão na ordem social sedimentada – desemprego, pobreza e fome no Brasil. Essa segunda lógica discursiva expressa que a pobreza e a fome não são vistas como algo natural, mas como uma injustiça, efeito da má gestão governamental que não distribui a riqueza do país e tampouco gera emprego: o Brasil é um país rico, não era para ninguém passar fome; só passa fome nesse país porque há uma má administração dos governos. O que demarca um antagonismo entre administração/governo/políticas(os) x população pobre.

Portanto, não se trata aqui simplesmente de uma relação diferencial entre a administração/governo/políticas(os) e a(o) cidadã(ão), mas de uma construção discursiva de negação da própria identidade de cidadã(ão), do direito de terem emprego/salário para que possam ter condições mínimas de uma vida digna (alimentação, calçado, roupa, bens materiais, etc.)

Ao conceberem suas demandas democráticas como antagônicas, transformam a relação de subordinação em uma relação de opressão, afirmando-se como sujeitos de direitos, seja no âmbito da educação, do emprego/salário, da saúde e da profissionalização. O não acesso a esses direitos simboliza algo antinatural que precisa ser solucionado.

Vale lembrar que de acordo com a concepção da Teoria do Discurso compreendemos que esta transformação não se dá “em torno da reflexividade, do desenvolvimento de uma autoconsciência sobre a historicidade das relações sociais, mas de um processo de identificação que subverte o princípio de organização do campo de representação hegemônico” (COSTA, 2014, pp. 305-306), ou seja, uma identificação discursiva que problematiza e busca desconstruir a ordem social sedimentada.

Também foi possível notar nos discursos evidenciados que alguns sujeitos constroem diferentes insatisfações como equivalentes ao concebê-las em torno de um mesmo inimigo: políticas(os) e governos. As várias demandas são construídas como exigências e, ao serem articuladas equivalencialmente, criam uma fronteira entre o povo e a elite (no caso, membros do sistema político que não se importam com as/os pobres).

Contudo, é importante salientar que, assim como na lógica discursiva apresentada no subtópico anterior, as narrativas dos sujeitos não são completamente lineares. No caso de Acotirene, observamos que em determinado momento da entrevista articula a pobreza ao discurso do mérito, responsabilizando os indivíduos pela precariedade de sua condição social: “[...] às vezes é o compromisso da própria família, o descaso da família em manter, em correr atrás [...]. Às vezes é a estrutura familiar, que às vezes você vai, tem muitos filhos, aí não liga, já se entrega à cachaça [...]”. Observamos, ainda, que Enaura e Zeza apresentam discursos que naturalizam o possível envolvimento do ex-presidente Lula em casos de corrupção (mesmo que em outros momentos tenham críticas à corrupção no âmbito da política como sendo um problema que produz desigualdades sociais).

As contradições discursivas entre os sujeitos da pesquisa (tanto para os que concebem a demanda como pedido, quanto para os que a concebem como exigência) decorrem de distintas identificações discursivas. Em outras palavras, os sujeitos ocupam concomitantemente distintas posições de sujeito o que pode reverberar na expressão de distintas contradições discursivas.

Entendemos ainda que a não linearidade das narrativas construídas pelas(os) participantes da pesquisa aponta para a ponderação feita por Howarth e Stavrakakis (2000) de que a análise do discurso não se trata de reduzir a empiria à teoria, mas problematizá-la a partir do olhar da Teoria do Discurso, deixando abertura, inclusive, para também problematizarmos a teoria a partir da empiria. A não linearidade das narrativas demonstram que não há como encaixar as pessoas na teoria, e nem a teoria nas pessoas.

Apresentadas as demandas que levaram os sujeitos a se vincularem ao PBF, e analisado o modo como os sujeitos as constroem (como pedido/solicitação ou exigência/reivindicação), cabe agora pensar o papel do Programa diante delas. Sendo assim, no próximo capítulo iremos identificar e refletir sobre as estratégias do PBF para a satisfação das demandas em termos de suas lógicas de funcionamento nas gestões locais.

CAPÍTULO 5 – CONSTRUÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O PBF E LÓGICAS POLÍTICAS

A gente não quer só comida
 A gente quer comida, diversão e arte
 A gente não quer só comida
 A gente quer saída para qualquer parte
 A gente não quer só comida
 A gente quer bebida, diversão, balé
 A gente não quer só comida
 A gente quer a vida como a vida quer
 [...]

A gente não quer só comer
 A gente quer comer e quer fazer amor
 A gente não quer só comer
 A gente quer prazer pra aliviar a dor
 A gente não quer só dinheiro
 A gente quer dinheiro e felicidade
 A gente não quer só dinheiro

A gente quer inteiro e não pela metade [...] (*Comida*, composição de Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto).

No debate que aqui propomos, consideraremos as reflexões produzidas no capítulo anterior acerca da maneira como as demandas são construídas pelas(os) ex-participantes, porquanto tais reflexões nos ajudará a compreender os processos identificatórios relativos ao modo como elas(es) nomeiam o PBF, levando em consideração a concepção delas(es) sobre o Programa quanto à satisfação ou não de suas demandas e à avaliação sobre o funcionamento das gestões locais (especialmente no que se refere ao desligamento voluntário). Para tanto, recorreremos às categorias conceituais identificação e hegemonia presentes na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe.

Em relação ao conceito de identificação, como já demonstramos (no capítulo 1), o PBF não tem um sentido fixo apriorístico. Há uma disputa discursiva na sociedade brasileira em relação ao seu significado: política emancipatória, política compensatória, estratégia eleitoreira. Entendemos que a nomeação do PBF por parte das(os) ex-participantes é dependente do modo como elas(es) concebem o Programa em termos da satisfação ou não de suas demandas (o que implica considerar o modo como as pessoas construíram suas demandas, debate proposto no capítulo 4), bem como que os sentidos atribuídos a ele são sempre parciais e precários, reproduzindo ou desconstruindo lógicas discursivas disponíveis no contexto histórico e social em que as(os) ex-participantes se localizam.

Para entender o modo como o PBF é concebido/nomeado pelas(os) ex-participantes, o conceito de identificação foi bastante útil, dado que partindo da Teoria do Discurso entendemos que os sujeitos constituem a realidade a partir das identificações discursivas que estabelecem, as quais podem naturalizar/reproduzir ou problematizar/desconstruir a ordem social sedimentada (LACLAU; MOUFFE, 2015). Não se trata aqui de pontos de vista individualizantes, mas de processos de subjetivação, sendo a história do sujeito, a história de suas identificações (MOUFFE, 2019).

O PBF se trata de uma política pública de âmbito federal; no entanto, sua gestão é descentralizada, ficando a cargo das prefeituras municipais. Desse modo, a construção da realidade local de funcionamento do PBF diz do papel de cada gestão em satisfazer e nomear as demandas sociais dos sujeitos cadastrados.

Por essa razão, buscamos debater também o funcionamento do PBF considerando os contextos locais, a partir das artimanhas utilizadas pelas gestões municipais para manter a hegemonia sedimentada, levando em conta as proposições da Teoria do Discurso. Assim, podemos tratar das lógicas de expansão hegemônica, que consiste na: (1) satisfação de demandas democráticas em sua particularidade via lógica da diferença (mesmo as que construídas como exigência), de modo a inviabilizar a formação de fronteiras antagônicas contra-hegemônicas; (2) construção de vínculos com demandas/discursos antagônicos à hegemonia, de modo que a luta democrática é enfraquecida devido a esses deslocamentos nas relações antagônicas. Podemos também discorrer sobre uma artimanha da hegemonia caracterizada como um expurgo à diferença, que consistiria na invisibilidade ou deslegitimação dos sujeitos e suas demandas na ordem social sedimentada, seja pela omissão de ações efetivas, seja pela construção de uma imagem pejorativa dos sujeitos e suas petições ou reivindicações (COSTA; PRADO, 2017).

Propomos entender o modo como se dá a construção de portas de saída voltadas às pessoas cadastradas em cada município alvo da pesquisa – Água Branca, Campo Alegre, Coqueiro Seco e Santana do Mundaú, o que se articula com a discussão anterior sobre a satisfação das demandas pelo PBF. Importante destacar que utilizamos de modo complementar os discursos das(os) profissionais responsáveis pela gestão do PBF, de modo a apontar para aspectos contextuais que explicam a concepção sedimentada presente nesses municípios e que atravessam as práticas das gestões.

Identificar as formas de funcionamento do PBF permite-nos entender as estratégias construídas pelas gestões locais em relação às demandas das(os) participantes

do PBF e como elas são compreendidas por elas(es). Para Laclau e Mouffe (2015), hegemonia é sedimentação de uma ordem simbólica; assim, é um modo de ordenação particular que busca invisibilizar seu caráter contingente e precário de maneira a se afirmar como representação plena do social. Portanto, esse conceito se faz imprescindível nessa etapa da análise, pois nos auxilia na compreensão das diferentes lógicas sedimentadas nas realidades locais estudadas.

5.1 Concepções das(os) ex-participantes sobre o PBF

Como já introduzido no capítulo anterior, o PBF surge como uma resposta à condição de ausência ou insuficiência de renda que as(os) ex-participantes enfrentam em razão da exclusão do mercado de trabalho formal, ou seja, o Programa emergiria como uma alternativa à demanda por emprego/salário fixo. Ainda mostramos como elas(es) constroem sua demanda por emprego/salário (como pedido ou exigência) e a identificação do responsável por esta ausência na ordem social sedimentada (o próprio indivíduo ou a má gestão dos governos).

Como resultado, pudemos observar duas formas distintas de construção da demanda por emprego/salário nos discursos das(os) ex-participantes:

- a) A primeira se trata da demanda construída como pedido, evidenciando um posicionamento individualizante e naturalizante quanto ao processo de insatisfação, no qual o sujeito recorre ao discurso da religiosidade, do mérito e a uma narrativa de distanciamento em relação ao sistema político para justificar a condição de precariedade, não constituindo fronteira antagônica. Concepções presentes nas falas de Débora, Natasha, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Vera e Virgínia. Importante informar que a despeito de construírem sua demanda como pedido, nota-se que Débora, Neuza, Natasha e Vera apresentam uma problematização incipiente quanto à sua condição de vida (ao não desresponsabilizar completamente o papel dos governos);
- b) A segunda consiste na construção da demanda como exigência, de modo que a ausência de emprego é concebida como uma injustiça social, e as(os) políticas(os) e os governos são identificadas(os) como as(os) responsáveis pelo cenário de pobreza, fome e desemprego. A relação diferencial entre cidadão e Estado é subvertida em uma relação antagônica (destituídas/os do direito de emprego x

governos/políticas/os que impedem esse direito). Nesta segunda lógica discursiva notamos a possibilidade de distinguir duas construções: uma que se caracteriza pela compreensão das demandas em sua particularidade, na qual podemos considerar seis ex-participantes: Beatriz, Dandara, Marcos, Marta, Sandra e Valéria; outra que enfoca, ainda que de maneira incipiente, o caráter equivalencial das demandas, articulando a demanda por emprego/salário a outras demandas (alimentação, combate à pobreza, combate à corrupção, educação, saúde, profissionalização, moradia, etc.) a partir da identificação de um inimigo comum, responsável pela não satisfação de todas elas: a má gestão dos governos. Neste caso, as demandas são vistas como demandas populares. Esse posicionamento foi observado nos discursos de Acotirene, Enaura, Graziela, Katökinn e Zeza. Como nos referimos no capítulo anterior, a compreensão da construção das demandas como exigência por algumas das(os) ex-participantes não é realizada de maneira linear, existindo momentos em suas narrativas em que notamos posturas naturalizantes em relação às precariedades vividas pelas pessoas e, portanto, produtoras de invisibilidade do antagonismo concebido em outras partes da narrativa.

Neste tópico discutiremos como as(os) participantes da pesquisa concebem a satisfação (ou não) da demanda por emprego/salário através do PBF (considerando que esta é construída em razão do desemprego que vivenciam e que está associada a uma multiplicidade de demandas insatisfeitas¹⁰⁴, aspecto explicitado no capítulo 4). Assinalaremos também as identificações discursivas em torno do modo que compreendem suas demandas e a satisfação delas via PBF, o que pode repercutir em modos distintos de se nomear o Programa.

5.1.1 “O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus né nada”: o papel do PBF frente à (in)satisfação das demandas

Seguindo o mesmo esquema do capítulo anterior, nesse primeiro subtópico iniciaremos o debate com participantes da pesquisa que construíram a demanda por

¹⁰⁴ Seja no âmbito de questões básicas imediatas (alimentação, água e energia elétrica), do acesso a roupas e a calçados, do consumo de bens duráveis, quanto às condições educacionais e de saúde, e no que diz respeito à habitação (referente a dificuldades para pagar o aluguel), etc.

emprego/salário como um pedido. Nesse sentido, estamos nos referindo a Débora, Natasha, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Vera e Virgínia. A ideia agora é apresentar o modo como essas pessoas nomeiam o PBF frente à satisfação ou não de suas demandas.

Os sujeitos em questão solicitaram o Programa em virtude da condição de desemprego em que se encontravam (seja devido à realidade de ausência de emprego em seus municípios, seja pela inviabilidade de continuarem desempenhando alguma atividade profissional por motivo de saúde, situação de Neuza e Neila). Por essa razão, identificam a transferência de renda como uma estratégia importante para sobreviverem, já que não tinham renda fixa; sobre isso, Natasha pontua: “todo mês tinha aquela... aquele dinheiro certo”.

A respeito das demandas que foram satisfeitas a partir da inserção no PBF, são destacadas a alimentação, o gás de cozinha, a água e a energia elétrica. Também é central o investimento do PBF nas demandas das(os) filhas(os) – leite, material escolar, fraldas, roupas e calçados, como se pode observar nas seguintes falas:

Rapaz, pra te dizer eu compro mais assim com o dinheiro negócio de ‘mistura’ [carnes e frango] (Paulo, Coqueiro Seco).

[...] ia receber aquele dinheiro pra poder não deixar faltar o leite da criança, aí foi muito importante [...]. Alimentos (Débora, Água Branca).

Ajudava muito. Eu vou dizer a você, era a comida, eu pagava uma energia, né, não vou mentir. Me ajudou muito, as coisas pro menino, comprava calçado, a roupinha dele, a escola, caderno [...] (Nise, Coqueiro Seco).

Então quando a gente passou a receber o Bolsa Família foi de grande ajuda. Era com ele que eu comprava os materiais escolar dos meus filho e tudo o que eles precisava. Então era... era... os benefício do Bolsa Família foi isso aí. [...] foi... desde quando surgiu [a sua inserção] que eu, é... recebia. Meus filho foi criado com o Bolsa Família [rsrsrs]. [Como gestava/usava o dinheiro do PBF] No gás... sempre tinha o dinheirinho do gás... Ajudar numa água, numa luz... era essa ajudinha, assim. Roupas pras crianças. O básico, os básicozinhos que a família precisa (Neuza, Coqueiro Seco).

Nas fraldas... alimento, também, pras crianças. Essas coisas só. Era assim... Era pouco, mas sempre ajudava. Com aquele pouquinho dava pra manter a família. A renda dava bem pra eles [seu filho e filha] [...]. Aí me ajudou bastante, graças a Deus. Sou muito grata, né?! (Neila, Coqueiro Seco).

É... roupa pro meu filho, não é?! Alimento não, que meu pai... é... não tinha problema com isso. Mais em termo de vestimenta. Vestimenta, calçado, é... perfumaria [...] (Natasha, Campo Alegre).

Tipo assim, um calçado pra minha filha, né, que você sabe que você tem um dinheirinho todo mês que é pra pagar uma prestação. Esse tipo de coisa. Uma roupa pra ela, que assim, sempre foi pra ela. Uma roupa, alguma coisa assim (Vera, Santana do Mundaú).

Eu, assim... eu comprava mais coisas pros meninos, porque eles estudavam, aí eu comprava material de escola, comprava, é, calça pra eles irem pra escola,

sandália. Era isso que servia pra mim mais, né?! (Virgínia, Santana do Mundaú).

O uso do PBF para satisfazer a demanda por consumo de gêneros alimentícios é muito comum entre as(os) ex-participantes (com exceção de Natasha, que diz que recebia ajuda do pai para a alimentação). Isso está em consonância com os dados da pesquisa do IBASE (2008), que indica este item como o de maior investimento entre as pessoas participantes. Além do mais, a experiência da fome ou de insuficiência alimentar faz parte da história de algumas(uns) das(os) ex-participantes (Neila, Neuza e Nise), que destacam que em seus contextos familiares, tanto as crianças quanto os adultos tinham que trabalhar para garantir o alimento. Diante dessa questão, Neuza nomeia o PBF como uma mãe por reconhecer o seu papel no combate à fome no Brasil. Ainda que acredite que não acaba com o problema, o ameniza, de modo que o fim do Programa, segundo ela, simbolizaria a intensificação da fome, tendo em vista o cenário de desemprego. É concebido como uma alternativa de sobrevivência para as pessoas pobres.

Uma mãe! Uma mãe que abriu as portas pra muitos, né? Porque muitas pessoas hoje em dia sobrevive do Bolsa Família. É muitas pessoas, muitas pessoas pobres. Pobreza. Quando eu digo a pobreza mesmo extrema [...]. [...] Se o governo um dia tirar... acho que a miséria e a fome voltam de novo pra o país. Apesar que não acaba, né, mas ameniza mais, né, um pouco!? [...]. [...] Vamos supor, tem uma família ali que veve do Bolsa Família, aí é cortado, aí como é que aquela família vai sobreviver, se ela não tem emprego, não é? Não tem um emprego, não tem uma renda. A única renda que tem é aquela. Como é que ela vai se manter? Aí vai aumentar o que? A fome. Porque depois que foi feito o Bolsa Família, se você fizer uma pesquisa, você vai ver que a fome diminuiu bastante (Neuza, Coqueiro Seco).

Outro uso do recurso do PBF observado nas entrevistas é para a satisfação de demandas mais específicas relativas às crianças e adolescentes. Neuza diz que criou o seu filho e sua filha com o dinheiro do PBF; igualmente, Neila, pontua: “O Bolsa Família me ajudou bastante, né?! [...] Me ajudou bastante com as crianças, né?!”. A entrevistada Neuza destaca ainda que o Programa é uma ajuda para as pessoas que possuem muitas(os) filhas(os). Como destacamos no subtópico 4.1.1, ela entende a pobreza também como resultado do aumento da natalidade entre as famílias pobres; ainda argumenta que discorda da crítica de que o PBF seria uma política pró-natalista no sentido que motiva as pessoas cadastradas a terem mais filhas/os (aspecto apresentado no tópico 1.1 do capítulo de revisão). Porquanto, acredita que o aumento da natalidade é fruto da ignorância das pessoas pobres.

Então foi... de ajuda grande como é até hoje, né, pras pessoas, né, que recebe apesar... tem muitas pessoas que tem muitos filhos, né?! E esse Bolsa Família é de grande ajuda pra essas pessoas, né?! [...] Aí tem gente que diz assim: “O

Programa Bolsa Família... depois que inventaram o Programa Bolsa Família, essas mulher ficou tendo filho... bem muito filho, que quanto mais tem filho... mais... [rsrsrs] mais elas recebe”, né?! Mas não é nem isso. É a ignorância [das pessoas pobres, que segundo ela só sabem ter filhas/os o que provoca a perpetuação da pobreza intergeracional] (Neuza, Coqueiro Seco).

Nos discursos percebemos duas justificativas para o investimento do PBF nas crianças: a) querem que suas(eus) filhas(os) tenham uma experiência de vida melhor do que a que elas(es) mesmas(os) tiveram durante a infância, marcada pelo trabalho infantil, a fome, o abandono escolar e a falta de assistência em saúde; e, b) o investimento do dinheiro nas crianças é o modo “correto” de gasto do PBF.

A primeira justificativa está assentada na satisfação da demanda por investimento na educação de suas(eus) filhas(os), uma vez que suas experiências de vida foram marcadas por muita desigualdade, o que impactou, inclusive, na baixa escolaridade¹⁰⁵. Sendo assim, o foco no uso do recurso para as(os) filhas(os) parte do interesse em garantir uma perspectiva de vida mais digna, de assegurar um acesso que não tiveram. O investimento na educação, por exemplo, é visto como uma forma de salvaguardar a possibilidade de ascensão social (de classe econômica) para suas(eus) filhas(os).

[...] eu sempre digo aos meus filhos: **“Estuda é pra ser gente, que é pra amanhã, depois não sofrer que nem eu”** [...] (Paulo, Coqueiro Seco).

[...] eu comecei a trabalhar muito nova e ele [seu filho] teve muita oportunidade. Que **a gente deu muita oportunidade pra ele estudar**. Eu digo: “Olhe, você teve uma oportunidade que eu não tive, que não... que a gente começou trabalhar muito cedo e **você teve oportunidade que nós deu pra você estudar, pra você ser alguém na vida, ter alguma coisa melhor do que eu e seu pai, que não sabe ler** nem eu nem seu pai. Não é melhor você terminar seus estudos que daqui pra frente vai servir muito pra você” [...] (Virgínia, Santana do Mundaú).

Assim, **eu pude fazer com eles aquilo que eu não tive, né? O que eu não pude fazer, eles conseguiram**. Então foi bom. **Me sinto realizada**, posso dizer, né!? [...] com a dificuldade eu... eu procurava sempre manter eles na escola. Porque **hoje em dia o cidadão sem escola, sem saber ler e escrever não é cidadão**. [rsrsrs] Não é verdade? **É como se tivesse num mapa perdido, guiado por quem manda você, né?** Então é horrível [...] (Neuza, Coqueiro Seco).

As(Os) ex-participantes afirmam que o PBF é importante para a educação de suas(eus) filhas(os), e, nesse sentido, concordam com as condicionalidades vinculadas ao Programa, compreendendo-as como formas de ampliar o acesso aos serviços públicos

¹⁰⁵ Devemos lembrar que algumas das ex-participantes, ainda que reconheçam o impacto das desigualdades em suas vidas, também reproduzem uma concepção naturalizante de suas experiências ao tratarem do trabalho infantil e do abandono escolar. Virgínia diz que o trabalho infantil não influencia tanto no abandono escolar, para ela isso diz mais da motivação pessoal. Por sua vez, Vera acha que só não estuda quem não quer.

(educação e saúde). Todas(os) dizem cumprir as regras condicionadas, mas incentivam suas(eus) filhas(os) a frequentarem a escola independente da obrigação exigida. Isso não é um indicativo de que todas as crianças cadastradas no Programa conseguirão concluir o ensino básico. Virgínia destaca que seu filho teve todo apoio necessário para finalizar os estudos, porém não o fez, o que na sua avaliação é resultado da falta de interesse. Semelhantemente, Nise fala do seu esforço em fazer com que seu neto estude, ainda que não tenha conseguido. Mesmo que ambas enfatizem que o abandono escolar seja motivado pela falta de interesse, também afirmam que a experiência de desistência/abandono escolar está relacionada ao desejo de trabalhar.

[...] **o meu menino não terminou os estudos dele.** Agora... [...] **Ele parou no primeiro** [primeiro ano do ensino médio]. **Agora não terminou porque não quis.** Que nem eu falei pra ele: “Você... Nós dois deu a oportunidade pra você... estudar, porque você... seu pai não botou você na roça pra trabalhar, o seu só era estudar. O certo seria você ter terminado seus estudos que servia pra você... é... servia pra você... os estudos seriam bom pra você, porque quando você viajar pra qualquer canto, se você tivesse terminado os seus estudos seria melhor pra você” [a desistência está relacionada ao fato dele ter ido trabalhar em uma fazenda localizada no estado de Mato Grosso] [...]. [O que o levou a querer trabalhar?] Pra ter as coisas dele, pra não depender de mim (Virgínia, Santana do Mundaú).

[Sobre o neto que ela cria] Só que ele não quer [...], eu acho, que **ele não quer estudar.** Não quer estudar. **Tem dezesseis anos, não quer estudar.** Se caso eu voltar [se referindo a possibilidade de se reinserir no PBF], só vou receber só o meu, né?! Porque ele não tá no Programa. [...] É, não quer, não, estudar não. [...] **Repetiu a sexta série cinco vezes.** [...] Não quer nada com a vida, não, meu irmão, só problema mesmo. [...] **Trabalha, é trabalhador.** [...] **Agora não quer... não quer... não quer estudar.** Não sei o que é. Assim, ele... **o que mandar ele fazer, ele faz. Na lagoa... pessoal chama ele pra fazer alguma coisa, ele vai.** É assim. É esperto, só que ele não quer... não quer [estudar]. O menino novo, vai completar... como é... quinze anos, dezesseis anos, ele já quer ser dono de si. É difícil, hoje em dia é difícil educar. **E olhe que de pequenininho que eu botei na escola** [...] (Nise, Coqueiro Seco).

A questão acima não diz do descumprimento das condicionalidades por um posicionamento negligente das mães-titulares do PBF, mas do fato de que seus dependentes abandonaram a escola independente do desejo delas, algo que avaliam como um aspecto negativo, haja vista que investiram esforços nessa finalidade. E mesmo que elas, durante a infância ou adolescência, tenham abandonado a escola para ir trabalhar devido à condição de insuficiência de renda familiar, para que pudessem satisfazer suas demandas pessoais (roupas, calçados e até mesmo alimentação), demonstram desaprovação à experiência de seus filhos e netos, terem abandonado pelo mesmo motivo (“para ter as coisas dele” ou “ser dono de si”), visto que eles optaram por trabalhar em detrimento da escola.

Por outro lado, Neuza e Débora demonstram satisfação quanto à experiência escolar de suas(eus) filhas(os). No caso de Neuza, o filho e a filha conseguiram concluir o ensino médio (o filho atualmente trabalha como cabeleireiro). Ela atribui essa conquista à contribuição do PBF: “[...] o Bolsa Família foi de grande ajuda [...] era com ele que eu comprava o material escolar”. Já Débora conta que a filha mais velha está concluindo o ensino médio e pensa em fazer o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e cursar medicina.

Eles... eram pessoas presentes na escola. Todos dois terminaram os estudos, né?! Todos dois se formaram [concluíram o ensino médio]. [...] É, todos... é, todos dois terminaram. E **o Bolsa Família foi de grande ajuda. Como eu falei pra você, era com ele que eu comprava o material escolar.** [...] foi boa [a experiência escolar do seu filho e filha], né, porque os meus filho, eles nunca me deram trabalho, assim, na escola, nunca repetiram, assim... de ano. Então era... eles sempre foram bons alunos, nunca recebi reclamação de nenhum, né?! Então eles foram bom estudante. E... e **o Bolsa Família contribuiu**, né, como eu já falei pra você. Éééé... **o Bolsa Família ele foi de grande ajuda, porque... como a gente não tinha uma renda fixa e... então... aquele dinheiro que eu recebia comprava as coisa pra eles, né?! Material escolar, roupa, algumas coisas assim.** [...] meu filho ele... terminou os estudos [...] mas aí agora ele... corta cabelo. É. Ele... éééé... gosta desse ramo aí, né, e ele tá começando aí, ele pretende, é... no futuro fixar-se nesse ramo aí, né, fazer um curso... Ele começou, assim, né, cortando de um, de outro, chega... aí agora ele tá com um localzinho ali embaixo, aí então ele... O pessoal gosta muito do trabalho dele. Só que ele não é concursado [não fez curso]. [...] tem o dom, ele gosta [...] (Neuza, Coqueiro Seco).

[...] o mais novo [...] tá no fundamental 1 [...]. [...] **a mais velha, [...] tem 17 anos e ela tá terminando esse ano, se Deus quiser ela termina o 3º ano. Ela quer muito medicina.** Só que eu disse a ela é um curso riquíssimo, ótimo. A gente enquanto pai, tanto eu quanto meu esposo a gente não desmotiva, só que a gente conversa com ela e mostra a realidade, a gente, não temos condições. Até porque eu sou contratada, tô hoje e amanhã não, e é uma coisa que eu não tenho condições de pagar uma faculdade de medicina só que a gente disse para ela, que tudo tá na mão dela, a gente dá toda prioridade do mundo. [...] Ela estuda, vai fazer o Enem, pediu pra fazer o curso online que tem, é um preparatório para o Enem, pediu a gente não tem cartão de crédito, mas pediu o da tia e parcelamos em 12 vezes de R\$ 30,00 que é o que cabia no nosso orçamento. [...] Aí eu disse a ela “se você conseguir”, vai fazer o Enem pela primeira [...]. Aí ela “oh mainha mas é a primeira vez”. [Em resposta a filha] “Então não é dizendo que você vai conseguir, porque, a gente nunca consegue nada pela primeira vez, é difícil. Mas se você não conseguir, já terminou em setembro do ano que vem, se Deus quiser eu termino a minha [graduação em pedagogia]”, e eu disse a ela “a gente paga para você um curso de enfermagem”, porque uma coisa que ela quer muito, é uma coisa na área da saúde. Eu digo, “então a gente começa de baixo, você vai fazer técnico em enfermagem, depois você vai arrumar algo no técnico em enfermagem, você vai fazer um dinheirinho pra você pagar seus estudo, e aí poder complementar”, mas para pagar R\$ 2000,00 (Débora, Água Branca).

Um fato que chama a atenção na fala da Débora é que, quando trata da inserção de sua filha no ensino superior, faz automaticamente a associação com o ensino superior privado. Um entendimento que também aparece nos discursos de Virgínia e Dandara, de

modo que lançam indagações como: “tem que ter dinheiro”, “é algo caro” ou “nós não podemos pagar”. Essa ideia se justifica ao considerarmos que a maioria das(os) entrevistadas(os) sequer se inseriu no ensino superior, e as que entraram – Acotirene, Débora e Natasha – o fizeram via ensino privado. Isso acaba sendo um reforçador da ideia de que “faculdade é para quem pode pagar”. Outras questões que podem somar a essa compreensão dizem respeito ao fato de que, na realidade de seus municípios, não existem instituições públicas, apenas privadas, dificultando a possibilidade de se conceber o ingresso em uma universidade pública como uma possibilidade para essas pessoas e suas(eus) filhas(os).

Quanto à segunda justificativa, referente a investir o recurso do PBF nas crianças, a ideia de que há usos corretos (aquele investido no consumo de alimentos ou nas necessidades das crianças) e incorretos (para o consumo de móveis, eletrodomésticos, etc.) de aplicação da renda do Programa expressa uma concepção moralista e sexista sobre o PBF, o que podemos notar na narrativa de Neila:

É... eu, assim, eu não gastava... Que tem mãe... Eu sei... eu já... já vi comentários de outras mulheres que pegam o dinheiro pra comprar, pra pagar uma coisa, um móvel... O dinheiro do Bolsa Família não é pra isso, pra [...] comprar um produto: “Pronto, vou comprar uma estante, ou uma televisão, pra ficar todo mês pagando com aquele valor, com o dinheiro dos meninos”. Não é... O dinheiro que eu recebia era mais pro gasto deles. Esses negócios... eu nunca comprei nada assim de... de dentro de casa, como móvel, pra minha casa eu nunca comprei pra “mim” pagar com o dinheiro do Bolsa, porque eu sabia que aquele dinheiro não era pra mim, era pra eles dois. Mais o necessário de menino... Assim, o necessário de comprar um gás, eu não comprava. Fosse o necessário... apesar de... apesar que eu sempre tinha, mas quando tava batalhando, mas nunca fui de comprar essas... mas já vi muito comentário. Eu achava que, assim, era mais pra ele, né, pra eles dois, mas pra “mim” dizer que eu comprava, nunca fui não de... essas coisas não. [...] Eu não acho certo, não. Que assim, o Bolsa já é pras “criança”, aí a pessoa usa pra comprar uma coisa. É melhor ficar aquela coisa velhinha, é melhor comprar e investir dentro de casa pras crianças, como eu mesmo, investia, né, neles dois. Sempre que eu recebia... [...]. [...] Eu não... Eu não... gastava mais com ela, assim. O certo... Eu tenho conhecimento das minhas vizinhas “Ah, não. Eu pago isso”... pronto, eu posso tirar um... um kit de perfume, e tal porque o dinheiro do Bolsa, entende? Não, o dinheiro dela é... deles dois, comprar um leite... mas graças a Deus que leite... nenhum dos dois pegaram gogó foi peito... com seis meses que dei comida. [...] Mas eu não acho muito certo, não. O certo é... se é pra... pras crianças, é pras crianças, gastar com as crianças [...] (Neila, Coqueiro seco).

O discurso moralizador quanto ao uso do dinheiro (debate realizado no capítulo de revisão de literatura) se fundamenta numa concepção de que é inadmissível uma pessoa pobre usar o PBF para consumir bens duráveis, de maneira que tal consumo só poderia ocorrer se fosse pela via do emprego/salário. Esse discurso reitera um entendimento da pobreza associada tão somente à ausência de alimentação e cria uma hierarquização dos

bens que se pode consumir. O fato de se apontar as mulheres cadastradas como irresponsáveis por investirem no consumo de bens duráveis desconsidera que não serão apenas elas a usufruírem de eletrodomésticos como TV, geladeira, micro-ondas, máquina de lavar, etc., mas todas as pessoas da residência, inclusive as(os) filhas(os).

Esta construção discursiva moralizante articula-se também a um discurso sexista estruturado na naturalização da maternidade. Concebe-se que a função materna consiste em nutrir as(os) filhas(os), por isso o PBF se torna restrito à finalidade de provimento da satisfação das necessidades das crianças; caso essa expectativa não seja atendida, a participante é nomeada como “irresponsável”. Produz-se, assim, uma diferenciação entre a boa e a má mãe (MARINS, 2018; PINTO, 2013; PIRES A., 2012; 2013; PIRES F., 2013).

Essa articulação entre o discurso moralizante e sexista também se expressa nos discursos de Débora, Neuza, Nise, Vera e Virgínia, ao tratarem da defesa da titularidade feminina¹⁰⁶ evocando justificativas que reproduzem a ideia de feminização dos cuidados; isto é, as mulheres como mais aptas para os cuidados das crianças, seja por conhecerem as necessidades e saberem desempenhar os afazeres domésticos, seja por serem mais econômicas e altruístas. Ao mesmo tempo, os homens são retratados como egoístas e irresponsáveis, de modo que não administrariam o dinheiro pautado nas necessidades da família (esse posicionamento indica uma naturalização dos papéis de gênero no contexto familiar). Entretanto, nota-se ainda nos discursos ressalvas de que “não é todo homem”, assim, há uma generalização quanto ao lugar da mulher nas relações familiares (cuidadora das/os filhas/os e administradora da casa). Quanto ao homem, haveria aqueles que sabem administrar a casa e fazer a feira; os que são pais responsáveis.

Ah! **É um privilégio**, não é?! [rsrsrs] Porque se é o marido que recebe ele fica com todos trocado lá, né, e sendo nós, não, **mulher sabe dividir mais as coisa, ela sabe o que precisa numa casa**. Pelo menos na minha casa por exemplo, **meu marido não sabe nada, quem sabe sou eu cada coisa que tá precisando**, né?! Ele não sabe... que **tem marido que sabe tudo da casa, assim, o que precisa, o que não precisa**. Ele, ele não sabe, entendeu?! **E o dinheiro tendo nas minhas mão eu sei em cada cantinho o que vou encaixar ele** (Neuza, Coqueiro Seco).

Porque a mulher já tem experiência tudo, né, já sabe o que fazer com o dinheiro, né?! Se for o homem ele vai... tomar cachaça, vai se divertir, né,

¹⁰⁶ No primeiro capítulo mostramos que a Lei 10.836/2004 do PBF orienta que os pagamentos sejam preferencialmente destinados à mulher, concebida como a responsável familiar. Nesse contexto, a transferência de renda vinculada à titularidade feminina foi algo também abordado nas entrevistas a fim de pensar tanto o modo como avaliam essa sugestão contida no desenho do PBF, quanto ao impacto do Programa na dinâmica de vida das mulheres – naturalizando as relações de gênero ou tencionando as lógicas de dominação sexista.

com o dinheiro, não como a mulher. A mulher já pensa o que vai fazer, né. A mulher é mais cuidadosa, mas o homem? Ah, não pensa não. [...] Né?! **Não todos**, mas tem uns que só pensa, é... [...] (Nise, Coqueiro Seco).

Ótimo. Porque **a gente sabe fazer... sabe o que vai fazer com o dinheiro**. Vai botar em nome de marido? [rsrsrs] De jeito nenhum! Por isso que, tipo assim, na questão que você falou do cartão ser no nome da gente... é muito melhor. Entendeu? Porque, tipo assim, a gente... aí vai receber... antes... antes... eu comprava comida também, quando morava lá embaixo eu comprava comida. Aí tipo assim, se meu marido fosse uma pessoa que bebesse? Né?! Que pegasse o dinheiro. Mas tem tantos aqui bebão que faz isso. É muito melhor. Essas coisas só... **só a gente, mulher, sabe o que fazer** (Vera, Santana do Mundaú).

Eu acho muito bom, porque, assim, se por exemplo, **se for no nome do marido, nem todos, né, não quer dar o dinheiro pra mulher**, aí com a gente fica melhor. **A gente sabe comprar as coisas que... que faltam pra comprar, as coisas que são necessárias, e o marido não**. Eu concordo que assim tá muito melhor, melhor assim, sendo no nome da mulher do que no nome do homem. **Vai que o homem seja um homem bom, mas o certo é ser no nome da mulher mesmo. Sabe mais organizar as coisas**. É (Virgínia, Santana do Mundaú).

Eu acho certo, porque assim, a mulher ela tem mais, não, não menosprezando os homens. Mas é porque a mulher ela tem mais. Têm muitos homens, vamos dizer, eu conheço, eu tenho colegas que elas têm o cadastro e quando era no dia de receber quem ia receber era o marido, agora não que não pode mais porque a CAIXA [Caixa Econômica Federal] exigiu ser o seu titular, mas quando chegava em casa não chegava com dinheiro, porque eles iam beber. Iam só destruir o dinheiro todinho no lugar de fazer as compras, aí comprava um quilo de arroz, um quilo de feijão só, e o resto ele comprava de cachaça. **Eu acho que como mãe a gente tem mais responsabilidade em administrar**, em alguns casos, porque às vezes tem homens que são bem, são mais, vamos dizer são mais econômicos do que as mulheres. Mas eu acho que é o ideal a mulher mesmo (Débora, Água Branca).

Os discursos acima nos permitem notar a identificação das ex-participantes no que diz respeito às relações de gênero, com um discurso sexista de sociedade, de modo que concebem que a posição do sujeito mulher na sociedade é aquela que vai cuidar do companheiro, vai ter filhas(os), ser dona de casa. Assim, reproduzem a ordem social sedimentada, ao invés de desconstruí-la.

No entanto, como já destacamos em outras passagens, as posições de sujeito são sempre precárias, podendo ser ressignificadas mediante a identificação com outro discurso que as permita questionar a condição de dominação sexista e repensarem essa experiência como uma opressão. Laclau e Mouffe (2015) destacam que esse processo depende da articulação com os discursos que estão disponíveis no contexto histórico e social em que se vive, em termos dos discursos produzidos sobre aquele fenômeno específico.

Outra demanda satisfeita pelo PBF, que também se encontra articulada à concepção sobre a titularidade feminina, é observada na narrativa construída por Natasha: a independência financeira das mulheres.

Ela considera que as mulheres na sociedade possuem maior dificuldade de se inserir no mercado de trabalho em comparação aos homens (informação confirmada pelo IBGE, que aponta uma taxa de desemprego de 14,9% entre as mulheres, um resultado maior que a média nacional que é de 13,3%; entre os homens, o índice é de 12%. As diferenças se tornam ainda mais extremas ao considerarmos a característica racial¹⁰⁷). Assim, o PBF possibilita o acesso à renda para muitas mulheres pobres. Natasha nos conta, ainda, que o Programa foi importante para a situação de divórcio que vivenciou no momento em que estava desempregada. Segundo ela, foi uma forma de sair da completa dependência familiar, já que recebia ajuda de seu pai. Ela também defende a titularidade feminina porque diz que o PBF se trata de uma renda com a qual a mulher pode contar, pois concebe que a maioria dos homens não compartilham os seus salários com as mulheres e estas, por não terem renda, se sentem coagidas. A ex-participante considera que o Programa produz um sentimento de segurança mensal para as mulheres, defendendo a liberdade econômica feminina seja via emprego/salário, seja através de estratégias de transferência de renda.

Eu acho interessante. Até porque **pra mulher é muito mais difícil** ela... **ter uma forma de renda, um emprego, né!?** Pra homem é mais fácil arrumar um emprego, e a mulher, não. Porque **a maioria dos homens são assim, eles não dão o dinheiro a mulher. Ele não destina dinheiro pra mulher, destina pros gastos dele.** Eu acho isso aí... seria bem pensado. Eu... o homem é muito diferente de mulher. [...] Mas muitos homens não... não tem esse pensamento de que... tem que ser a mulher, né?! **Muitos homens não dão dinheiro a mulher, é tudo administrado por ele. E a mulher vai se sentir... ainda coagida, né!?** **Tudo vai depender do marido, né!?** Aí é difícil. Não é bom, não. Não gosto, não, dessa experiência, não. **A mulher tem que ser independente, tem que ter o seu dinheiro, tem que trabalhar. Sem ser dependente de outra pessoa.** Pra mim é ótimo. É uma benção, **porque você ser independente, você poder comprar o que você quer, não ter que tá pedindo a ninguém, isso que é importante. Você ter o seu salário todo mês, ter... ter um dinheiro como esse Programa também, não é um salário, mas já ajuda. Eu acho muito importante.** Eu mesma, assim, **eu não me sinto bem quando eu tô desempregada.** Por isso mesmo que eu sempre me viro pra fazer alguma coisa, pra conseguir alguma coisa. Pagar minhas contas, não é?! Pagar minhas contas, pra não ter que depender tanto da família. [...] [Sobre o seu processo de inserção no PBF] eu tava separada [do ex-companheiro] e dependendo dos pais [encontrava-se desempregada], era mais... era... uma renda que não ia tá pedindo dinheiro ao meu pai, essas coisas, né, pra ter que ter alguma coisa [...]. [O que significou?] Assim... Satisfação, né?! Porque você

¹⁰⁷ **Tragédia social: desemprego é maior entre mulheres e negros, aponta IBGE.** Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/noticias/tragedia-social-desemprego-e-maior-entre-mulheres-e-negros-aponta-ibge/>>. Acessado em: 12/08/2020.

todo mês tinha aquela... **aquele dinheiro certo**. Né?! (Natasha, Campo Alegre).

Como vimos até o momento, o PBF é apresentado como uma estratégia que contribui para a satisfação de demandas por consumo de alimentos, por investimento na educação das(os) filhas(os), por liberdade econômica feminina.

Uma quarta demanda satisfeita pelo PBF: o alívio relativo a rotinas intensas de trabalho. Neste sentido, Paulo declara que o PBF permitiu flexibilizar sua rotina de trabalho na pesca. Como já destacamos anteriormente, essa atividade é lembrada por ele como algo que lhe trouxe problemas de saúde, além de não garantir a certeza de um rendimento fixo: “O Bolsa era uma ajuda da ‘pêga’! **Era muita ajuda, o Bolsa**. Comprava uma coisa, né, uma coisa e outra, **aí não tinha como eu andar tão dentro da lagoa [...]**”.

A fala acima destaca uma questão tratada nos trabalhos de Ahlert (2013) e de Pires A. (2013), que abordam o impacto do PBF no alívio das condições de trabalho entre as pessoas participantes, de modo que, mesmo que não deixem de trabalhar, dado que o PBF se trata de um complemento da renda familiar, a inserção garante que as pessoas flexibilizem a intensa rotina de trabalho, sem folga e com uma carga horária bastante exaustiva.

Apesar da satisfação das demandas elencadas acima, as quais indicam a importância da transferência mensal do PBF para a minimização da precariedade de vida das(os) ex-participantes, é importante salientar que a demanda central por emprego/salário não é plenamente satisfeita. Seja pelos dilemas referentes às portas de saída do PBF, que não garantem a capacitação e inserção no mercado de trabalho, seja em razão do baixo valor repassado, do baixo valor da renda *per capita* adotada. Tais insatisfações, contudo, em conformidade com o que debatemos no capítulo anterior, não geram relações antagônicas, sendo as demandas reduzidas à condição de pedido.

Quanto à insatisfação de não capacitação e garantia da inserção no mercado de trabalho, a ex-participante Débora enfatiza que não veria problema se o governo acabasse com o PBF e investisse na oferta de emprego para a população.

[...] tem coisas que é ótimo que vai favorecer, mas tem outras coisas que **deixam as pessoas acostumadas a ficarem ali só esperando pelo Bolsa**. Ah, é importante [o PBF], é importante porque a gente sabe que realmente, vamos dizer assim vamos dar a Cezar o que é de Cezar. Se for pra fazer uma filtração, pra realmente dá aquelas pessoas então vamos dá aquelas pessoas que realmente necessitam [...]. [...] **eu queria que acabasse com o Bolsa Família, mas que ele [o Bolsonaro] desse oportunidade para as pessoas trabalhar**. Porque na verdade está querendo acabar com o Cadastro Único mas também não dá emprego para o povo trabalhar [...] (Débora, Água Branca).

Como veremos de modo mais aprofundado no subtópico 5.2.2 (por se tratar de um debate que está articulado às lógicas políticas das gestões municipais), as(os) ex-participantes, ainda que participem de cursos profissionalizantes ofertados pelas gestões locais, expõem um problema no modo como essa estratégia é construída, pois ela não se vincula à geração de emprego na realidade de seus municípios, de modo que ainda que se profissionalizem não observam expectativa de poder exercer uma função que possibilite colocar em prática o que aprendeu e conseguir renda a partir daí. Neuza, que fez um curso que ensinava a preparar pratos com pescados, enfatiza que “foi o mesmo que não ter feito”. Uma insatisfação semelhante aparece na fala de Virgínia, que diz: “como é que a pessoa vai fazer um curso sem ter um emprego aqui de nada”. A ex-participante Neuza ainda pontua que “as pessoas são talentosas”, mas que necessitam de oportunidade para se desenvolver.

A insatisfação em relação ao valor repassado pelo PBF aparece na narrativa de Virgínia, que diz “[...] deveria ser mais... [...] aumentar mais, um pouquinho mais, pra ter mais oportunidade da pessoa ter mais um dinheirinho, as pessoas que mais precisam, né?!”. No estado de Alagoas as pessoas cadastradas no Programa recebem em média R\$ 196,37¹⁰⁸ (BRASIL, 2019c). Com base nas entrevistas, o valor recebido varia de R\$ 95,00 a R\$ 180,00 (com exceção do caso de Dandara, que afirmou que chegou a receber R\$ 346,00), um valor que de fato se mostra insuficiente para o atendimento de algumas demandas, ficando restrito às necessidades mais imediatas, como a alimentação.

Porém, algumas entrevistadas demonstram uma conformação referente ao valor recebido por acharem que não devem exigir mais, pois acreditam que “não colocaram nada lá” (compreensão evidenciada por Neuza e Nise), uma fala que expressa a ideia do PBF como uma benesse (ajuda/favor) do Estado, e não como uma política pública que deve ser implementada como um direito (que possibilite o acesso à renda e à alimentação), que se oriente para a distribuição da riqueza do país (enfrentamento às desigualdades), como notamos na construção discursiva do outro grupo de entrevistadas (demanda como exigência).

Olha, não sei... acho **como está, tá bom**. Né?! Porque **por pouquinho que tire, você não colocou nada lá**. [rsrsrs] Não é verdade? E todo mês você ir lá tirar aquele pouquinho, **vai reclamar do que?** Né verdade? **Reclama pro governo botar mais dinheiro, é?** [rsrsrs] Tudo **eu acho que tá bom** (Neuza, Coqueiro Seco).

¹⁰⁸ Obviamente esse valor não é generalizado, uma vez que varia a depender da condição socioeconômica familiar e da quantidade de membros.

Segundo Mendes, Barbosa e Rodrigues (2009), essa compreensão reproduz a perspectiva da ideologia liberal na qual predomina o entendimento da cidadania passiva, não participava, em que as políticas públicas são pensadas de modo vertical e ofertadas literalmente como um favor, em um carácter estritamente assistencialista.

Nas entrelinhas, o fato de as políticas públicas não contributivas de transferência de renda serem vistas como um favor, uma ajuda que pode ser suspensa a qualquer momento (questão que fica implícita na seguinte fala de Neuza: “Se o governo um dia tirar...”), é um indicativo de que só há o reconhecimento da legitimidade da satisfação da demanda por renda pela via do trabalho, do emprego ou das aposentarias previdenciárias (contributivas), que teriam um carácter de direito (uma ideia de que está recebendo pelo esforço que desempenhou). Uma visão que novamente demonstra a identificação dos sujeitos com o discurso da meritocracia. Para Zimmermann e Espínola (2015), isso é reflexo do fato de o Estado brasileiro ter dado uma atenção tardia para a proteção social, disseminando “a ideia de que os pobres devem se esforçar, por si mesmos, na luta pela melhoria das condições de vida” (p. 161).

Esse entendimento presente no imaginário social sustenta a ideia da assistência social como sinônimo de assistencialismo, ideia esta que fez parte de toda a história brasileira pré-constituição de 1988, e que sujeitava as pessoas pobres à boa vontade, à caridade de entes governamentais, da igreja e instituições filantrópicas. A compreensão das políticas públicas como um direito ainda é fortemente rejeitada pela camada mais conservadora da sociedade, que inclusive ataca o PBF (ver debate na revisão – 1.1 e 1.3), afirmando a concepção meritocrática de que “tem que ensinar a pescar, e não dar o peixe”.

Por sua vez, Neila, Nise e Vera “dão graças a Deus” pela inserção no PBF e pelo valor repassado, o que, de certa maneira, indica uma naturalização da sua condição de vida e da forma como a política está posta:

O Bolsa Família ajudava muito. Eu senti bem, né?! Que é uma ajuda que o governo tá dando as pessoas que não tem condições de ter renda, né?! Achei bom. Não... A pessoa não tem renda, dá alegria, né? A pessoa não botou nada lá, receber um dinheirinho sem trabalhar. Quem é que não quer, né?! [rsrsrs] Dou graças a Deus, né. Dou graças a Deus porque [...] comprar uma coisa e outra, né?! É bom (Nise, Coqueiro Seco).

Foi muito bom. Me ajudou muito. O pouco me ajudou demais, não é?! Que é tipo assim: “O pouco com Deus é muito, o muito sem Deus né nada.” Me ajudou muito, muito, muito (Vera, Santana do Mundaú).

Era pouco, mas sempre ajudava. Com aquele pouquinho dava pra manter a família. [...] Aí me ajudou bastante, graças a Deus. Sou muito grata, né?! (Neila, Coqueiro Seco).

Em ambos os discursos é reforçada a ideia do PBF como uma benesse do Estado e não como um direito, de modo que não há uma politização da sua demanda, mas a naturalização desta. Assim, a satisfação ficaria a cabo de uma caridade espontânea de um Estado benevolente ou de uma intervenção divina. Uma compreensão que reifica a manutenção de posições de desigualdades no contexto de dominação social ao desobrigar o Estado do seu compromisso em possibilitar a satisfação das demandas democráticas do povo.

Nesses casos, a experiência de cidadania não se evidencia, já que se veem como sujeitos que solicitam uma ajuda aos canais institucionais (como se o fossem entidades filantrópicas), e não como cidadãos que devem exigir/reivindicar direitos sociais. É por essa razão que o antagonismo é importante.

A construção da demanda como pedido pelas participantes e a satisfação particularizada de algumas demandas imediatas (lógica da diferença) são convergentes com a não emergência de um antagonismo. Como apontam Laclau e Mouffe (2015), a relação de dominação em si mesma não produz a politização da ordem social, pois pode ser reproduzida a partir da identificação das pessoas com discursos favoráveis à hegemonia. É a construção antagônica que marca a passagem da condição de subordinação para a opressão, fazendo com que a demanda seja manifestada em termos de sua reivindicação.

A insatisfação em relação à renda *per capita* estabelecida no desenho do PBF para definir quem são as pessoas elegíveis ao Programa – neste caso, aquelas classificadas como extremamente pobres (com renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa) ou pobres (com renda mensal entre R\$ 89,01 e até R\$ 178,00 por pessoa)¹⁰⁹ – relaciona-se com a insatisfação anterior na medida em que visibiliza que o que é reconhecido pelo Estado como um valor satisfatório é um valor aquém do necessário. Conforme o desenho do Programa, as famílias compostas por até cinco membros vivendo com apenas um salário mínimo são automaticamente excluídas do cadastro. Nesta medida entendemos o pedido de Débora pelo aumento da renda *per capita* estabelecida no PBF: “Eu acho que deveria permanecer como está, só a renda *per capita* que deveria ser só mais [alta] um pouquinho [para incluir pessoas com um salário mínimo]”.

¹⁰⁹ **Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/paginas/default.aspx>>. Acessado em: 10/03/2020.

Em se tratando do papel do PBF para satisfação da demanda por emprego/salário sob o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa que a conceberam como um pedido/solicitação, podemos evidenciar as seguintes ponderações: a) o PBF contribuiu para a satisfação parcial de demandas como alimentação, água, energia elétrica, gás de cozinha, educação das(os) filhas(os) e liberdade econômica feminina, ou seja, possibilitou amenizar a condição de vulnerabilidade em que se encontravam; b) no que se refere à demanda por emprego/salário não foi observado nos discursos uma concepção do PBF como capaz de supri-la (ou substituí-la), mesmo que seja indicado como uma renda que possibilita uma segurança mensal; c) dada as identificações discursivas a partir das quais as(os) ex-participantes concebem as dificuldades que vivenciam, debatidas no capítulo 4 – o mérito, a religiosidade, distanciamento em relação ao sistema político –, e a satisfação parcial de algumas demandas, percebe-se a inviabilidade da emergência de antagonismo em relação às insatisfações presentes em suas vidas.

Podemos conceber que o PBF, atuando, via lógica da diferença, na satisfação parcial de algumas demandas, contribui para a invisibilidade de construção de antagonismos frente à lógica social sedimentada produtora de desemprego, pobreza e fome. Vale frisar, neste sentido, a nomeação do PBF por ex-participantes, como Neuza e Nise, como estratégia assistencialista, recusando-se, inclusive, a tecerem críticas a ele porque “não colocaram nada lá”.

5.1.2 “Acho que precisa de mais oportunidade de emprego”: o papel do PBF frente à (in)satisfação das demandas

Nesse subtópico iremos tratar do modo como o grupo de participantes da pesquisa que concebeu a demanda por emprego/salário como uma exigência compreende a satisfação ou não de suas demandas a partir da vinculação no PBF¹¹⁰. Em se tratando das pessoas que constroem a demanda como uma exigência, mas não como uma demanda popular, como é o caso de Beatriz, Dandara, Marcos, Marta, Sandra e Valéria, foram percebidas construções do PBF como “ajuda”, “única renda”, “uma saída”, “único salário”:

¹¹⁰ Será possível perceber algumas similaridades na forma como estes sujeitos concebem o modo de satisfação das demandas via PBF com os sujeitos apresentados no subtópico 5.1.1.

[...] [O PBF] é um complemento pra família. [...] **sem ele, meu filho, aí é que a fome vai rolar no Brasil, né?! Porque não tem emprego pra todo mundo, aí já é uma ajuda, né?!** (Beatriz, Água Branca).

[...] **o Bolsa Família ajuda muitas pessoas, né!?** Se não fosse ele? Tinha muita gente passando fome. **Hoje não tem pessoas passando fome por conta do Bolsa Família**, que dá... Não dá pra ter uma vida boa, mas dá pra comer e viver... **sem passar fome. Bolsa Família foi uma coisa que tirou muitas pessoas da extrema pobreza, né!?** eu acho assim. [...] **era a renda que eu tinha.** Não tinha outra. Ave Maria! Até agora, até agora, há três anos atrás, quatro, pra mim... Ave Maria! **O Bolsa Família, sem ele eu não seria ninguém, porque esse dinheiro era onde colocava comida na mesa pros meus filhos.** [...] **era a feira do mês todinha na minha casa** (Dandara, Água Branca).

[...] **uma saída. Não tem emprego.** Eu acho que esse dinheiro ajuda muita gente a se manter na parte de... **de você não luxar, porque não tem como, de você comprar roupa, porque não tem como, tem como você comer.** Pra muita gente eu acredito que... hoje o fardo de fubá tá em torno de quarenta reais. Se você pegar o Bolsa Família, quem recebe cem, cento e pouco, que tem mais gente, né?! Não sei se chega até duzentos. Compra o fardo, compra um negócio, já tem a comida. Pelo menos a noite tem (Marcos, Campo Alegre).

Olha, minha reação [se referindo ao momento em que soube que foi contemplada]... Chorei quando recebi a carta pra vir buscar o cartão, receber o cartão. **Chorei, porque os meus filhos estavam precisando. Mesmo que eu trabalhasse, eu... a minha renda não era suficiente.** [...] **Então a renda do Bolsa Família, pra mim, foi, vamos dizer assim, ganhei na loteria.** Eu precisei, precisei muito, e ele sempre me ajudou (Marta, Campo Alegre).

Foi um pouquinho difícil, antigamente, né!? Porque **meus pais não tinha, naquela época, condições de nada.** Acho que na época **nem existia Bolsa Família** [...]. Aí a gente passou muita necessidade, né!? [...] **O problema era trabalho que não tinha pra ninguém.** [...] **eu lembro que até fome eu já passei quando era mais pequena, quando tinha seis anos.** [Sobre o modo como avalia sua vida após a inserção] Sim, **com o Bolsa Família. Acho que foi... uma melhora e muita, né, porque... eu acho que a gente passou a comer também melhor, comidas melhores,** na época. [...] naquela época na minha família ninguém trabalhava, só em roça. Então esse dinheirinho ajudou bastante. **Foi uma ajuda e grande.** Posso dizer que grande, na época, né, que era o **único salário que a gente ganhava, era o Bolsa** [...] (Sandra, Santana do Mundaú).

[...] **uma ajuda muito grande** [...] **tanto pra mim como pras crianças.** [...] **Até porque em União** [União dos Palmares/AL – município em que residia] **não tem emprego suficiente, aí ajudou muito, muito, esse lado.** [...] **minha adolescência sempre foi na agricultura,** sempre foi no sítio. **Foi muito sofrida, assim, a gente começou desde cedo assim.** [...] **Aí a gente só podia se vestir porque a gente ia cortar cana, porque papai não tinha condições, no tempo dessa época era difícil, não tinha ainda esse Programa Bolsa Família,** mamãe... por isso que sofria muito, muito, por causa... por conta disso. Eu fui cedo pra Maceió trabalhar [...]. [Sobre o que sentia falta de ter durante a infância] Uma boa alimentação. Porque papai e mamãe não tinham condições de dar, e **naquela época... se tivesse vindo esse Programa do Bolsa Família,** acho que naquela época **ia ajudar muito, muito, muito. Como me ajudou, né, quando eu precisei.** [...] A mudança que eu vi foi que... **me ajudou demais, demais.** [...] **Eu não tinha como comprar muitas coisas, que nem tipo alimentação mesmo** [...]. Eu acho que a verdade se não fosse esse Programa **tantas pessoas acho que tinham morrido já era de fome.** Eu acredito que sim. Porque muitas pessoas, na verdade, é o que... **é o que mantem eles vivos, apesar de ser tão pouco.** Bem que poderia ser muito

mais pra ajudar mais. Mas muitos, assim... Não só aqui, como em vários lugares, que eu já vi. Uma época eu já morei em Correntes [município de Pernambuco], mesmo. **Tem situação que é de você olhar de dar dó. É certo que ajuda, ajuda, mas também não é o bastante, né!?** [...] (Valéria, Santana do Mundaú).

Quanto ao grupo que concebeu a demanda como uma exigência e uma demanda popular, situação de Acotirene, Enaura, Graziela, Katökinn e Zeza, o modo como nomearam o PBF não foi tão diferente, sendo entendido como “uma ajuda”, “uma rendinha”:

E o Bolsa Família, assim, veio pra complementar uma renda, que eu não sou concursada, e a gente... **veio pra complementar e ajudar muito, né!?** (Acotirene, Água Branca).

Olhe, foi um Programa que teve, que o governo colocou de bom, foi esse, esse Bolsa Família. [...] **Ajudou muito e ajuda a combater muito a fome, combateu muito a fome.** Teve muita gente que você olha assim... Meu Jesus! Mas recebe o Bolsa Família, tem condição de... Não é, **não tem condição de sobreviver como uma pessoa com um salário, que hoje em dia com um salário... até você com um salário é difícil sobreviver.** Muita gente recebe Bolsa Família, mas paga aluguel, né!? Paga energia, vem água, um bocado de coisa. [...] **O governo foi... tá nota dez sobre a geração Bolsa Família.** Ah, é bom, né!? Ôxe! É bom. Que ali tá esperando por isso e... Hômi! **É bom demais. Um negocinho que... melhor ainda porque não é a gente que bota.** Aí melhor ainda. Foi bom. Tanto ela [sua mãe] como eu também ficou feliz. **Pelo menos tinha uma rendinha, né, um ajuda a mais. Foi bom** (Enaura, Campo Alegre).

Muito boa. Muito boa. Até porque, assim, **eu tava precisando muito,** e, é... [...] **foi muito bom [...]. [...] Me serviu muito, que a gente quando precisa, né, um dinheirinho assim sempre muito bom.** E... servia muito pra comprar um lanche das meninas, um material escolar, aí foi muito bom. Gostei bastante [...] (Graziela, Água Branca).

Casei cedo, tive filho cedo [sua filha tinha meses de nascida quando fez o cadastro] [...] eu vim fazer o cadastro do Bolsa, consegui [...]. **Pra mim foi bom. Tipo, na época meu marido tava desempregado foi uma ajuda pra ela também** [sua filha] [...]. **Ele ajudava.** Tipo, como... como... como eu disse, nera, eu recebia no final do mês, ou... faltava um gás, Entendeu? Faltava energia. Essas coisas, faltava energia... (Katökinn, Coqueiro Seco).

[Ela recorda da época em que fazia parte do cadastro de sua mãe] **E depois que mãe conseguiu se cadastrar no Bolsa Família e... começou a receber, melhorou, daquela época, pra mim, cem por cento,** porque eu não sabia o que era uma pipoca, não sabia o que era um bombom, né!? E, assim, muitas vezes ela vinha pra rua comprava cada qual um... [...]. Aí assim, ajudou muito, muito, muito mesmo (Zeza, Santana do Mundaú).

Sobre a nomeação do PBF como “ajuda”, observamos dois discursos distintos no que se refere ao uso dessa expressão, em que é possível notar concepções que significam o Programa como: a) uma “ajuda” no sentido que complementa a renda familiar (o dinheiro advindo do Programa é conjugado a outro rendimento proveniente de atividades profissionais que desempenham informalmente e que lhes mantêm na condição de

insuficiência de renda). Esse é o caso de Acotirene, Beatriz, Marta e Sandra. Também podemos considerar aqui a fala de Enaura, a qual, contudo, apresenta um elemento a mais a ser considerado: “melhor ainda porque não é a gente que bota”. Compreensão que, assim como vimos nas narrativas de Neuza e de Nise (no subtópico anterior), pontua que o PBF se diferencia de uma política contributiva como, por exemplo, é o caso da aposentadoria. No tópico anterior, associamos esta narrativa à compreensão do PBF não como uma política pública, um direito, mas como uma estratégia assistencialista. No caso de Enaura, contudo, é importante ter em vista que ela constrói sua demanda como uma exigência (inclusive, apresenta uma equivalência entre distintas outras demandas em torno de um mesmo inimigo); b) “ajuda” ao considerar que, por se tratar de um valor modesto, não é capaz de dar conta de todas as demandas familiares. Nesse sentido, é destacado o entendimento de que “é pouco, mas ajuda”, ou por se tratar de um apoio mediante o cenário de desemprego, conforme Dandara, Graziela, Katökinn, Marcos, Valéria e Zeza (embora essa noção também atravessasse o entendimento das/os demais, como veremos posteriormente).

Entendemos que estes casos convergem com a compreensão presente em alguns trabalhos (AHLERT, 2013; ÁVILA, 2013; MENDES, BARBOSA; RODRIGUES, 2009; PIRES, 2012; TEBET, 2012; UCHIMURA *et al.*, 2012; ZIMMERMANN; ESPÍNOLA; 2015) em que a noção de “ajuda” é empregada pelas pessoas vinculadas no PBF sem que se negue a responsabilidade do Estado, ou seja, não remete a uma dissociação entre ajuda e direito. O que é coerente com o modo que estas ex-participantes constroem suas demandas, como exigências.

Há uma compreensão compartilhada nas falas de Beatriz, Dandara, Enaura e Valéria de que o PBF é a “única renda” para muitas pessoas em situação de pobreza, e que sem ela sucumbiriam de fome, haja vista a realidade de desemprego que entendem ser a produtora da pobreza e da fome no país. Beatriz e Valéria pontuam que o mercado de trabalho formal não consegue empregar todas(os). É por essa razão que o Programa é concebido por Marcos como “uma saída” frente à ausência de emprego.

Sandra e Valéria reconhecem o impacto do PBF na amenização das desigualdades, de modo que comentam que se a implementação dele tivesse se dado no período de suas infâncias ou adolescências teriam tido uma vida mais tranquila e com menos dificuldades. Sandra diz que se tratou de uma fase bem difícil de sua vida, tendo vivenciado a fome aos seis anos de idade. Em seu tempo, Valéria recorda de uma vida atravessada pela experiência do trabalho infantil cortando cana, diz que precisava trabalhar para conseguir

se vestir; sua educação foi interrompida porque seus pais não tinham como comprar um calçado para que pudesse ir à escola. E ainda que não tenha passado fome, a insuficiência alimentar era um fato para sua família.

Sobre o impacto do PBF em suas vidas no que se refere à possibilidade de consumo, Dandara expõe que até pouco tempo era a única renda de que dispunha, e com ela fazia a feira do mês. Diferentemente de um período anterior, Sandra declara que passou a se alimentar mais e melhor, já que o Programa possibilitou a ampliação da quantidade e qualidade dos alimentos. Por sua vez, Zeza avalia que a melhoria em sua vida foi de 100% em comparação ao período anterior à inserção no PBF; ela comenta que quando criança não sabia o que era um bombom e o PBF possibilitou isso (ao tratar da época que fez parte do cadastro de sua mãe).

Como já apresentado, a ausência de emprego é compreendida como o motivo que levou essas pessoas a se vincularem ao PBF. Ao mesmo tempo, a condição de desemprego é identificada como produtora de outras demandas (alimentação, água, energia elétrica, gás de cozinha, aluguel da casa, roupas e acessórios, bens duráveis e também no âmbito da educação e saúde das/os filhas/os). O Programa acaba servindo para a satisfação de algumas dessas demandas.

As(Os) ex-participantes apontam que o dinheiro advindo do PBF foi investido prioritariamente no consumo de alimentos; Enaura, por exemplo, afirma que o Programa garantiu o direito à alimentação – “ajudou muito a ter direito de alimentação”. Além da alimentação, o investimento nas necessidades das crianças no que diz respeito ao seu desenvolvimento educacional aparece como um segundo aspecto privilegiado da administração do recurso do PBF.

Em alguns casos, o PBF possibilitou a satisfação também de outras demandas, como o pagamento de contas de água, de energia elétrica e da compra de gás de cozinha, possibilitou a compra de remédios, realizar alguma consulta médica ou exame. Garantiu ainda a aquisição de roupas, calçados e acessórios para elas(es) e suas(eus) filhas(os), como também a compra de bens duráveis como aparelho de som, cama, geladeira, micro-ondas e televisão (entre todas as pessoas entrevistadas, isso só foi presente na experiência de Valéria e Zeza).

A renda do Bolsa Família, mesmo, só era pra comer mesmo [...] Ou então as coisas dos meninos que eu comprava, um caderno, quando a gente ia pro... [...] mercado, eu comprava uma sandália do menino, por fora a alimentação, né?! Uma sandalhinha, alguma coisinha sempre eu comprei pra dentro de casa, alguma besteirinha, mas coisa, assim, bem material, com o Bolsa Família eu nunca comprei, que nunca deu, né?! (Dandara, Água Branca).

Comprar material escolar, que o material escolar deles eu já pegava... Já eram minhas irmãs que me davam caderno usado, aí eu tinha que tirar aquelas folhas usadas. Então eu... **O Bolsa me ajudou e muito, muito, muito mesmo. A comprar um ‘bujão’, a encher meu ‘bujão’, pagar uma água, pagar uma energia [elétrica], comprar o leite dos meus filhos.** Me ajudou muito. [...] **Eu consegui, é... através da renda do Bolsa Família [...] pagar um curso pros meus filhos** [um curso de desenhista para o filho; e até o momento estava custeando um curso técnico de enfermagem para a filha] [...] (Marta, Campo Alegre).

Ele significou muito, sabe por quê? [...] Na hora de pagar a energia, na hora de pagar a fatura [...]. [...] Me ajudou muito com isso aí. Não me preocupava muito com água e energia. E pra mim... ajudou porquê... por exemplo, a gente paga aluguel, paga aluguel. A gente paga água e energia. [...] **E... esse dinheiro, vou falar pra você, só dá pra pagar água e energia.** Que minha energia vinha sessenta, setenta, negócio assim, e a água vinte. Aí eu botava um pouquinho [complementava] (Marcos, Campo Alegre).

[No cadastro de sua mãe] Antigamente, por exemplo, é... Eu não tinha muita roupa, eu lembro. Aí eu precisava de roupa, até porque eu ia na escola, então **ajudou a comprar as roupas,** eu lembro. É... **às vezes eu queria comer um doce, acho que chocolate [...]. Eu tinha vontade de comer um chocolate e nunca comia.** Só que aí, quando minha mãe recebia, eu ia pro mercado lá, ia fazer a feira [...]. **Esse Bolsa Família fez eu na minha infância comer aquele chocolate, eu lembro disso [...]. [...]** Minha mãe recebendo, né?! E aí deixou também trazer comidas melhores, né?! Que a gente não comia comida boa naquela época. [...]. [Em sua experiência como titular] Me ajudou bastante, me ajudou com meu filho, que ele também precisava das coisas. O pai passou a dar pensão, mas uma criança não gasta só cem reais por mês, né, que o pai dava. Aí me ajudou a... a **comprar os remédios dele,** [...] o pai dá as coisinhas dele, mas... às vezes falta uma coisa que ele quer, me ajuda, um remédio, até **uma roupa pra mim mesmo,** às vezes eu gosto de comprar uma roupa, [...]. E... É... Isso aí. Pra comprar minhas coisas, também, pessoais, que me ajuda, né?! Senão eu ia comprar com o que também? Só pedir a minha mãe eu não gosto (Sandra, Santana do Mundaú).

Uma coisa boa também pra nós, que **ajudou muito a ter direito de alimentação, como remédio,** como... um bocado de coisa, ajudou muito [...]. **Quando faltava algum alimento, comprava. Faltava alguma medicação pro meu menino, comprava. Pra mim também.** É, servia. Servia muito. O remédio, a comida... cheguei a comprar alguma coisa pro meu filho se vestir. Já comprei já com ele. Um bocado de coisa (Enaura, Campo Alegre).

Frutas, verdura, quando chegava o final do mês. Eu recebia no final do mês, né, faltava lanche dela [sua filha], era com isso, faltava... qualquer coisa pra ela [sua filha], era com o dinheiro do Bolsa. Roupa, tudo (Katökinn, Coqueiro Seco).

Uma... **Foi uma ajuda muito grande. Meu menino ele tem um problema de visão.** Ele [o PBF] **ajudou muito, porque ele ajudava a comprar o colírio.** Já era... É uma ajuda, **um complemento, que a gente já ficava meio que na certeza que ia ter pra poder complementar o dinheiro do remédio dele.** E foi sempre uma ajuda muito grande (Acotirene, Água Branca).

[...] **eu fazia a compra de mês pra os meninos,** que eu tinha dois, um casal. Fazia compra de mês, dava certinho pra eles. ‘Bujão’ mesmo, tudo [...]. [...] **Eu comprava muito biscoito pra eles, sempre criança gosta muito. Biscoito, achocolatado, sempre essas coisas.** Muito, muito eu comprava pra eles [...]. [...] **Eu consegui comprar geladeira, eu consegui comprar tv, micro-ondas, que era o sonho da minha vida, comprei e tenho até hoje em casa.** E... deixa eu ver mais... **Meu som.** [...] Parcelava em várias prestações,

aí quando terminava um, ia e comprava outro [...] (Valéria, Santana do Mundaú).

[Sobre a forma como sua mãe gestava o recurso] Ah, meu filho! **Cama, que a gente dormia de rede. Uma geladeira, que era o sonho da vida dela. Uma televisão, que a gente tinha uma feia que só a ‘moléstia’ com uma antena pé de galinha**, [rsrsrs] com antena parabólica, aliás, tudo ela tem até hoje assim, e a maioria ela comprou com isso [o PBF]. É... Ela ficava juntando. Juntando. Tirava aquele necessário, pegava aquela coisinha, botava num canto, ia juntando, juntando, juntando, até quando dava pra comprar. [...] eu também fazia isso. [...] **quando eu adoecia, dava pra fazer um exame**. Consegui muito assim também, que eu sempre ficava me regulando quando eu queria comprar uma coisa, eu ficava juntando pra conseguir. Não deixava faltar o necessário, que eu comprava sempre que recebia, né?! (Zeza, Santana do Mundaú).

Com base nas falas dos sujeitos, observamos que os gastos que não se limitam ao consumo de alimentos ou às necessidades das crianças, acabam ficando em segundo plano por ao menos três razões (questões também tratadas no subtópico anterior): a) o valor do PBF é baixo, não sendo suficiente para atender outras demandas; b) querem garantir que suas(eus) filhas(os) tenham uma expectativa de futuro diferente, permitindo superar as desigualdades vividas por seus pais e avós; e c) devido a um entendimento de que a renda deve ser utilizada tão somente para este fim, reproduzindo uma concepção hierarquizante do consumo sob uma perspectiva moralizante dos gastos quanto aos recursos advindos das políticas públicas.

Em se tratando da questão da renda advinda do PBF ser baixa, Zeza destaca – “[...] não é suficiente, porque eu tenho pessoas conhecidas que moram em Maceió, na favela, terrível! Pagam aluguel, é água, energia, é tudo, e muitas vezes só o Bolsa não é suficiente”. Esse posicionamento de que a renda do PBF é insuficiente para dar conta de outras demandas para além da alimentação também foi apontado nos discursos de Dandara – “Não dá pra ter uma vida boa, mas dá pra comer e viver... sem passar fome; Valéria – “[...] é o que mantém eles vivos, apesar de ser tão pouco. Bem que poderia ser muito mais pra ajudar mais”; Enaura – “[...] não tem condição de sobreviver como uma pessoa com um salário, que hoje em dia com um salário... até você com um salário é difícil sobreviver [...]”.

Então, ainda que as(os) ex-participantes acima reconheçam o PBF como uma resposta governamental necessária, capaz de retirar as pessoas da extrema pobreza (como declarou Dandara), entendida como a situação de fome, por outro lado, enfatizam que o PBF satisfaz apenas parcialmente as suas demandas, especialmente em se tratando de dificuldades enfrentadas pelas pessoas que têm o Programa como o único meio de renda. Como exemplo podemos apresentar o caso de Thalita:

[...] só vivia com o Bolsa Família e com a ajuda da família, porque eu tava pagando aluguel, aí às vezes... Até hoje ainda pago. Aí, quando eu recebia o dinheiro, eu comprava o alimento, só que faltava o dinheiro de pagar o aluguel. Aí as minhas irmãs tinha que me ajudar a pagar o aluguel (Thalita, Santana do Mundaú).

Interessante considerar que demandas que não se restringem à alimentação e não são satisfeitas pelo PBF são, inclusive, apontadas como de “luxo” por Marcos. Luxar em sua fala é fugir do básico, imediato, como a alimentação; como vimos no seguinte exemplo, ao se referir à renda do PBF: “[...] esse dinheiro ajuda muita gente a se manter na parte de... de você não luxar, porque não tem como, de você comprar roupa, porque não tem como, tem como você comer”. E quando ele retrata sua experiência de infância: “A gente não passou por isso [situação de fome], mas também não foi, assim, de luxar. De não poder comprar uma bicicleta nova, de não poder comprar uma moto, de não poder comprar um carro. Eu gostaria de ter colocado aparelho [bucal] muito cedo, mas as condições financeiras não tinha”.

Mas o que seria uma vida boa? O que seria um consumo de luxo? Aquele que não se limita apenas à satisfação imediata de alimentos? De fato, a realidade desses sujeitos sempre foi de muita escassez, sempre tiveram pouco, e tendo que fazer escolhas entre opções semelhantemente básicas e importantes, a alimentação tinha que ser privilegiada, de modo que colocar aparelho bucal, comprar uma roupa, um calçado, uma bicicleta ou um eletrodoméstico (uma geladeira, por exemplo), é visto como secundário, algo de “luxo”, equiparável a outros bens que requerem um maior investimento financeiro (como carro ou moto).

Porém, foi possível perceber que o baixo valor do PBF foi problematizado por Enaura, Valéria e Zeza. As duas primeiras destacam a necessidade de se ampliar a quantidade de renda repassada, para que as pessoas consigam lidar com outras demandas e, assim, aliviar ainda mais a condição de vida dos sujeitos participantes; Enaura ainda argumenta que seria melhor se o PBF destinasse um valor fixo para todas as famílias cadastradas, pois considera injusta essa divisão mantida no desenho do Programa (ela acredita que na prática o valor é destinado aleatoriamente sem um critério que justifique as diferenças nos repasses). A sugestão dada por Zeza envolve a oferta de cursos profissionalizantes que estimulem a geração de renda, como também a oferta de emprego, sendo enfática em dizer que é isso que as pessoas precisam. Em seu discurso, Zeza identifica o PBF como uma estratégia governamental necessária, mas exige a satisfação

da demanda por emprego/salário por reconhecer como solução mais efetiva no enfrentamento do cenário de pobreza e fome.

Esses posicionamentos denotam uma problematização em relação à ordem social sedimentada, demonstrando um reconhecimento do PBF, como um direito e que como cidadãos podem opinar a respeito. Porém, nenhuma delas nega a importância do PBF já que acreditam que possibilitou modificar suas realidades.

O direito em relação ao Bolsa Família. Porque se você analisar direitinho, **eu acho que era pra se é um valor pra todo mundo, era pra ser um valor X pra todo mundo.** Assim falando... Porque tem gente que recebe... tem gente que recebe... [...] um salário do Bolsa Família. Eu ficava de boca aberta: “Mentira!”. “Tome aqui.” Isso é errado, por que tem gente que tem a mesma quantidade [de filhas/os e integrantes na família] e não recebe?! Se é um... um... um negócio que é pra... que eles botam que é pra você sobreviver, entre aspas, pra você sobreviver com o Bolsa Família. **Você não sobrevive com o Bolsa Família. Bolsa Família é um ajuda. Em relação melhorar sobre o Bolsa é... o aumento, aumento do valor.** Vamos dizer assim, ajudar mais ainda. Se ajuda, ajudava mais ainda. Do que eles terem o compromisso, assim, de levar os meninos pra escola, tudinho direitinho, aumente mais o valor. Porque se olhar direitinho todo mundo não recebe o mesmo valor, não recebe, não recebe [...] (Enaura, Campo Alegre).

[...] eu acho pouco demais [o repasse do PBF]. Principalmente quem vive na cidade, que paga aluguel. Vem aluguel, vem ‘bujão’, que ‘bujão’ não tá muito barato hoje. E tem gente que tem, assim, a família... muita família, muito filho dentro de casa. Eu tô achando **que poderia ser mais um pouquinho.** [...] Eu acho, **pelo menos, assim, pras pessoas viverem sossegadas, eu acho quem tem o Bolsa Família poderia ser mais do que esse dinheiro que recebe.** Eu acho muito, muito pouco. Até porque tem muitas pessoas que vivem só com o Bolsa Família. É complicado (Valéria, Santana do Mundaú).

Eu penso assim, que deveria ter alguma coisa assim, deveria, tipo [...]. **Os cursos, é... deveria ter alguma coisa, assim, pra estimular essas mulheres a fazer alguma coisa que viesse a trazer lucro pra elas.** [...] Na verdade, **acho que precisa de mais oportunidade de emprego, né?! [...]** eu ando muito, e eu vejo o povo relatando, assim, que tem pessoas que não tem nada, nada, e sobreveve daquilo [do PBF] [...] (Zeza, Santana do Mundaú).

Por outro lado, nessa questão, Dandara e Sandra se contentam com o baixo valor recebido, tendo em vista que consideram significativa a experiência de inserção frente a um passado de escassez de alimentos ou literalmente de fome, apresentando uma compreensão de que “é pouco, mas ajuda”, ou seja, ao menos dá para se alimentar, no sentido de que consideram que mesmo diante do modesto valor conseguiram satisfazer demandas mais imediatas (alimentação, energia elétrica, água) que, sem ele, teriam bastante dificuldades. Dandara e Sandra chegam a pontuar que não há o que mudar, pois consideram que o PBF “está ótimo”.

Sei lá. Não tá ruim, não. Não tá ruim, não, Bolsa Família. Cada filho recebe um pouquinho, né?! Porque, tipo assim, eu tenho filho com... tem pessoas que tem oito filhos, recebe quase um salário mínimo... Já dá pra... dá pra comer, né?! **Eu acho que tá bom o Programa Bolsa Família. Tá ruim não** (Dandara, Água Branca).

Olhe, pra mim... eu não posso reclamar. Eu não posso dizer que não precisa melhorar em nada, tá ótimo do jeito que está. [...] Então acho que tá... **Não posso reclamar, acho que tá perfeito.** Tem que continuar assim, né?! (Sandra, Santana do Mundaú).

A segunda razão referente ao investimento do PBF focado nas necessidades das(os) filhas(os) consiste no fato das(os) ex-participantes compreenderem o Programa como um auxílio importante para o cuidado e desenvolvimento delas(es).

O acesso e o investimento na educação e na saúde de suas(eus) filhas(os) são demandas apresentadas nos discursos dos sujeitos da pesquisa com bastante destaque. O que se justifica devido a um passado marcado pela fome, pelo trabalho infantil e pela dificuldade de acesso aos serviços de educação e saúde. Assim, o objetivo é que essa segunda geração tenha uma experiência escolar, nutricional e de saúde mais satisfatória do que a de seus pais e avós¹¹¹. Essa questão pode ser exemplificada com a seguinte fala de Marta:

Eu sou doméstica. [...] Trabalhei cortando cana, limpando roça, entendeu? Trabalhei de gari, trabalhei de garçomete, hoje sou empregada doméstica, ganho apenas quatrocentos reais [...]. [...] Eu tenho orgulho de mim. Eu falo isso pros meus filhos. Às vezes eu bato, assim, no meu peito. Quando o meu filho faz alguma coisa de errado e eu digo: “Não é assim. Não é porque eu cortei cana, que eu adubei, que eu quero ver vocês fazendo a mesma coisa. Não é uma profissão errada, é uma profissão digna, mas **eu não quero que vocês passem pelo que eu passei.** Eu criei vocês com muito orgulho, muito sacrifício. **Então eu quero de vocês hoje o melhor**” (Marta, Campo Alegre).

Desse modo, o recurso do PBF surge como uma estratégia de melhoria da condição de vida para suas(eus) dependentes, sendo o dinheiro utilizado para custear o acesso a consultas médicas, a exames e a compra de remédios, bem como de material escolar, uniforme escolar, além de investirem em cursos profissionalizantes e técnicos. Como resultado, observamos posicionamentos que expressam o sentimento de satisfação quanto à condição escolar das(os) filhas(os), como destacam Valéria e Marta:

Ele [seu filho] terminou. Ele tá fazendo Educação Física, o menino. E ela [sua filha]... por conta que casou nova demais [e engravidou], terminou deixando os estudos, mas ela agora, ela tá... [fazendo supletivo] [...] daqui pro final do ano vai fazer uma prova em Maceió/AL ou é União [União dos Palmares/AL] pra terminar. **Eu acho que tudo veio através do Bolsa Família,** eu acho que... assim... foi um passo muito grande, foi onde veio ajudar. **Ajudou muito, muito. Por isso eu acho que eles estão onde estão hoje. Eu acho que o Bolsa**

¹¹¹ Por todas as(os) entrevistadas(os) foi apontada a ideia de que suas filhas(os) foram alvo de uma maior cobertura em saúde, sendo mais assistidas(os) por profissionais de saúde, seja em suas casas ou em unidades de saúde, em comparação a seus pais e avós. Destacam, ainda, o compromisso com as condicionalidades, mantendo a regularidade das idas ao posto de saúde para pesar, medir e vacinar as crianças, bem como para realizar o acompanhamento pré-natal durante a gestação, o que indica um efeito positivo no que se refere a potencializar a saúde e o desenvolvimento nutricional das(os) crianças cadastradas.

Família ajudou demais. Até porque ajudou em comprar, assim, material escolar. Aí eu acho que ajudou muito, muito (Valéria, Santana do Mundaú).

O [meu filho] hoje trabalha mais com desenhista, ele gosta muito de desenhar. Então era um cursinho que dava pra pagar, então tirava do Bolsa. [...] infelizmente, ele teve de dar uma parada no estudo por causa de trabalho. Ele parou no primeiro [primeiro ano do ensino médio]. Ele foi trabalhar aí na usina, no carregamento. Então é aquele período. São de seis a sete meses, né?! Aí acaba a safra, aí tem semana que vai pra escola, semana que não vai. Às vezes passa duas semanas sem ir devido o horário, o horário da carga de trabalho. Aí por isso que ele não terminou. Mas ele tá fazendo EJA [Educação para Jovens e Adultos]. Fazendo EJA. Já vai passar pra o segundo. [...] **E tenho uma filha que tá me dando [...] orgulho** [ela fala emocionada]. Outro ainda não, mas ela está me dando. Eu tenho orgulho disso aí sim [...]. [...] **Ela faz técnico de enfermagem** [que até o momento estava sendo custeado com o dinheiro do PBF], **mas ela pretende ser médica. Disse que quando terminar enfermagem, que tiver trabalhando, ganhando seu próprio salário, aí ela vai fazer faculdade pra alcançar medicina, médica, né!?** (Marta, Campo Alegre).

Uma terceira razão encontrada nos discursos para justificar a compreensão acerca do uso do PBF para a satisfação apenas de demandas referentes à alimentação e às necessidades das crianças consiste numa identificação com uma lógica discursiva moralizante que hierarquiza o consumo.

Nas falas de Valéria e de Zeza o fato de comprar bens duráveis com a renda do PBF é concebido com naturalidade. Interessante observar que Zeza, como fez parte do cadastro de sua mãe, evidencia uma fala nostálgica ao recordar da compra de móveis e eletrodomésticos que garantiram o conforto da família; a mãe comprou cama para ela e seus irmãos (que antes dormiam em rede), além de televisão para o lazer de toda família, e a geladeira como um eletrodoméstico importante para as necessidades cotidianas; um consumo alcançado a partir de parcelamentos. Então, na visão destas, não há como afirmar que esse uso também não seria para usufruto das(os) filhas(os)

Diferentemente de Valéria e Zeza, Marta reproduz um discurso moralista quanto ao modo que concebe o uso do PBF, passando a nomear a pessoa cadastrada como sendo boa ou má a partir da forma como administra a renda do Programa. Sendo assim, ela legitima como correto aquele investimento focado diretamente e integralmente nas(os) filhas(os) e demonstra hostilidade ao que chama de “desvio”, o que seria, na avaliação dela, o caso do consumo de bens duráveis. Então, Marta acaba enfatizando a necessidade de fiscalização dos gastos, e uma punição em termos da perda da titularidade do PBF caso não esteja investindo o valor naquilo que se concebe como moralmente correto (as necessidades das crianças).

Eu acharia que devia ser até assim, se tivesse uma pesquisa, uma pesquisa, né, e fosse descoberto que a mãe, ela não tá, tá recebendo o Bolsa, mas ela não tá usando aquele... aquele... aquele valor, aquele dinheiro pra os filhos, pra ajudar

em casa, e sim pra vaidade dela, entendeu!?! Pra tá comprando móvel, pra tá comprando... ele poderia ser, vem o esposo, passa pra o esposo. Vou procurar uma pessoa da família pra se responsabilizar. Eu acharia que seria mais fácil assim. Porque se vocês fizerem pesquisa por aí, vocês vão ver muita coisa errada do Bolsa. Muita mesmo. **O Bolsa chegou pra mudar, mas também teve muita gente que, éééé... que usa pra coisas erradas. Deixa faltar... o preferencial em casa, pra... Como se fosse assim, um desvio.** Entendeu? Tipo um desvio [...] (Marta, Campo Alegre).

A compreensão de que talvez se deva ampliar a fiscalização¹¹² do PBF também aparece na fala de Acotirene, no sentido de retratar uma crítica a gastos “indevidos”:

Eu sou professora de Educação Especial. E muitas das vezes a gente se depara com a realidade que os pais deixam de comprar de fato o que é... que o dinheiro é destinado. Chegou uma criança sem um caderno, sem um lápis, porque eles estão desviando [...]. [...] Aí é como eu digo a você, tem casos aqui nos povoados que ainda tem crianças que passam necessidade, passam fome. Não chega a passar fome porque tem um vizinho, tem alguém, mas o dinheiro é desviado, às vezes a família vai pra o lado da cachaça, é... vai em estruturar a sua casa, e deixa falho nesse sentido. [...] Não sei se seria uma fiscalização, não sei, mas eu acho que esse dinheiro não deveria ser desviado, deveria ser usado pra o que de fato, realmente o Programa diz que é (Acotirene, Água Branca).

Importante destacar que o Programa em seu desenho não determina o modo como as(os) participantes devem administrar a renda recebida; no entanto, há uma concepção moral presente no imaginário social de que as despesas custeadas com políticas públicas de transferência de renda não contributivas devam ser apenas para sanar demandas imediatas (como é o caso da alimentação) e não com questões que podem ser concebidas como um consumo de “luxo” (como nomeia Marcos). Porquanto, observa-se a construção de um discurso de que a(o) pobre seria aquela(e) que está necessitando apenas se alimentar. E como demonstrado no capítulo de revisão de literatura¹¹³, as pessoas cadastradas não são igualmente pobres (o próprio PBF busca alcançar pessoas em

¹¹² A ideia de que se deve ampliar a fiscalização do PBF também aparece nas falas de Graziela, Katökinn, Neila e Vera sob a justificativa de que há pessoas que não se enquadram no perfil (de pobreza ou extrema pobreza) adotado pelo PBF, mas que estão inseridas no Programa, uma ideia de fraude que inclusive vem sendo bastante utilizada pelos últimos governos federais (Temer e Bolsonaro) para justificar os cortes no número de pessoas vinculadas (MADEIRO, 2018; 2019). Soares e Sátyro (2010) destacam que os casos de fraude no processo de cadastramento do PBF “beneficiam, por exemplo, parentes e amigos de políticos eleitos ou cabos eleitorais que claramente não têm direito de receber o benefício” (p. 47). No entanto, o autor e autora enfatizam que o quantitativo de fraudes em comparação com o total de pessoas no perfil é insignificante. Em 2010, o número estimava em média 1,09% do total de pessoas inscritas no Programa (SOARES, 2010). Dados do Tribunal de Contas da União (TCU), de 2019, confirma essa informação ao destacar que na ocasião havia 207,7 mil pessoas cadastradas com renda formal acima do limite permitido no PBF, um total face as(os) mais de 13 milhões de cadastros (PORTAL R7, 2019). Vale considerar que o processo de fiscalização a partir do sistema de cruzamento de dados vem se tornando cada vez mais eficiente no sentido de inviabilizar a possibilidade de fraude.

¹¹³ Ver debate em Campara e Vieira (2016); Rego e Pinzani (2013); Tebet (2012); Traldi e Almeida (2012); Uchimura *et al.* (2012); Zimmermann e Espínola (2015).

situação de pobreza e extrema pobreza), estando o gasto restrito ao consumo de alimentos presente, sobretudo, nos casos em que o PBF é a única renda fixa.

Esse caráter normativo se expressa em outras situações ao tratarem da titularidade feminina, em que Beatriz, Dandara, Enaura, Graziela, Sandra e Valéria apresentam justificativas que naturalizam os papéis de gênero no contexto familiar. Há entendimento de que as mulheres são altruístas, por isso investem o dinheiro nas necessidades das(os) filhas(os), além do mais elas são concebidas como mais preparadas e responsáveis na administração do recurso por disporem de conhecimento acerca da dinâmica doméstica em detrimento dos homens. Os seus companheiros são ainda pensados como egoístas, o que implicaria na inabilidade de gestar o PBF. Porém, esse posicionamento é ponderado em algumas falas, como por exemplo de Beatriz e Enaura que dizem que não dá para generalizar que todo homem é assim.

[...] **a mulher tem mais responsabilidade, né?! Homem quando pega só pensa em beber**, o dinheiro o que tiver já vai... Quando é a mulher, **ela já vai pensar nos filhos, no bem-estar da família. Se bem que tem uns homens que tem até cabeça, mas tem outros que não** (Beatriz, Água Branca).

[...] **a mulher sabe fazer tudo dentro de uma casa e o homem não**. Porque às vezes, muitas vezes o homem é o responsável familiar do Bolsa Família, aí diz: “Eu não vou, não dar nada a você porque o Bolsa Família é meu. Bolsa Família é meu.” E **a mulher sabe que o Bolsa Família é dos filhos e da família toda**. Precisou fazer compra... A mulher sabe fazer melhor do que o homem, eu acho. Eu não queria que o meu marido ficasse com o Bolsa Família, como responsável familiar. Responsável familiar é eu (Dandara, Água Branca).

Ótimo! Pra mim é ótimo. Pra mim é bom. Eu acho bom. Apesar que o direito é igual, né, entre aspas, mas... foi bom. Sobre relação, se convier, conviver na casa, ou seja, ser no nome da mulher. Eu acho assim, no meu ver é assim. Porque se eu convivo com ele, não pode ser no meu nome que sou a mulher da casa? Não é porque ele é o homem da casa que tem que ser no nome dele. Tem que ser no nome da mulher. Acho certo. [Quando questionada se acredita que o gênero impacta em alguma diferença na forma de gestar o dinheiro do PBF] Depende do homem, né! Depende do homem. Se for aquele homem que ele... seja mais... que tem... família, falta alguma coisa: “Tome!” Não é muito, mas é coisa que ajuda, [...] ajuda, sim. Faltou um gás: “Tome, compre.” **Depende do homem, acho que depende muito do homem**. Agora se tem homem que pega pra gastar com outra coisa, né?! O meu não, mas se fosse outro homem assim, tem [...] (Enaura, Campo Alegre).

Ah, eu acho que é melhor mesmo a mulher, porque quem tá, é... com responsabilidade toda da família é a mulher. **O homem trabalha pra colocar comida, mas quem tá ali presente em todos os momentos é a mulher. Então, ela sabe do que seu filho precisa, se tá precisando de um lanche, um calçado, uma roupa**. Então, por isso, que eu acho que é melhor que seja a mulher que tenha... é... o comando do cartão Bolsa Família (Graziela, Água Branca).

Com exceção de Enaura, que diz que os direitos da mulher da casa e do homem da casa são iguais – “apesar que o direito é igual” –, observamos nos discursos das outras

participantes uma posição semelhante à verificada nas falas anteriormente citadas de Débora, Neila, Neuza, Nise, Vera e Virgínia: a reprodução da estrutura tradicional de família, sendo naturalizado o lugar da mulher como mãe, cuidadora, apta para os afazeres domésticos. Questão tratada nos trabalhos de Morton (2013) e Tebet (2012).

Por outro lado, Zeza, ao se remeter à titularidade feminina, indica que o PBF contribui para a satisfação da independência financeira das mulheres, salientando o caráter machista presente na sociedade brasileira:

Eu acho que... **a coisa melhor que aconteceu.** Deixa eu te dizer, não sei se você tem essa experiência, como eu disse a você eu ando muito e eu vejo que **tem muito homem machista que... não quer ver a mulher com um real.** Tem pessoas que me compram coisas escondidas do marido, entendeu!?! Aí só compram por conta disso [do PBF]. E precisa, não é coisa fútil, que não precisa, é coisas que precisa. E o marido não... sabe, não sei... Eu digo: “Meu Deus! A pessoa viver com um triste de um marido desses?! Sei não, é melhor viver só.” A situação bem.... **acho que foi a coisa mais certa. E tem muitos homens que ainda querem regular** (Zeza, Santana do Mundaú).

O posicionamento acima expressa a construção de antagonismo nas relações de gênero ao conceber a relação diferencial entre homem e mulher como uma relação de opressão, desnaturalizando a dominação sexista. Nesta medida, podemos apontar uma construção discursiva sobre o PBF como um programa que articula o combate à pobreza ao combate ao sexismo. Além do trabalho infantil, o casamento e a maternidade simbolizam para algumas das mulheres¹¹⁴ um impedimento na continuidade dos estudos e na inserção no mercado de trabalho, pois seus companheiros se colocam na posição de legítimos provedores e as posicionam como cuidadoras do lar e das(os) filhas(os), o que reforça uma realidade de subordinação no cotidiano familiar. Então, o PBF emergiria como alternativa para estas mulheres diante de uma relação hostil mantida com seus companheiros.

Isso se aproxima do debate construído no tópico 1.1 da revisão de literatura, em conformidade com as ideias de Quadros e Santos (2017), de Rego e Pinzani (2013) e de Tebet (2012) que indicam que o PBF, ao garantir renda às mulheres, possibilita que elas consigam enfrentar e ressignificar situações referentes à dominação sexista.

A título de finalização desse segundo subtópico, vimos que o PBF ao promover acesso à renda para essas(es) ex-participantes que estão à margem do emprego formal, sendo, inclusive, a única possibilidade de rendimento fixo para muitas delas(es), passa a

¹¹⁴ Questão presente nas falas de 13 das entrevistadas: Dandara, Enaura, Graziela, Katökinn, Marta, Neila, Neuza, Nise, Sandra, Thalita, Valéria, Virgínia e Zeza.

ocupar discursivamente o lugar de uma alternativa diante do desemprego e do cenário de fome – Sandra o nomeia como “único salário”, no sentido de uma renda fixa. Entretanto, há também o entendimento que o PBF não responde satisfatoriamente à demanda por emprego/salário em razão da modesta quantia repassada – incapaz de satisfazer todos os desdobramentos ocasionados pela ausência de emprego (alimentação, roupas, calçados, bens duráveis, remédios, dificuldades para pagar o aluguel, etc.) – e de não proporcionar capacitação e garantia de inserção no mercado de trabalho. Enaura destaca a limitação da renda do PBF em comparação a um salário; Valéria sugere o aumento do repasse; enquanto Zeza explicita a necessidade de oferta de cursos profissionalizantes que estimulem a geração de renda e enfatiza que o que as pessoas querem é emprego.

De todo modo, as(os) ex-participantes reconhecem a importância do PBF em suas vidas. Porquanto, o Programa é compreendido como uma estratégia governamental necessária para o combate da pobreza e da fome. Sandra e Valéria, ao fazerem uma comparação entre o período anterior ao PBF e o momento em que se inseriram no Programa, enfatizam que suas vidas melhoraram consideravelmente, tendo em vista que ele foi responsável pelo acesso a um consumo antes impossibilitado, principalmente quando recordam da experiência da infância marcada pela escassez de alimentos ou pela fome. Ressaltam que se houvesse o Programa nessa época suas dificuldades seriam amenizadas. Desse modo, concebem o PBF como uma estratégia governamental de superação da extrema pobreza e de combate à fome, o que faz com que tenham elogios à gestão governamental que o implementou, como faz Enaura: “O governo foi... tá nota dez sobre a geração Bolsa Família”. Marta nos mostra também que através do Programa foi possível investir em um negócio próprio para ampliar a renda familiar, o que foi importante, considerando a sua experiência enquanto mãe solo.

Eu consegui, é... **através da renda do Bolsa Família comprar meu carrinho, um carrinho melhor pra eu vender minha fritura** [...]. [...] a gente coloca na feira, na praça, monta um ponto que você move. Aí eu vendia coxinha, pastel. Eu mesma fazia em casa a coxinha, o pastel, a batatinha frita, pra... ajudar na renda (Marta, Campo Alegre).

Para os casos em que a demanda emprego/salário é construída como exigência (politizada), mas não construída como demanda popular, o PBF satisfaz parcialmente a demanda por emprego/salário, garantindo um alívio na condição de pobreza em virtude de possibilitar uma renda fixa mensal.

Nos casos em que a demanda emprego/salário é construída como demanda popular, podemos entender que o PBF satisfaz, de maneira particularizada (lógica da

diferença), demandas presentes na cadeia discursiva, sendo concebido pelas ex-participantes, de modo semelhante ao caso anterior: como um alívio no cenário de presença de inúmeras desigualdades no contexto social e histórico nos quais vivem.

O uso da lógica da diferença pela ordem social hegemônica é uma estratégia que visa a invisibilidade dos antagonismos e o enfraquecimento de articulações equivalenciais entre as demandas existentes. Nesta medida, o PBF pode ser analisado como um programa que contribui para a expansão da ordem hegemônica. Entretanto, é importante salientarmos que, nos dois casos de construção da demanda emprego/salário como exigência, há narrativas que enfatizam que é a geração de emprego – e não o recebimento do PBF – a alternativa efetiva para o enfrentamento da pobreza. Podemos ressaltar novamente, em relação a este aspecto, posicionamentos de Zeza: “Na verdade, **acho que precisa de mais oportunidade de emprego, né?! [...]** eu ando muito, e eu vejo o povo relatando, assim, que tem pessoas que não tem nada, nada, e sobreveve daquilo [do PBF]”.

Nota-se, ainda, que diante da insatisfação da demanda por emprego/salário algumas ex-participantes reivindicam: a abertura de locais de trabalho como feiras, empresas, fábricas, cooperativas (Valéria, Graziela e Marta); a ampliação da oferta de formação profissionalizante (cursos) para pessoas de baixa renda (Katökinn e Sandra). A proposta da realização de concurso público foi algo que apareceu em alguns outros discursos, tendo em vista que nessas cidades os contratos com a prefeitura se dão de modo temporário, o que produz um sentimento de insegurança.

Em termos de trabalho, emprego. Abertura de emprego, abertura de firma. [...] **Campo Alegre tá precisando hoje é só de emprego. De abertura de empresa.** Só. [...] O que está faltando aqui em Campo Alegre é isso. **Um concurso público, que ainda não teve,** ainda não teve, e abertura de empresa (Marta, Campo Alegre).

Educação, trabalho, abriria muitas portas, sabe? E ter... pra ter noção também... Hoje em dia tá difícil até pra fazer um curso, pra fazer um curso... **Se os governos também olhassem nessa parte, na área da educação, iria melhorar que só a poxa** [...] (Katökinn, Coqueiro Seco).

Acho que poderia ter, assim, se juntar os governos, tipo, que nem **abrir uma fábrica,** juntar alguma coisa, **uma cooperativa** bem legal. Acho que poderia ajudar muito, principalmente essa região toda de agricultura. Poderia ajudar muito, muito, muito, muito. Na verdade, **é um sonho. Isso é um sonho** (Valéria, Santana do Mundaú).

A única opção que tem é prefeitura [que oferta contratos temporários de trabalho], alguma loja, esse tipo de coisa... **Teria que ter alguma fábrica, alguma coisa assim, pra poder crescer. A gente sempre sonha que melhore, que cresça, que dê mais chance aos pobres** dessa forma (Graziela, Água Branca).

Poderiam gerar cursos profissionalizantes pras crianças e adolescentes, pintura, e nesses cursos de pinturas e coisas poderiam que, **além deles**

aprenderem, aprender alguma coisa pra botar em frente um trabalho, alguma coisa, é... Trabalhar pra eles mesmo, acho que poderia gerar cursinhos e... como sempre, emprego. Em todo lugar acho que necessita de empregos (Sandra, Santana do Mundaú).

Os discursos destacados acima evidenciam que o investimento do governo em ações de fortalecimento da educação, da qualificação profissional e da geração de emprego/salário poderia cooperar com o enfrentamento da situação de pobreza e fome em seus municípios. Em se tratando de cursos, que teriam a ver com a terceira dimensão do PBF, as complementaridades (portas de saída), como veremos no subtópico 5.2.3 – a partir das falas de Marta, Zeza, Beatriz, Enaura, Katökinn, Marcos e Sandra –, são ações que vêm sendo implementadas de forma bastante limitada, das quais muitas(os) sequer conseguem participar, em razão de questões como a baixa oferta, o horário em que acontecem torna incompatível com a disponibilidade de algumas(uns) ex-participantes, a falha no canal de divulgação, além de se pautar em uma construção não dialógica (verticalizada), ou seja, as pessoas cadastradas não são ouvidas no tocante à construção dessas estratégias.

Ainda é possível observarmos produções discursivas semelhantes entre as(os) ex-participantes que constroem a demanda como pedido (tópico anterior) e as(os) que a constroem como exigência no que se refere à compreensão da satisfação de demandas pelo PBF. Podemos considerar uma importante diferença em termos dos discursos com os quais elas(es) se identificam no que diz respeito ao que se mantém como insatisfação: no tópico anterior a insatisfação é naturalizada, no sentido, inclusive, de que não se pode reclamar sobre o PBF; entre as(os) ex-participantes que constroem suas demandas como exigência, a insatisfação é tratada como a manutenção da negação de um direito, o de ter um emprego formal que possibilite um salário (renda fixa) capaz de satisfazer o alcance de uma vida que não seja caracterizada pelas desigualdades que marcaram suas histórias.

5.2 Lógicas políticas referentes às gestões municipais

Apresentado o modo como as(os) ex-participantes concebem a satisfação ou não de suas demandas via PBF, neste tópico mostraremos, a partir de seus discursos, as lógicas sedimentadas das gestões locais no que diz respeito ao funcionamento do Programa. Faremos esse debate considerando especialmente as experiências de Desligamento

Voluntário (DV)¹¹⁵ que ocorreram nos municípios estudados. Nesse sentido, discutiremos como elas(es) compreendem as estratégias utilizadas pelas gestões locais para a superação das desigualdades (pobreza, fome, desemprego). Apresentaremos, inicialmente, de modo complementar, as falas de profissionais da gestão para situarmos o modo de funcionamento que está sedimentado nos contextos da pesquisa.

5.2.1 “*Aqui tem um assistencialismo muito bom*”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída

Nos quatro municípios da pesquisa – Água Branca, Campo Alegre, Coqueiro Seco e Santana do Mundaú –, o desemprego é um problema que atinge mais ou menos 90% da população residente. Como forma de amenizar as desigualdades, as gestões locais apresentam as seguintes ações e programas assistenciais destinados às famílias pobres: fornecimento de cestas básicas; transferência de renda destinada para a compra do gás de cozinha, remédios ou pagamento da energia elétrica; distribuição de leite para gestantes, crianças e idosos em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Aqui tem um assistencialismo muito bom. Porque a gente faz o acompanhamento das famílias que estão com uma deficiência financeira, [...] aí faz o acompanhamento para ganhar cesta básica. De acordo com a situação de cada família eles vão dá aquele suporte diante da situação encontrada. Tem a ação do Bolsa Alegre¹¹⁶ que é transferência de renda também. [...] A assistente social faz a visita, eles fazem o cadastramento, [...] eles avaliam a situação econômica e liberam, se eu não tiver enganada é R\$ 60,00 ou é R\$ 70,00 praquela família, seria o valor de um ‘bujão’. Mesmo se ela tiver o Bolsa Família ela pode, é uma transferência de renda municipal. [...] Tem cesta básica, tem leite pras pessoas que têm problema de saúde e não

¹¹⁵ O procedimento de DV está previsto na Portaria nº 555, de 11 de novembro de 2005, e na Instrução Operacional nº 48, de 13 de outubro de 2011 da SENARC. O DV diz respeito a um procedimento presente no desenho do PBF que busca orientar os sujeitos cadastrados a se desligarem por conta própria do Programa após saírem do perfil de participante por terem apresentado aumento na renda familiar. A vantagem consiste no fato de elas(es) serem asseguradas(os) do retorno imediato, por até três anos após a realização do DV. A SENARC orienta as(os) gestoras(es) municipais a incentivarem as pessoas cadastradas a solicitarem o DV mesmo que a melhora da renda seja temporária, pois evita com que o benefício seja cancelado automaticamente, o que dificultaria ou impediria o retorno imediato ao Programa (tendo que passar novamente pelos processos de habilitação, seleção e concessão); ou até mesmo a judicialização da condição devido à Controladoria-Geral da União (CGU) interpretar o fato como fraude por ter um perfil econômico incompatível com o que é estabelecido nas regras do Programa (BRASIL, 2012a).

¹¹⁶ “O Programa Bolsa Alegre, é um programa municipal de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com o pagamento mensal de um benefício no valor de R\$ 50,00. [...] Além disso, visa estimular a permanência das crianças e adolescentes na escola e promover o acompanhamento regular da saúde dos beneficiários”. **Secretaria de Assistência Social realizará recadastramento do programa Bolsa Alegre.** Disponível em: <<http://campoalegre.al.gov.br/c/2058/secretaria-de-assistencia-social-realizara-recadastramento-do-programa-bolsa-alegre/>>. Acessado em: 20/03/2020.

tem condições de comprar, tem a medicação que é da assistência também, tem fralda [...]. O assistencialismo deles é grande nessa parte (Assistente social, Campo Alegre).

Tem o benefício eventual da prefeitura que é a doação de cestas básicas para famílias vulnerável que estão sem renda. Tanto é na questão da cesta básica que eles podem ajudar, ou um talão de energia que a família não pagou e a Companhia [elétrica] foi lá e cortou, aí a assistência pode entrar com uma ação. Também em um funeral, nem todo mundo hoje paga uma funerária, [...] então vai na prefeitura e a assistência entra com um benefício eventual [famílias cadastradas no PBF também podem receber o benefício eventual] (Gestora PBF, Santana do Mundaú).

Tem a feira do desjejum que é realizada na semana santa, onde são contempladas as famílias do Bolsa Família que estão naquele determinado mês com o benefício ativo. [...] É uma feira da semana santa, **isso é um programa do município.** [...] Como também as ações dos banheiros [...] é uma ação que o município realiza com as famílias que têm baixa renda, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, e elas são contempladas com esses banheiros, banheiro normal na casa [é projetada a construção de banheiros nas residências das famílias] (Gestora PBF, Água Branca).

O CRAS fornece cestas básicas para famílias em situação de extrema pobreza. E há também o programa do leite (Assistente social, Coqueiro Seco).

As prefeituras desses municípios, além de implementarem as diferentes estratégias acima descritas, são identificadas pelas(os) ex-participantes como um dos poucos lugares de oferta de emprego na realidade local. Contudo, tanto a oferta dos programas assistenciais quanto os contratos de trabalho ocorrem via uma relação clientelista, ou seja, só são assistidas ou contratadas aquelas pessoas que mantêm uma relação político-partidária com a prefeitura, aspecto que é naturalizado ou problematizado em alguns discursos das(os) entrevistadas(os).

Onze das(os) ex-participantes entrevistadas(os) que votaram nas gestões das diferentes prefeituras possuem algum contrato temporário, sendo esse emprego o motivo para realização do DV – Acotirene, Beatriz, Dandara, Débora, Graziela, Natasha, Nise, Valéria, Paulo, Vera e Zeza. No caso de Água Branca, todas as entrevistadas tinham vínculo empregatício com a prefeitura; em Campo Alegre, apenas Natasha, mas Marcos conta que trabalhou na gestão anterior; no município de Coqueiro Seco, Paulo e Nise encontravam-se empregados. Por sua vez, Neila diz que seu companheiro já teve contrato e atribui a conquista da casa própria à gestão atual; já em Santana do Mundaú, três pessoas (Valéria, Vera e Zeza) exercem cargos na prefeitura¹¹⁷.

¹¹⁷ Vale salientar que o próprio quadro profissional da assistência social e coordenação do PBF, nesses municípios, é composto majoritariamente por contratos temporários; inclusive, as coordenações são geridas por pessoas (não necessariamente concursadas) que ocupam cargos comissionados, cargos de confiança da prefeitura local. Um ponto que pode refletir em uma questão delicada no que se refere a relação entre profissionais da assistência e prefeituras locais, o que as(os) colocam a cargo da lógica local – clientelismo.

Em sua maioria, os cargos não requerem qualificação profissional (podendo empregar pessoas que concluíram ou não o ensino básico) e ofertam um salário mínimo vigente. São funções como porteiro, motorista, profissional de serviços gerais ou de limpeza urbana, merendeira, secretária ou recepcionista. Apenas três desempenham funções que requerem maior nível de qualificação: Natasha como auxiliar administrativa, Acotirene que atua como professora e Débora como chefe de divisão na Secretaria Municipal de Assistência Social. No caso das duas últimas, elas recebem apenas um pouco mais que um salário mínimo.

Quanto às ações complementares (portas de saída) vinculadas ao PBF construídas nos contextos locais, as profissionais da assistência social dos municípios de Água Branca e Santana do Mundaú disseram não haver oferta de cursos de capacitação profissional. Diferentemente, Campo Alegre e Coqueiro Seco indicaram a oferta de cursos para participantes do PBF e retrataram-na como uma medida importante para inseri-las no mercado de trabalho. A assistente social de Coqueiro Seco alega que o PBF destina verba para esses fins. No município de Campo Alegre, além da oferta de cursos profissionalizantes, foi construído um espaço para que os sujeitos empreendessem o próprio negócio, o “Empório Alegre”¹¹⁸, que se trata de quiosques para famílias que vendiam seus produtos (artesanato local e comidas típicas) às margens da AL-220 km 36, sem qualquer estrutura. Uma iniciativa voltada à geração de emprego para mais de 40 famílias de baixa renda, muitas que inclusive faziam parte do PBF, mas se desligaram por ter conseguido sair do perfil de participante¹¹⁹.

O Programa [PBF] tem recurso que... a gente... faz esses grupos de... de... de capacitação. Junto com a Secretaria de Assistência, ele faz... junto... faz os grupos, caso de... de... A gente tem dois grupos de mulheres aqui no município, que é... é contemplado pelos recursos do Bolsa. [...] É um aqui no centro e outro na zona rural, que... a gente tá sempre capacitando com... palestras informativas, toda... é de quinze em quinze dias cada grupo. Uma segunda aqui um, uma segunda no outro. Aí tem lanches, a gente traz curso técnico de outras áreas, sempre tá levando médico, dentista, ééé... cursos, cursos... culinária...

Por isso, que não se trata aqui de expor posicionamentos individualizantes acerca das(os) profissionais da assistência social, mas de práticas que indicam e reproduzem uma lógica sedimentada nessas realidades. Além do mais, Couto, Yazbek e Raichelis (2017), destacam que os serviços do SUAS em municípios brasileiros são marcados pela falta de capacitação profissional, redução do quadro de pessoal, pela baixa oferta de salários, o que resulta em relações de trabalhos precarizados e equipes incompletas e insuficientes numericamente.

¹¹⁸ **Iniciativa ajuda mais de 40 famílias em Campo Alegre.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/altv-2edicao/videos/v/iniciativa-ajuda-mais-de-40-familias-em-campo-alegre/7129345/>>. Acessado em: 20/03/2020.

¹¹⁹ Infelizmente não conseguimos entrevistar nenhuma das famílias que foram alvo dessa ação.

diversos tipos de cursos. No caso, de culinária, tem de artesanato. [...] Tenho um... tenho um pedreiro mesmo que faz serviço lá em casa que ele fez o curso de... pedreiro pelo PRONATEC, fez... (Assistente social, Coqueiro Seco).

A ação do Empório Alegre consistiu na geração de renda para as famílias através da construção de quiosques de refeições considerando a culinária regional com produtos da agricultura familiar, como também do artesanato local. Antes da construção dos quiosques as mais de 40 famílias contempladas foram submetidas a um processo de formação através de cursos profissionalizantes. [...] Algumas dessas famílias eram cadastradas no PBF, e conseguiram se desligar do Programa (Gestora do PBF, Campo Alegre / diário de campo).

Na experiência de campo, pudemos perceber que as quatro gestões analisadas, além de apresentarem o maior quantitativo de DV do estado, evidenciam um *modus operandi* semelhante, especialmente em três aspectos: a) um olhar para os sujeitos cadastrados no PBF sob uma perspectiva meritocrática e moralizante; b) o predomínio de uma lógica clientelista, em que as ações assistenciais e a oferta de emprego é destinada a quem é visto como aliado político (em um caso específico, a própria concessão do PBF entra nesse rol); e c) a lacuna na construção de portas de saída, o que fragiliza o processo de inserção das famílias participantes do Programa no mercado de trabalho. Esses dois últimos pontos serão demonstrados e analisados a partir dos discursos das(os) ex-participantes.

As profissionais da gestão reconhecem a importância do PBF como uma estratégia de minimização da pobreza e da fome, que entendem ser fruto do desemprego. Mas, ao mesmo tempo, reificam um discurso sobre os sujeitos pautado na culpabilização e responsabilização destes pela condição de desigualdade em que vivem. Um discurso que deslegitima a busca dos sujeitos por políticas públicas que lhe amparem, e os associam a uma relação de dependência ou comodismo. Até mesmo atribuem ser de responsabilidade dos sujeitos cadastrados a superação da condição de pobreza, declarando que deveriam investir o dinheiro que recebem do PBF em um negócio próprio, em uma capacitação profissional. Como notamos em algumas das falas¹²⁰:

A gente quando vai fazer visitas e percebe muito aquele ciclo vicioso: a mãe casou cedo, teve vários filhos, o marido deixou. Aí uma filha casou cedo e mora na casa. Aí naquele contexto familiar são várias famílias, cada um com sua problemática. [...] Uma jovem mal engravida aqui e já vem procurar para fazer o Bolsa Família dela [...].

Tudo tem pontos positivos e negativos. Tem pessoas que se aproveitam do Programa, ou se acomodam, não buscam outra situação, não buscam melhorar. Outros já ouvi dizer, não tenho assim fato confirmado, das pessoas

¹²⁰ Estas falas em específico não foram identificadas por localização ou cargo que executam devido ao acordo feito com as(os) profissionais.

que pegam o dinheiro para gastar com bebidas, gastam de forma errada, não gastam naquilo que realmente é o foco do Programa [...]. Na verdade é para tirar as famílias da extrema pobreza, mas a forma que ela gasta não interessa pra gente, realmente a gente não faz esse acompanhamento e nem deve fazer. [...] Tem pessoas que falam o seguinte, eu até fico chateada quando escuto isso, eu acho um absurdo: “que o Bolsa Família não era pra ser pago, porque o ‘cabra’ fica preguiçoso, o ‘cabra’ não quer trabalhar, mulher não quer trabalhar. Antigamente as mulheres lavavam roupas para ganhar dinheiro, fazia uma faxina e hoje não quer mais”. Mas aí eu não culpo o Bolsa Família, vai do caráter da pessoa, né isso?! Porque se eu tenho uma renda e eu preciso melhorar, eu necessito melhorar, porque não melhorar? Ficar só dependendo daquilo, né?! Eu vou ficar só naquilo se eu posso melhorar. Então a culpa não é do Bolsa Família, embora as pessoas achem.

Eu tô tentando fazer, sempre que eu tenho oportunidade, é... de mostrar, principalmente a... a... **a pessoa titular, no caso a mãe**, uma outra situação, uma condição que ela precisa usufruir, é... que **ela precisa aproveitar enquanto recebe, pra sair daquela situação**. A gente diz: **“Olhe, esse benefício não é pro resto da sua vida, não. Vamos dizer assim, que você tem seis meses de benefício, então pegue esse benefício e se capacite em algum curso, faça alguma coisa...”** que a gente costuma dizer: **“Minha gente, pega duzentos reais, trezentos reais, emprega em qualquer coisa pra que aquele dinheiro multiplique e você vá saindo dessa situação, dessa dependência do Programa”**. **O Programa não é pra toda vida**. O Programa quando... e o Programa, **ele expira na vida da pessoa. Não é toda vida que você vai ficar ali só recebendo esse Programa, não**. Ele expira. Já teve... uma pessoa aqui que... foi bloqueada... não é bloqueada, não, que se chama, é... foi cancelado, porque, por permanência no Programa, **desde que iniciou o Programa que ele recebe e ele nunca procurou uma melhora pra sair dessa situação**. É. É. Aí quer dizer, **a pessoa passa dez anos recebendo... cem reais, cento e poucos reais... e... não... não usou aquele dinheiro pra nada?** Sei lá... Agora foi bloqueado, e aí? Perdeu, e aí? Que essa pessoa que eu tô falando, realmente não fazia nada, só usava o dinheiro pra... pra... tomar as cachaça dele e... hoje tá aí, nem o dinheiro da cachaça ele tem, tá aí na... dependendo da família.

Costa (2010) nos apresenta duas formas distintas quanto à atuação da hegemonia, uma delas seria definida pelo expurgo à diferença, que no contexto dessa pesquisa pode ser entendido a partir da invisibilidade ou negação das demandas por profissionalização e emprego a partir da omissão de ações efetivas das gestões que impulsionem a oferta de cursos e a geração de emprego na realidade local (cabe aqui destacar novamente a experiência de Campo Alegre como uma exceção); ou até mesmo pela culpabilização/responsabilização dos sujeitos cadastrados no PBF pela condição de pobreza em que se encontram, reproduzindo a construção de uma imagem negativa dos sujeitos como “preguiçosos” e “acomodados”. Posicionamentos que são frutos de uma lógica discursiva sedimentada que tem na meritocracia a justificativa para as desigualdades. Então, por essa perspectiva, se a pessoa passa dez anos no PBF, isso não

diz da falta de atuação da gestão local em garantir direitos, mas do comodismo da pessoa cadastrada.

A outra lógica de atuação da hegemonia é marcada por uma expansão hegemônica. De acordo com Costa (2010), esta pode ser caracterizada a partir de duas formas:

a) pela incorporação pela hegemonia sedimentada de algumas [...] [demandas] na dimensão da lógica da diferença, de modo que os laços entre as posições de sujeito se mantenham como laços diferenciais, não como laços antagônicos, no intuito de dificultar a divisão do espaço social em dois polos antagônicos; b) pela atuação da hegemonia a partir da construção de vínculos entre antagonismos democráticos contrários à hegemonia e momentos presentes na própria cadeia hegemônica, enfraquecendo a luta política não somente pela reprodução da lógica da diferença, mas pela promoção de deslocamentos nas relações antagônicas (p. 115).

Nesta pesquisa, observamos que na satisfação das demandas – tanto entre as(os) ex-participantes que conceberam suas demandas como pedido quanto entre as(os) que a conceberam como exigência – percebe-se a operacionalização da gestão local via lógica da diferença. A satisfação de uma demanda em sua particularidade é o que caracteriza a lógica da diferença, conforme Laclau e Mouffe (2015). Para Costa e Prado (2017, pp. 03-04) “a lógica da diferença pode ser entendida como uma estratégia da hegemonia sedimentada, no sentido que satisfaz demandas particulares de alguns grupos a fim de evitar a visibilidade de fronteiras políticas”. Assim, os laços entre as posições de sujeito se mantêm como laços diferenciais, não como laços antagônicos.

Como veremos, não houve diferenças significativas entre os modos de funcionamento das gestões locais no que concerne tanto à satisfação das demandas das(os) ex-participantes quanto ao modo em que operam o PBF. O formato da discussão seguirá o mesmo esquema adotado, ou seja, continuaremos a divisão em dois grupos (pedido x exigência).

5.2.2 “Vou lutar pra ela [prefeita] ganhar de novo, quem não sabe ela me dá outro trabalho?”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída

Nos discursos dos sujeitos que conceberam suas demandas como pedido foi possível observar uma naturalização acerca das relações clientelistas como forma de alcançarem a satisfação de suas demandas, o que faz com que o papel das(os) governantes seja compreendido a partir da ideia de “ajuda” e não da execução de políticas públicas

para a garantia de direitos, o que leva ao enfraquecimento da possibilidade de emergência do antagonismo.

Essa compreensão foi percebida nos quatro municípios no sentido de uma relação de troca de favores – seja um emprego temporário na prefeitura, uma cesta básica, acesso a água, uma casa –, fidelizando seu voto devido a uma benesse da gestão local. Isso fica explícito na fala de Paulo, que faz críticas a figuras políticas que na opinião dele não se dispõem a “ajudar” as(os) mais pobres; ajuda aqui entendida numa lógica de caridade. Nesse mesmo sentido, Nise também relata um diálogo que teve com o prefeito para conseguir reformar sua casa e conseguir um emprego. Em seu tempo, Neila declara que votou na prefeita devido à conquista da casa. São exemplos que de fato mostram que suas demandas são construídas como pedidos, solicitações que se dão numa relação construída de maneira diferencial, sendo o vínculo clientelista um modo de satisfação da demanda (emprego/salário, casa) via lógica da diferença no sentido de satisfação particularizada da demanda com fins à invisibilidade de relações de poder, isto é, impossibilitando a emergência de antagonismos.

Eu trabalho com a prefeita, né... Aqui o governador... os vereadores não pagam, não, pra ninguém, não dão uma força pra ninguém, não. Dão não. Eles só ganham dinheiro invocado aqui, não faz nada. Você for pedir uma ajuda a eles... Teve um dia que teve um rapaz aqui, ele chegou de fora aí, sofrendo com fome, eu falei “Vai no cara de plantão lá”, era o vice-prefeito, né?! Ele falou que não tinha condições de dar uma feira pro cara, não. Repara só. Errado, um pai de família... Pois eu não tenho nada, pois quando chega gente em casa eu digo, não... Já mandei: “Vá comprar no homem ali fiado, vai. Vá lá na venda que eu pago”. Vou lá e digo: “Alimente essa mulher, depois eu pago”. Que eu faço... Eu não vou perder nada, não. Ele [Deus] vai me dar o meu depois, vai me dar recompensa, né?! Tem um vereador também aqui [...]. [...] Rapaz, [...] fui pedir uma ajuda a ele, [...] ele falou que não tinha condições, repara. Tem meio mundo de casa de aluguel, vereador, tem meio mundo... tem duas lojas aqui em Coqueiro Seco, tem uma em Santa Luzia e uma no Pilar... negando ajuda a um pai de família, por cinquenta reais?! Isso é dinheiro, meu irmão?! Não faz nada, não. Nada na vida. [...] **aqui nós não somos registrados** [se referindo ao contrato de trabalho mantido com a prefeitura]. [...] O mandato da mulher [a prefeita da cidade], nós não somos concursado, né!? Aí pode, **nós tamo hoje aqui, amanhã não tá... botar pra fora, né?** Aí vou viver na pesca. Vou pra pesca [...] todos os dias, vou plantar roça! Que roça você come é por ano, sabe?! [...] tô aqui num pé com a prefeita aí, até quando ela chegar, o mandato dela, né!? Aí o mandato dela, ela disse assim: “Olha, parou”... mas também **peço a Deus pra o ano que vem [...] ela ganhar de novo**. É. Que ela disse: “Não, seu [Paulo], se eu ganhar de novo você fica”. Aí pra mim é uma boa, né!? [...] (Paulo, Coqueiro Seco).

Aí eu fui lá. “Eu não tenho vergonha de nada, olha aí. Pelo amor de Deus! O que o senhor puder fazer por mim... minha casa já caiu por cima de mim”. Eu digo que preciso... “O que o senhor puder fazer, me dê o material pra eu fazer minha casa”. “Não, eu vou fazer”. “E um trabalho [solicitando um trabalho], porque eu não tenho condições” [...]. Pedia uma ajuda, ele [o prefeito à época] dava, pedia uma ajuda... [Relatando uma conversa que teve com o ex-prefeito] Eu disse: “**Eu quero que o senhor me dê um trabalho, porque o senhor me dando um trabalho eu tenho como ir na venda comprar uma ‘boia’ pra**

comer". E assim ele me deu. Me deu, deu minha casa. Graças a Deus eu tenho um teto que ele fez, eu não tenho condições. É... eu não tenho vergonha de pedir não. No outro prefeito trabalhei que só, no outro já passei nessa aqui, na... nessa prefeita. Essa prefeita é ótima, essa prefeita. **Vou lutar pra ela ganhar de novo, quem não sabe ela me dá outro trabalho?** Vê se agora os quatro anos, né!? Porque ela é ótima, essa prefeita. É sério mesmo. **Eu tenho fé em Deus ela ganhar de novo** (Nise, Coqueiro Seco).

[Ela se recorda da justificativa para decidir seu voto nas eleições municipais] [...] rapaz, eu pensei direitinho [...]. [...] Muita gente dizia: "Não, vou não votar..." Minha consciência falava pra eu votar nela [a atual prefeita] porque eu fui sorteada pela casa, e eu não tava assim, tava no cadastro das casas, mas disseram que perderam. [...] cedeu a casa, a gente conseguiu entrar... **Eu vou ajudar a quem me ajuda, a quem me ajudou**, não fosse eles eu tava de aluguel [...] (Neila, Coqueiro Seco).

Tratam-se aqui de posições que não problematizam criticamente a desigualdade que vivenciam, compreendidas também em razão de uma vida marcada pela escassez, o que leva a uma ação "imediatista" para se livrarem de um cotidiano brutal e hostil materializado pela fome, o desemprego, o subemprego, o trabalho infantil e a ausência de moradia; experiências das quais não gostam nem de lembrar, como dizem Nise ou Neuza. Paulo justifica a sua relação com a prefeitura como sendo a única possibilidade de garantir uma renda fixa, pois as atividades que ele realiza autonomamente geram uma incerteza de rendimento. Assim, elas(es) entendem que o tempo de duração da gestão simboliza a garantia de uma vida momentaneamente estável, de um sentimento de segurança, como demonstram Paulo e Nise, ao afirmarem que continuarão a investir esforços e a "pedir a Deus" para que a gestão se mantenha por mais tempo.

Os discursos acima demarcam o quanto os sujeitos ainda estão atravessados pela lógica clientelista vigente na realidade local que reforça processos de subordinação. No capítulo anterior, mostramos que esses sujeitos constroem sua demanda por emprego/salário como pedido, o que converge com a ação de requererem a satisfação dela pela via institucional (se submetendo aos trâmites burocráticos), ou até mesmo naturalizando as relações de dependência com a prefeitura baseadas na troca de favores (ainda que haja ressalvas). Então, como já dissemos, isso faz com que a satisfação seja concebida não como um direito, mas como uma ajuda, mantendo, assim, seu apoio à prefeitura, e não constituindo uma posição de enfrentamento com o poder público.

A satisfação da condição de ausência ou insuficiência de renda ao ser atendida pela gestão local em termos de sua particularidade acaba inviabilizando a produção de antagonismos, a qual é uma condição para a construção da luta política contra a ordem hegemônica. As demandas, inclusive a por emprego, são satisfeitas de maneira

condicionada ao apoio à gestão local e, assim, como já dito, em termos de um favor e não como um direito que estava sendo negado.

Quando perguntadas(os) sobre a existência de organização partidária em seus municípios, todas(os) as(os) entrevistadas(os) da pesquisa responderam que só veem as mobilizações dos partidos políticos no período eleitoral. É por essa razão que os partidos e as(os) políticas(os) são associadas(os) exclusivamente às promessas de campanha e às trocas de favores (o voto por algum benefício, como por exemplo, um cargo político).

As entrevistas analisadas nos permitiram ainda refletir acerca da terceira dimensão do PBF no que diz respeito às complementaridades. Segundo Magalhães *et al.* (2013) e Santos *et al.* (2014), o objetivo das complementaridades (portas de saída) é estimular o desenvolvimento de capital humano da população-alvo, ou seja, fortalecer as alternativas para que as famílias cadastradas consigam ultrapassar a situação de vulnerabilidade e assim, se desligarem do PBF de forma voluntária.

As(Os) entrevistadas(os) que foram alvo de algumas dessas ações expõem uma avaliação positiva dessas experiências. No caso da Débora, ela aponta que o curso serviu para que pudesse trabalhar, usando da experiência adquirida para atuar como manicure em período em que se encontrava desempregada e somar com a renda vinda do PBF.

Foi, eu fiz esse curso [no Programa Mulheres Mil¹²¹]. A gente aprendeu coisas assim, de pescada. É preparar prato de pescas, de peixes, tudo mais, essas coisas assim. Já... [...] muitas vezes aqui tem curso, sempre tem... É. É, aqui no CRAS. É. Os melhores... Assim, os melhores cursozinhos que podem acontecer é aqueles, assim, do Senac... Quando vem é bom. Às vezes quando... Às vezes sai na rua o carro anunciando. E às vezes você sabe por boca. [...] são gratuitos. [...] muitas pessoas só participam desse curso quem é... de baixa renda, que... que tira o Bolsa Família. Então, tem essa regra aí, também, é pra essas pessoas. [...] A minha filha fez o de costureira. É... Não é uma... umas coisas, assim, profissional, mas pelo menos você aprende alguma coisa, né? [...] Esses cursos que fizeram a maioria deles, além de você fazer o curso, você ainda ganhava um... um valor. Pra você manter aquele curso, se pre... um transporte, essas coisas assim, né!? tinham bolsas que eram assim, também, tudo programa do governo. Quando era do governo, entendeu? (Neuza, Coqueiro Seco).

Eu fiz o curso, foi aqui nesta Secretaria, já tinha, fiz o curso de manicure. [...] o curso de manicure com certificado e tudo direitinho, a gente ganhou um kit após fazer o curso. Foi feito aqui pela Secretaria [Ela nos conta que chegou a

¹²¹ “O Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e é fruto dos resultados positivos gerados por uma iniciativa piloto de mesmo nome, criada em 2007 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões”. **Programa Nacional Mulheres Mil**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>>. Acessado em: 02/06/2020.

trabalhar como manicure, enfatizando a importância desses cursos vinculados ao PBF] [...] (Débora, Água Branca).

No entanto, os sujeitos da pesquisa questionam o modo de implementação dessas ações. Como dizem, nada adianta profissionalizar a população se não há formas ou locais de ingresso no mercado de trabalho, ou seja, lugares que possibilitem exercer a função que aprenderam. Elas(es) apontam ainda que as pessoas são talentosas e querem trabalhar, mas falta investimento da gestão.

Programas... programas até que surgem. Sempre tem cursos, aqui... mas é aquela coisa, com aquele curso não vive. Não é coisa de você... Por exemplo, **aqui tem muitas pessoas talentosas**, aqui em Coqueiro Seco, essas podem... essas pessoas talentosas, eu quero dizer assim, artesãs, entendeu? Então aqui poderia ter o que, aqui? Uma cooperativa de artesanato, né, de artesanatos onde que essa cooperativa, todas mulheres, aqui, trabalhassem, né, e ter alguém que pegasse esse material pra vender pra fora, divulgar entendeu? Porque **tem talento em Coqueiro Seco**, mas... E aqui é assim, se você põe uma coisa, não vai pra frente. Então, é... seria uma coisa, esses programas... É, investimento, uma pessoa interessada, né? Por exemplo, teve um curso, não sei se ouviu falar esse curso das Mulheres Mil. [...] Foi, eu fiz esse curso. [...] Então a gente fez esse curso, mas foi o mesmo que não ter feito. Por exemplo, você estuda a psicologia... Mas se você não põe em prática, adiantou você ter feito o seu curso? Não é verdade? [rsrsrs] Então... então é assim, se você faz aqui, [...] e você não põe em prática... não adianta nada, entendeu? (Neuza, Coqueiro Seco).

Deveria ter... É... Deveria ter, assim, por exemplo... Olhe, eu não... Assim, tem pessoas que gostam de curso de cabelereiro, manicure, que é mais uma coisa... que a pessoa aprende e dá pra fazer até em casa, né!? Dá pra fazer de cabelereiro, montar um salãozinho, de manicure, mas num lugar que não tem empresa, não tem nada desses negócios aqui, **como é que a pessoa vai fazer um curso sem ter um emprego aqui de nada**, que nem tem nesses outros cantos, né!? Aqui não tem. O que tem trabalho aqui é a prefeitura [ela se refere aos contratos temporários], mais nada. E roça. Só isso. Uma fábrica, deveria ter uma fábrica aqui, de alguma coisa, por exemplo, ter um curso e cadê a fábrica de costureira, de coisas assim, que nem nessas cidades grandes [...] (Virgínia, Santana do Mundaú).

Diante dos discursos acima, entendemos que ainda que haja um projeto de qualificação profissional, percebe-se uma ausência quanto às estratégias de geração de emprego e renda aliada à oferta de cursos por parte das gestões municipais; esse déficit acaba por corroborar com a manutenção das desigualdades locais a longo prazo.

É importante apontar que o incentivo ao fortalecimento de capital humano das famílias cadastradas (através de ações/programas educacionais e profissionalizantes) e a inserção delas no mercado de trabalho é algo previsto no desenho institucional do PBF, como uma estratégia de portas de saída com o objetivo de possibilitar a mobilidade social. Cabe-nos ressaltar que, como destacam Zimmermann e Espínola (2015), o desenvolvimento dessas ações/programas complementares vinculados ao PBF são de responsabilidade das gestões municipais, as quais dispõem de informações privilegiadas

acerca das demandas locais, o que permite a elas elaborar um diagnóstico mais preciso no que concerne aos problemas e às necessidades decorrentes da situação de pobreza e extrema pobreza da população local.

A escassez dessas estratégias complementares alinhadas a um projeto de geração de emprego e renda pode ter corroborado com o processo de perpetuação das(os) entrevistadas(os) no PBF. Essa realidade explicita uma falha no tripé transferência de renda-condicionalidades-complementaridades, fazendo com que o PBF se torne uma política unicamente voltada à transferência de renda, o que dificilmente simbolizará a possibilidade de ascensão de classe para as pessoas cadastradas, mantendo a condição de pobreza, ainda que em um nível suportável. Como já demonstramos (ver subtópico 3.3.2.5), a maioria das(os) ex-participantes se mantiveram por dez anos ou mais cadastradas(os). No caso de Débora, Neuza e Nise, o vínculo foi de 16 anos; no caso de Virgínia, 12 anos. No momento da pesquisa, tanto Neuza quanto Virgínia reativaram seu cadastro com o Programa. Observa-se ainda uma segunda geração entre as famílias que realizam o cadastro, isto é, fizeram parte do cadastro de suas mães e quando adultas(os), após a constituição do próprio núcleo familiar, realizaram o cadastro como titulares¹²².

A ideia de que o PBF não possibilita às pessoas conseguirem alterar significativamente a sua condição de vida fica ainda mais evidente quando as(os) ex-participantes falam sobre o processo de DV. Na experiência delas(es), a saída do Programa não simbolizou necessariamente a superação da condição de ausência e insuficiência de renda, uma vez que a renda fixa que conquistaram (e que as tira do perfil do PBF) – de até um salário mínimo e meio – é insuficiente para alcançar um padrão de vida que avaliam como satisfatório; elas(es) ainda vivenciam experiências de desigualdades.

Assim, mesmo que as(os) ex-participantes tenham a demanda por emprego/salário atendida¹²³, algumas(uns) compreendem que esta não tem sido suficiente para satisfazer suas necessidades, dadas as dificuldades que ainda enfrentam. Nesse sentido, avaliam que precisariam do PBF como um complemento da renda familiar, enfatizando que o recurso faz falta.

¹²² Esse é o caso de Beatriz, Enaura, Katökinn, Neila, Marcos, Sandra e Zeza.

¹²³ No caso das pessoas que construíram a demanda como pedido, decorreu de duas formas: a) face ao emprego formal (renda fixa) ou benefício previdenciário de seus companheiros (Neila, Neuza e Virgínia); ou b) elas mesmas conseguiram um contrato de trabalho com a prefeitura (Débora, Natasha, Nise, Paulo e Vera).

Sinto [falta do PBF]. Porque já era um lado, né? Porque **eu ganho um salário, mas é pra tudo. Pago energia, gás, remédio pra minha mãe, é uma coisa e outra, carne. Faz falta, né, não vou dizer que não faz, é pouco, mas faz falta.** É assim mesmo, né? Tem que... reconhecer que já tem outras pessoas que não ganha... não tem seu salariozinho e a gente já tem, né?! Eu reconheço... (Nise, Coqueiro Seco).

É. Pra quem dependia de cento e vinte e quatro reais. Que era o que eu recebia do Bolsa Família. [...] Você passa anos e anos recebendo, que eu comecei recebendo acho que foi oitenta e dois. [...] Aí vai tendo os aumentos... [...] Então, pra quem recebia cento e vinte e quatro e hoje recebe mil e duzentos e cinquenta. É uma diferença muito grande. Muito grande. Vou te dizer que... sinto. Se fosse pra mim... se assim, não ter problema de não... não ter... **Se pudesse... eu não teria feito** [o DV], **sinceramente, não teria.** Porque aí... assim, seria um dinheiro que eu não ia tirar, mas era um dinheirinho que tava lá guardado todo mês, todo mês, todo mês [...] (Vera, Santana do Mundaú).

Aí pra mim foi ótimo, faz falta rsrsrs. **Eu não vou dizer a você que não faz falta porque faz falta, mesmo agora eu trabalhando,** tendo tido é...., ter feito no caso o Desligamento Voluntário; é uma coisa que você demora mas você se acostuma. Porque todo mês você tinha aquela quantia, mas vamos dizer **se eu pudesse juntar seria melhor,** só como a gente tem uma opção, minha opção foi fazer o desligamento. [...] Porque assim, como eu disse a você, no primeiro ano logo de cara não fiz o desligamento, eu fiz em 2018, ano passado. Aí me ajudava, porque assim, eu pago minha faculdade, é R\$ 160,00, só que aí vem a apostila, aí vem uma coisa pra meus filhos que eles querem. Aí era é uma ajuda porque eu dizia pelo menos esse eu pago a faculdade, e o restante eu compro de lanche, de coisa, de lanche pros meninos, aí agora eu tenho que tirar do meu salário pra pagar a faculdade. Mas eu não desisto da minha faculdade, de jeito nenhum (Débora, Água Branca).

Essa situação de insuficiência de renda ainda presente leva os sujeitos a se envolverem com atividades paralelas ao emprego formal para complementar a renda. Paulo alterna entre o emprego de porteiro na Secretaria Municipal de Assistência Social e o trabalho na lagoa e na roça; já Nise atua como profissional de limpeza urbana (contratada pela prefeitura) e aproveita para coletar recicláveis e revender.

Eu tenho um bocado de roça ali que eu planto. Que não dá, não. O salário é, muita coisa, não. E nós passa pra receber quarenta dias, aí é, é ‘tropé’. Dia 10, né?! Aí custa, aí tenho que correr. Fui pra lagoa ainda hoje e já ganhei trinta reais. Agora quando chegar em casa vou limpar os peixes, botar a comida no fogo, à tarde vou pra roça... É macaxeira e batata... milho, deu um bocadinho de milho [...]. [...] Olha, eu recebo aqui um salário. Eu vou esperar daqui pro dia dez pra receber salário? Custa, meu velho, é chão. Meu gás é sessenta e cinco reais. Vai, não vai, eu compro o gás fiado, né?! Pago oitenta reais no gás. De energia eu pago cinquenta reais, cinquenta e dois reais de energia. O meu filho mais velho: “Pai, me dá um negócio”; tem que dar, né?! Sou pai dele, tenho que ajudar. O que eu ganho na lagoa já é um lado, né?! Na semana passada mesmo fui três dias, peguei camarão, ainda arrumei 60 reais de camarão... eu tiro camarão, eu pesco camarão, pesco peixe, tiro caranguejo, e planto roça, tudo isso eu faço (Paulo, Coqueiro Seco).

Eu faço vez de... Assim, eu trabalho, mas eu faço umas vezezinhas assim. [...] Catar lixo, essas coisas, catar reciclagem, assim? Não... tem umas latinhas, já vou vender pra comprar mistura. [rsrsrs] É... Tem que se virar no que tem. Né não?! (Nise, Coqueiro Seco).

De todo modo, os sujeitos apresentam um sentimento de satisfação parcial diante do modo como as gestões locais atendem suas demandas. É por isso que não vemos a construção da prefeitura como um adversário, já que ela estaria garantindo renda, seja através de ações assistenciais ou de contratos temporários (com o condicionante do apoio à gestão), ocorrendo assim uma absorção das demandas, o que fortalece a produção de vínculos à lógica sedimentada e inviabiliza as possibilidades de antagonismo.

As(Os) ex-participantes, ao serem atendidas(os) em suas particularidades, ou seja, ao acessarem renda através de alguma medida assistencial ou pelo contrato de trabalho temporário, têm a sua demanda encerrada. No caso da construção discursiva clientelista observada, a demanda é satisfeita como um favor.

Sendo assim, não há construção de uma fronteira antagônica, ou seja, não ocorre a identificação de um inimigo justamente porque as demandas estão sendo atendidas via lógica da diferença. É uma estratégia da gestão atender às demandas via lógica da diferença para que não haja uma crescente insatisfação e a possibilidade de identificação por parte dos sujeitos em condições de subordinação com discursos que os façam problematizar/politizar as relações diferenciais e as subverterem.

5.2.3 “Trabalho nessa [gestão], mas eu sou contra esse negócio de tá com politicagem, de tá indo atrás de um padrinho [político] pra tá pedindo”: estratégias locais para satisfação das demandas e construção de portas de saída

A relação clientelista também se faz presente entre os sujeitos que conceberam suas demandas como exigência (demanda democrática ou demanda popular), porém, diferentemente do grupo anterior, estes tensionam as relações mantidas com as gestões locais. Em alguns dos discursos foi possível demonstrar um sentimento de insatisfação quanto ao fato da vinculação político-partidária permear a concessão de programas assistenciais ou a oferta de contratos de trabalho temporário com a prefeitura.

A experiência de Dandara exemplifica bem isso, mostrando que se você se compromete em votar, se torna alvo das ações assistenciais da prefeitura; caso contrário, é tratado como um “eles”, um adversário que prejudica a(o) prefeita(o). Então, os sujeitos acabam ficando subordinados a uma relação de fidelidade político-partidária. Dandara nos conta ainda que até a sua concessão do PBF foi capitalizada pela prefeitura. Acotirene e Marcos demonstram rejeição a essa lógica de funcionamento que as(os) submete à sujeição na relação com as(os) políticas(os) locais e à insegurança quanto ao cargo que

podem ocupar; para Marcos, esse tipo de relação mantida pela prefeitura inviabiliza a experiência de uma democracia na realidade de seu município. Acotirene compreende que a alternativa a essa lógica passa pela realização de concursos públicos.

E lá onde eu moro [no assentamento], [...] não tem água encanada, a gente veve de carro pipa. Quando o prefeito... **Na outra gestão eu nunca consegui um carro d'água, por causa que era perseguida**, a família, aí nunca consegui um carro d'água da prefeitura, quando eu queria um carro d'água, tinha que comprar. Cem reais, cento e vinte reais. Esse dinheiro eu tirava da comida pra comprar água pra não ficar sem. Já tirava, também, muitas vezes eu tirei do dinheiro do Bolsa Família. Quando eu não tirava do Bolsa Família, minha sogra comprava o carro d'água pra mim e mandava, minha mãe já me ajudou também, minha avó [...]. [...] [Sobre sua inserção no PBF] Eu ligava direto procurando, procurando... procurando, e nunca conseguia. Também naquela época eu acho que tinha perseguição com as pessoas, naquela época as pessoas... Negócio de política, sabe?! Você sabe que aqui, é mesmo em todo canto, mas aqui em Água Branca tinha perseguição. O [prefeito e a secretária da assistência social à época], quando eles não gostavam da cara de uma pessoa que não era a favor deles, eles massacravam mesmo. Aí a família do meu marido sempre... nunca foram a favor deles. [...] Ele nunca me deu oportunidade de nada por conta da família de meu marido que é muito grande, tem mais de trinta e oito pessoas, e ele nunca deu oportunidade por conta dele, mas eu... eu... reclamava muito da vida, assim, pra eles, porque não era pra [...] em si, eu quero direto receber o Bolsa Família. Até que chegou um dia... Ave Maria! Foi uma surpresa tão grande no mundo. Você... “[A secretária de assistência social] disse que era pra você vir.” Aí eu vim. Quando cheguei, entrei nessa sala... [...] Disse: “Olhe, [Dandara], seu Bolsa Família chegou, viu? Graças a eu! Graças a eu aqui. Olhe aqui, olhe! **Eu tô te dando Bolsa Família, viu?! Agora se endireite, você tem que ajudar a gente**”. [...] Nesse dia ela foi entregar esse papel, mandou chamar todo mundo aqui, teve uma fila de gente aí pra entregar esse papel, como tava dando o Bolsa Família a nós, como se tivesse sendo ela que tava dando na época. E todo mundo inocente, não sabia de nada, tudo... um bocado de gente, tudo sem estudo e futuro, sem saber... Hoje eu não tenho estudo, não, mas eu entendo de muita... tô entendendo muitas coisas pra vista [...] (Dandara, Água Branca).

[...] esse negócio de politicagem é terrível. **Eu trabalho como contratada, trabalhei na outra gestão, que mudou, né, mudou... Trabalho nessa, mas eu sou contra esse negócio de tá com politicagem, de tá indo atrás de um padrinho pra tá pedindo. Sou a favor, não tem concurso, que se faça processo seletivo, pra dar um direito a todo mundo fazer, porque esse negócio de picuinha, de leva e traz, não dá certo, não.** Não dá certo de jeito nenhum. É muito complicado a gente... “Eita! O ano que vem já tem!” Eu digo: “Ô, meu Deus! Passe logo depressa”; porque não é coisa boa, não (Acotirene, Água Branca).

Se eu me empregar na prefeitura, eu não tenho emprego, o emprego não é meu. O emprego é de vereador ou prefeito. Se eu discutir com um vereador, eu tô fora. Não é pelo meu trabalho, é que se eu mostrar a minha verdade pra ele, eu saio do emprego. Certamente eu tô na mão dele. Hoje em Campo Alegre é assim. [...] O governo, o governo, presidência, eu posso colocar na cabeça, mas no município eu não posso, porque é forçado. Se o seu candidato, você trabalha, se o seu governo aqui em Campo Alegre sair, você sai. Se você não votar, você sai. Eles não têm como descobrir, né!? Mas se ele perder, você sai. [...] **Se eu falar, se for empregado daqui e eu falar, eu sou dispensado. Tenho que ficar calado. Isso não é democracia.** Não posso dar minha opinião. É eu querer dar minha opinião e não poder. Querer fazer e não poder. É falar. Democracia você pode fazer, assim, né?! **Democracia é você... você poder falar, você poder, é... agir** (Marcos, Campo Alegre).

Os discursos acima explicitam a influência do clientelismo na cultura política que marca as relações entre as prefeituras e a população local, uma questão ainda presente em muitos municípios brasileiros. Conforme destacam Pase, Müller e Moraes (2012): “Os legisladores dos pequenos municípios brasileiros relacionam-se com os eleitores por meio da troca de favores individuais e principalmente do acesso diferenciado aos serviços públicos, o que é característica de prática clientelista” (p. 196). Para Couto, Yazbek e Raichelis (2017), essa cultura patrimonialista, tecnocrática e clientelista representa desafios e entraves para a “consolidação da Assistência Social, enquanto política pública de responsabilidade do Estado e de direito do cidadão” (p. 289), dado que associam e utilizam a assistência social como uma prática clientelista e não como política pública, algo que, por exemplo, podemos notar no discurso de Dandara.

Entretanto, a despeito destas(es) ex-participantes fazerem a crítica à lógica de funcionamento das gestões locais, elas(es) não estão isentas(os) das dinâmicas políticas que ali estão sedimentadas, dadas as condições de vida e a necessidade de apoio assistencial para se manterem. O tensionamento aos *modus operandi* das gestões não se sobrepõe às condições de sobrevivência.

No caso de Dandara, observa-se uma contradição no que concerne à sua fala anterior, dado que ela não problematiza o fato de ter conseguido um emprego na gestão em troca de apoio eleitoral. Para ela, o errado seria ter recebido dinheiro em troca do voto; em sua concepção não há problema ter garantido seu emprego, pois o dinheiro virá como fruto do seu esforço.

Eu acho que vereador devia ajudar as pessoas pobres, como eles ganham um salário bom. E vereador não faz nada por ninguém. Aqui no município, não. Vereador só pensa nele, no bolso dele. Quando chega o tempo da eleição vai atrás dos pobres pra iludir. Ali tem gente que ilude com cinquenta reais. Cada coitado. “Me dá um voto, toma cinquenta reais.” Os coitados vai e vota. Eu mesma não voto em ninguém por dinheiro nenhum de nada. Nenhum dinheiro do mundo. Se chegar um candidato, se eu ver que dá pra me ajudar, eu ajudo, agora pra mim pegar dinheiro dele, eu nunca gostei na minha vida. Como eu agora, na gestão do [prefeito]. **Eu votei nele limpo. Quando ele chegou na minha casa, que falou: “O que você gostaria?” “Hoje eu gostaria de ter um emprego na minha vida. Um emprego pra eu trabalhar, eu dar alguma coisa aos meus filhos, não faltar minhas coisas. Eu desejo é um emprego. ‘Apois’ eu vou... Se eu chegar lá, eu vou te dar um emprego.”** Aí ele foi, chegou, e ele mesmo mandou me chamar e me deu o emprego. Foi assim. Mas os vereadores deveriam ajudar muito os pobres, que tem muitas pessoas pobres. Ave Maria! Um vice-prefeito ganha dez, quine mil reais. Só no bolso dele, não ajuda um cristão. Depois chega o tempo das eleições, quer que todo mundo vote. Aí os pobres tudo botando eles pra frente, e os pobres tudo pra trás (Dandara, Água Branca).

Em se tratando do modo como as gestões locais administram o PBF, especificamente acerca da terceira dimensão do Programa, que diz respeito às

complementaridades – que podem envolver tanto cursos profissionalizantes quanto estratégias de geração de emprego e renda –, foi possível observar que no caso destes sujeitos em questão, apenas Enaura e Marcos apresentaram experiência de participação em cursos. Mas estes ocorreram no período da adolescência, momento em que faziam parte do cadastro de suas mães.

No entanto, as(os) ex-participantes destacaram algumas questões que implicaram na sua não participação: a) o horário da oferta dos cursos, muitas vezes, torna-se incompatível com a ocupação profissional que desempenham, questão que impossibilitou a participação de Marta; b) a oferta é baixa, destaca Zeza; c) há uma divulgação precária quanto aos cursos disponíveis, como apontado por Beatriz, Enaura, Katökinn, Marcos e Sandra. Tratam-se especialmente de questões que explicitam o fato de a construção das estratégias complementares não se darem de modo dialógico, as pessoas cadastradas no PBF não são ouvidas no que se refere à oferta, e tampouco são satisfatoriamente informadas ou consultadas a respeito da implementação e da viabilização de sua participação. O serviço acaba sendo construído de modo verticalizado, em que técnicas(os), especialistas e gestoras(es) tomam as decisões sem que correspondam às especificidades e demandas da população-alvo.

Os impasses acima são retratados nos estudos de Santos e Magalhães (2012) e Zimmermann e Espínola (2015), que aproveitam para tecer críticas no sentido de apontar que essas questões evidenciam fragilidades no modo como o PBF vem sendo gestado. É destacado que se trata de um problema que deve ser resolvido, pois impacta negativamente na experiência das(os) participantes do Programa, haja vista que os cursos são estratégias construídas com o objetivo de potencializar o capital humano das pessoas cadastradas para que possam ter mais chances de ingressar no mercado de trabalho e alcançar meios de superação das desigualdades que vivenciam. Diferentemente da primeira dimensão do PBF (a transferência de renda), que atua a curto prazo, as complementaridades buscam agir a longo prazo no sentido de contribuir com a superação da pobreza no sentido de possibilitar que as pessoas possam sobreviver independente da contribuição do Programa. É por essa razão que acreditamos que a ausência (ou pouca oferta) dessas ações nos contextos do estudo podem, sim, explicar o vínculo duradouro dos sujeitos da pesquisa com o PBF, que na maioria dos casos ultrapassa mais de dez anos.

As(Os) ex-participantes enfatizam que gostariam de ver ações voltadas à formação profissional da mão de obra local mais vulnerável e o investimento em estratégias de

geração de emprego e renda. Acotirene critica a baixa oferta, e afirma que isso pode corroborar com uma imagem negativa do Programa, centrado no repasse de renda e não na construção de estratégias que busquem potencializar a alfabetização, a profissionalização e a empregabilidade das pessoas cadastradas. Ela também destaca que a oferta deve estar alinhada com a realidade local do município; essa proposta de especificação demonstra uma compreensão de que as ações e o conhecimento adquirido ao dialogar com o território pode mais facilmente ser convertida em meios de subsistência.

Eu acho o Programa Bolsa Família falho no sentido que ele dá o benefício [a renda], mas ele não oferta nenhum curso, nada, pra futuramente quando você chegar a perder, você se manter. [...] aí você fica muito refém do... do... do dinheiro do Bolsa Família que é ofertado sem ter uma cobrança certa. Ele não tem. Você faz um cadastro e pronto [...]. Muito pouco [a oferta de curso]. Eu vejo é quase nada de cursos que tem. Aí de vez em quando tem um curso de maquiagem, curso de flores [confeção de flores artesanais], que agora parece que fez parceria, de flores [...]. [...] eu acho que deveria ser mais voltado pra o campo, que aqui a gente tem uma extensão boa rural. Pra o campo [...] (Acotirene, Água Branca).

No mais, a ideia de implementação de cursos é requerida por todas(os) as(os) entrevistadas(os), e aquelas(es) que não participaram enfatizam que se tivessem tido conhecimento da oferta o teriam feito, como diz Beatriz: “É bom. O que viesse eu fazia, é sempre bom, aprendizagem quanto mais, melhor”.

Essa discussão nos leva ao ponto do processo de DV entre os sujeitos desse subtópico – que conceberam sua demanda por emprego/salário como exigência –, de modo a refletir acerca de como se deu essa experiência. De certa forma, ela está atravessada pela lógica clientelista, prática hegemônica sedimentada em seus municípios.

O DV não significou a saída de relações de dependência no contexto de dominação social frente a outros sujeitos (o companheiro, a família, a/o prefeita/o), uma vez que, nos quatro municípios, os motivos da realização do desligamento foram, em geral, o contrato temporário com a prefeitura (principal possibilidade de empregabilidade nos quatro municípios), que não lhes garante um sentimento de segurança por compreenderem que podem ter o contrato suspenso a qualquer momento. Marcos é incisivo ao tratar desse tipo de relação. Sobre isso, Beatriz também expressa sua insatisfação: “[...] eu tive que fazer o desligamento, mesmo não sendo em cargo que não é segurado, né?! Hoje sim, amanhã pode estar desempregada”. A ex-participante Valéria ainda destaca que devido à incerteza da manutenção do seu contrato com a prefeitura vê no PBF a possibilidade de não ficar desamparada: “Recebo um salário. Futuramente, eu não sou... concursada, sou contratada, futuramente, a partir do momento, eu não sei o que

prefeitura tem, quem é contratada é hoje e amanhã não, eu volto [...] pra o Bolsa Família”. Por sua vez, Acotirene, ciente dessa incerteza do contrato, expõe seus planos de montar um ponto fixo na feira para conseguir garantir uma segurança financeira:

Eu tenho um terreninho perto da casa da minha mãe, [...] aí tenho uma banquinha na feira, e eu quero construir lá pra botar um lugarzinho fixo, pra mim deixar lá minhas coisinhas, porque, infelizmente, não sou efetiva, e a qualquer momento o contrato, né, a qualquer momento a gente pode ser dispensado, e isso aí é uma garantia de eu ter um coisinha, aí eu quero fazer isso (Acotirene, Água Branca).

Outra razão para a posição pouco favorável para a realização do DV é a avaliação que fazem de que o salário recebido – um salário mínimo – é insuficiente para atender às demandas do grupo familiar. Por isso, algumas(uns) argumentam que deveriam se manter no PBF, tendo em vista que na maioria das vezes somente uma pessoa da família trabalha. O Programa representaria um complemento necessário na renda.

Uma família não [consegue se manter com um salário mínimo]. Por experiência própria. Eu tenho cinco anos de casado. Uma família... Uma pessoa solteira acredito que sim, dependendo também do que ela faz. Mas pra... pra uma família não dá, não. Eu trabalhei muito, eu ganho um salário, a minha esposa ganha um salário. A gente paga aluguel, paga um aluguel. E... tem hora que tem que se impensar, viu?! (Marcos, Campo Alegre).

Eu acho errado [o DV ocorrer em decorrência da renda familiar ser de apenas um salário mínimo]. Eu acho errado. Principalmente assim, que um salário mínimo hoje, pra uma família de quatro, cinco pessoa, se, é... vou te falar assim... A cabeça, a pessoa responsável da casa, ela não souber administrar, passa necessidade. Então, eu acho errado. Agora se fosse acima de um salário mínimo, dois, três salários, um salário e meio, aí seria outra coisa [...] (Marta, Campo Alegre).

Eu acho isso errado. Meu ver, errado. Que hoje em dia só na cabeça de quem já tem muito dinheiro pra saber que uma pessoa com um salário sobreveve, entre aspas, com algumas coisas. Mas será possível que a gente não se veste, que a gente não adoece, que a gente não come, não falta um gás, não tem uma energia, não tem uma água pra pagar? Será possível? Pra dizer que com um salário mínimo, você tendo um salário mínimo, não tem direito ao Bolsa Família mais? Eu acho isso errado. Era pra ter o direito sim. Era pra ter o direito. E quem trabalha na casa? O marido. A esposa não trabalha [...]. O Bolsa Família é dela e do filho dela. Ele não já trabalha? Pelo menos assim, né?! Mas não, corta o dela, corta o dele, tudo, tira o salário, corta tudo. Isso é errado. A meu ver é errado (Enaura, Campo Alegre).

Que pudesse voltar pra ajudar mais seria bom. [...] Voltaria, porque ajudava demais. Porque hoje em dia as coisas tão demais, tão caras demais. Um salário mínimo, na verdade, é mais do que o Bolsa Família? É. Mas na verdade não dá pra você... respirar, não. [...] Se você não for controlado, não dá pra você... Não dá pra você se alimentar, vamos dizer assim. Porque vem o ‘bujão’, vem energia, vem tudo (Valéria, Santana do Mundaú).

Ah! Seria bem melhor, porque aí ajuda mais ainda. Porque, tipo, o salário mínimo dá pra gente ir levando no... máximo que pode, mas só que com o Bolsa Família, tipo, se eu ganhasse hoje o Bolsa Família, seria uma renda extra pra comprar mais alguma coisa pros meus filhos, dar... é... tipo, preciso colocar minha filha menor pra... é... uma escolinha particular, um reforço, e não posso pagar hoje com um salário mínimo, mas se eu tivesse hoje, com certeza eu

pagaria um reforço pra ela, que necessita. E em questão também de remédio, essas coisas. Já era um extra, né, pra pessoa... (Graziela, Água Branca).

Foi ruim pra mim [o DV]. Mas é, quero voltar a receber. [ela faz essa fala se dirigindo a assistente social que entra na sala para pegar algo, então elas mantêm um breve diálogo]. [Assistente social: Mulher, tu quer ficar desempregada, é?] Não, mas meu marido tá desempregado aí só eu... [Assistente social: Mas aí é problema dele. Eles querem saber dos critérios das regras. Você teve sorte que não foi pego antes] Era tão bom quando tinha os dois. Era um complemento tão bom [Assistente social: Olhe, mas você fez o desligamento, isso é bom. Se fosse cancelamento pra você retornar ia ser muito mais difícil]. [Após o fim do diálogo, ela comenta comigo] Tem dificuldades. [O PBF seria] Um complemento a mais, que ajudaria mais ainda, né?! Sinto [falta do Programa]. Ave Maria! Que as coisas tudo caro, né?! Remédio tudo caro, bota um pouquinho de coisa na cesta já... o salário quase todo fica lá.

Nesse sentido, como na experiência dos sujeitos apresentados no subtópico anterior, o DV as(os) leva a continuarem exercendo alguma atividade profissional paralela, mesmo com uma renda fixa, como é o caso de Acotirene: “[...] eu trabalho também, é, vendendo produtos da Natura e da Avon, aí tenho uma banquinha na feira, e eu quero construir lá pra botar um lugarzinho fixo, pra mim deixar lá minhas coisinhas”. E Zeza, nos conta:

Eu agora vendo, assim, vendo *Tupperware*, Boticário [...]. [...] E antes, quando eu não trabalhava, eu tinha que me mexer pra arrumar algum. Meu marido não tem uma renda fixa. Quando arruma trabalho, trabalha, quando não arruma, fica se remexendo na roça, em alguma coisa por lá mesmo. Não, não tem renda fixa. Tipo, trabalha dois dias na semana [...] (Zeza, Santana do Mundaú).

A experiência de algumas das mulheres entrevistadas (Enaura, Katökinn, Neila, Neuza, Sandra, Virgínia) é ainda mais complexa, já que realizaram o DV em função do aumento da renda de seus companheiros¹²⁴, um processo que impactou negativamente no sentimento de liberdade financeira que possuíam com o PBF. Enaura diz que se tratava de uma renda que podia chamar de sua. Em suas palavras: “[...] é a única coisa que eu tinha meu, pra eu dizer assim, meu!”. Ainda, em sua opinião, o PBF é das mulheres; assim, o cadastro não deveria ser comprometido em função do salário de seus companheiros.

De todo modo, independente dos questionamentos e discordâncias quanto ao fato de terem que realizar o DV, em seus discursos as(os) ex-participantes também justificaram por que compreendiam ser o certo a se fazer, quando identificamos ao menos três razões que fundamentavam esse entendimento: (1) a primeira razão se refere ao fato

¹²⁴ Que se dá decorrente de terem passado a exercer uma profissão formal (muitas vezes também temporárias em usinas e fazendas, em período de safra, o que corresponde a mais ou menos seis meses), ou como no caso do companheiro de Neuza, que sofreu um acidente de trabalho e ficou recebendo um benefício temporário.

de que o DV representa a garantia da manutenção do cadastro para a reativação por um período de até três anos, caso voltem à situação de desemprego e/ou informalidade; (2) a segunda razão diz respeito a um sentimento de honestidade em virtude de compreenderem que esse procedimento faz parte das regras do PBF. Dessa forma, acreditam ser correto cumpri-la, do contrário, se colocariam na posição de pessoas que fraudam as políticas públicas; (3) a terceira razão fala de um sentimento de solidariedade. Elas(es) compreendem que no momento há famílias que precisam mais, pois entendem que o Programa pode contribuir bem mais para pessoas que não possuem renda fixa, que estão desempregadas. Sobre esse último ponto, podemos observar as seguintes falas:

Se é pra desligar, vamos desligar. **Vai pra outra família que tá precisando mais** (Katökinn, Coqueiro Seco).

Desligar que tem gente que precisa mais do que eu (Marcos, Campo Alegre).

Tem que dar a oportunidade pros que necessitam mais do que eu [...] (Graziela, Água Branca).

Aí já **como eu tô trabalhando eu quis deixar o lugar pra quem... a vaga pra quem precisa**. Graças a Deus eu tô trabalhando, eu já agradeço muito, muito. Há três anos. Não, assim, eu achei assim... eu disse: “Não, eu vou... Eu acho que... Serviu muito, muito, muito pra mim, mas eu vou deixar o lugar pra outras pessoas que precisem igual a mim.” Porque eu tenho o meu trabalho hoje, graças a Deus [...] (Valéria, Santana do Mundaú).

Então, **se eu sair outra pessoa pode entrar e receber**, né?! Tem pessoas que não tinha nem um salário, e como eu já tinha o salário do meu esposo, eu decidi também vir aqui por minha conta [...] (Sandra, Santana do Mundaú).

Diante do exposto, observamos que a atuação hegemônica entre as gestões locais é a atuação via clientelismo, a partir da qual conseguem em certa medida incorporar na ordem hegemônica os antagonismos presentes nos discursos das(os) ex-participantes que concebem sua demanda como exigência. Ainda que apresentem tensões na relação que mantêm com as gestões municipais, as entrevistadas – Acotirene, Beatriz, Dandara, Graziela, Valéria e Zeza – encontram-se aliadas a elas, já que alcançam a satisfação da demanda por emprego/salário em troca de apoio político-partidário. A demanda passa a funcionar como uma questão eleitoral, a fronteira política é transferida para o âmbito dos governos estaduais ou federais. Esse processo pode ser caracterizado como uma lógica de expansão hegemônica, ainda que nestes termos beneficie mais diretamente apenas a gestão municipal, a qual invisibiliza relações políticas no município ao, através da lógica clientelista, não ser concebida como uma das responsáveis pela insatisfação dos moradores da cidade.

Porém, com base nas experiências descritas, a satisfação da demanda via clientelismo não gera segurança quanto à garantia do emprego/salário. Além do mais, o modo como as gestões locais administram o PBF produz a manutenção do *status quo*, limitando o Programa à transferência de renda quando não investem na terceira dimensão que diz respeito à profissionalização e à geração de emprego e renda (uma medida de combate à pobreza a longo prazo).

Em tempo, é importante destacar que para as(os) profissionais das gestões a não superação da condição de pobreza entre as(os) participantes do PBF diz mais de uma posição de comodismo do que da falta de uma atuação da gestão local (em termos da falta de estratégias para o enfrentamento da pobreza a longo prazo com a implementação de portas de saída). Uma lógica discursiva que pode ser compreendida a partir do que Costa (2010) nomeia como expurgo à diferença, dado que reproduz um argumento meritocrático para responsabilizar os sujeitos que não conseguem superar a pobreza, deslegitimando-os.

Assim, as estratégias hegemônicas aqui apresentadas vêm perpetuando processos de desigualdades e subordinação, não contribuindo para a superação a longo prazo da condição de pobreza. O clientelismo cria novas relações de dominação e perpetua as desigualdades ao manter o distanciamento entre os privilegiados e não privilegiados.

Entendemos que se o PBF fosse aplicado considerando a terceira dimensão que consta no seu desenho, poderia contribuir para um combate mais efetivo da pobreza a médio e longo prazo. A crítica quanto às portas de saída do PBF está em consonância com o posicionamento defendido na literatura consultada (ver Santos e Magalhães, 2012; Testa *et al.*, 2013; Zimmermann e Espínola, 2015), que afirma que o Programa contribui para a amenização do efeito mais extremo da pobreza – a fome –, mas falha em garantir alternativas de sobrevivência para além da vinculação com a política.

Em seu desenho, o PBF parte de uma compreensão de pobreza enquanto um fenômeno multidimensional, que pode representar a ausência de diversas demandas, tais como renda, alimentação, água encanada, educação, energia elétrica, habitação, informação, lazer, medicamento, saneamento, saúde, emprego, transporte, vestuário, bens duráveis, etc. Como vemos, considera diversos aspectos essenciais para uma vida digna, não se limitando ao componente econômico, por isso que além de transferir renda se propõe a impulsionar o acesso à educação e à saúde, como também garantir, através de ações complementares, formação técnico-profissional.

No entanto, o processo de DV se torna um sistema limitado e falho ao se restringir ao critério econômico (a renda *per capita* familiar) para atestar se as famílias superaram a condição de pobreza (elegível ao Programa), desconsiderando assim, especificidades da dinâmica familiar e os motivos reais do aumento da renda (como no caso de Thalita que se desligou devido ao BPC da filha, ou de Neuza, cujo desligamento foi decorrente do recebimento de auxílio do companheiro, por acidente de trabalho). Além do mais, esses sujeitos continuam apresentando uma série de dificuldades: mesmo após o PBF, muitas(os) continuam exercendo alguma atividade informal para complementar a renda. Diante disso, se faz necessário repensar esse processo de DV, de modo a fortalecer o canal de escuta dessas famílias (a fim de compreender suas demandas e agir a partir delas), para que de fato busquem proporcionar o enfrentamento à condição de ausência e insuficiência de renda.

O que essas experiências demonstram é que só a transferência de renda não é suficiente se não houver a aplicação de medidas que atuem frente às outras facetas da pobreza de modo a desenvolver capital humano (em termos de aspectos que envolvem a saúde, a escolarização e a profissionalização) e impulsionar as oportunidades sociais para que assim essas pessoas possam alcançar uma qualidade de vida adequada. Muitas das(os) ex-participantes realçaram que gostariam de se profissionalizar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Democracia e miséria não são compatíveis
(Betinho, um dos mobilizadores da Campanha Contra a Fome, a Miséria e
pela Vida, nos anos 1990).

[Por] Um Brasil melhor, onde todos tenham sua saúde pública de qualidade,
educação, moradia, onde todos tenham o pão de cada dia na sua mesa
(Beatriz, participante da pesquisa residente do município de Água
Branca/AL).

Esta dissertação de mestrado teve como tema de estudo a construção discursiva sobre o PBF por ex-participantes do Programa (pessoas que se desligaram voluntariamente). O objetivo da pesquisa consistiu em compreender como os discursos construídos sobre o PBF por estas pessoas, residentes no estado de Alagoas¹²⁵, permitem entender o modo como se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram.

A escolha por este tema e objetivo se deu em virtude de o debate em torno do PBF estar centralizado nos discursos de especialistas (pesquisadoras/es ou personalidades políticas), não abarcando, em muitos casos, a perspectiva daquelas(es) que participam ou participaram do Programa, como foi observado no levantamento bibliográfico realizado. Este fato aponta para a necessidade da realização de mais pesquisas que busquem evidenciar a construção discursiva dessas pessoas, pois, sob um ponto de vista epistemológico e ético, necessitam ser reconhecidas como sujeitos cognoscentes, que podem falar por si e, assim como as(os) especialistas, são produtoras de conhecimento; portanto, importantes de serem consideradas na reflexão sobre o PBF. Trata-se também de um debate que é suscitado no campo das pesquisas com HO que se propõem a romper os silenciamentos epistêmicos no que se referem a grupos historicamente marginalizados (a população pobre, a comunidade negra, povos tradicionais, as mulheres, etc.).

Além do mais, a escolha em trabalhar com ex-participantes surge do interesse em produzir um debate sobre o papel do Programa na expansão da democracia. Nesse sentido, buscamos entender tanto o modo como os sujeitos se reconhecem nas estruturas hierárquicas da sociedade quanto as “portas de saída” do PBF, possibilitando uma discussão sobre como as demandas das(os) ex-participantes foram ou não atendidas pelo Programa.

¹²⁵ Especificamente nos quatro municípios selecionados para a pesquisa, em razão de expressarem o maior número de DV no Estado – no período compreendido entre janeiro/2018 a abril/2019: Campo Alegre (182), Santana do Mundaú (102), Água Branca (89); e Coqueiro Seco (42).

A pesquisa se propôs a realizar uma análise do discurso tendo como embasamento a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, uma perspectiva pós-estruturalista que concebe o social como uma produção discursiva. O discurso é aqui uma prática social capaz de significar e ressignificar a realidade. Ainda que pouco presente nas produções acadêmicas brasileiras, vem se mostrando um aporte relevante para a formulação de reflexões que possibilitem pensar caminhos para expansão da democracia.

O uso da Teoria do Discurso foi importante para alcançar os resultados presentes no estudo, fornecendo-nos conceitos – demanda, antagonismo, hegemonia e identificação – que nos permitiram alcançar os três objetivos específicos da pesquisa, a saber: 1) compreender o modo como as(os) participantes da pesquisa concebem o PBF em termos (i) das demandas que as(os) levam a buscar o Programa; (ii) do modo como elas(es) constroem suas demandas (pedido ou exigência); (iii) de como concebem as estratégias das gestões locais do PBF para a satisfação das demandas que apresentam; 2) identificar o modo como se reconhecem nas relações de dominação nas quais se encontram na sociedade brasileira, como se colocam no mundo, considerando as identificações discursivas em relação ao Programa (a construção da demanda e as lógicas de satisfação); 3) discutir a relevância do PBF para a expansão da democracia (que segundo a concepção teórica consiste no pluralismo de formas de vida e na ampliação da esfera pública).

A respeito dos resultados da pesquisa, em relação ao primeiro ponto do primeiro objetivo específico, vimos que as(os) vinte ex-participantes se inserem no PBF em razão da ausência de emprego, de uma renda fixa (salário). Como a demanda, segundo Laclau (2005; 2013; 2016), é a nomeação daquilo que falta ao sujeito, ou seja, a representação de uma ausência na ordem social sedimentada em que ele se localiza, compreendemos assim que essa questão reflete a realidade dos contextos da pesquisa – Água Branca, Campo Alegre, Coqueiro Seco e Santana do Mundaú. De acordo com os dados do IBGE (2019a; 2019b; 2019c; 2020), em média, 90% da população residente nesses municípios encontra-se sem vínculo de emprego formal, mesmo em se tratando de municípios bem posicionados no ranking da economia alagoana (entre os 102 municípios), como é o caso de Santana do Mundaú e Campo Alegre, que ficam na 9ª e 16ª colocação; o que expressa uma realidade de desigualdade econômica.

Nesse sentido, as pessoas recorrem ao Programa como uma alternativa frente ao cenário de desemprego, ou como um complemento de renda, dado que a atividade profissional que elas ou algum outro membro da família desempenham informalmente (plantio, colheita, pesca, venda de cosméticos, artesanato, cuidado de crianças, faxinas,

lavagem de roupas) lhes garante um baixo rendimento (ou até mesmo uma incerteza de renda, dado que são ‘bicos’, funções esporádicas). Isto é, tratam-se de funções que não lhes retiram de uma condição de ausência de renda e/ou insuficiência de renda, o que repercute em dificuldades para alcançar a satisfação de demandas como alimentação, gás de cozinha, roupas, calçados, bens duráveis, remédios, o pagamento de contas como água, energia elétrica e aluguel. Isso demonstra que o desemprego reverbera em outras ausências em suas vidas. Um problema que atravessa suas histórias de vida desde a infância, o que repercutiu em experiências como a fome, o trabalho infantil e o abandono escolar.

Explicitada a demanda que levou a busca pelo PBF, caminhamos agora para uma reflexão acerca do segundo ponto do primeiro objetivo específico que consistiu em entender o modo como as(os) participantes da pesquisa constroem suas demandas (como pedido ou exigência).

Como já introduzimos, partindo da concepção de Laclau e Mouffe (2015), compreendemos a realidade enquanto uma produção discursiva. Sendo assim, os sujeitos dão sentido/concebem a realidade a partir da identificação com discursos presentes em seu contexto social e histórico. É a partir dessas identificações discursivas que os sujeitos constroem suas demandas.

Então, ainda que as(os) ex-participantes apresentem uma trajetória de vida semelhante no que diz respeito às experiências de desigualdades que vivencia(ra)m, o modo que constroem sentido sobre esse processo não é necessariamente igual, dadas as identificações discursivas distintas e até mesmo antagônicas entre elas(es). Dessa forma, em se tratando de como concebem a ausência de emprego/salário na ordem social sedimentada, foi possível notar posicionamentos que a naturalizam e/ou a problematizam.

Assim, a título de organização argumentativa do debate presente nos capítulos analíticos, dividimos os sujeitos da pesquisa em dois grupos: a) aqueles que constroem a demanda por emprego/salário como um pedido, uma simples solicitação, e reproduzem discursos que contribuem para naturalização ou individualização dos problemas sociais (religiosidade, meritocracia, distanciamento em relação ao sistema político). São práticas discursivas que não politizam as relações de dominação que vivenciam, aspectos presentes nas falas de Débora, Natasha, Neila, Neuza, Nise, Paulo, Vera e Virgínia; e b) aqueles que constroem a demanda por emprego/salário como uma exigência, por isso reivindicam a geração de emprego e renda. Problematizam a ordem social sedimentada (a partir de discursos que contribuem para sua desconstrução) ao nomearem o desemprego

como causador do cenário de pobreza e fome no país, não se tratando de questões individuais, mas de um problema político. Atestam, assim, essas questões como injustiças sociais que decorrem da má administração e corrupção dos governos; as(os) políticas(os) seriam aqui entendidas(os) como as(os) responsáveis pela multiplicidade de desigualdades (desemprego, fome, pobreza, precariedade dos serviços públicos de assistência sociais, educação e saúde), demarcando um antagonismo entre administração/governo/políticas(os) x população pobre. Nesse caso, podemos localizar os posicionamentos de Acotirene, Beatriz, Dandara, Enaura, Graziela, Katökinn, Marcos, Marta, Sandra, Valéria e Zeza.

No que se refere ao terceiro e último ponto do primeiro objetivo específico, demonstramos o modo como as(os) ex-participantes concebem as estratégias das gestões locais do PBF para a satisfação das demandas que apresentam.

Sob o ponto de vista dos sujeitos da pesquisa que conceberam a demanda por emprego/salário como um pedido/solicitação, podemos afirmar que, mesmo que o Programa seja indicado como uma renda que possibilita uma segurança mensal, ele não é capaz de supri-la (ou substituí-la).

Nos casos das(os) participantes da pesquisa que construíram a demanda por emprego/salário como exigência (politizada), mas não como demanda popular – Beatriz, Dandara, Marcos, Marta, Sandra e Valéria –, o PBF foi apontado como capaz de satisfazer parcialmente esta demanda, por garantir alívio na condição de pobreza face à renda fixa mensal. Nos casos em que a demanda emprego/salário foi construída como exigência e uma demanda popular – Acotirene, Enaura, Graziela, Katökinn e Zeza –, o PBF foi apontado como capaz de atender demandas presentes na cadeia discursiva de maneira particularizada (lógica da diferença). Para elas, semelhantemente ao caso anterior, o PBF foi entendido como um alívio no cenário de desigualdade em que vivem.

Ainda que seja possível observarmos produções discursivas semelhantes entre as(os) ex-participantes que constroem a demanda como pedido e aquelas(es) que a constroem como exigência, podemos considerar uma importante diferença em torno dos discursos com os quais elas(es) se identificam: enquanto no primeiro grupo a insatisfação é naturalizada, no sentido de que não se pode reclamar do PBF; no segundo, a insatisfação é compreendida como a negação de um direito, o de ter um emprego formal que possibilite um salário (renda fixa) capaz de satisfazer o alcance de uma vida que não seja caracterizada pelas desigualdades que marcaram suas histórias.

Além do mais, todas(as) as(os) participantes da pesquisa apontam limites quanto ao funcionamento do PBF, seja em razão do baixo valor repassado, seja pela inexistência ou limitada oferta de ações/programas complementares (portas de saída) que fomentem a profissionalização e a inserção das pessoas cadastradas no mercado de trabalho formal.

Mediante isso, o Programa acaba não sendo capaz de possibilitar a elas(es) a superação da condição de pobreza a longo prazo, apenas amenizando as desigualdades a que estão submetidas(os) a curto prazo em vista do acesso a uma renda fixa mensal, o que se evidencia em razão do fato de que boa parte delas(es) passa mais de dez anos vinculada(o) ao PBF.

Essas questões dizem respeito às lógicas sedimentadas quanto ao funcionamento do PBF nos quatro municípios analisados, haja vista que a gestão do Programa é dependente das prefeituras municipais. A partir das(os) nossas(os) interlocutoras(es) – as(os) ex-participantes e as profissionais da assistência social –, percebemos que as gestões locais apresentam um *modus operandi* semelhante nos quatro contextos da pesquisa: a) um olhar meritocrático e moralizante para os sujeitos cadastrados no PBF; b) o predomínio de uma lógica clientelista, em que as ações assistenciais e a oferta de emprego são destinadas àquelas(es) vistas como aliadas(os) políticos (em um caso específico, a própria concessão do PBF entra nesse rol); e c) a lacuna na construção de portas de saída, o que fragiliza o processo de inserção das famílias participantes do Programa no mercado de trabalho.

Foram observadas duas estratégias políticas hegemônicas presentes nesses municípios: o expurgo à diferença e a expansão hegemônica. A primeira consiste no fato de a gestão responsabilizar os próprios sujeitos pela condição de pobreza e vulnerabilidade em que se encontram; dizem que eles são ociosos, que se conformam com o repasse do governo e não buscam outros meios para conseguir renda, fomentando um ciclo vicioso da pobreza que se perpetua em várias gerações. Dizem que não se esforçam para modificar sua condição de vida, se contentando com estratégias assistenciais, como o PBF. A segunda, a expansão hegemônica, se caracteriza pela satisfação de demandas a partir de práticas clientelistas (lógica da diferença), visto que se concentram em garantir apenas parcialmente a satisfação das demandas mais imediatas com a concessão de cestas básicas, transferência de renda ou, ainda, pela absorção da demanda por emprego através da realização de contratos temporários com a prefeitura, de modo a inviabilizar a produção de antagonismos.

Assim, para se manterem, as gestões municipais retratadas nessa pesquisa operam a assistência social como um mecanismo para atender demandas via lógica da diferença, possibilitando uma satisfação parcial em troca de apoio político-partidário. A respeito do modo como o PBF é gestado, percebemos que ele apenas se concentra na sua dimensão mais básica, a transferência de renda, que é, sem dúvida, importante em termos do alívio imediato frente à ausência e insuficiência de renda, mas não o bastante para possibilitar aos sujeitos uma mudança substancial nas condições de vida a longo prazo, como já afirmamos. Principalmente se considerarmos que as estratégias de portas de saída – medidas para profissionalização e geração de emprego e renda voltadas à população local – não estão consolidadas.

Como resultado dessa forma de funcionamento, observamos uma manutenção prolongada dos sujeitos no PBF. Além disso, mesmo após o desligamento, os sujeitos continuam vivenciando situações de desigualdade, dado que a renda que a maioria alcançou foi de um salário mínimo, um rendimento que não se mostra suficiente para atender às demandas de uma vida tranquila, por isso ainda passam necessidades ou realizam algumas atividades para complemento da renda familiar.

Outra questão relativa ao DV que nos exige uma reflexão é que a condição de aumento da renda *per capita* não se mostra efetiva para de fato justificar a saída das pessoas do PBF, dado que devem ser consideradas as especificidades dos sujeitos. Por exemplo, uma família composta por cinco membros, em que um consiga uma renda fixa de um salário mínimo, já retira esse grupo do perfil de pobreza. Entendemos que esse valor é insuficiente para que consigam ter uma qualidade de vida digna, mesmo que se trate de um repasse maior que o do PBF.

Além do mais, o DV simboliza para muitas(os) uma relação de dependência frente à prefeitura. As prefeituras desses municípios são descritas como um dos poucos lugares para se conseguir um emprego formal, ainda que temporário, e sob uma relação de troca de favor (o emprego como recompensa pelo voto). No contexto da pesquisa, onze das pessoas que realizaram o DV – Acotirene, Beatriz, Dandara, Débora, Graziela, Natasha, Nise, Valéria, Paulo, Vera e Zeza – o fizeram decorrente do emprego alcançado pela prefeitura (a maioria das profissionais da gestão também são cargos de confiança).

Como já exposto anteriormente, as estratégias hegemônicas aqui apresentadas vêm perpetuando processos de desigualdades e subordinação, não contribuindo para a superação a longo prazo da condição de pobreza. O clientelismo cria novas relações de

dominação e perpetua as desigualdades ao manter o distanciamento entre os privilegiados e não privilegiados.

Contudo, as lógicas sedimentadas das gestões presentes nesses municípios não são necessariamente problematizadas por todas(os) as(os) participantes da pesquisa. Nos discursos dos sujeitos que conceberam suas demandas como pedido, foi possível observar uma naturalização acerca das relações clientelistas como forma de alcançarem a satisfação de suas demandas (cesta básica, casa, emprego temporário), o que faz com que o atendimento dessas pelas(os) políticas(os) locais seja reconhecido como uma ajuda, um favor, e não a execução de políticas públicas para o cumprimento de direitos.

Assim, a relação clientelista mantida com as prefeituras é naturalizada, muitas vezes justificada pela ausência de oportunidades na região, o que as(os) levam a recorrerem a medidas “imediatistas” de modo a driblarem a fome e o desemprego. Elas(es) demonstram uma satisfação parcial quanto ao atendimento de suas demandas e, por isso, não compreendem a prefeitura como um adversário, mas como uma aliada.

Quanto às(aos) ex-participantes que conceberam suas demandas como exigência (demanda democrática ou demanda popular), foi possível observar tensionamentos nas relações mantidas com as gestões locais, mesmo estando vinculadas a elas através de contratos temporários. Em alguns dos discursos foi possível demonstrar um sentimento de insatisfação quanto ao fato da vinculação político-partidária permear a concessão de programas assistenciais ou a oferta de contratos de trabalho temporário com a prefeitura.

O segundo objetivo específico consistiu em identificar o modo como as(os) ex-participantes do PBF se reconhecem nas relações de dominação considerando as identificações delas(es) em relação ao Programa. Como abarcamos tanto no capítulo de revisão de literatura quanto nos capítulos de análise, há formas distintas na sociedade de se conceber o PBF (um programa assistencialista, uma política pública de combate à pobreza e a fome, etc.). Cada uma dessas possíveis nomeações expressa modos distintos de horizontes de sociedades.

No que diz respeito aos dados da pesquisa, foi possível observar que entre as(os) ex-participantes do PBF que concebem sua demanda como pedido, elas(es) identificavam o Programa como “uma porta aberta” mediante o cenário de desemprego, “uma mãe” por possibilitar combater a fome, “uma ajuda” no sentido de um complemento. Ainda que elas(es) reconheçam a importância do PBF, pudemos observar a existência de discursos que o compreendem como um favor e não um direito, questão que se justifica dadas as identificações discursivas que mantêm (meritocracia, religiosidade, distanciamento em

relação ao sistema político), o que repercute em uma fragilidade quanto ao fato de se compreenderem como cidadãs(ãos) – não podem tecer críticas ao PBF, tampouco ao modo como os governos administram o país.

A forma como constroem suas demandas e nomeiam o PBF é atravessada por lógicas discursivas que as posicionam de modo diferencial no contexto de dominação social de modo a naturalizar suas condições de vida (suas insatisfações). Ao não politizarem sua localização na ordem hierárquica da sociedade, não produzem antagonismos, pois atribuem a si mesmas(os) a responsabilidade pela satisfação ou não de suas demandas, ficam aguardando uma possível intervenção divina, ou entendem que não podem fazer nada em relação ao que vivem.

Em se tratando daquelas(es) que construíram suas demandas como exigência, foi possível notar nomeações acerca do PBF como “uma saída” diante da realidade de desemprego e de fome. Entre estas(es) observaram-se posicionamentos que problematizam a ordem social sedimentada e reconhecem o Programa como um direito; e ainda que enfatizem a importância dele em suas vidas, algumas(uns) não hesitam em operar críticas e sugestões a seu respeito.

Para este grupo, a condição de insatisfação da demanda é concebida como a negação de um direito, como é o caso do emprego/salário; exigem a satisfação dessa demanda e apontam essa ausência como uma injustiça social. Portanto, no caso destes sujeitos, há uma construção discursiva que politiza a sua posição enquanto cidadãos e nomeia a condição de desemprego e pobreza no contexto de dominação social como uma opressão, reivindicando o direito a emprego/salário.

Também foi possível notar nos discursos evidenciados que alguns sujeitos constroem diferentes insatisfações como equivalentes, ao concebê-las em torno de um mesmo inimigo (políticas/os, governos), de modo que a demanda por emprego/salário consegue ocupar o lugar de um significante vazio, representando todas as outras demandas presentes na cadeia de equivalência, e apontando um projeto de sociedade que desconstrói a ordem social sedimentada ao exigir a satisfação de todas as demandas que são negadas (emprego/salário, alimentação, água encanada, energia elétrica, educação e saúde pública de qualidade).

Em relação ao último objetivo específico, referente à relevância do PBF para a expansão da democracia, podemos afirmar que a inserção no Programa, a despeito dos limites já discutidos neste trabalho, garantiu melhorias nas condições de vida dessa população.

No contexto da pesquisa, as(os) filhas(os) das(os) ex-participantes demonstram uma experiência escolar distinta dos seus pais: são mais escolarizadas(os), com ensino médio completo, cursando o ensino técnico ou o ensino superior. Um aspecto que caracteriza essa diferença é o fato de o trabalho infantil não ter sido uma condição vivida para a maioria da geração alcançada pelo PBF, diferentemente das duas gerações anteriores, seus pais e avós. Esse resultado é também fruto das ações eficazes do PETI, que aparecem em alguns relatos como uma estratégia importante vinculada ao PBF para o combate ao trabalho infantil.

No que diz respeito ao aspecto da saúde de suas(eus) filhas(os), os sujeitos afirmam reconhecer que as crianças e adolescentes foram alvos de uma maior cobertura, sendo mais acompanhadas(os) por profissionais de saúde, seja em suas casas ou em unidades de saúde. Destacam, ainda, o compromisso na regularidade das idas ao posto de saúde para pesar, medir e vacinar as crianças, bem como para realizar o acompanhamento pré-natal durante a gestação. Aqui novamente vemos que essa terceira geração vem sendo mais assistida nos serviços de saúde e desenvolvimento nutricional, ao contrário de seus pais e avós. Essas questões são interessantes em termos dos efeitos do Programa. Não altera a posição de classe, mas altera a condição de escolaridade e de acesso à saúde.

Referente à relevância do PBF para a expansão da democracia, podemos afirmar que a inserção no Programa, a despeito dos seus limites, garantiu melhorias nas condições de vida para a população-alvo. A partir dos discursos das(os) ex-participantes entendemos que mesmo o PBF não tendo possibilitado uma mobilidade social, em termos de uma mudança de classe (superação da dominação de classe), é apontado por elas(es) a importância do Programa em suas vidas, mediante ao que que reconhecem como possibilidade de alcançar uma satisfação parcial de demandas – aquisição de direitos – em termos de questões mínimas para a sobrevivência diária, ou seja, para o alcance de uma condição de vida minimamente digna (que sem o Programa teriam dificuldades de alcançar, dada a experiência de vida marcada pelo desemprego e pelo subemprego). Desse modo, as(os) ex-participantes destacam que o PBF possibilitou alcançar mudanças consideráveis no consumo (o aumento da renda e garantia de um alívio imediato da condição de pobreza e fome), no sentimento de segurança em razão do recebimento mensal, no sentimento de estabilidade financeira identificada entre as mulheres titulares, na possibilidade de investir na educação das(os) filhas(os) (que apresentam melhorias quanto a condição de escolaridade e de acesso à saúde), na redução da árdua jornada de trabalho.

Então, ainda que o PBF apresente falhas em termos da sua implementação e tenha limites quanto às suas portas de saída, isso não anula os impactos positivos frente ao cenário de pobreza e fome no Brasil. A sua importância se justifica se considerarmos uma realidade em que o mercado de trabalho não inclui todas as pessoas, principalmente as mais vulneráveis (de baixa escolaridade e na extrema pobreza). Até 2019, tínhamos um cenário de 12 milhões de desempregadas(os) e quase 40 milhões de pessoas (11,8 milhões empregadas/os sem carteira assinada e 24,4 trabalhando por conta própria) na informalidade¹²⁶.

Para Dornelles (2010), o PBF não combate a pobreza, mas alivia sua situação mais extrema, como a fome. Ao pensarmos o contexto dos municípios da pesquisa, isso nos leva a uma reflexão quanto ao fato de o PBF ser gerido via lógica da diferença, estando limitado praticamente à transferência de renda, não apresentando ações significativas de superação da pobreza a longo prazo (com exceção da experiência do Empório Alegre, em Campo Alegre), o que repercute em desafios quanto à expansão democrática.

É importante destacar que a lógica da diferença não necessariamente impossibilita a expansão da democracia. Ela pode expandir a democracia, na medida em que, reconhecendo novos direitos sociais, amplia os valores democráticos para novos âmbitos. O que não permite é a radicalização da democracia, uma vez que contribui para a invisibilidade de antagonismos e para o enfraquecimento de relações de equivalência entre demandas relativas a diferentes formas de dominação.

O PBF foi construído nos governos petistas do ex-presidente Lula e da ex-presidenta Dilma como uma estratégia para o enfrentamento de desigualdades historicamente negligenciadas no país e como reconhecimento das(os) pobres como cidadãs(ãos) na esfera pública. A construção de uma política voltada especificamente para as pessoas mais vulnerabilizadas se trata de um passo importante na reafirmação dos compromissos elencados no contexto pós-constituição de 1988, pois reafirma-se a ideia de um país para todas(os).

É impossível, diante dos dados que aqui explicitamos e das próprias experiências dos sujeitos da pesquisa, não reconhecer a importância do PBF para a minimização da pobreza, mas também seus limites para a radicalização da democracia. Ademais, é

¹²⁶ **Informalidade no país atinge quase 40 milhões de pessoas, diz IBGE.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/09/quase-40-milhoes-de-trabalhadores-estao-na-informalidade-diz-ibge.shtml>>. Acessado em: 05/03/2020.

importante destacar que após o *impeachment* da ex-presidenta Dilma (PT), em 2016, há o fortalecimento de políticas neoliberais no país e, assim, o enfraquecimento no investimento federal em políticas públicas, inclusive no PBF.

O governo de Temer (MDB), entre 2016 a 2018, foi responsável pela aprovação da Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos – legitimando o congelamento de investimentos públicos nas áreas da assistência social, da educação e da saúde por 20 anos – e pela aprovação da flexibilização das leis trabalhistas (Lei nº 13.429/2017). Realizou, ainda, o desmonte de programas voltados à qualificação técnico-profissional como o PRONATEC e o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (SISUTE), ambos do Ministério da Educação. Além do mais, a taxa de desemprego se mostrou crescente desde 2016 (11,5%), alcançando uma média de 13,1% no primeiro trimestre de 2018 (até o final de 2014 apresentava patamares historicamente baixos, com uma média de 5,0%) (SILVA *et al.*, 2019). Consideramos que políticas como estas, aliadas ao alto índice de desempregadas(os), contribuíram para o retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU¹²⁷. Dados divulgados pelo IBGE indicam que a pobreza aumentou e atingiu 54,8 milhões de brasileiras(os) (pessoas que vivem com menos de R\$ 406 por mês) no ano de 2017, dois milhões a mais que em 2016 (RENAUX, 2018).

Essa lógica política pautada em restrições e desmonte se mostra contínua no âmbito do governo Bolsonaro (atualmente sem partido). Em 2019, primeiro ano de sua gestão, o PBF cortou 1,16 milhões de famílias cadastradas¹²⁸. Os cortes se concentraram no Nordeste, que ficou com apenas 3% de novas concessões do PBF¹²⁹, mesmo sendo a região com maior quantitativo de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza do país. Nesse cenário, tornam-se ainda mais limitadas as possibilidades de superação da pobreza entre as famílias cadastradas. Assim, precisamos evidenciar que na atual conjuntura política a expansão democrática se torna um desafio ainda maior.

¹²⁷ “Levantamento mostrou avanço da fome no país, que atingia 5% da população brasileira em 2018, ante 3,6% em 2013, alcançando mais de 10 milhões de pessoas”. **IBGE confirma que país voltou ao Mapa da Fome em 2018, diz pesquisador**. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/09/17/ibge-confirma-que-pas-voltou-ao-mapa-da-fome-em-2018-diz-pesquisador.ghtml>>. Acessado em: 12/06/2020.

¹²⁸ **Sem renda ou 13º, famílias cortadas do Bolsa Família lamentam Natal da fome**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/25/bolsa-familia-13-renda-cortes-natal-fome-maceio-alagoas.htm>>. Acessado em: 06/02/2020.

¹²⁹ **Nordeste fica só com 3% das concessões do Bolsa Família**. <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/03/05/nordeste-fica-so-com-3-das-concessoes-do-bolsa-familia.htm>>. Acessado em: 12/06/2020.

Para uma expansão radical da democracia, se faz necessário construir um projeto político que se pautar na lógica da equivalência, que se estabelece a partir da articulação entre diferentes demandas democráticas, a fim de satisfazer uma pluralidade de demandas e enfrentar todas as formas de dominação (COSTA; PRADO, 2017; MOUFFE, 2018; PRADO; COSTA, 2011). Fiquemos com a reflexão de Beatriz ao falar do Brasil que sonha em construir: “Um Brasil melhor, onde todos tenham sua saúde pública de qualidade, educação, moradia, onde todos tenham o pão de cada dia na sua mesa”.

Em tempo, destacamos que a proposta da dissertação foi de, a partir de uma análise psicopolítica, contribuir para reflexões acerca da expansão democrática através da interpelação sobre o papel do PBF na vida das(os) ex-participantes.

Entendemos que esse estudo auxilia no debate sobre políticas públicas, no campo da assistência social e para se pensar o impacto psicossocial do PBF na vida dos sujeitos e na democracia. Sobretudo, no atual cenário político brasileiro, que representa cortes e retrocessos no campo da assistência social.

Acreditamos ser necessário produzir mais pesquisas junto a ex-participantes do PBF por acreditarmos ser relevante evidenciar a trajetória desses sujeitos em outras realidades e por serem vozes importantes para pensar o papel do Programa em possibilitar ou não enfrentar relações de dominação. Além do mais, se faz necessário investigar melhor a dinâmica das políticas públicas em municípios com tão baixos índices de emprego formal e IDH (como os dessa pesquisa), como também aprofundar um debate quanto ao papel do PBF face ao enfrentamento à dominação no contexto das relações de gênero e étnico-raciais, dado que as mulheres negras representam a maioria assistida no âmbito do SUAS e cadastrada no PBF.

A título de finalização, gostaria de retomar a afirmação quanto ao fato de que esta pesquisa fala de mim, da minha experiência enquanto ex-participante do PBF, que traçou um percurso da favela à pós-graduação mediante o acesso a políticas públicas que representaram e representam a possibilidade de uma realidade de condições mínimas ao produzir fissuras, deslocamentos quanto aos diferentes lugares na sociedade brasileira. Um estudo que, ainda que tenha tido a sua continuidade da etapa de campo comprometida pela pandemia da Covid-19, expressa o olhar e as histórias daquelas(es) que cotidianamente resistem a um contexto complexamente desigual; sendo, ainda, uma produção que ecoa a articulação de vozes de todas(os) aquelas(es) que estão e estiveram comigo nesta travessia turbulenta, mas também enriquecedora.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, M. A 'precisão' e o 'luxo': usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA). **Política e Trabalho: revista de ciências sociais**, v.1, n. 38, pp. 69-86, 2013.
- ALMEIDA, M. A. B.; SILVA, A. S.; CORRÊA, F. Apresentação. In: _____; _____; _____. (Orgs.). **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. São Paulo/SP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012, pp. 5-6.
- ALVES, A. R. C. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo/SP, n. 80, pp. 71-96, 2010.
- _____. **A (des)continuidade da tradição marxista no pós-marxismo de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Recife, 2011.
- _____. Reformulações da teoria marxista no enfoque pós-marxista de Laclau e Mouffe. **Revista Inter-Legere: revista da pós-graduação em ciências sociais da UFRN**, Natal, v. 2, n. 24, pp. 51-80, 2019.
- ALVES, H.; ESCOREL, S. Processos de exclusão social e iniquidades em saúde: um estudo de caso a partir do Programa Bolsa Família, Brasil. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, pp. 429-436, 2013.
- ALVES, J. M. D.; PIZZI, L. C. V. Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, pp. 81-94, 2014.
- ANDRADE, M. P. A contribuição metodológica de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe para a sociologia contemporânea. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, v. 3, n.1, pp. 74-91, 2013.
- ANTONIO, V. F. L. Fome Zero e Bolsa Família: uma análise das principais políticas públicas dos governos Lula. **Revista Geográfica Venezuelana**, Mérida/VE, v. 55, n. 2, pp. 321-329, 2014.
- ARAÚJO, A. A.; GOMES, M. F. M.; LIMA, J. E. Influência do Programa Bolsa Família na redução do trabalho infantil: evidências para o Nordeste brasileiro. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 45, n. 3, pp. 33-45, 2014.
- ARAÚJO, G. Z. Neomarxismo e Teoria do Discurso: diálogos e embates entre Ernesto Laclau e Slavo Žižek. **Em Tese: Programa de Pós-graduação em Sociologia e Ciência Política**, v. 15, n. 2, pp. 315-333, 2018.
- ARAÚJO, K. C. L. C. A Teoria do Discurso e o método de análise: uma conversação em aberto. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 1, pp. 75-92, 2018.
- ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia e Sociedade**, Florianópolis, v. 22, n. 1, pp. 95-103, 2010.

ÁVILA, M. P. Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família? **Política e Trabalho:** revista de ciências sociais, v. 1, n. 38, pp. 105-122, 2013.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 49ª ed. São Paulo/SP: Edições Loyola, 2007.

BARBOSA, N. M. U.; *et al.* Adolescente masculino beneficiário do programa bolsa família: conhecimento sobre o programa na família assistida. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 29, n. 2, pp. 235-243, 2016.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, pp. 123-142, 2000.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero:** o que indicam as pesquisas nacionais? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Rio de Janeiro/RJ, 2017.

BELIK, W.; SILVA, J. G.; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, pp. 119-129, 2001.

BERNARDO, F. T. **Mulher indígena no Brasil:** história e memória. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Unidade Delmiro Gouveia-Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2019.

BRASIL. **Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003.** Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação: Discurso do Presidente da República. Biblioteca da Presidência da República, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acessado 13/07/2020

_____. **Decreto nº 5.209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei no 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Presidência da República Casa Civil, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acessado em: 30/01/2019.

_____. **Informe Gestores Nº 307.** Conheça o passo a passo para o desligamento voluntário e o Retorno Garantido. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, 2012a. Disponível em: <http://mds.gov.br/@@search?sort_order=reverse&b_start:int=200&sort_on=Date&Subject:list=BOLSA%20FAM%C3%8DIA>. Acessado em: 10/03/2020.

_____. **Programa Bolsa Família:** orientações para acompanhamento das ações do Programa Bolsa Família. Coleção Olho Vivo, Brasília/DF: Controladoria-Geral da União – CGU, 2012b.

_____. Desnutrição crônica diminui 51,4% entre crianças do Bolsa Família. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA**, Brasília/DF, 24 de junho de 2014a. Disponível em:

<<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2014/junho/desnutricao-cronica-diminui-51-4-entre-criancas-do-bolsa-familia>>. Acessado em: 29/11/2018.

_____. Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 16 de setembro de 2014b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2014/setembro/brasil-sai-do-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas-segundo-fao>>. Acessado em: 15/11/2018.

_____. Ministério libera R\$ 12 milhões para combater desnutrição infantil. **Ministério da Saúde**, Brasília/DF, 20 de outubro de 2014c. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/index.php/34594-ministerio-libera-r-12-milhoes-para-combater-desnutricao-infantil>>. Acessado em: 29/11/2018.

_____. Pronatec Brasil Sem Miséria. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília/DF, 2014d.

_____. **Bolsa Família**: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social – Ministério da Cidadania, Brasília/DF, 2015a.

_____. Número de filhos teve maior queda entre beneficiárias. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 27 de março de 2015b. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/marco/numero-de-filhos-teve-maior-queda-entre-beneficiarias>>. Acessado em: 15/02/2020.

_____. Mais de 3,1 milhões de famílias saíram voluntariamente do programa. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 30 de abril de 2015c. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/mais-de-3-1-milhoes-de-familias-sairam-voluntariamente-do-programa>>. Acessado em: 15/02/2020.

_____. Microempreendedorismo Individual ajuda beneficiários do Bolsa Família a superar a pobreza. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 17 de junho de 2015d. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/junho/microempreendedorismo-individual-ajuda-beneficiarios-do-bolsa-familia-a-superar-a-pobreza>>. Acessado em: 11/02/2020.

_____. Os beneficiários do Bolsa Família trabalham. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 01 de julho de 2015e. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/voce-sabia/os-beneficiarios-do-bolsa-familia-trabalham>>. Acessado em: 30/01/2020.

_____. Mortalidade infantil no Brasil caiu 73% em 25 anos. **Ministério da Cidadania**, Brasília/DF, 09 de setembro de 2015f. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/setembro/mortalidade-infantil-no-brasil-caiu-73-em-25-anos>>. Acessado em: 15/02/2020.

_____. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 3ª ed. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social – MDS / Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, 2017.

_____. **Boletim SENARC:** Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, ano 4, n. 32, fevereiro de 2018.

_____. Frequência escolar de alunos beneficiados tem melhor resultado da série histórica. **Ministério da Educação**, Brasília/DF, 03 de junho de 2019a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/76761-frequencia-escolar-de-alunos-beneficiados-tem-melhor-resultado-da-serie-historica>>. Acessado em: 03/03/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Água Branca. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Alagoas. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019c. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Brasil. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019d. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Campo Alegre. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019e. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Coqueiro Seco. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019f. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Relatório sobre Bolsa Família e Cadastro Único:** Santana do Mundaú. Brasília/DF: Ministério da Cidadania / Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, dezembro de 2019g. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/index.php>>. Acessado em: 28/02/2020.

_____. **Boletim SENARC:** Acompanhamento e Análise do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais. Brasília/DF: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania – SENARC, ano 5, n. 55, janeiro de 2020.

BREVILHERI, E. C. L.; PASTOR, M. A trajetória de construção do SUAS: um estudo em pequenos municípios do norte do Paraná. **O Social em Questão**, v. 17, n. 30, pp. 353-372, 2013.

BURITY, J. A. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L. P. (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso:** em torno de Ernesto Laclau. 2. Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014, pp. 59-74.

_____. Desconstrução, hegemonia e democracia: o pós-marxismo de Ernesto Laclau. **Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO**, pp. 1-21, 1997.

CABRAL, C. S. *et al.* Segurança alimentar, renda e Programa Bolsa Família: estudo de coorte em municípios do interior da Paraíba, Brasil, 2005-2011. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 30, n. 2, pp. 393-402, 2014.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F.; BATISTA, N. F. Impactos do Programa Bolsa Família federal sobre o trabalho infantil e a frequência escolar. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro/RJ, v. 14, n. 2, pp. 269-301, 2010.

CAMPARA, J. P.; VIEIRA, K. M. Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, pp. 981-1006, 2016.

CAPPELLE, M. C. A.; BORGES, C. L. P.; MIRANDA, A. R. A. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais – EnEO, ANPAD, 2010, Florianópolis/SC. **Anais...** Florianópolis: 2010.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, pp. 258-272, 2012.

CARVALHO; G. F. **A assistência social no Brasil: da caridade ao direito**. 2008. Monografia (Graduação em Bacharel em Direito) – Pontifícia Universidade Católica Departamento de Direito – PUC RIO, Rio de Janeiro/RJ, 2008.

Casas de religião de matriz africana preservam a ancestralidade. **Agência Alagoas**: Governo do Estado de Alagoas, 10 março 2018. Notícias. Disponível em: <<http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/24132-casas-de-religiao-de-matriz-africana-preservam-a-ancestralidade>>. Acessado em: 10/07/2020.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. Indivíduo e Ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 16, pp. 7-24, 2004.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho/PT, v.16, n.2, p.221-236, 2003.

_____. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. 10 ed. – São Paulo/SP: Cortez – Biblioteca da Educação. Série 1. Escola; v.16, 2009.

CORGOZINHO, K. D. S. A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições? **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, pp. 97-114, 2015.

CORRÊA, D. S. Os custos eleitorais do Bolsa Família: reavaliando seu impacto sobre a eleição presidencial de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 3, pp. 514-534, 2015.

COSTA, E. G.; COELHO, G. B. Hegemonia, estratégia socialista e democracia radical. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 31, n. 92, pp. 1-4, 2016.

COSTA, F. A. **Democratização social e pluralidade de sujeitos políticos: uma leitura a partir da Teoria Democrática Radical e Plural**. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

_____. A Mudança Social no Contexto de uma Pluralidade de Sujeitos Políticos: contribuições teóricas de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Slavoj Zizek para a Psicologia Política. **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 25, pp. 571-590, 2012.

_____. **A dimensão do político na psicologia social no Brasil (1986-2011): uma análise da produção científica a partir da teoria democrática radical e plural**. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2014.

_____; PRADO, M. A. M. Artimanhas da hegemonia: obstáculos à radicalização da democracia no Brasil. **Psicologia e Sociedade**, v. 29, e152680, pp. 1-11, 2017.

_____. Desafios para a psicologia política brasileira: a inserção em Programas de Pós-graduação e a delimitação como campo de conhecimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 42, pp. 220-235, 2018.

_____. Narrativas e metodologias participativas: Democracia como condição de possibilidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro/RJ, v. 19, n. 2, pp. 427-444, 2019.

COSTANZI, R. N.; FAGUNDES, F. Perfil dos Beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília/DF: Ipea, v. 1, 2010, pp. 249-270.

COUTINHO, M.; LUCATELLI, M. Produção científica em nutrição e percepção pública da fome e alimentação no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo/SP, v. 40, n. especial, pp. 86-92, 2006.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. Conclusão geral: Contradições do Suas na realidade brasileira em movimento. In: COUTO, B. R.; *et al.* (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Cortez, 2017.

CRESWELL, J. W. Revisão da literatura. In: _____. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução de Luciana de Oliveira da Rocha. – 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, pp. 43-59.

CUNHA, K. S. A teoria do discurso como abordagem teórica e metodológica no campo das políticas públicas em educação. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro/RJ, n. 7, pp. 257-276, 2013.

DORNELLES, D. Y. F. Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, pp. 132-149, 2010.

FALCÃO, J. Gilmar Mendes diz que Bolsa Família é ‘compra de voto institucionalizada’. **O globo**, 21 de outubro de 2016. Brasil. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/gilmar-mendes-diz-que-bolsa-familia-compra-de-voto-institucionalizada-20334383>>. Acessado em: 08/01/2020.

FEBBRO, E. “O kirchnerismo é uma fonte de inspiração”. Entrevista com Chantal Mouffe. Tradução de André Langer. **Instituto Humanitas Unissinos**, 24 de junho de 2015. Notícias. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/169-noticias/noticias-2015/543867-o-kirchnerismo-e-uma-fonte-de-inspiracao-entrevista-com-chantal-mouffe>>. Acessado em: 24/11/2019.

FERREIRA, V. A.; MAGALHÃES, R. Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo/SP, v. 26, n. 4, pp. 987-998, 2017.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, n. 114, pp. 197-223, 2001.

FIUZA, S. C. R.; COSTA, L. C. O direito à assistência social: o desafio de superar as práticas clientelistas. **Serviço Social em Revista**, v. 17, n. 2, pp. 64-90, 2015.

FRANCO, P. V.; CERVERA, J. P. **Manual para o uso no sexista da linguagem: O que bem se diz... bem se entende**. Versão em português Beatriz Cannabrava. Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina – REPEM, 2006.

FREIRE, V. R. B. P.; SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A. R. Coesão e hierarquia parental na percepção de ribeirinhos beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 46, n. 3, pp. 343-352, 2012.

FREITAS, F. C. O Sentido (Conceito) de Liberdade na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 5, n. 2, pp. 237-255, 2019.

FREITAS, K. Valéria Correia deixa legado histórico como reitora da Ufal. **Gazeta Web**: notícias, 19 de janeiro de 2020. Política. Disponível em: <https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2020/01/valeria-correia-deixa-legado-historico-como-reitora-da-ufal_95089.php>. Acessado em: 13/07/2020.

FRONZA, P. **Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza**. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2010.

GATTAZ, A.; MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. A história oral nos vãos da democracia. In: _____; _____; _____. (Orgs.). **História oral: a democracia das vozes**. — São Paulo/SP: Pontocom, 2019.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo/SP, v. 35, n. 2, pp. 57-63, 1995.

GOLDEMBERG, M. Os passos da Pesquisa. In: _____. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. – 8ª ed. – Rio de Janeiro/RJ: Record, 2004, pp. 78-80.

GONÇALVES, M. A. Introdução. In: _____. **Psicologia Favelada: ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia**. Rio de Janeiro/RJ: Mórula, 2019.

GUERRA, A.; *et al.* **Atlas da exclusão social no Brasil: dinâmicas da exclusão social na primeira década do século XXI**. – São Paulo: Cortez, 2015.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, pp. 07-41, 1995.

HOWARTH, D. Applying Discourse Theory: the Method of Articulation. In: _____. TORFING, J. (Orgs.). **Discourse Theory in European Politics**. New York: Palgrave Macmilian, 2005, pp. 316-349.

_____. STAVRAKAKIS, Y. Introducing discourse theory and political analysis. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Orgs.). **Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social change**. Manchester: Manchester University Press, 2000, pp. 01-23.

ICHIKAWA, E. Y.; SANTOS, L. W. Vozes da História: Contribuições da História Oral à Pesquisa Organizacional. In: Encontro Nacional da Associação dos Programas de Pós-graduação em Administração – ANPAD, 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. **Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas**. Rio de Janeiro, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Panorama Água Branca**. Cidades IBGE: sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil, 2019a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/agua-branca/panorama>>. Acessado em: 05/08/2019.

_____. **Panorama Campo Alegre**. Cidades IBGE: sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil, 2019b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/campo-alegre/panorama>>. Acessado em: 05/08/2019.

_____. **Panorama Coqueiro Seco**. Cidades IBGE: sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil, 2019c. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/coqueiro-seco/panorama>>. Acessado em: 26/07/2019.

_____. **Panorama Santana do Mundaú**. Cidades IBGE: sistema agregador de informações sobre os municípios e estados do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/santana-do-mundau/panorama>>. Acessado em: 09/04/2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. Anna Maria T. Medeiros Peliano. (Coord.). Brasília/DF: março de 1993.

JANNUZZI, P. M.; PINTO, A. R. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de

impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** – Brasília/DF: Ipea, 2013, pp. 179-192.

JIMÉNEZ, C. Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis. **EL PAÍS:** São Paulo, 06 de novembro de 2019. Brasil. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111.html>.

Acessado em: 30/01/2020.

JUNIOR, P. M. A.; SOUZA, T. C. Estimativas de votos da presidente Dilma Rousseff nas eleições presidenciais de 2010 sob o âmbito do Bolsa Família. **Ciência e Natura:** Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM, Santa Maria, v. 37 n. 1, pp. 12-22, 2015.

LACERDA, M. B. S.; *et al.* Diagnóstico sócio-econômico dos agricultores e o impacto do programa bolsa família na comunidade São Francisco, município de Conceição, Paraíba. **HOLOS**, ano 26, v. 1, pp. 41-50, 2010.

LACLAU, E. **Política e ideologia en la teoria marxista:** capitalismo, fascismo, populismo. – 3ª ed. Madrid: Siglo XXI, 1986.

_____; MOUFFE, C. Posmarxismo sin pedido de disculpas. In: LACLAU, E. **Nuevas reflexiones sobre la revolucion de nuestro tiempo.** – 2ª ed. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2000.

_____. O retorno do povo: razão populista, antagonismo e identidades coletivas. Tradução de Aécio Amaral Jr. **Política e Trabalho:** revista de ciências sociais, n. 23, pp. 9-34, 2005.

_____. Da emancipação à liberdade. In: _____. **Emancipação e diferença.** Coordenação e revisão técnica geral, Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, pp. 23-44.

_____. **A razão populista.** Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo/SP: Três Estrelas, 2013.

_____; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. São Paulo/SP: Intermeios; Brasília/DF: CNPq, 2015.

_____. **Debates y combates:** por un nuevo horizonte de la política. Traducción: Miguel Cañadas; Ernesto Laclau; Leonel Livchitz. – Titivillus, 2016.

LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opinião Pública,** Campinas, v.15 n.1, pp. 31-54, 2009.

LONARDONI, E.; *et al.* O processo de afirmação da assistência social como política social. **Serviço Social em Revista,** Londrina/PR, v. 8, n. 2, n.p., 2006.

LOPES, A. C.; MENDONÇA, D. O populismo na visão inovadora de Laclau. In: LACLAU, E. **A razão populista**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. – São Paulo/SP: Três Estrelas, 2013, pp. 9-17.

_____; _____. BURITY, J. A. A contribuição de *Hegemonia e estratégia socialista* para as ciências humanas e sociais. In: LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemonia e estratégia socialista**: por uma política democrática radical. Tradução de Joanildo A. Burity, Josias de Paula Jr. e Aécio Amaral. – São Paulo/SP: Intermeios; Brasília/DF: CNPq, 2015, pp. 7-32.

LOSEKANN, C. Teorias e métodos a partir do pós-estruturalismo – uma introdução ao tema da ciência e do discurso. In: I Colóquio do Grupo de Estudos de Teoria Política – GETPol. **Anais...** Anais do I Colóquio do GETPol: v. 1 n. 1, pp. 1-8, 2012.

LUI, G. H.; MOLINA, S. M. G. Benefícios Sociais e Transição de Modos de Vida Rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 137-155, 2013.

MACHADO, M.; ROCHA, D. F.; CAMPOS, M. M. Dos movimentos sociais à implementação do Programa Fome Zero (1993 – 2013): a trajetória da cidadania alimentar no Brasil (20 anos da ação da cidadania e 10 anos do Programa Fome Zero). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 22, n. 2, pp. 692-705, 2015.

MADEIRO, C. Antes de reajuste anunciado por Temer, governo tira 392 mil famílias do Bolsa Família. **UOL**, 1 de maio de 2018. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/05/01/antes-de-reajuste-anunciado-por-temer-governo-tira-392-mil-familias-do-bolsa-familia.htm?cmpid=copiaecola>>. Acessado em 10/06/2020.

_____. Sob Bolsonaro, Bolsa Família corta 381 mil benefícios no 1º mês do ano. **UOL**, 27 de janeiro de 2019. Política. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/27/cortes-bolsa-familia-primeiro-mes-governo-bolsonaro.htm?cmpid=copiaecola>>. Acessado em 10/06/2020.

MAGALHÃES, K. A.; *et al.* A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família. **Saúde e Sociedade**, São Paulo/SP, v. 22, n. 1, pp. 57-72, 2013.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004, Bauru. **Anais...** A pesquisa qualitativa em debate: 2004.

MARIANO, J. L.; MARTA, F. Eficiência na redução da mortalidade infantil: uma análise para os municípios da região Nordeste. In: XXI Encontro Regional da Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia – ANPEC, Curitiba. **Anais...** Curitiba: 2018.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. **Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 28, n. 2, pp. 393-417, 2013.

MARINS, M. T. A. O ‘feminino’ como gênero do desenvolvimento. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, pp. 1-14, 2018.

MARTÍN-BARÓ, I. O Método em Psicologia Política. Traduzido por Fernando Lacerda. **Revista Psicologia Política**, São Paulo/SP, v. 13 n. 28, pp. 575-592, 2013.

_____. O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano (1987). In: _____. **Crítica e Libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Organização, notas e tradução de Fernando Lacerda Júnior. – Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

MARTINS, B. B. **Do Fome Zero ao Bolsa Família: da emancipação ao assistencialismo?** 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Pelotas, 2011.

MATOS, J. S.; SENNA, A. K. de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, v. 2, n. 1, pp. 95-108, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. – 4ª ed. São Paulo/SP: Edições Layola, 2002.

_____. A vez da história oral. **Carta Capital**, 29 de setembro de 2011. Disponível em: <<https://envolverde.cartacapital.com.br/a-vez-da-historia-oral/>>. Acessado em: 08/12/2019.

Melhor jogador (a) de Alagoas na história: Marta supera Firmino, Chulapa e Zagallo e vence enquete. **Globo Esporte**, 15 de maio de 2020. Futebol. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/al/futebol/noticia/melhor-jogador-a-de-alagoas-na-historia-marta-supera-firmino-chulapa-e-zagallo-e-vence-enquete.ghtml>>. Acessado em 12/07/2020.

MENDES, V. L. P. S.; BARBOSA, A. M. G.; RODRIGUES, J. M. Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do programa bolsa família. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 13, n. especial, pp.105-120, 2009.

MENDONÇA, D. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 43, n. 3, pp. 249-258, 2007.

_____. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política: teoria política hoje**, n. 1, pp. 153-169, 2009.

_____. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, pp. 205-228, 2012.

_____. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova: revista de cultura e política**, São Paulo/SP, n. 91, pp. 135-167, 2014.

_____; JUNIOR, R. V. Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília/DF, n. 13, pp. 107-136, 2014.

_____; LINHARES, B. F.; BARROS, S. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 41, pp. 164-194, 2016.

_____; RODRIGUES, L. P. Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar. In: _____. (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. – 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014a, pp. 27-45.

_____. Em torno de Ernesto Laclau: estruturalismo e teoria do discurso. In: _____. (Orgs.). **Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau**. – 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014b, pp. 47-57.

MIRANDA, F. Mulher de alma e coração. **Gazeta de Alagoas**, 21 de janeiro de 2017. Maré. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/editoria.php?c=26>. Acessado em: 23/07/2020.

MONTERO, M. Para que Psicologia Política? Tradução de Elvira Riba Hernández e Guilherme Borges da Costa. In: SILVA, A. S.; CORRÊA, F. **No interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. – 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2015, pp. 39-64.

MORTON, G. D. Acesso à Permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano. **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 43-67, abril de 2013.

MOTTA, L. E.; SERRA, C. H. A. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 50, pp. 125-147, 2014.

MOUFFE, C. A política e o político. In: _____. **Sobre o político**. Tradução de Fernando Santos. São Paulo/SP: Editora WMF Martins Fontes, 2015, pp. 7-32.

_____. Hegemonia e novos sujeitos políticos: em direção a um novo conceito de democracia. Tradução de Henrique de Oliveira Lee. **Revista Psicologia Política**, São Paulo/SP, v. 18, n. 41, pp. 177-187, 2018.

_____. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MOURA, P. G. M. Bolsa Família: projeto social ou marketing político? **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10 n. 1 pp. 115-122, 2007.

NASCIMENTO, K. L. As raízes filosóficas e os primeiros contornos da teoria do discurso de Ernesto Laclau. **Teoria e Sociedade**, n. 24.1, 2016.

_____. Hegemonia e estratégia socialista. **Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 32, n. 2, pp. 535-540, 2017.

NASCIMENTO, L. S.; SARUBBI, M. R. M.; SOUZA, P. P. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **Transformações em Psicologia**, São Paulo/SP, v. 1, n. 2, pp. 08-37, 2009.

- NERI, M. C.; VAZ, F. M.; SOUZA, P. H. G. F. de. Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. – Brasília/DF: Ipea, 2013, pp. 193-206.
- NOGUEIRA, C. Análise(s) do Discurso: Diferentes Concepções na Prática de Pesquisa em Psicologia Social. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília/DF, v. 24, n. 2, pp. 235-242, 2008.
- OLIVEIRA, G. G.; OLIVEIRA, A. L.; MESQUITA, R. G. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e a Pesquisa em Educação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, pp. 1327-1349, 2013.
- OLIVEIRA, M. B. Pós-estruturalismo e teoria do discurso: perspectivas teóricas para pesquisas sobre políticas de currículo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro/RJ, v. 23, e230081, pp. 1-18, 2018.
- OLIVEIRA, M. R. S. P.; *et al.* Potências do encontro entre formação e campo da Assistência Social para pensar outra prática psicológica. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 41, pp. 117-124, 2018.
- OLIVEIRA, R. C. M. (Entre)linhas de uma pesquisa: o diário de campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, v. 02, n. 04, pp. 69-87, 2014.
- OLIVEIRA, S. F. As vozes presentes no texto acadêmico e a explicitação da autoria. **Pedagogia em Ação**, v. 6 n. 1, pp. 3-21, 2014.
- ONU Mulheres anuncia jogadora Marta como embaixadora global da Boa Vontade. **Nações Unidas Brasil**, 12 de julho de 2018. ONU Mulheres. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-mulheres-anuncia-jogadora-marta-como-embaixadora-global-da-boa-vontade/>>. Acessado em: 01/06/2020.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. – 6ª ed. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- PASE, H. L.; MÜLLER, M.; MORAIS, J. A. O clientelismo nos pequenos municípios brasileiros. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 10, pp. 181-199, 2012.
- PEREIRA, M. F. **O combate à pobreza do Programa Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: a pobreza institucionalizada na prática de técnicos e gestores públicos**. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2016.
- PERLATTO, F. As disputas políticas e a constituinte brasileira de 1987-1988: projetos, sonhos e utopias. **Ler História**, 75, pp. 89-109, 2019.
- PERTOT, W. Ernesto Laclau. O intelectual dos debates e combates. Tradução de André Langer. **Instituto Humanitas Unissinos**, 15 de abril de 2014. Notícias. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/170-noticias/noticias-2014/530341-ernesto-laclau-o-intelectual-dos-debates-e-combates>>. Acessado em: 24/11/2019.

Pessoas pobres têm mais filhos para receber o Bolsa Família? **Carta Capital**, 30 de março de 2015. Parlatório. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/pessoas-pobres-tem-mais-filhos-para-receber-o-bolsa-familia-1378/>>. Acessado em: 28/02/2020.

PINTO, C. R. J. Notas a propósito de Ernesto Laclau. **Revista de Ciências Sociais**, Montevideu/UY, v. 12, n. 15, pp. 36-58, 1999.

PINTO, M. de L. O público e o privado: o 'baralhamento' no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 157-170, 2013.

PIRES, A. Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/SP, v. 42, n. 145, pp. 130-161, 2012.

_____. Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP). **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 171-195, 2013.

_____; DIAS, T. B. A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família. **Roteiro**, Joaçaba, v. 39, n. 1, pp. 185-198, 2014.

PIRES, F. F. Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido. **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 123-135, 2013.

_____; JARDIM, G. A. S. Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo/SP, v. 29, n. 85, pp. 99-222, 2014.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro; Revisão técnica de Dea Ribeiro Fanelon. **Projeto História**, São Paulo/SP, v. 14, pp. 25-39, 1997a.

_____. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo/SP, v. 15, pp. 13-49, 1997b.

PRADO, M. A. M. Psicologia Política e Ação Coletiva: notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação indenitária do "nós". **Revista Psicologia Política**, v. 1, n. 1, pp. 149-172, 2001.

_____; COSTA, F. A. Estratégia de articulação e estratégia de aliança: possibilidades para a luta política. **Sociedade e Estado**, Brasília/DF, v. 26, n. 3, pp. 685-715, 2011.

PREFEITURA DE ÁGUA BRANCA. A cidade: dados gerais; símbolos municipais; história. **Prefeitura Municipal de água Branca**, S.d. Disponível em: <<http://www.aguabranca.al.gov.br/acidade/>>. Acessado em: 29/08/2019.

PREFEITURA DE CAMPO ALEGRE. Sobre Campo Alegre. **Prefeitura Municipal de Campo Alegre**, S.d. Disponível em: <<http://campoalegre.al.gov.br/sobre>>. Acessado em: 23/08/2019.

PREFEITURA DE SANTANA DO MUNDAÚ. A prefeitura: história. **Prefeitura Municipal de Santana do Mundaú**, S.d. Disponível em:

<www.santanadomundau.al.gov.br/orgao/a-prefeitura/20/historia>. Acessado em: 11/04/2020.

Pronatec Brasil Sem Miséria chega a 1 milhão de matrículas. **PT Senado**, 14 de março de 2014. Disponível em: <<https://ptnosenado.org.br/pronatec-brasil-sem-miseria-chega-a-1-milhao-de-matriculas/>>. Acessado em: 13/02/2020.

QUADROS, M. T.; SANTOS, G. M. N. C. Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 33, n. 4, pp. 1-12, 2017.

RANINCHESKI, S. M.; SILVA, C. E. M. Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 1, pp. 111-121, 2013.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. Liberdade, Dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 21-42, 2013a.

_____; _____. Liberdade, Dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. – Brasília/DF: Ipea, 2013b, pp. 359-366.

_____; _____. **Vozes do bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania**. – 2. Ed. – São Paulo/SP: Editora UNESP, 2014.

RENAUX, P. Pobreza aumenta e atinge 54,8 milhões de pessoas em 2017. **Agência IBGE notícias: estatísticas sociais**, 05 de dezembro de 2018. Notícias. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>>. Acessado em: 06/07/2018.

ROCHA, S. A. **O programa bolsa família: identidade, subjetividade e integração social em Maracanaú-CE**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

_____. O Programa Bolsa Família: subjetividade e integração social em Maracanaú (CE). **Política e Trabalho**, v. 1, n. 38, pp. 197-213, 2013.

ROSA, L.; SILVA, A. S. A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. In: ALMEIDA, M. A. B.; SILVA, A. S.; CORRÊA, F. (Orgs.). **Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar**. São Paulo/SP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012, pp. 10-34.

SAKAMOTO, L. Fila do Bolsa Família cresce porque Estado precariza direitos, diz MPF. **UOL**, 15 de fevereiro de 2020. Notícias. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/02/15/fila-do-bolsa-familia-cresce-por-estado-precarizar-direitos-diz-pfdc.htm?cmpid=copiaecola>>. Acessado em: 15/06/2020.

SANTOS, C. R. B.; MAGALHÃES, R. Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 5, pp. 1215-1224, 2012.

SANTOS, M. C. M. D. Quem pode falar, onde e como? uma conversa "não inocente" com Donna Haraway. **Cadernos Pagu**, n. 5, pp. 43-72, 1995.

SANTOS, M. C. M. *et al.* A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 48, n. 6, pp. 1381-1405, 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEADES/AL. **Cadastro Único**: conhecer para incluir. Coordenação Estadual do Programa Bolsa Família – Alagoas (PBF), 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA – SECULT/AL. **Zeza do Coco**. Estado de Alagoas, 2015. Disponível em: <<http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoas/patrimonio-vivo/cadastrados-mestres-rpv-al/ano-2015/zeza-do-coco>>. Acessado em: 01/08/2020.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO – SEPLAG/AL. **Produto interno bruto dos municípios em 2016**. Nota técnica, Maceió, n. 22, 2018a. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/notas-tecnicas-pib-dos-municipios-alagoanos/resource/865b7555-35dc-40ac-a822-d14837031416>>. Acessado em: 22/06/2020.

_____. **Perfil Municipal**: Água Branca. – Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018b.

_____. **Perfil Municipal**: Campo Alegre. – Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018c.

_____. **Perfil Municipal**: Coqueiro Seco. – Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018d.

_____. **Perfil Municipal**: Santana do Mundaú. – Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio, 2018e.

SENNA, M. de C. M. Intersetorialidade no acompanhamento das condicionalidades da saúde do Programa Bolsa Família. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n. 2, pp. 95-110, 2012.

SILVA, A. C. **Os filhos da vila**: um estudo etnográfico sobre o processo de gentrificação na Vila dos Pescadores de Jaraguá, Maceió, Alagoas. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, A. C. F. Percurso metodológico: o encontro entre as escolhas teórico-políticas e afetivas. In: _____. **Gênero, geração e raça**: uma análise interseccional das trajetórias de militância de mulheres negras jovens feministas. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

SILVA, A. P.; BRANDÃO, A.; DALT, S. Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa bolsa família. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, n. 8, pp. 301-318, 2009.

SILVA, A. S. A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar. **Revista Psicologia Política**, São Paulo/SP, v. 12, n. 25, pp. 409-425, 2012.

SILVA, E. Q. R.; BOMFIM, E. A. (Org). **Dicionário Mulheres de Alagoas ontem e hoje**. Maceió: Edufal, 2007.

SILVA, F. A. Pobreza estrutural globalizada, território brasileiro e política de transferência de renda: o Programa Bolsa Família como evento. **Geosp Espaço e Tempo**, v. 21, n. 1, pp. 48-72, 2017.

SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (Org.); *et al.* **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília/DF: IPEA, 2005.

SILVA, J. P. Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 45, n. 3, pp. 196-205, 2009.

SILVA, M. O. S. Introdução. In: _____. (Org.); *et al.* **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e Piauí**. – 2. Ed. – São Paulo/SP: Cortez; Teresina: Editora Gráfica da UFPI, 2013.

_____; *et al.* A Política de Assistência Social na conjuntura brasileira de desconstrução de direitos e de desmonte da seguridade social: 2016/2018. In: _____. (Coord.). **O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Norte e no Nordeste: realidades e especificidades**. São Paulo: Cortez, 2019, pp. 295-342.

SOARES, S. Volatilidade de renda e a cobertura do Programa Bolsa Família. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília/DF: Ipea, v. 1, 2010, pp. 301-314.

_____; SÁTYRO, N. O Programa Bolsa Família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília/DF: Ipea, v. 1, 2010, pp. 25-56.

SOUTHIER, D. Marxismo e pós-marxismo: um diálogo em torno das classes sociais. **O Público e o Privado**, n. 29, pp. 111-130, 2017.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3ª ed. – São Paulo/SP: Editora Contracorrente, 2018.

SPINDOLA, T.; SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo/SP, v. 37, n. 2, pp. 119-126, 2003.

SPINK, M. J. P.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva: superando os horrores metodológicos. In: _____. (Org.); *et al.* **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro/RJ: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013, pp. 42-70.

SUPLICY, E. M.; BUARQUE, C. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos avançados**, São Paulo/SP, v. 11, n. 30, pp. 79-93, 1997.

Suspeitas de fraude do Bolsa Família somam R\$2,25 bi, diz TCU. **Portal R7**, 01 de setembro de 2019. Brasil. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/brasil/suspeitas-de-fraude-do-bolsa-familia-somam-r225-bi-diz-tcu-01092019>>. Acessado em: 22/08/2020.

TEBET, M. Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5, n. 2, pp. 295-334, 2012.

TESTA, M. G.; *et al.* Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro/RJ, v. 47, n. 6, pp. 1519-1541, 2013.

TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. M. C. Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 21, pp. 137-171, 2012.

UCHIMURA, K. Y. *et al.* Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro/RJ, v. 17, n. 3, pp. 687-694, 2012.

VASCONCELOS, F. A. G. Fome, solidariedade e ética: uma análise do discurso da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, pp. 259-277, 2004.

ZIMMERMANN, C. R.; ESPÍNOLA, G. M. Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 73, pp. 147-164, 2015.

ZUCCO, C. “Se Bolsa Família é compra de votos, qualquer outra política também seria”. Entrevista concedida à Carta Capital. **Carta Capital**, 21 de outubro de 2016. Política. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/se-bolsa-familia-e-compra-de-votos-qualquer-outra-politica-tambem-seria/>>. Acessado em: 30/01/2020.

TABELAS

TABELA 1 – Descritores utilizados

Descritores / Combinações	Nº de Artigos Obtidos
Bolsa Família	161
Bolsa Família “and” Beneficiário	8
Bolsa Família “and” Brasil	28
Bolsa Família “and” Fome	1
Bolsa Família “and” Nordeste	6
Desigualdade “and” Brasil	79
Desigualdade “and” Nordeste	3
Desigualdade “and” Pobreza “and” Brasil	6
Desigualdade “and” Pobreza “and” Nordeste	2
Desigualdade Econômica “and” Brasil	2
Desigualdade Econômica “and” Nordeste	0
Desigualdade Social “and” Brasil	10
Desigualdade Social “and” Nordeste	0
Distribuição de Renda “and” Brasil	19
Distribuição de Renda “and” Nordeste	0
Fome “and” Brasil	14
Fome “and” Nordeste	2
Pobreza “and” Brasil	58
Pobreza “and” Nordeste	11
Política de Renda Mínima “and” Brasil	0
Política de Renda Mínima “and” Nordeste	0
Programa Bolsa Família “and” Brasil	23
Programa Bolsa Família “and” Nordeste	5
Renda Mínima “and” Brasil	1
Renda Mínima “and” Nordeste	0
Transferência de Renda “and” Brasil	36
Transferência de Renda “and” Nordeste	2
Total Geral	477

Fonte: Tabela criada pelo autor.

TABELA 2 – Artigos selecionados

Nº	Autoras(es)	Título do Artigo
1	Ahlert (2013)	A ‘precisão’ e o ‘luxo’: usos do benefício do Programa Bolsa Família entre as quebradeiras de coco de Codó (MA)
2	Alves e Escorel (2013)	Processos de exclusão social e iniquidades em saúde: um estudo de caso a partir do Programa Bolsa Família, Brasil
3	Ávila (2013)	Que pensam as beneficiárias do Bolsa Família?
4	Barbosa <i>et al.</i> (2016)	Adolescente masculino beneficiário do programa bolsa família: conhecimento sobre o programa na família assistida
5	Campara e Vieira (2016)	Beneficiários do Programa Bolsa Família: relações com as finanças e impacto na satisfação global de vida
6	Carloto e Mariano (2012)	Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa bolsa família
7	Corgozinho (2015)	A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições?
8	Dornelles (2010)	Percurso metodológico de análise do Programa Bolsa Família na RMS/Bahia: estudo de caso de Camaçari, Candeias e Simões Filho
9	Ferreira e Magalhães (2017)	Práticas alimentares de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na perspectiva da promoção da saúde
10	Freire; Silva e Pontes (2012)	Coesão e hierarquia parental na percepção de ribeirinhos beneficiários do Programa Bolsa Família
11	Lacerda <i>et al.</i> (2010)	Diagnóstico sócio-econômico dos agricultores e o impacto do programa bolsa família na comunidade São Francisco, município de Conceição, Paraíba
12	Lui e Molina (2013)	Benefícios Sociais e Transição de Modos de Vida Rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia
13	Magalhães <i>et al.</i> (2013)	A habitação como determinante social da saúde: percepções e condições de vida de famílias cadastradas no programa Bolsa Família
14	Mariano e Carloto (2013)	Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família
15	Marins (2018)	O ‘feminino’ como gênero do desenvolvimento
16	Mendes; Barbosa e Rodrigues (2009)	Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do programa bolsa família
17	Morton (2013)	Acesso à Permanência: diferenças econômicas e práticas de gênero em domicílios que recebem Bolsa Família no sertão baiano
18	Pinto (2013)	O Público e o Privado: o ‘baralhamento’ no cotidiano das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família

19	Pires (2012)	Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família
20	Pires A. (2013)	Relações de troca e reciprocidade entre os participantes do Programa Bolsa Família em Campinas (SP)
21	Pires e Dias (2014)	A exigência de frequência escolar segundo beneficiárias do Programa Bolsa Família
22	Pires e Jardim (2014)	Geração bolsa família escolarização, trabalho infantil e consumo na casa sertaneja (Catingueira/PB)
23	Pires F. (2013)	Comida de criança e o Programa Bolsa Família: moralidade materna e consumo alimentar no semiárido
24	Quadros e Santos (2017)	Obstáculos na procura pela esterilização feminina entre mulheres do Bolsa Família
25	Ranincheski e Silva (2013)	Hegemonia, consenso e coerção e os beneficiários do Programa Bolsa Família
26	Rego e Pinzani (2013)	Liberdade, Dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família
27	Rocha (2013)	O Programa Bolsa Família: subjetividade e integração social em Maracanaú (CE)
28	Santos e Magalhães (2012)	Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família
29	Santos <i>et al.</i> (2014)	A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família
30	Silva; Brandão e Dalt (2009)	Educação e pobreza: o impacto das condicionalidades do programa bolsa família
31	Tebet (2012)	Percepções de gênero entre casais beneficiários do Programa Bolsa Família
32	Testa <i>et al.</i> (2013)	Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários
33	Traldi e Almeida (2012)	Políticas públicas de transferência de renda e a questão da segurança alimentar dos beneficiários: efetividades e entraves do Programa Bolsa Família
34	Uchimura <i>et al.</i> (2012)	Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família
35	Zimmermann e Espínola (2015)	Programas sociais no Brasil: um estudo sobre o programa bolsa família no interior do nordeste brasileiro

Fonte: Tabela criada pelo autor.

TABELA 3 – Total de famílias que solicitaram desligamento voluntário (DV), entre janeiro/2018 até abril/2019, nos municípios do estado de Alagoas

Municípios	Jan./2018 - Dez./2018	Jan./2019 - Abr./2019	Total
Campo Alegre	148	34	182
Santana do Mundaú	83	19	102
Água Branca	69	20	89
Coqueiro Seco	37	5	42
Total Geral	337	78	415
Alagoas	627	193	820

Fonte: Tabela criada pelo autor com material repassado pela SEADES/AL utilizando dados das folhas de Pagamentos PBF, dezembro/2017 até abril/2019; Base Sistema de Benefícios ao Cidadão (SIBEC), abril/2019.

TABELA 4 – Caracterização dos contextos da pesquisa

Município	População Local Estimada	Nº Ocupação Formal	Média Salarial	Nº de Pessoas c/ perfil p/ o PBF	Nº de Pessoas Cadastradas no PBF	DV	Ranking na Economia do Estado	PIB Per Capita	IDH
Campo Alegre	56.579	5.070 (8,8%)	1,6	6.478	5.661	182	16º	R\$ 7.627,57	0,570
Santana do Mundaú	10.740	798 (7,3%)	1,7	1.967	1.748	102	9º	R\$ 74.047,20	0,519
Água Branca	20.162	1.420 (6,9%)	1,7	3.069	2.828	89	59º	R\$ 6.180,97	0,549
Coqueiro Seco	5.826	619 (10,5%)	1,8	841	687	42	89º	R\$ 10.296,80	0,586

Fonte: Tabela criada pelo autor com material repassado pela SEADES/AL; como também de dados do IBGE (2019a; 2019b; 2019c; 2020) e da SEPLAG/AL (2018a; 2018b; 2018c; 2018d; 2018e).

TABELA 5 – Perfil das(os) ex-participantes entrevistadas(os)¹³⁰

Nº	Município	Nome	Idade	Raça/Etnia	Estado Civil	Nº Filhas(os)	Nº Grupo Familiar	Escolaridade	Ocupação da(o) Ex-Titular	Renda Familiar	Geração PBF	Inserção PBF	DV	Retorno	2º DV
1		Enaura	28	Parda	Casada	1	3	EMI	Desempregada	SM	2º	2012	2019	SR	NA
2	Campo Alegre	Marcos	23	Pardo	Casado	1	3	EMC	***	SMM	2º	2017	2019	SR	NA
3		Marta	49	Parda	Solteira	2	3	EFI	Diarista	ISM	1º	2006	2019	SR	NA
4		Natasha	38	Parda	Solteira	1	2	ESC	Auxiliar Administrativa	SM	1º	2009	2019	SR	NA
5		Sandra	27	Parda	Solteira	1	2	EMI	Desempregada	****	2º	2013	2018	2019	NA
6		Thalita	***	***	Solteira	2	3	***	Desempregada	SM	1º	2007	2018	SR	NA
7	Santana do Mundaú	Valéria	44	Indígena	Casada	2	2	EFI	Merendeira	SM	1º	2003	2017	SR	NA
8		Vera	34	Parda	Casada	2	4	***	***	SMM	1º	2014	2017	Jan./2018	Abr./2018
9		Virgínia	40	Branca	Casada	2	4	EFI	Desempregada	****	1º	2006	2018	2019	NA
10		Zeza	28	Amarcela	Casada	1	3	EMI	Serviços Gerais	SM	2º	2010	2017	Abr./2019	Jul./2019
11		Neila	33	Parda	Casada	2	4	EFI	Desempregada	SM	2º	2011	2019	SR	NA
12		Neuza	51	Branca	Casada	2	3	EFI	Desempregada	****	1º	2002	2018	2019	NA
13	Coqueiro Seco	Katökinn	21	Parda	Casada	1	3	EMA	Desempregada	SM	2º	2017	2019	SR	NA
14		Nise	55	***	Solteira	5	3	EFI	Profissional de Limpeza Urbana	SM	1º	2002	2018	SR	NA
15		Paulo	54	***	Solteiro	5	3	EFI	Porteiro	SM	1º	2010	2018	SR	NA
16		Acotirene	38	Parda	Solteira	1	2	ESC	Professora	SMM	1º	2006	2018	SR	NA
17		Beatriz	27	Parda	Casada	1	3	EMC	Agente de Endemias	SM	2º	2009	2018	SR	NA
18	Água Branca	Dandara	32	Parda	Casada	3	5	EFC	Recepcionista	SM	1º	2006	2019	SR	NA
19		Débora	34	Parda	Casada	2	4	ESA	Chefe de Divisão	SMM	1º	2002	2018	SR	NA
20		Graziela	38	Parda	Solteira	2	3	EMA	Recepcionista	SM	1º	2006	2018	SR	NA

Fonte: Tabela criada pelo autor.

¹³⁰ **LEGENDA:** *** = Informação não obtida; **** = PBF é a única renda fixa mensal do grupo familiar; **EFI** = Ensino Fundamental Incompleto; **EFC** = Ensino Fundamental Completo; **EMI** = Ensino Médio Incompleto; **EMA** = Ensino Médio em Andamento; **EMC** = Ensino Médio Completo; **ESA** = Ensino Superior em Andamento; **ESC** = Ensino Superior Completo; **ISM** = Renda inferior a um salário mínimo; **SM** = Salário Mínimo; **SMM** = Um Salário Mínimo e Meio; **SR** = Sem Retorno; **NA** = Não se Aplica (seja porque ainda se mantém desligada/o; ou porque desde que retornou mantém o cadastro ativo).

TABELA 6 – Descrição das personalidades alagoanas históricas e contemporâneas

Nomes	Descrição
Acotirene	Foi matriarca do Quilombo dos Palmares (um dos maiores símbolos de resistência contra a escravidão na era colonial brasileira), localizado na Serra da Barriga, União dos Palmares, município de Alagoas. Ela exercia a função de mãe e conselheira das(os) negras(os) refugiadas(os), era consultada sobre todos os assuntos desde questões familiares até decisões político-militares (SILVA; BOMFIM, 2007).
Dandara	Símbolo da resistência negra antiescravocrata, foi uma das lideranças negras que lutou, junto com seu companheiro Zumbi dos Palmares, contra o sistema escravocrata no século XVII no Brasil, participando de todos os ataques e defesas da resistência palmarina (SILVA; BOMFIM, 2007).
Enaura	Líder comunitária e uma das maiores representantes da luta pela moradia na cidade. Foi por oito anos presidenta da Associação de Moradores e Amigos do Bairro do Jaraguá (AMAJAR), protagonizando a luta pelo direito ao território da Vila dos Pescadores do Jaraguá. Apesar dessa luta a comunidade foi removida em 2015 para dois conjuntos habitacionais que dificultaram a continuidade das atividades pesqueiras que antes desempenhavam, como Enaura que atuava como marisqueira. Atualmente é graduada em direito (SILVA, 2020).
Marta	Nascida em Dois Riachos, Sertão de Alagoas, Marta é uma mulher negra e lésbica que se destaca como personalidade nacional por ser nomeada rainha do futebol feminino, conquistando o troféu de melhor jogadora do mundo por seis vezes. Além do mais, é embaixadora da Boa Vontade para mulheres e meninas no esporte da ONU, unindo esforços pela igualdade de gênero no meio esportista e em outros âmbitos da sociedade (GLOBO ESPORTE, 2020; NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2018).
Natasha	Pernambucana radicada em Alagoas, Natasha Wonderfull é enfermeira, presidente da Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas (Acttrans), e do Trans Show, um projeto cultural que consiste em apresentações artísticas protagonizadas por mulheres trans e por drag queens, a arrecadação é utilizada na tentativa de dar uma outra alternativa para além das ruas para as mulheres trans (MIRANDA, 2017).
Katökinn	Nina Katökinn é a Cacica da comunidade indígena Katökinn, localizada em Pariconha/AL, alto sertão alagoano, voz atuante em defesa do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas pautando demandas como o acesso à saúde e à educação e pela demarcação da terra (BERNARDO, 2019).
Nise	Alagoana, foi uma médica psiquiatra, que se tornou uma grande referência na luta antimanicomial brasileira em defesa dos direitos humanos das(os) pacientes psiquiátricas(os), defendendo práticas de cuidados sob um olhar humanizado e desestigmatizante (SILVA; BOMFIM, 2007).
Valéria	Valéria Correia foi a primeira reitora assistente social do Brasil. Declaradamente de esquerda e sob uma gestão progressista se propôs construir uma universidade socialmente referenciada, deixando um legado histórico na UFAL. Ela possibilitou abrir e reformar os restaurantes universitários, dando nome a um deles de Marielle Franco, servindo refeições com preços populares, fechando contrato com produtores locais de assentamentos do MST. Ampliou ainda as bolsas de assistência estudantil e melhorou as residências universitárias. Suas ações garantiram que a UFAL entrasse no topo da lista de diminuição da evasão estudantil do Ministério da Educação (se tornando a universidade com menor número de evasões dos cursos entre as 64 federais do país) (FREITAS, 2020).

Vera Veronildes Rodrigues da Silva, conhecida como Mãe Vera (que também tem o título de Mestre de Cultura Popular), é filha de uma indígena alagoana e de um africano de Moçambique, é uma líder espiritual da Casa de Resistência Abassá de Angola, Maceió/AL. A casa possui um espaço, onde a líder espiritual, atualmente, acolhe pessoas que chegam em situação de vulnerabilidade social. O espaço sobrevive por meio de apresentações culturais do Grupo de Maracatu Raízes da Tradição (AGÊNCIA ALAGOAS, 2018).

Virgínia Nascida em Maceió/AL, Virgínia de Moraes, foi Mestre da cultura popular de Alagoas. A cultura popular marca sua vida desde sua infância, pois foi dançarina de Reisado quando criança. Além de Mestre de Reisado, ela foi benzedeira, parteira e curandeira, autora e intérprete da poesia e da música popular tradicional da cultura alagoana. Comandou o grupo de reisado Três Amores (SILVA; BOMFIM, 2007).

Zeza Nascida em Cajueiro/AL, Maria José da Silva, conhecida como Zeza do Coco por ser Mestre de coco de roda de raízes, começou a dançar aos cinco anos de idade, e foi uma das fundadoras do grupo de pagode “Comigo Ninguém Pode” ao lado da sua sogra Mestre Hilda, com quem dividiu o palco em apresentações pelo Nordeste (SECULT/AL, 2015).

Fonte: Tabela criada pelo autor a partir das seguintes referências: Bernardo (2019); Agência Alagoas (2018); Freitas (2020); Globo Esporte (2020); Miranda (2017); Nações Unidas Brasil (2018); SECULT/AL (2015); Silva (2020); Silva e Bomfim (2007).

ANEXOS

ANEXO A – Roteiro semi-estruturado de entrevista usado com as(os) ex-participantes

1. CONCEPÇÃO DAS(OS) PARTICIPANTES SOBRE O PBF

Conte-me sobre sua história de vida. O que a(o) senhor(a) considerar importante em relação a sua história pessoal (desde antes de receber o PBF até agora).

- Me fale como foi sua infância/adolescência (Onde nasceu? Onde morava?).
- Me fale um pouco sobre sua experiência escolar: Conseguiu estudar? Queria ou conseguiu fazer cursos? Pretendia ou fez faculdade (que curso?)? O que pensa sobre a desigualdade no acesso à escola entre pobres/ricos?
- Tem irmãos? (Como foi a experiência escolar dos seus irmãos?).
- Fale um pouco sobre seus pais (trabalhavam/ocupação? escolaridade)?
- Que tipos de dificuldades/renda você vivenciou em casa? (Me fale um pouco mais de como você acha que essa dificuldade impactou na sua vida? Como você acha que é isso hoje?). Que tipos de outras dificuldades a(o) senhor(a) enfrentava antes do PBF (O que sentia falta de ter? O que será que faz alguns ter o que tem e outros não?)?
- Como foi constituindo família? (Casada? Tem filhas/os?).
- Com quantos anos começou a trabalhar e de quê? (Me conta um pouco como foi a condição de trabalho – ‘bico’; carteira assinada / O que você acha que contribuiu para você não conseguir trabalhar fora de casa).
- O que você acha dessa sua história de vida que te dificultou alcançar esse desejos que você tá me falando? (Citar...).
- Você tem/teve inserção em algum movimento/partido político/social (ex.: líder comunitária/o)? Mas o que a senhora teria a dizer sobre esses tipos de movimentos ou de pessoas que participam?

Me fala sobre a sua experiência em participar do PBF.

- Como você ficou sabendo da existência do PBF (Qual o ano e como se deu a sua inserção no PBF? – Onde fez o cadastro? Demorou receber após o cadastro?). E qual foi sua reação? Como percebeu a reação na sua família/comunidade? (Mais alguém da família participou/participa do PBF?).

- O que significou o PBF para você diante de suas dificuldades (relatadas)? (Como você avalia sua vida hoje e antes de receber o PBF; Quais são as diferenças que você percebe?).
- O que o dinheiro do PBF te ajudava a comprar? Quais eram as principais coisas que ele te possibilitava ter acesso? (Qual que era o valor que você recebia? Teve mudança no valor?).

No PBF as mulheres tem preferência para receber o dinheiro/ser a titular ao invés dos homens. Gostaria de saber o que a(o) senhor(a) acha disso (a mulher como detentora da renda).

- Existem homens que são titulares, acredita que isso implica em quais diferenças no modo de administrar o recurso do PBF e de cumprir suas condicionalidades?

A respeito do cumprimento e papel das condicionalidades.

- Uma das coisas importante do PBF é que as crianças estejam na escola. Como foi isso na sua experiências com os seus filhos? (Conseguiu cumprir e quais as dificuldades encontradas).
- Gostaria que me falasse um pouco sobre suas filhas: Terminaram o estudo? (Faculdade/Trabalho?). Percebe diferença entre sua história e a de suas filhas? O que pensa sobre essa mudança/repetição?
- E o serviço de acesso à escola na região. Gostaria que a senhora comentasse sobre o seu funcionamento aqui no município (Muitas escolas públicas às vezes enfrentam dificuldades como falta de professor/ merenda/ água/ energia, etc.).
- O compromisso do PBF é que as crianças estejam na escola e não trabalhando. Como você percebe isso?
- Um outro ponto é o cartão de vacina tá em dia. Como foi sua experiência?
- Uma outra questão é sobre o pré-natal o PBF orienta que as mulheres gestantes sejam acompanhadas. A senhora teve filhos no período que participava do PBF? E como foi sua experiência de acompanhamento como gestante?
- O que a senhora teria a dizer sobre o seu acesso em saúde aqui no município (o serviço público de saúde às vezes enfrenta alguns obstáculos (postos sem vacina, falta médico/ enfermeiro, etc.). O que acha dessa dificuldade de acesso que as pessoas pobres enfrentam?

- E sobre o seu acesso aos serviços de saúde (posto/hospital) durante a infância e adolescência o que teria a dizer (tomou as vacinas?)?

Fale um pouco sobre sua experiência de desligamento involuntário (caso tenha tido).

- Nesse percurso que você recebeu o PBF teve algum outro que você se desligou? Como aconteceu isso? (Ficou algum período sem receber porque houve algum problema? Teve problemas com o cumprimento das condicionalidades?)

Me fale um pouco sobre como vê o funcionamento do PBF aqui no município.

- Comente sua experiência com as(os) profissionais do CRAS (Comente como foi/se deu o contato com elas/es além do momento do cadastro?). Como se dá a experiência de visitas?

2. PORTAS DE SAÍDA DO PBF

O que você acha que leva as pessoas a se desligarem do PBF?

E nos casos em que as pessoas solicitam o desligamento (pedir pra sair do PBF), como o da senhora. Como foi o processo do seu desligamento do PBF? (Quando se deu? O que te levou a tomar essa decisão? Como ficou sabendo que teria que realizar isso?).

- O que acha do fato do desligamento voluntário ocorrer devido a família passar a ter uma renda de um salário mínimo?
- Sua renda atual é suficiente? Sente falta do PBF? Se ainda pudesse receber de que modo ele poderia te ajudar?
- Comente sobre os mecanismos (portas de saída – cursos: Pronatec/Pró-Jovem) que o PBF oferta? Fez algum, o que achou? (O que acha deles? São suficientes?).
- Como percebe a divulgação/incentivo da gestão local acerca dessas estratégias complementares (cursos)? Comente sobre o papel deles para o desligamento voluntário? Diga sua sugestão para ampliação.

3. DISCUTIR COMO AS(OS) PARTICIPANTES DA PESQUISA SE RECONHECEM NO CONTEXTO DE DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRO

Me falou sobre as suas dificuldades lá do passado, mas e como você tá hoje? Conte sobre como anda sua vida nesse momento.

- Você acha que hoje tem condições de realizar aqueles desejos que tinha lá atrás?
- Quais dificuldades ainda enfrenta?
- O que acha que poderia ser diferente para alcançar isso que você deseja?

4. COMPREENDER COMO O CONCEITO DE DEMOCRACIA ATRAVESSA A NARRATIVA DA(O) EX-PARTICIPANTE E A RELEVÂNCIA DO BOLSA FAMÍLIA PARA A EXPANSÃO DA DEMOCRACIA

O que a(o) senhor(a) pensa sobre a situação de pobreza/fome das pessoas (Brasil? Aqui em Coqueiro Seco).

- O que considera ser responsável pela situação de pobreza/fome no país? Que soluções acredita serem necessárias para combater?
- O que acha do fato da maioria pobre ter baixo nível escolar? E estar em trabalhos de pouca remuneração (ou estarem desempregados)?
- Fale sobre o que pensa do papel do governo, dos políticos para combater a pobreza/fome no país (Como avalia e o que sugere?).
- E sobre os programas sociais: Comente sobre o papel do PBF para o enfrentamento da pobreza/fome no país. O que você acha da manutenção do PBF?
- Comente sobre sugestões de melhoria para o funcionamento do PBF aqui no município. Diga algo que você sugere de melhoria ao PBF.

Quando você escuta a palavra democracia o que vem na sua cabeça (O que é democracia para você?)?

“Vou votar hoje!” – Quais foram os motivos? O que a(o) senhor(a) levou na cabeça pra dedicar o seu voto? (Pensando em que pra o Brasil?).

- O que a senhora teria a dizer sobre a gestão do governo Bolsonaro. O que acha que tem de diferente dos governos anteriores que implantaram o PBF (Lula, Dilma) e do governo Temer?

- Comente sobre que país você gostaria de viver (se você pudesse escolher como ele seria?)?

Dados Pessoais:

I) Nome;

II) Idade;

III) Raça;

IV) Gênero;

V) Naturalidade;

VI) Quantidade de Filhas(os);

VII) Quantidade de Componentes Familiares;

VIII) Renda *Per Capita* Atual;

IX) Ocupação da Ex-Titular;

X) Quantidade de Membros do Grupo Familiar Empregados;

XII) Nível Escolar da(o) Ex-Titular;

XIII) Nível Escolar dos Demais Sujeitos do Grupo Familiar;

XIV) Ano de entrada e saída no PBF;

ANEXO B – Roteiro semi-estruturado de entrevista usado com as(os) profissionais da gestão do PBF

1 – Me fale um pouco sobre o funcionamento do PBF:

- Além da realização de cadastros. Que tipo de ações realizam junto às(aos) participantes do PBF? Há visitas? Se sim, qual o objetivo?

2 – Sobre o processo de desligamentos:

- Qual a possibilidade de fonte de renda no município?
- O que você acha que leva as pessoas a se desligarem do PBF?
- Como ficam sabendo que devem realizar? Há resistência (se sim, por quê)?
- As(os) ex-participantes apresentam dúvidas sobre o processo de desligamento voluntário? Há ações?
- Comente sobre os mecanismos (portas de saída – cursos: Pronatec / Pró-Jovem / atividades de geração de renda) vinculados ao PBF? Como é a adesão?
- Como se dá a divulgação/incentivo desses cursos?
- O que acha do papel deles para o desligamento voluntário?
- Data de início e de desligamento das(os) ex-participantes entrevistadas.
- Como anda a vida das(os) participantes após o desligamento (melhorou?)?
- Com base na realidade do município o que poderia apresentar como desafios do PBF (e sugestões de melhoria para seu funcionamento)?

ANEXO C – Tópicos de análise para os fichamentos das entrevistas

1 História de vida:

1.1 Infância/adolescência das(os) participantes – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.2 Experiência escolar das(os) participantes – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.3 Experiência escolar das(os) irmãs(ãos) das(os) participantes – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.4 Experiência de saúde das(os) participantes (período da infância/adolescência) – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.5 Experiência dos pais das(os) participantes (trabalhavam/ocupação? escolaridade)? – (3.3.2 Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.6 Dificuldades vivenciadas no período anterior a inserção no PBF – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.7 Situação atual da sua família (pai, mãe e irmãos) – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.8 Constituição familiar das(os) participantes – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

1.9 Experiência de trabalho das(os) participantes – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

2 Inserção no PBF:

2.1 Processo de inserção (como ficou sabendo da existência do PBF?; reação na sua família/comunidade?) – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

2.2 Motivo da inserção – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

2.3 O que significou o PBF diante de suas dificuldades – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

2.4 *Valor recebido – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

2.5 *Modo como gestava o recurso do PBF (O que o dinheiro do PBF ajudava a comprar? Quais eram as principais coisas que ele possibilitava ter acesso?) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

2.6 *Mais alguém da família participou/participa do PBF? – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);*

3 Titularidade Feminina:

3.1 *Compreensão acerca da titularidade feminina (e o inverso) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4 Condicionalidades e serviços públicos (assistência social, educação e saúde):

4.1 *Cumprimento das condicionalidades por parte das(os) participantes (obstáculos encontrados) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.2 *Experiência escolar das(os) filhas(os) das(os) participantes – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.3 *Experiência de trabalho infantil (ou inserção no PETI) das(os) filhas(os) das(os) participantes – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.4 *Percurso das(os) filhas(os) das(os) participantes (Faculdade/Trabalho?) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.5 *Sobre o serviço de acesso à escola (no município) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.6 *Sobre o acesso a saúde das(os) filhas(os) das(os) participantes – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.7 *Sobre o acesso em saúde (no município) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

4.8 Diferenças entre a experiência pais-filhos – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

5 Gestão do PBF no município:

6.1 Avaliação das(os) participantes acerca do funcionamento do PBF no município (contato com as/os profissionais responsáveis pelo PBF) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

6 Desligamento Voluntário:

6.1 Motivo do desligamento voluntário? Como ocorreu? – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

6.2 Questionamento acerca do DV – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

6.3 Satisfação/insatisfação com o DV (renda atual é (in)suficiente) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

6.4 Compreensão dos motivos que levam as pessoas ao DV – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

6.5 Retorno do DV – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

7 Portas de saída (complementaridades):

7.1 Participação de algum programa/ação complementar (O que achou?) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

7.2 Sobre a oferta, divulgação/incentivo da gestão local – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

7.3 Compreensão acerca do papel dos programas/ações complementares – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

7.4 *Sugestão para ampliação – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

8 Situação da sua vida atual:

8.1 *Reflexão sobre sua vida atual – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

8.2 *(Im)Possibilidade de realização de desejos – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

8.3 *Dificuldades ainda enfrentada – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

8.4 *Estratégia de complemento da renda – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

8.5 *Possibilidades de fonte de renda no município – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

9 Pobreza/fome no Brasil/Município

9.1 *Compreensão das(os) participantes acerca da situação de pobreza/fome no Brasil – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);*

9.2 *Compreensão das(os) participantes acerca da situação de pobreza/fome no Município – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

9.3 *Soluções apresentadas pelas(os) participantes para combater o cenário de pobreza/fome no Brasil – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

9.4 *Soluções apresentadas pelas(os) participantes para combater o cenário de pobreza/fome no Município – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);*

9.5 Políticas/ações municipais – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

9.6 Compreensão das(os) participantes sobre a desigualdade escolar/saúde no Brasil – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

9.7 Compreensão das(os) participantes acerca do papel do governo, dos políticos para combater a pobreza/fome no país – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

9.8 Avaliação das(os) participantes acerca do papel do PBF para o enfrentamento da pobreza/fome no país (o que pensa sobre sua manutenção) – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação); / (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

9.9 Críticas e Sugestões das(os) participantes acerca de melhoria para o funcionamento do PBF no Brasil/município – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

10 Democracia:

10.1 Modo como compreendem o conceito – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

11 Compreensão do cenário político por parte das(os) ex-participantes do PBF:

11.1 Motivos usados para justificar o voto em 2018 (pensando em que pra o Brasil?) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

11.2 Avaliação das(os) participantes acerca da gestão local – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

11.3 Avaliação das(os) participantes acerca da situação política atual no Brasil (gestão do governo Bolsonaro) – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

11.4 Avaliação das(os) participantes acerca dos governos anteriores (Lula, Dilma e Temer) –(Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

11.5 Sugestão das(os) participantes acerca de mudanças para o Brasil (Brasil dos sonhos) – (Demandas sociais e localização nas relações de dominação);

11.6 Sugestão das(os) participantes acerca de mudanças para o município (Município dos sonhos) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

11.7 Participação das(os) participantes em algum movimento social/político (ou conhece) – (Construções discursivas sobre o PBF e lógicas políticas);

12 Perfil das(os) participantes da pesquisa – (Caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa);

I) Nome;

II) Idade;

III) Raça;

IV) Gênero;

V) Naturalidade;

VI) Quantidade de Filhas(os);

VII) Quantidade de Componentes Familiares;

VIII) Renda Per Capita Atual;

IX) Ocupação da Ex-Titular;

X) Quantidade de Membros do Grupo Familiar Empregados;

XII) Nível Escolar da(o) Ex-Titular;

XIII) Nível Escolar dos Demais Sujeitos do Grupo Familiar;

XIV) Ano de entrada e saída no PBF;